

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MELINA TEIXEIRA SOUZA

**O REINADO DE ITAPECERICA NO SÉCULO XX:
DISTINTOS SENTIDOS DE TRADIÇÃO**

Mariana, Minas Gerais

2012

MELINA TEIXEIRA SOUZA

**O REINADO DE ITAPECERICA NO SÉCULO XX:
DISTINTOS SENTIDOS DE TRADIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens, Linha de pesquisa: Poder, Linguagens e Instituições.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Virgínia Albuquerque de Castro Buarque.

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2012

Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br

S729r

Souza, Melina Teixeira.

O reinado de Itapeçerica no século XX [manuscrito] : distintos sentidos de tradição / Melina Teixeira Souza. - 2012.

209f. : il. color.

Orientadora: Prof^a Dr^a Virgínia Albuquerque de Castro Buarque.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

1. Congadas - Teses. 2. Religião - Historiografia - Teses. 3. Rosário, Nossa Senhora do - Teses. 4. Memória - Teses. 4. Tradição (Filosofia) - Teses. I. Buarque, Virgínia Albuquerque de Castro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 398.33(815.1)



Melina Teixeira Souza

" A Festa do Reinado de Itapeçerica: Distintos Sentidos de Tradição
(1920-1950)"

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Virgínia A. C. Buarque

Profª Drª Orientadora Virgínia A. de Castro Buarque
Departamento de História/UFOP

Rubens Alves da Silva

Prof. Dr. Rubens Alves da Silva
Departamento de História/UFMG

Alvaro de Araújo Antunes

Prof. Dr. Alvaro de Araújo Antunes
Departamento de História/ UFOP

Aos meus queridos pais, Marcos e Rejaine, cujo respaldo e desmesurado
aconchego permitiram a gestação deste trabalho.
À minha orientadora Virgínia, a quem tive o prazer de conhecer por meio desta
pesquisa, pelo privilégio da convivência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora Virginia, sem a qual, esta dissertação não teria se concluído. Muito mais que o desmedido crescimento intelectual que o contato com a professora me proporcionou, devo a ela um grande aprendizado acerca de sentimentos como a generosidade, solicitude, compreensão, sutileza, doçura, tantos que o espaço restrito não me permite enumerar. Talvez o maior ganho desta jornada tenha sido o prazer da convivência e a alegria de ter Virgínia como exemplo a ser seguido em minha vida pessoal e profissional. Não posso deixar de externar meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto pela oportunidade concedida, e aos professores Sérgio da Mata e Mabel Salgado, pelas valiosas contribuições no processo de qualificação. Também aos professores que compuseram a banca da defesa da dissertação, Rubens Alves da Silva e Álvaro de Araújo Antunes, pela leitura cuidadosa e propriedade das observações tecidas.

É difícil dizer o quanto meus pais, Marcos e Rejaine foram vitais nesta árdua trajetória, com minha mãe aprendi o amor pelo Reinado, e à ela devo grande parte dos contatos para a pesquisa, além de ter sempre me acolhido tão bem, com tanto amor, felicidade, ternura e sabedoria, mesmo nos momentos em que estive mais reticente. Ao meu pai, devo tanto que o espaço também se mostra limitado para citar tantos predicados, sempre será a pessoa em que me espelharei, modelo de ética e amor, obrigada por ter acreditado em mim, e tornado meu sonho possível. Às minhas irmãs Maysa, Pillar e Yasmin agradeço a cumplicidade, apoio, companheirismo, vitalidade. À minha avó Maria, sou grata por me transmitir o amor pela festa e uma lembrança querida, inspiradora, que sempre me motivou a seguir em frente. Nesse caso cito também meus avôs Eurico, Felícia e Pedro.

Aos amigos que conquistei, antes ou depois desta jornada, todo o meu afeto, especialmente Nathália, Livia e Patrícia, com quem iniciei esta pesquisa ainda na graduação na Universidade Federal de São João del Rei, vitais para o sucesso desta empreitada, assim como a professora Sílvia Brügger, que me apresentou a metodologia da história oral e muito contribuiu para a minha formação como historiadora. Aproveito para agradecer também aos grandes

mestres desta instituição, com os quais muito aprendi, maiormente, Afonso de Alencastro, por me apresentar os meandros da pesquisa histórica, e Carlos Malaquias, grande colega, profissional exemplar. Aos companheiros do Mestrado, agradeço por fazerem desse trajeto mais ameno e alegre, creio que os levarei para a vida toda, especialmente Pablo, Robson, Willian e Karine, que me cativou com tamanha sensibilidade e sabedoria. Não preciso dizer como os admiro e acredito no sucesso profissional de cada um. À república Doce Lar, obrigada pela acolhida, momentos felizes e constante aprendizado. Agradeço principalmente à Letícia, amiga querida, ao Patrick, pela companhia sempre tão doce e profícua, e à Susi, pela convivência cotidiana no espaço da Universidade e de casa, sou imensamente grata pela amizade dedicada, apoio e partilhamento de experiências, sempre tão enriquecedoras. Obrigada aos amigos da república Aquarius, pela terna hospitalidade e por ter me proporcionado tantos momentos de alegria. Às amigas de Itapecerica, Monique, Ju, Mari, Gis e Bebel, por entenderem minha ausência constante e ser o esteio com que pude me apoiar inúmeras vezes, obrigada, sobretudo à Lauren, tão importante no fim desta trajetória e cujas conversas e encontros festivos representaram um bálsamo em meio à rotina de estudos. Aos demais amigos conquistados em São João del Rei, minha eterna gratidão e saudade diária, Lígia (a mais distante fisicamente, que se fez mais presente no cotidiano), Sílvia, Camilla, Victor, Talítha, Vanessa. Não posso deixar de reservar um agradecimento mais que especial à estimada Sueli, pela generosidade no compartilhamento intelectual, devo muito de meu amadurecimento a tal interlocução.

Obrigada, em especial, ao Fábio, por tanto, sobretudo pela cumplicidade, por estar comigo nos momentos felizes ou adversos, por não me deixar sucumbir, e por me mostrar a beleza da arte do encontro. Se não tivesse te conhecido, este percurso não teria tido a mesma graça.

Agradeço, enfim, aos amantes do Reinado, que tanto me auxiliaram e inspiraram para a escrita desta dissertação, espero que tenha conseguido honrá-los e bem representá-los nestas páginas que se seguem.

RESUMO

Os tradicionais festejos de Reinado, celebrações registradas em Itapecerica, centro-oeste de Minas Gerais desde o início do século 1818, têm lugar no município nos segundos finais de semana do mês de agosto, em um bairro cujo nome alude ao arraigado culto a Nossa Senhora do Rosário, o “Alto do Rosário”. A persistência histórica e o protagonismo de tal festividade religiosa, imbricada ao próprio surgimento da antiga vila de São Bento do Tamanduá, motiva esta investigação, que tem como marco cronológico referencial a problemática conjuntura de retenção clerical vivenciada pelo Reinado a partir da década de 1920, com a criação da diocese de Belo Horizonte sob o comando do bispo Dom Cabral, a qual a paróquia de Itapecerica passa a integrar. Apesar do empenho eclesiástico em aniquilar a manifestação religiosa, o advento dos anos 1940 proporciona novos ventos favoráveis ao Reinado, conformação que autoriza celebrada emergência da festa no espaço público local, com o posterior incremento de uma encenação da Libertação da Escravatura. Tais contornos vibrantes que corroboram a centralidade da devoção à Virgem do Rosário no contexto do interior mineiro, e porque não dizer, das festas em sua homenagem, com a adição de novos e paradigmáticos componentes relacionados à afirmação de uma identidade nacional em Itapecerica, serão delineados pelo presente estudo.

Palavras-chave: Reinado/Congado, historiografia religiosa, devoção a Nossa Senhora do Rosário, memória, tradição.

ABSTRACT

The traditional festivities of Reinado have been recorded in Itapecerica, Midwest of Minas Gerais state, since the beginning of the nineteenth century, in 1818. The celebrations take place in the second weekend of August, in a neighborhood whose name alludes to ingrained cult of Our lady of the Rosary, the "Alto do Rosário." The historical persistence and role of such religious festival, imbricated to the own appearance of the former village of São Bento do Tamanduá motivates this research, whose chronological referential framework is the problematic situation of clerical suppression experienced by the Reinado from the 1920s, with the creation of the Diocese of Belo Horizonte, under the jurisdiction of bishop Dom Cabral, which Itapecerica started to integrate. Notwithstanding the ecclesiastical efforts to crush the religious manifestation, the advent of the 1940s provides new favorable winds to Reinado, allowing the celebrated emergency of the feast in the public place, with the subsequent performance of the Emancipation of Slaves. Such vibrant contours that corroborate the centrality of the devotion to the Virgin of the Rosary in the context of gold mining as well as the festivals in her honor, with the addition of new and paradigmatic components related to the affirmation of a national identity in Itapecerica will be outlined in the present study.

Keywords: "Reinado/Congado, religious historiography, devotion to Our Lady of the Rosary, memory, tradition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O Reinado de Itapecerica como tema de estudo.....	09
O emprego do termo “Reinado”.....	16
A problematização da pesquisa e sua fundamentação teórica.....	18
Capítulos e fontes.....	27

CAPÍTULO 1

O Reinado de Itapecerica: circularidades étnicas e matrizes históricas.....	29
1.1. Circularidades étnicas.....	32
1.1.1. Implicações socioculturais de uma identidade afro.....	40
2.2. Matrizes histórico-devocionais.....	46
2.2.1. A devoção à Virgem do Rosário na América Portuguesa.....	46
2.2.2. O culto em terras mineiras.....	49
2.2.3. A particularidade histórica do mito de origem do Reinado de Itapecerica.....	53

CAPÍTULO 2

Uma tradição religiosa local: O discurso leigo nacionalista.....	61
2.1. Reinado e elite: histórico em contexto paroquial (1920-1950).....	61
2.2. O discurso leigo católico na Revista <i>O Natal</i>	80

CAPÍTULO 3

Uma tradição universalizante: o discurso eclesiástico sobre o Reinado nos anos 1920.....	106
3.1. A busca de autoafirmação católica (1890 – 1921).....	109
3.2. O Rosário, ao invés do Reinado.....	114
3.3. O pastor, e não a festa.....	119
3.4. E a cultura religiosa de Itapecerica?.....	131

CAPÍTULO 4

Uma tradição híbrida: o “consagrado capitão-mor José Gomes Filho”.....	149
4.1. Conjuntura paroquial dos anos 1940.....	149
4.2. O personagem “Seu Gominho”.....	163

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	196
------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	200
---------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O Reinado de Itapecerica como tema de estudo:

Itapecerica, a velha Tamanduá de outrora, engala-se, alegremente, para celebrar o seu tradicional Reinado do Rosário”.¹ É com tais palavras que a revista *O Natal*, da cidade de Passos, Minas Gerais, em dezembro de 1920, inicia um artigo que descreve a já conhecida festividade do município vizinho, Itapecerica. O Reinado revestia-se, portanto, de expressividade sociocultural para os moradores daquela região, sendo cabível supor que também gozasse de certa perenidade histórica, pois como atesta a ata de fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, instituída em 1818, eram promovidos festejos religiosos na antiga Vila de São Bento do Tamanduá (primeira denominação da localidade):

Emquanto a Elleição de Juiz, Juíza, Procurador e Irmãos de Meza para festejarem a sam Benedito, será feita pela Meza desta Irmandade com a assistência do Juiz que acaba de servir ao dito Sancto, e assim mesmo serão as Elleições dos mais Sanctos que nesta Igreja se festejar, cujas pessoas Elleitas pagarão tanto quanto como pagarão os novos Mezaros, e farão as Festas a seu arbítrio e rendimento que della sobrar se entregará ao Thezoureiro desta Irmandade para Redificação dos Ornamentos e alfaias ficando as devoções debaixo da inspeção della em seu econômico governo, para que não possam innovar cousa alguma sem consentimento da Meza.²

Há de se considerar que o antigo arraial de São Bento do Tamanduá, atual município de Itapecerica, teve sua fundação, no fim do século XVIII, promovida através da ocupação de terras de localização privilegiada, no entroncamento dos caminhos das Comarcas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas, rumo ao oeste, a

¹ JÚNIOR, Bento Ernesto. Itapecerica. *O Natal*, Passos, dez. 1920. S/N. p. 2. Todas as fotocópias dos exemplares da revista trabalhadas nesta dissertação se encontram reunidas no acervo particular de Célia Lamounier, presidente da Associação Itapecericana das Letras, com sede em Itapecerica-MG.

² Acervo particular da Associação do Reinado de Itapecerica, *Ata de Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos*, capítulo XVI. Itapecerica, 1818.

chamada picada de Goiás.³ A autorização para se construir a Capela de Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica data de 1815, momento em que os festejos do Reinado já deveriam estar presentes no lugarejo, sendo realizados nas proximidades do Natal:⁴

A Elleição de Juiz, Juiza e mais Officiais se fará no dia do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo que He a vinte e cinco de Dezembro, para o que se ajuntarão nesta Igreja os Officiais que servirem na Meza, com o maior número de Irmãos que se puderem congregar e assim juntos no Consistório, o Juiz, Escrivão, Thesoureiro e o Procurador, háí na presença do Reverendo Párocho ou Sacerdote de sua ordem, proporá cada hum três Irmãos dos mais idoneos e aptos, para suceder no Cargo que deve servir, propondo em huma pausa cada hum delles, huma Irmã para Juiza e feita a proposta, chamarão os mais Irmãos [?] para dar cada hum depois o seu voto que lhe tomará o Escrivão da Irmandade, acabada a pluralidade a pluralidade dos votos se tire em huma Sesta os que excederam em votos para servir no anno seguinte. [...] Passado o dia da Festa de Nossa Senhora, logo passados oito dias, no px. Domingo, a Meza dará posse ao Juiz e Juiza nova mente elleitos á face do Altar de nossa Senhora, entregando-lhes as varas que largarem, e os Officiais Mezarios maiores se darão posse no dito dia da Festa a hum mez, mais ou menos em Domingo ou dia Santo [...] ⁵

Nos anos 1920, a Irmandade do Rosário de Itapecerica ainda promovia os festejos do Reinado, conforme descrito pelo periódico *O Natal*, que se caracterizavam pela abundância de comidas e bebidas e peculiaridade das vestimentas. O citado artigo presente em *O Natal*, revista surgida no início do século XX,⁶ apresenta com riqueza de detalhes os preparativos da festividade, merecendo, assim, ser transcrito na íntegra:

³ ANDRADE, Francisco Eduardo de. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América portuguesa. *América Latina en la Historia Económica*. San Juan, N. 35, 273-296, enero-junio, 2011. Disponível em <<http://alhe.mora.edu.mx/index3.html>>, acesso em 14 de abril de 2011.

⁴ Acervo particular da Associação do Reinado de Itapecerica, *Ata de Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos*, capítulo XVI. Itapecerica, 1818.

⁵ Acervo particular da Associação do Reinado de Itapecerica, *Ata de Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos*, capítulos II e III. Itapecerica, 1818.

⁶ O primeiro número que se tem notícia do periódico *O Natal* data de 1906. Esta revista atingiu sua fase mais expressiva na década de 1920, sendo o último exemplar localizado na coleção particular da escritora Célia Lamounier, referente ao ano de 1929.



FIG. 1 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos,
localizada em Itapecerica, Minas Gerais
Disponível em <www.paroquiaitapecericamg.com.br> Acesso em 21 jul. 2011.

Emquanto a Sinhá Rainha de Santa Ephigênia prepara, com as Boa Morte, o clássico aloá de ananaz para oferecer aos convivas, a guisa de cerveja, o Rei, Manoel do Aleixo, cuida com as Firmianas, das broas de fubá de farello, com dizia o irônico Vicente do Barreiro, para a negrada comer com mel. A cargo dos Reis do Rosário, ficará o preparo do apetitoso tútú de feijão e dos doces de arvoredado. Nas vésperas do faustoso dia, ao bimbalar dos sinos e ao troar dos tambores de José Moranga e Viríssimo do Amâncio, começa a batalha de foguetes entre os reis, a qual se prolongava até alta noite. À tarde do Ano Bom, sahe o rei, sob a guarda de José Modesto, em rumo a casa de sua magestade a Rainha, acompanhados do povo do Arranca-Toco e Samambaia, indo na frente o seu ajudante de ordem, Manoel do Ronca, para manter a ordem. Allí chegados, a sinhá Rainha, metida em roupas de cores vistosas, ostentando garbosamente o seu rico diadema, vistoso cordão de ouro ao colo, velha lembrança da Mãe-outra, vae, sob a guarda do imponente Pedrinho, ao encontro do Rei, que espera, com o seu estado maior, à porta. Organizado assim o cortejo, com os vassallos da Rainha, vindos da Bagaginha e Quatro-Bicas, aos salamaleques do José Lauriano, o capitão dos *Moçambiqueiros* e precedidos dos meirinhos João Rosa e João da Dadinha, que, com symbolos bastões, vão à frente abrindo alas, dirigindo suas magestades para o Templo do Rosário, onde ocupam o throno, ali preparado, Fechando o sequilo, vem o José Saia, soltando os foguetes do João da Paz.⁷

Nas linhas finais deste texto, é promovida, inclusive, uma alusão à Irmandade do Rosário. Cabe destacar que esta foi a única menção encontrada a respeito da existência de tal agremiação no século XX. Seja nas colunas que abordam os festejos na revista, seja na documentação eclesiástica pesquisada (diocesana ou paroquial), não foi possível localizar quaisquer outros indícios da promoção dos festejos do Reinado pela Irmandade fundada em 1818:⁸

Do solio, armado junto a meza, assistem suas majestades à entrega de jóias e esmolas dos numerosos devotos à Meza da Irmandade do Rosário, enquanto no adro da igreja reina a mais franca alegria do povo que acaba com todo o sorlimento de biscoutos dos tableiros, e esvasia todos os pótes de aloá.⁹

Os escritos da revista *O Natal*, cujo redator era Hilarino Moraes, proveniente do município de Itapecerica, são perpassados por um tom nostálgico, que também recobre as abordagens da festa de Reinado. Em um artigo em forma

⁷ JÚNIOR. Bento Ernesto. Itapecerica. *O Natal*, Passos, dez. 1920. S/N. p. 2.

⁸ Se a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Itapecerica cultivou a prática de relatar o seu cotidiano em livros de atas, esta documentação, infelizmente, não foi conservada.

⁹ JÚNIOR. Bento Ernesto. Itapecerica. *O Natal*, Passos, dez. 1920. S/N. p. 2.

de carta ao seu prezado amigo Bento Ernesto Júnior, igualmente itapecericano e um principais colaboradores do periódico, especialmente em colunas sobre assuntos relativos à “velha Tamanduá”, Hilarino Moraes relata sua visita à Itapecerica em dezembro de 1925, e, ao enumerar suas impressões sobre a cidade, narrando algumas modificações em relação aos seus tempos de menino, confere importância à ocorrência do Reinado.

No começo deste anno, revi a nossa cidade natal e, ai pisar o torrão querido, lembrei-me, logo, de ti, na saudade despertada pela visão das cousas locais. Attendendo a um gentil convite do nosso prezado Conrintho Diniz, para assistir, em sua companhia, às festas do Anno Bom, resolvi ir a Itapecerica, levando comigo minha mulher e minhas filhas. [...] Eis ahi meu caro, compadre, o que foi a minha visita à terra natal: muita alegria, muita festa; mas também, muita tristesa e decepção. O reinado do Rosario, apesar de sua actual animação, não tem, entretanto, os encantos dos de nosso tempo. Não mais de via alli a esbelta figura do Capitão Caraôlho, a direcção do Vicente do Barreiro, o ressoante troar de caixas do Bonifacio e José Moranga, a água-imperial do Severo Rios, e nem mais a porfia dos foguetes, de vespera, entre suas magnitudes reaes. A Rainha do Rosário, tão elegante com o seu rico vestido e faiscante deadema, rivalisava, em sua belleza, com a princesa Mafalda de Savoya. O Zinho, ao seu lado, julgava-se o Mussolini. Os negros, porém, não estavam nada contentes, por se acharem privados de meza de doces nesse anno em virtude de haverem, os Reis, resolvido, mimoseal-os com 1:000\$000, em vez de jantar tradicional regado à *cham-pinga*...¹⁰

Por meio deste texto, extraído de *O Natal*, percebe-se que os festejos do Reinado em Itapecerica parecem não ter sido totalmente afetados pela empreitada eclesiástica rumo à extinção de tais práticas. O marco referencial para este ensejo foi a criação da diocese de Belo Horizonte em 1922, a qual a paróquia de São Bento passou a fazer parte, sob o comando de Dom Antônio dos Santos Cabral, antigo prelado da diocese de Natal, no Rio Grande do Norte. Em 10 de agosto de 1923, esta autoridade eclesiástica publica o *Aviso nº 5, Proibição da festa chamada Reinado*, enfatizando categoricamente ser “pensamento e desejo da auctoridade Diocesana que desapareça o reinado”.¹¹ Afinal, uma prática de tão remota procedência e sobremaneira arraigada no contexto local de Itapecerica, não

¹⁰ MORAES, Hilarino. Carta a Bento Ernesto Júnior. *O Natal*, Passos, dez. 1925. S/n. p. 9.

¹¹ AABH [Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte], *Livro Avisos e Mandamentos I*. Aviso nº 5: Proibição da festa chamada Reinado, 10/08/1923. No tocante às medidas coercitivas impostas pelo prelado, ver capítulo 3.

poderia se extinguir subitamente, como era o anseio da diocese de Belo Horizonte. E quem corrobora tais ponderações é o próprio bispo Dom Cabral, por meio de um bilhete por ele enviado ao chefe de polícia da capital mineira, em agosto de 1932. No conteúdo da mensagem, o prelado enumera os locais onde se assistia uma persistente recorrência do Reinado, não obstante o esforço das autoridades eclesiais em seu extermínio, dentre elas, Itapecerica, “cidade e distritos”.¹²

Todavia, o *Livro de Tombo* da paróquia de São Bento referente à década de 1930 parecem indicar o fenecimento das festividades de Reinado no município de Itapecerica. As duas únicas menções diretas à festa localizam-se aos anos de 1936 e 1938: nelas, o pároco local, José Medeiros Leite, sacerdote comprovadamente portador de estreitas relações com o bispo, ressalta a ausência das “indesejadas” danças associadas aos festejos, substituídas pelas celebrações em honra à Virgem do Rosário, nas quais os clérigos procuravam destacar as orações, rezas coletivas, novenas, enfim, incentivar o culto ao Santo Rosário, presente no território brasileiro desde os tempos coloniais.¹³

A chegada dos anos 1940 foi coincidente aos relatos de uma crescente apreensão do vigário José Medeiros Leite no *Livro de Tombo* com a “grave crise” verificada na paróquia de São Bento do Itapecerica.¹⁴ Parece que a natureza de tal conjuntura adversa envolvia uma preocupação do clérigo com a propaganda disseminação do espiritismo no local,¹⁵ além do estado calamitoso da fábrica da paróquia, que, segundo registro do padre Hilton Gonçalves de Sousa, sucessor de José Medeiros Leite, em 1946, desautorizava o investimento em urgentes reparos nos templos católicos da cidade. Padre Hilton Gonçalves alude ao incitamento de uma mobilização comunitária em prol da arrecadação de fundos para a concretização de tais reformas, primeiramente na Matriz de São Bento, em seguida na Capela do Rosário.¹⁶

¹² LEONEL, Guilherme Guimarães. *Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões na Festas de Reinado* (Divinópolis/MG). 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. p. 224.

¹³ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 41v.

¹⁴ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 30.

¹⁵ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 29.

¹⁶ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 41-41v.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário parecia, de fato, carecer de imprescindíveis reparações. A próxima fonte documental que nos permite reconstituir os folguedos em Itapecerica data de 1948: encontramos um emblemático folheto que conclama a participação dos itapecericanos na volta do Reinado, mencionando que a renda obtida com a festa seria integralmente empregada nas imperativas reformas da Capela do Rosário.¹⁷

Notável incentivador do festejo na cidade de Itapecerica, a figura do capitão-mor José Gomes Filho, possuía ampla ascendência política e religiosa sobre a comunidade. Mais conhecido pela alcunha de Seu Gominho, branco e filho de portugueses, José Gomes Filho foi um dos condutores do reavivamento do Reinado na cidade¹⁸, na década de 1940, quando a retomada da festa ganha contornos de uma volta triunfal. Algum tempo após esta decisiva vitória dos congadeiros, um novo elemento foi agregado ao Reinado pelo seu capitão-mor, em 1957:¹⁹ a representação da figura da Princesa Isabel por jovens da cidade a qual, anos depois, passa a protagonizar uma encenação da libertação dos escravos, componente alegórico na medida em que representa a associação do Reinado com um sentimento de identificação nacional.²⁰

A incorporação da figura da Princesa Isabel e da cena da abolição no Reinado de Itapecerica é de suma relevância para se compreender as impressões e sentidos relacionados à festividade no município no tempo presente. Tanto que as variadas representações da personagem real por mulheres da cidade tornaram-se alvo de uma pesquisa recente, promovida entre os meses de julho e agosto de 2012, portanto, nas proximidades da ocorrência da festa. A investigação foi

¹⁷ Acervo particular de Inesília Luzia Silva (Preta), neta de José Gomes Filho. *Folheto de Divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica*. Itapecerica, setembro de 1948.

¹⁸ GIFFONI. Maria Amália Corrêa. *Reinado do Rosário de Itapecerica*. São Paulo: Associação Palas Athena do Brasil, Massa Ohno Estúdio, 1989. A publicação desta obra fez parte das comemorações do cinquentenário da principal empresa de Itapecerica, a Nacional de Grafite, voltada para a extração do minério, e apesar da autora pertencer ao meio acadêmico, tendo ocupado uma cátedra sobre folclore na Universidade de São Paulo, o livro possui um viés bastante identificado com a construção de uma memória positivada o Reinado do município, sendo inclusive, dedicado à presidente da citada indústria, a qual convidou, hospedou, e apresentou a festa para a estudiosa Maria Amália Corrêa.

¹⁹ Para a memorialista local Josyany Garcia, a incorporação da cena de libertação do regime escravocrata pela figura representativa da Princesa Isabel teria se dado em 1962. Segundo consulta à coleção de folhetos de divulgação do Reinado, obtida pesquisadora através de um antigo empregado do capitão-mor José Gomes Filho, o primeiro registro da ocorrência do esquete da Abolição consta no ano de 1965.

²⁰ GARCIA. Josyany de Oliveira. O grande Reinado do Rosário – Itapecerica/MG. *O Tamandú Desaparecido*, Itapecerica, N. 1, agosto, 2012.

iniciada por uma cidadã local, Josyany Garcia, por meio da propagação em redes de relacionamento sociais da internet, do propósito de se produzir uma publicação de cunho memorialístico sobre a o Reinado que tinha como ensejo principal a recuperação de registros fotográficos das “Princesas Isabel do Reinado de Itapecerica”. Intento divulgado e prontamente atendido: no curto espaço de um mês, Josyany foi capaz de, auxiliada pela abrangente repercussão em tempo real proporcionada pela agilidade da internet, reunir em seu acervo, simplesmente fotos de todas as jovens que se revestiram da personagem do passado monárquico brasileiro, desde 1957 até 2012. Foram, ao todo, 59 imagens coletadas, que originaram mais uma publicação que busca reconstituir o “Grande Reinado do Rosário de Itapecerica”, título do primeiro número da revista de Josyany, *O Tamanduá Desaparecido*, que é o nome do primeiro livro da pesquisadora, igualmente memorialístico, sobre a história da cidade de forma geral.

A instigante trajetória do Reinado de Itapecerica não havia ainda sido constituída em objeto de pesquisa, talvez em razão da rarefação de fontes. Afinal, não obstante a existência da Ata de fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos,²¹ nenhum outro documento relativo à entidade agenciadora das antigas coroações negras foi preservado. Apesar deste empecilho, a peculiaridade do Reinado em Itapecerica, sua feição aglutinadora da comunidade, que faz com que esta festa seja constantemente relacionada à afirmação da identidade do município, todo este panorama merecia uma investigação pormenorizada, que procurasse enfrentar os obstáculos do silenciamento das fontes, e tentasse reconstituir os fragmentos do percurso histórico vivenciado pelas coroações da realeza negra na localidade.

O emprego do termo “Reinado”

Da gama de elementos circulantes entre os grupos africanos e afrodescendentes na América, encontram-se os festejos do congado. O sociólogo Rubens Silva, ao explicitar o sentido deste termo, afirma que “estou empregando-o em um sentido genérico de classificação, [...] tendo claro que há divergências quanto ao emprego genérico desta terminologia entre os estudiosos e mesmo da

²¹ Acervo particular da Associação do Reinado de Itapecerica *Ata de Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos*, capítulos II e III. Itapecerica, 1818.

parte de congadeiros”.²² Na investigação de um “Reinado de Congos na Bahia setecentista”, a historiadora Sílvia Hunold Lara, assim como Marina de Mello e Souza, atribui centralidade aos “significados cruzados” de tais celebrações, e assevera que as mesmas foram tradicionalmente contempladas por estudos etnográficos e antropológicos, sobretudo por meio das análises folcloristas predominantes nos séculos XIX e XX. A pesquisadora assegura a falta de diferenciação semântica entre os termos “reinado” e “congado” em tais estudos, os quais são reduzidos ao mesmo fenômeno e classificados como expoentes da cultura popular do país.²³

Nesta dissertação, postula-se que a utilização dos termos “Reinado” ou “Congado” depende da localidade pesquisada, podendo soar sim, especialmente em Minas Gerais, como sinônimos, referindo-se igualmente às festividades locais oriundas das antigas coroações de reis negros. No município de Itapecerica, por exemplo, tal festa é conhecida popularmente pela alcunha de “Reinado”. Em alguns locais, contudo, o termo alude a um componente específico do ritual, conforme evidenciado pelo pesquisador Rubens Silva:

Este rito pode ser considerado o principal na manifestação do congado em Minas Gerais. O Reinado define-se pelo conjunto das personagens “coroadas” que, nos dias de festa, recebem homenagens dos grupos rituais. [...] Tradicionalmente, destacam-se, á frente do Reinado, as figuras do Rei e da Rainha Congos. Eles representam, simbolicamente, o elo com a ancestralidade e com a distante Mãe-África. Além do casal de reis congos, destacam-se os chamados Reis e Rainhas Perpétuos. Para completar este quadro estrutural é preciso mencionar, ainda, a presença de reis, rainhas, príncipes e princesas, em geral escolhidos anualmente e que se apresentam como representantes das coroas associadas aos santos da devoção congadeira.²⁴

Assim, nesta pesquisa, opta-se pelo uso prioritário do termo “Reinado” para se referir à festividade, já que é a denominação mais comum em Itapecerica, mas acrescenta-se que, em algumas localidades, a expressão trata de um rito particular da festa, o principal, inclusive. Ainda segundo Rubens Silva, o termo

²² SILVA, Rubens Alves. *Negros católicos ou catolicismo negro?* Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 16.

²³ LARA, Sílvia Hunold. “Significados cruzados: um Reinado de congos na Bahia setecentista.” In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). *Carnavais e outras frestas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Ed. Unicamp; Cecult, 2002.

²⁴ SILVA, Rubens Alves. Op. Cit. p. 18.

“Congado ou Congada, é a definição mais simples, encontrada para designar a reunião de todos os ternos.”²⁵ Nesta perspectiva, “terno” é “a menor unidade do congado”, agrupamento formado pelos participantes da festa, dançadores ou brincadores, que acompanha a realeza em cortejo, também conhecido como “guarda” ou “corte”.²⁶

A problematização da pesquisa e sua fundamentação teórica

A escolha desta temática de estudo mostra-se, por sua vez, indissociável de minha relação biográfica com o Reinado de Itapecerica. Afinal, como cidadã nascida e criada na cidade, desde muito nova me vi envolvida com a ocorrência da festa no bairro de sugestivo nome “Alto do Rosário”, onde, inclusive, residiam meus avós maternos. Assim, sempre me indaguei a respeito da história da festa, porém, tais reflexões tornaram-se mais objetivas a partir do ano de 2006, quando, já em curso da graduação em História, me matriculei em uma disciplina introdutória da metodologia de História Oral, e tive oportunidade de realizar, conjuntamente com algumas colegas, uma série de entrevistas com o propósito inicial de investigar a trajetória e representatividade do Reinado nas memórias de alguns moradores da cidade, com níveis distintos de envolvimento com a festa.²⁷ Os depoimentos se mostraram tão impactantes e intrinsecamente imbricados aos percursos de vida dos entrevistados, que suscitaram o seguinte questionamento: quais os significados deste evento para os moradores de Itapecerica, em suas transformações temporais e em suas tensões político-sociais?

Uma vez delimitada a problemática norteadora desta pesquisa, o estudo de Carlos Rodrigues Brandão sobre o Congado de Catalão, sul de Goiás, em que subsiste uma percepção da festa como possuidora de um valor em si mesma, na medida em que ela possibilita uma experiência de mediação religiosa entre o sujeito, o coletivo e o sagrado, que prescinde de uma liderança eclesial para sua concretização, mostrou-se de suma importância sob um viés teórico-conceitual.²⁸ A obra de Brandão teve o mérito de, em detrimento das análises de viés folclorista em voga, privilegiar a compreensão do processo ritual do Reinado,

²⁵ Ibidem, p. 19.

²⁶ Ibidem, p. 16-17.

²⁷ A graduação foi realizada na Universidade Federal de São João del Rei, e a disciplina em questão foi ministrada pela admirada professora Sílvia Brügger.

²⁸ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Festa do Santo de Preto*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985.

contextualizando seu significado para os agentes, não mais tratando a celebração como mero evento isolado, cujo interesse acadêmico resumia-se em uma simples descrição e comparação com outras práticas semelhantes. A atribuição de fenômeno religioso ao Reinado é uma constante nas análises sobre a festa na atualidade, em pesquisas que integram distintos domínios das Ciências Humanas.

²⁹ Efetivamente, as justificativas dos devotos para sua participação no Reinado envolvem crenças e episódios exprimem a interação direta entre a santa do Rosário e os seus fiéis:

Quase todos os “irmãos” *dançam* ou *brincam* por causa de um voto feito à santa, em uma relação contratual de “promessa”, comum na Igreja Católica, mas, em Catalão e na Congada, saldada através da participação pessoal e direta na dança, uma vez, algumas vezes, para o resto da vida. Muitos dançantes, depois de “brincar por voto”, “tomam gosto” pela Congada e não mais a abandonam.³⁰

Para Pierre Sanchis, também antropólogo, a promessa consiste em um fenômeno integrante da “economia do dom,” ou mais propriamente de uma permuta de dons, na qual, em troca da graça alcançada, o fiel oferece algum ato simbólico que, em última instância, visa enaltecer e elevar a divindade no plano terreno. No Reinado, o sentimento de fé e gratidão do devoto para com a entidade, é vivificado de modo pulsante através do envolvimento pessoal e direto na festa, na dança, no canto; por conseguinte, trata-se de uma experiência religiosa de intermediação, em que o fiel sente participar ativamente. Talvez seja devido a este envolvimento frontal, uma “relação contratual” sem intermediários, que muitos fiéis tomam gosto pela dança e não mais a abandonam, como afirma Carlos

²⁹ Dentre tais estudos podemos citar: KIDDY, Elizabeth W. Progresso e Religiosidade: Irmandades do Rosário Minas Gerais, 1889-1960. *Tempo*, Rio de Janeiro, N. 12, p. 93-112, 2001; LUCAS, Glaura. *Os sons do rosário*; o Congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Editora UFMG coleção Humanitas, 2002; SILVA, Rubens Alves. *Negros católicos ou catolicismo negro?* Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010; COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As Raízes da Congada: A renovação do presente pelos filhos do Rosário*, 2006. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006; RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: memórias, identidades e tradições no Congado de Oliveira (1950-2009)*. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006; OLIVEIRA, Sueli do Carmo. *O Reinado nas encruzilhadas do catolicismo*. A dinâmica das comunidades congadeiras em Itaúna/MG. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) –, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

³⁰ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op. Cit. p. 88.

Rodrigues Brandão. É nesta perspectiva que Pierre Sanchis afirma que, apesar da festa instituir-se a partir de uma iniciativa comunitária, uma vez criada e realizada, “contribui para estruturar o tempo social”, impondo-se à comunidade.³¹

Sob tal viés, um dos testemunhos mais elucidativos foi da afrodescendente Lázara das Graças Marques, Rainha Conga em 2006, integrante de uma família cujos membros participam ativamente da festa de maneiras distintas: dançando nos ternos, atuando como reis e rainhas congos ou perpétuos e também no momento da encenação da Abolição da Escravatura. Uma das justificativas de Dona Lázara para sua participação na festa de Reinado de Itapecerica refere-se a uma promessa feita por ela a Nossa Senhora do Rosário, a qual resultou em graça alcançada e renovação da fé na Virgem. Ao ser indagada se seria devota de Nossa Senhora do Rosário, Lázara nos narra o episódio:

Sou! Tenho até uma graça alcançada. Acho que é por isso que me puxa mais, sabe? [se refere à participação no Reinado] Fiz promessa prá minha menina que estava doente, sabe? O médico mesmo falou isso, o doutor Dorival falou que nem adiantava levar ela fora que o que tinha pra fazer já tinha sido feito, o que ele fez aqui iam fazer lá fora, que era prá agarrar com o santo da minha devoção, na mesma hora eu agarrei com Nossa Senhora do Rosário. Acho que a gente tem que ter muita fé. Ela é boa, né?³²

É fulcral reconhecer a grande contribuição da obra da historiadora Marina de Mello e Souza sobre a história da festa de coroação de reis negros no Brasil escravista.³³

Fruto de uma história que busco reconstruir, as coroações de rei congo ligavam-se à cristianização do reino do Congo no final do século XV, ao espaço simbólico que o Congo ocupava na África-Centro-Occidental, tanto para africanos como para portugueses, às características particulares do tráfico transatlântico de escravos, à formação de novas comunidades de africanos escravizados e seus descendentes na América

³¹ SANCHIS, Pierre. *Arraial: festa de um povo*. As romarias portuguesas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983. p. 83.

³² Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006. Todas as entrevistas utilizadas na pesquisa foram motivadas pelo trabalho de conclusão ao curso introdutório da metodologia da História Oral, tendo tido a participação das alunas, agora historiadoras formadas, Nathália Pimenta de Carvalho, Livia Alves Resende e Patrícia Andrade Lício.

³³ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

portuguesa, ao tipo de catolicismo aqui praticado e às relações entre estas comunidades e a sociedade senhorial. Tendo na festa o momento máximo de visibilidade, essas eleições de reis expressavam determinados valores e concepções de mundo por meio dos rituais realizados e dos símbolos utilizados.³⁴

Inicialmente interessada na incoerência da presença dos reinados negros em algumas regiões e supressão em outras,³⁵ Marina acabou voltando-se para os matizes culturais africanos destas celebrações, vindo a priorizar a investigação de tais nuances:

Além de trazer um tema mais explorado na antropologia e nos estudos de folclore para o campo da história, o meu livro também fez um esforço de entender manifestações afro-brasileiras à luz das realidades africanas, sob inspiração de Robert Slenes, de Sidney Mintz, de Richard Price, e de vários outros autores que analisaram dessa perspectiva as sociedades caribenhas e do sul dos Estados Unidos. [...] John Thornton foi um autor fundamental para começar a entender o que ele chamou de "catolicismo africano", forjado no reino do Congo e espalhado para regiões vizinhas. Além de considerar na minha análise dos reinados negros brasileiros algumas de suas possíveis relações com o chamado "catolicismo africano", o conhecimento das formas de organização social e política das sociedades africanas, e de seus sistemas culturais, permitiu que eu construísse uma interpretação da força da presença dos reis negros, e posteriormente das congadas, entre muitas comunidades brasileiras.³⁶

Ao apropriar-se dos estudos do historiador norte-americano John Thornton, especialmente de sua análise sobre os trânsitos entre europeus e as variadas etnias na África Centro Ocidental, na qual confere relevância a

³⁴ Ibidem, p. 19.

³⁵ Ibidem, p. 17-18.

³⁶ SOUZA, Marina de Mello e. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Rev. Hist.*, São Paulo, n.152, jun. 2005. Os antropólogos americanos Sidney W. Mintz e Richard Price publicaram em 1976, *O nascimento da cultura afro-americana*. Em 1992, este ensaio mereceu uma reedição atualizada, que procurou incorporar as novidades das questões etno-raciais, cf. MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma Perspectiva Antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas Editora e Universidade Candido Mendes, 2003. Uma das grandes contribuições do livro refere-se ao postulado de que quaisquer análises que enfoquem as chamadas heranças culturais africanas devem pautar-se não por deduções epistemológicas sem base empírica ou apenas em estudos dos africanismos no Novo Mundo, mas sim voltar-se para o trabalho etnográfico realizado na própria África, embora sem projetar tais análises, de maneira indiscriminada, no percurso temporal. Tais conjecturas inspiraram alguns trabalhos no Brasil, cf. SOUZA Marina de Mello e; VAINFAS, Ronaldo. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 95- 118, 1998. SLENES, Robert, "Malungu ngoma vem!" África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.12, p.48-67, dez/jan/fev, 1991.

apregoadas homogeneidade e compartilhamento cultural na região,³⁷ Marina de Mello e Souza evidencia as correlações entre “os reinados negros brasileiros” e o conceito elaborado pelo autor de “catolicismo africano”, atribuindo, em larga medida, a tal associação, a “força da presença dos reis negros, e posteriormente das congadas, entre muitas comunidades brasileiras”. A historiadora pondera que os “reis negros no Brasil escravista eram pólos aglutinadores de comunidades que construía novas identidades a partir dos seus legados africanos”, apregoadando que, em meio a tal contexto, africanos e afrodescendentes puderam constituir uma identidade negra católica.³⁸

O estudo de Marina de Mello e Souza não deixa claro se a autora associa a persistência das festas de Reinado e/ou Congado nos dias atuais com a observância de uma “identidade negra católica” neste contexto. Pode-se aferir, por meio da leitura da obra da historiadora, que Marina de Mello e Souza se apropria das conclusões tecidas pela antropologia norte-americana, nas quais se propõe uma investigação das realidades africanas sob a ótica das intepetrações culturais em que não há um pólo dominante, *a priori*, e também da categoria de “catolicismo africano”, de John Thornton, cuja ênfase seria em certa homogeneidade cultural centro-africana, que teria se mantido nos processos de diáspora. Neste aspecto, deve-se mencionar que o postulado que prega a “consolidação de uma identidade negra católica construída a partir de elementos africanos, porém no âmbito da dominação colonial”³⁹, não será, nesta dissertação, utilizado como chave de análise para se explicar a vitalidade das festas em homenagem à Virgem do Rosário, já que há dúvidas quanto à projeção deste conceito para o tempo presente, além de que pretende-se atribuir importância aos processos de mobilidade cultural relacionados aos festejos.

Se o Reinado atingiu tamanho destaque em alguns locais, foi devido à autenticidade da experiência religiosa proporcionada pela festa, veiculada direta ou indiretamente ao culto a Nossa Senhora do Rosário. Deste modo, considerar esta vivência religiosa a partir de uma atitude de “resistência” que pressuponha a

³⁷ THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

³⁸ SOUZA, Marina de Mello e. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Rev. Hist.*, São Paulo, n.152, jun. 2005. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092005000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 de agosto de 2012.

³⁹ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista*. Op. Cit. p. 268.

suposta adoção dos preceitos católicos apenas como estratégia para assegurar a manutenção de tradições religiosas e culturais africanas parece não dimensionar a densidade da devoção à Virgem do Rosário, que é expressa através das festas em sua homenagem.

A obra *Negra Raízes Mineiras*, que enfoca a comunidade dos Arturos no município de Contagem, é construída com base no postulado de que “a resistência dos Arturos é uma metonímia da resistência dos negros em Minas Gerais”⁴⁰, o que acarreta a motivação dos autores em investigar a vida no agrupamento com o propósito de evidenciar o que seriam “elos” com a África. O termo “Arturos” faz referência ao patriarca Arthur Camilo Silvério, descendente de cativos, que teria chegado à região que hoje corresponde a Contagem no final do século XIX. Deste primeiro núcleo familiar originou-se a comunidade que, na ocasião do referido estudo, contava com 25 residências que abrigavam um total de 117 Arturos.⁴¹

Os pesquisadores Núbia Gomes e Edmilson Pereira compreendem a formação dessa comunidade a partir de um esforço pela preservação das heranças africanas, no quadro de opressão gerado pelo sistema escravista; neste caso, a vivência religiosa vinculada ao catolicismo estaria atrelada a uma tradição de “sincretismo” e “dissimulação”, inaugurada por seus antepassados e que teria possibilitado conservar a religiosidade africana no interior das confrarias, encoberta por um “verniz de cristianização”. Daí que nos atuais grupos negros subsistiriam matizes africanas, “revestidos de configuração católica”.⁴²

Mas considerar a experiência religiosa apregoada nas festas do Rosário a partir de termos como “dissimulação” ou “verniz de cristianização” implica em considerar o pertencimento católico dos negros como algo que soa falso, postiço, como se a persistência na realização das festas de Reinado em distintos territórios pudesse se manter ancorada em solo tão escorregadio. Além disso, os encontros vividos com a chegada dos escravos africanos em terreno brasileiro devem ser analisados tendo em vista a dinâmica de processos de interpenetrações culturais, em que nenhuma das culturas envolvidas está imune de transformação. Pode-se considerar o culto a Nossa Senhora do Rosário em Minas Gerais como um dos produtos mais vistosos e duradouros de tais trocas culturais, cuja autenticidade é

⁴⁰ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Negras raízes mineiras - Os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000. p. 119-124.

⁴¹ *Ibidem*. p. 134.

⁴² *Ibidem*. p. 14-25.

comprovada através de diversas conjunturas, como na invocação aflita da devota que buscava a cura de um ente querido, quando todos os recursos da medicina esgotavam-se.⁴³

Não se refuta, porém, que a experiência religiosa proporcionada pelas festas de Reinado seja representativa da cultura negra. Mencionando-se apenas um exemplo, o toque dos tambores na festa indica o recurso a matrizes africanas, nas quais tais instrumentos eram tidos como mediadores no contato com o mundo espiritual, como indica a etnomusicóloga Glaura Lucas:

Os rituais do Reinado se cumprem em meio à música, cuja força emana dos sons produzidos nos instrumentos, dinamizando a palavra cantada e os gestos do corpo. Os instrumentos, principalmente tambores e caixas, são sagrados, corpos intermediários no canal de acesso do homem ao divino. O tocar, portanto, é um ato de oração, assim como o cantar e o dançar, não sendo a música instrumental um mero veículo para o canto e para a dança, nem tampouco a música, como um todo, um componente ornamental na experiência religiosa.⁴⁴

Contudo, este reemprego não deve ser tomado como uma permanência, uma remissão a referências ancestrais africanas, pois tais práticas nos cultos católicos podem ser utilizadas com base em sentidos híbridos, historicamente díspare das matrizes, e nem por isso menos identitários.

O Reinado pode ser então entendido como um pólo de convergência de representações e significados, numa perspectiva de “interculturalismo”, cuja ênfase interpretativa recai sobre as “fronteiras” culturais, lugares de encontro – mas também de confronto – entre tradições e pertencimentos.⁴⁵ Tal enfoque atenta para os processos de hibridização cultural, que são mobilizadores de identidades abertas, em construção permanente, sem deixar de inquirir as estratégias de poder que permeiam as relações culturais.⁴⁶ De forma similar, também a historiadora Fernanda Rubião, ao estudar o Reinado em Oliveira, apropria-se do conceito de “identidades contraditórias” tecido por Stuart Hall, considerando que “a

⁴³ Refere-se ao discurso da reinadeira Lázara das Graças Marques, que descreve a graça alcançada através de promessa feita á Nossa Senhora do Rosário.

⁴⁴ LUCAS, Glaura. Op. Cit. p. 235.

⁴⁵ FORQUIN, Jean Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médias, 1993. p. 61-62.

⁴⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997; CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.

identidade plenamente unificada, segura, completa e coerente é uma fantasia”,⁴⁷ quando referida aos múltiplos pertencimentos que os festejos do Congado propiciam aos seus integrantes. Nesta perspectiva, uma categoria chave para esta análise é “tradição”, conceito basilar para os fluidos processos de delimitações identitárias:

Possuir uma identidade cultural neste sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de “tradição”, cujo teste é de fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua “autenticidade”. É, claro, um mito – com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história.⁴⁸

Já sob um viés mais especificamente historiográfico, recorreu-se às reflexões do historiador Estevão C. de Rezende Martins acerca da memória na “cultura contemporânea”, pautada em três categorias principais: “lembrar, esquecer, comemorar”. O pesquisador assevera que “as escolhas das sociedades tendem a assumir a tríade lembrar-perdoar-comemorar, mais do que a lembrar-julgar-punir ou esquecer-recalcar-omitir”. Sob este prisma, Estevão Rezende Martins aponta para uma memória, cuja essência não é de vingança ou de conflito, e sim de conciliação e de comemoração, amálgama construída por meio do distanciamento temporal e historiográfico, isto é, há uma incubação do tempo social, em que permite a elaboração da dor, ao mesmo tempo em que possibilita a crítica de uma memória prisioneira do trauma:

O distanciamento crítico não necessariamente está presente entre os partícipes diretos de eventos cuja lembrança é traumática. Mais comumente tem-se, nesse caso, a lógica da compensação, da correção, da reparação, da punição, quando não da vingança. É de se reconhecer que esse distanciamento é difícil e pode parecer frieza ou indiferença. Não o é. O tempo social afasta-se lenta mas seguramente do tempo da dor – que

⁴⁷ HALL, 1997. Apud: RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: memórias, identidades e tradições no congado de Oliveira (1950-2009)*. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 151.

⁴⁸ HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 29.

também foi social em seu momento. O tempo historiográfico é sempre posterior ao tempo vivido originário. É certo, não obstante, que a proximidade entre o tempo da experiência – do passado vivido, que ainda está presente nas gerações seguintes – e o tempo da reflexão põe dificuldades psicológicas culturais.⁴⁹

Norteados por estas digressões teóricas, o historiador elabora o conceito de “memória cicatrizada”,⁵⁰ o qual parece adequar-se de forma geral à festa de Reinado da cidade de Itapeverica, no que diz respeito ao impacto da repressão diocesana dos anos 1920, que suspendeu as festividades do Reinado. Esta conjuntura desfavorável, seguida da posterior reversão vitoriosa protagonizada pelo líder comunitário, “Seu Gominho”, parece vital para a consumação do caráter identitário do Reinado na cidade, e sua concomitante leitura positivada na memória local. Se o folguedo teve seu surgimento no país imbricado à insígnia escravista no período colonial, “Seu Gominho”, por meio do acréscimo da cena da Abolição pela Princesa Isabel, já nos anos 1960, reforçou sobremaneira a releitura utópica de uma dinâmica de redenção sociocultural, reiterada ano após ano, a cada festa do Reinado. E entre vários desdobramentos dessa “cicatrização da memória”, inclui-se, na atualidade, a proposta de Josyany Garcia de elaboração de um trabalho memorialístico alicerçado em imagens sobre as mulheres que, representando a Princesa, reforçam a unidade sobre o conflito, sem negar a diversidade:

Assim, os modelos de “civilização” construídos socialmente ao longo dos séculos vêm sempre carregados da pretensão abrangente de valer não só para si, mas também por si e para todos. A exigência social da lembrança ou da comemoração comporta em si uma dimensão ética, na medida em que se considera bom (ou correto, ou justo) manter viva a memória de tal ou qual pessoa, de tal ou qual evento, como imperativo pedagógico da formação, consistência e durabilidade da comunidade para a qual essa lembrança é fator de coesão e identidade. Inversamente, omitir ou escamotear tal lembrança seria considerado como uma traição à identidade grupal da comunidade.⁵¹

⁴⁹ MARTINS. Estevam C. de Rezende. Tempo e memória: construção social do passado na história. *Associação Nacional de História – ANPUH. VIV Simpósio Nacional de História. 2007. p. 7.*

⁵⁰ *Ibidem*, p. 8.

⁵¹ *Ibidem*. p. 2.

Capítulos e fontes

Esta dissertação está subdividida em quatro capítulos que procuram dar conta da especificidade da festa de Reinado de Itapecerica no tempo presente, assim como dos distintos entendimentos de tradição imbricados no discurso a respeito dessa manifestação religiosa, sobretudo entre as décadas de 1920 e 1940, isto é, no momento ápice da condenação episcopal aos festejos.

No primeiro capítulo, a ênfase recaiu na particular dimensão intraétnica portada pelo Reinado no município de Itapecerica, em associação com o envolvimento histórico da elite local com essa festividade, além de abordar-se o expressivo alcance social da devoção a Nossa Senhora do Rosário, a qual, postula-se, foi capaz de atingir distintos segmentos do município.

O envolvimento da elite nos festejos de Congado da região-centro mineira motivou a elaboração de um balanço historiográfico que pretendeu estabelecer alguns pontos coincidentes na cronologia da realização das festividades no local, principalmente após o endurecimento da perseguição eclesiástica, na ocasião do surgimento da nova diocese de Belo Horizonte, sob a chefia do prelado Dom Antônio dos Santos Cabral. Tal esforço de sistematização inaugura o segundo capítulo, que também enfoca a centralidade conferida pelo periódico *O Natal* às dimensões identitárias do Reinado referentes à cidade, à esfera regional e ao país, produção de um discurso “leigo nacionalista católico”.

O terceiro capítulo trata do discurso eclesiástico que estabelece a interdição diocesana ao Reinado, sua leitura universalizante de tradição (ainda que de inspiração na tradição romana) e o esforço de implantação de um catolicismo alicerçado na plena vivência sacramental e em uma concepção austera de religiosidade, cuja tendência era de exclusão a festividades religiosas tidas como lascivas, embora há muito enraizadas em território, como o Reinado. Assim, a repercussão de tais medidas diocesanas na esfera paroquial do município de Itapecerica também se vê abordada neste capítulo, com um realce especialmente voltado para a atuação dos membros do clero local interessados na supressão da festa.

Por fim, as mudanças na conjuntura dos anos 1940, as quais justificam a possibilidade aberta para uma nova emergência dos festejos de Reinado no espaço público da paróquia de São Bento do Itapecerica, serão assunto do capítulo quatro, que, finalmente, também toma por objeto a trajetória biográfica de um dos

maiores defensores da festa na cidade e cuja liderança comunitária ilustra de modo ímpar uma leitura híbrida de tradição, intrinsecamente relaciona aos festejos.

O conjunto de fontes abarcadas pela pesquisa é caracterizado pela heterogeneidade. Particular importância teve a documentação eclesiástica, cuja organização e sistematicidade características auxiliaram na tentativa de estabelecimento de uma cronologia precisa da condenação diocesana ao Reinado. Por meio de pesquisa no Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e Arquivo da Paróquia de São Bento de Itapecerica, travou-se contato com uma gama de documentos imprescindíveis para a escrita da dissertação. A consulta aos acervos particulares de habitantes de Itapecerica também foi fundamental, e resultou em outra fonte de suma relevância: os textos da revista *O Natal* sobre o Reinado, concentrados, sobretudo na década de 1920, portanto contemporâneos à perseguição clerical. Por fim, recorreu-se às fontes orais, ou seja, às entrevistas com moradores de Itapecerica com distintos níveis de envolvimento com Reinado, com o intuito de elucidar alguns aspectos da trajetória dos festejos na cidade, bem como de investigar as impressões suscitadas pela manifestação religiosa tão destacada na vida comunitária local.

CAPÍTULO 1

O Reinado de Itapecerica: circularidades étnicas e matrizes históricas

Em conversas com os moradores do município de Itapecerica, foi possível perceber que a feição aglutinadora do Reinado é largamente realçada. Nota-se a centralidade da festa na memória local, fato evidenciado já nos primeiros contatos estabelecidos visando a realização desta pesquisa.

Dois depoimentos mostraram-se particularmente importantes para a compreensão das correlações tecidas entre a festividade e a experiência comunitária no município. A escolha das entrevistadas, Lázara das Graças Marques e Maria Augusta Teixeira dos Reis foi norteadada pela proposta de análise das percepções, reminiscências e até mesmo dos sentimentos suscitados pela festa de Reinado para duas moradoras do município de Itapecerica, de perfil sócio-econômico distintos, mas que, entretanto, integram dois núcleos familiares envolvidos com as festividades.

Lázara, Rainha Conga em 2006, mora em uma casa simples que abriga uma extensa família afro-descendente composta por filhos, netos e sobrinhos, no bairro Bom Jesus, periferia do município. É sobrinha de Geralda Pio, figura de destaque da interpretação da abolição da por mais de 50 anos, na qual representava uma negra açoitada pelos feitores de grandes fazendeiros, falecida no início dos anos 2000. A maioria dos membros desta família participa ativamente da festa de maneiras diferentes: dançado nos ternos⁵² – sobretudo o Moçambique, por ser “mais de preto” -,⁵³ atuando como reis e rainhas congos ou perpétuos e também no momento da encenação da Abolição da Escravatura.

Por sua vez, Maria Augusta, já octogenária na ocasião da entrevista,⁵⁴ é a matriarca de uma família de classe média da cidade, estabelecida e criada no

⁵² Menor agrupamento do Reinado, que reúne os “dançadores”, “brincadores” ou “soldados” da festa, também chamado de “guarda” ou “corte”.

⁵³ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

⁵⁴ Pouco mais de três anos após este depoimento, em março de 2009, Dona Maria veio a falecer em decorrência de complicações renais.

bairro Alto do Rosário, mais precisamente ao lado da Praça Santa Cruz, palco principal do momento ápice da festa de Reinado, onde os ternos se encontram e é realizada a dramatização. Por este motivo, mesmo sem estar envolvida diretamente no Reinado, Dona Maria pôde testemunhar seu desenrolar através de décadas. Ao ser questionada acerca de sua participação nos festejos, além do possível envolvimento de seus filhos e netos, Dona Maria procura destacar que apesar de não dançarem nos ternos, todos gostam de Reinado e fazem questão de assistir, “acham bonito”. Não dançam porque “não têm coragem, têm vergonha”. Assim mesmo, “todos gostam” ela ressalta.⁵⁵

Lázara afirma que a implicação familiar no Reinado teve início com seu tataravô, possivelmente um negro cativo. Ela afirma participar da festa desde menina, aos sete anos já exercia a função (inexistente nos dias atuais) de júiza:

A gente arrumava uma pessoa para segurar o guarda chuva para a gente, a gente vinha com um buquezinho de flor e uma caixinha que o senhor Zé Gominho mandava prá gente [...] o Zé Gominho me convidou, ele que encaminha as pessoas.⁵⁶

O que justificaria o interesse da família pelo Reinado, o que suscitaria seu envolvimento desde tão criança? Segundo Lázara, uma espécie de “dom”, “parece que é do sangue mesmo, um vai puxando o outro”.⁵⁷ Tratar-se-ia de uma herança familiar, passada de pai para filho?

Eu acho que passa, meus netos pequeninhos já gostam, ficam doidinhos chorando, pedindo à mãe deles para colocar eles no terno do meu irmão. [...] Meu menino já dança há um bom tempo, eu acho que é desde os dez anos. [...] Agora ele esta com vinte. Dança nesse terno também, Catopé.

A parte mais interessante nos dois depoimentos emerge a partir da pergunta a respeito do sentimento de ambas no momento crucial do Reinado, isto é, na manhã de domingo. Ocorre então a subida conjunta dos ternos no morro da igreja do Rosário e encontro do cortejo real na Praça Santa Cruz, com a presença

⁵⁵ Entrevista realizada pela autora com Sra. Maria Augusta Teixeira dos Reis, em abril de 2006.

⁵⁶ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006. Apesar do Sr. Gominho ter falecido há mais de 20 anos, ainda na década de 1980, a entrevistada costuma se utilizar do presente como tempo verbal, ao citá-lo. Tal uso é recorrente em sua fala, possível indício do destaque da figura na liderança da festa, bem como da longevidade e alcance da de suas diretrizes reguladoras, como abordado especialmente no capítulo 4.

⁵⁷ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

de reis, rainhas, príncipes e princesas – dentre elas a protagonista do dia, a jovem que representa a Princesa Isabel –, instantes que antecedem a dramatização da cena da abolição da escravatura.

As entrevistadas proferem a mesma frase: “sinto muita emoção”.⁵⁸ Ao serem indagadas sobre os motivos dessa reação emotiva, seguem articulando respostas semelhantes ao citarem a lembrança de entes queridos, de acordo com Lázara, “além disso, também fico lembrando dos meus que já se foram... Ah! Fico doidinha pra ir...”.⁵⁹ Dona Maria Augusta, inclusive, emociona-se ao responder a pergunta, afirmando ter se recordado do jovem neto morto na década de 1990, em um acidente automobilístico, “Lembro de tanta coisa boa, de momentos felizes, quando a família era mais unida, quando eram todas moças [as filhas] agora as que moram fora não podem vir, só as que moram aqui”.⁶⁰

Ao justificar a emoção gerada pelo Reinado a partir da lembrança de entes queridos, sobretudo os ausentes, Lázara e Dona Maria estabelecem uma vinculação imediata entre os dias de realização da festa e a reunião familiar por ela ocasionada, ou seja, com a aglutinação doméstica em torno da expectativa dos cortejos, fosse por motivações religiosas, fosse apenas para assistir o desfile dos moradores da cidade transmutados em míticos representantes de santos católicos e também do passado monárquico brasileiro.

Em alguns trechos da entrevista de Lázara, aliás, pode-se notar mais claramente sua preocupação resguardar esse caráter de ajuntamento familiar que identifica na festa. Assim, por exemplo, ela protesta contra o atraso constante da subida dos ternos no morro do Rosário, especialmente nas celebrações noturnas, afirmando que a demora dificulta a participação das famílias que acompanham o evento, pois, afinal, as crianças não conseguem ficar até o final da festa e, além disso, os pais “largam onde estão trabalhando e vem assistir. Chegam e não dão conta de ficar a noite inteira não, aí só vai acabando [a festa], né?”⁶¹

É possível entrever certo saudosismo na fala de ambas. Lázara afirma preferir o Reinado celebrado em tempos passados, no qual acreditava haver uma participação popular mais ampla, quando os festejos não adentravam a

⁵⁸ Entrevistas realizadas pela autora com Lázara das Graças Marques e Maria Augusta Teixeira dos Reis, ambas em abril de 2006.

⁵⁹ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

⁶⁰ Entrevista realizada pela autora com Maria Augusta Teixeira dos Reis, em abril de 2006.

⁶¹ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

madrugada. O mesmo também é válido para Maria Augusta, que também afirma preferir as festas de antes, “quando a família era mais unida”. No entanto, tanto Lázara como Maria Augusta demonstram “aprovar” algumas mudanças na festa, como por exemplo, o fim da predominância de dançadores do sexo masculino nos ternos e aumento do número de mulheres que participam ativamente das festividades: “Não, mas tem que ficar em todo lugar, não tem? Nós não somos a “rainha” do lar? Porque a gente não pode ser a rainha de outras coisas. E tem gente que fala que mulher não dá conta de nada, [trecho inaudível], tem que mostrar... né?”⁶²

Emerge, então, a seguinte indagação: que motivações conduziriam duas moradoras do município, de perfis socioeconômicos distintos, residentes em bairros diferentes, de ascendências étnicas específicas, além de trajetórias biográficas diversas quanto ao seu envolvimento no Reinado, a elaborar respostas tão coincidentes ao serem questionadas acerca do sentimento provocado pela festa? Como primeira hipótese a esta questão, este capítulo destaca um dúplice fator: a dimensão intraétnica assumida pelo Reinado em Itapecerica e a matriz histórica da devoção à Virgem do Rosário.

1.1. Circularidades étnicas

Propõe-se aqui, portanto, uma interpretação parcialmente distinta daquela empreendida por muitos estudos das ciências humanas sobre as festas do Reinado que postulam sua vinculação com a manutenção e vitalidade do culto de Nossa Senhora do Rosário em Minas Gerais, sob o protagonismo de confrarias de negros e pardos. Nesta perspectiva, estaria a celebração condicionada pela designação de cor dos participantes, ou, nas palavras do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, seria esta uma “festa de preto”?

De acordo com as entrevistas promovidas por este antropólogo no município de Catalão, estado de Goiás, subsiste, sim, certa percepção de tratar-se de uma “festa de preto”, que até pouco tempo atrás praticamente não contava com componentes brancos nos ternos. Porém, os entrevistados observavam também, que esta era uma realidade em transformação, já que o envolvimento de

⁶² Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

indivíduos não necessariamente negros aumentava progressivamente.⁶³ Considerando que os depoimentos foram obtidos na década de 1970, se o quadro relatado veio a manter-se, atualmente a festa em Catalão, conta com ainda mais participantes brancos:

Independente da origem profissional e da posição atual dos congos, uns ainda no trabalho rural, outros já engajados em atividades urbanas, há uma constatação de evidências mais unânimes. Os integrantes da Congada são parte da população proletária de Catalão. Hoje em dia, muito mais do que um ritual dominado, primeiro, por só uma *categoria profissional* – os escravos – (se admitirmos, como muitos, na cidade, que as formas originais de coroação de rei do Congo datam ainda de antes da Abolição) depois, por uma *categoria étnica* – os negros –, os dançadores do congo são também parte de uma *classe social*, os trabalhadores urbanos e rurais da cidade e das fazendas de perto.⁶⁴

A historiadora Marina de Mello e Souza compartilha deste pressuposto: para ela, a festa, frente às novas circunstâncias pós-abolição, passou a atrair gradativamente a participação de brancos e mestiços, tornando-se um “espaço de expressão de comunidades unidas mais pela condição social do que pela particularidade étnica”.⁶⁵

A própria estrutura díspare das cidades onde ocorre o evento repercute na maneira com que a festa é comemorada. Neste sentido, o trabalho de Rubens Silva é muito bem-vindo: com o intuito de “apresentar uma discussão sobre problemática da construção da identidade negra no contexto do ritual do Congado em Minas Gerais”,⁶⁶ o autor opta por realizar uma análise comparativa entre o ritual vivenciado na capital mineira, Belo Horizonte, e no município de Dores do Indaiá, na região centro-oeste do estado.

Rubens Silva considera que a festa investigada na capital mineira constitui-se um “nicho cultural” e “um dos traços distintivos da cultura negra”.⁶⁷ De acordo com pesquisa do autor, entre o grupo de congadeiros de Belo

⁶³ Cf. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Festa do Santo de Preto*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985. p. 49.

⁶⁴ Ibidem p. 55.

⁶⁵ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 322.

⁶⁶ SILVA, Rubens Alves. *Negros católicos ou catolicismo negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 15.

⁶⁷ Ibidem. p. 110.

Horizonte, o lugar ritual da festividade foi historicamente demarcado na “propriedade particular dos agentes do ritual (capitães, reis ou rainhas): o *terreiro* e a casa”,⁶⁸ logo, o Congado no local se sobressai por ter se desenvolvido prioritariamente em âmbito privado, restrito a indivíduos que, além de unidos por uma ascendência negra, também caracterizam-se por compor segmentos menos abastados na pirâmide social.

Situação similar ocorre em Uberlândia, como relata a geógrafa Marli Kinn: a coesão dos grupos congadeiros é atestada pela pesquisadora ao descrever o processo de especulação imobiliária no município a partir da década de 1970, motivo pelo qual alguns moradores dos “quartéis”⁶⁹ viram-se obrigados a deslocar-se para a periferia, fazendo questão de manter, não obstante, os laços de sociabilidade com os ternos:

Um forte sentimento de pertencimento tende a eliminar as diferenças entre os que vivem próximos ao terno e os que moram em bairros distantes. O deslocamento permeia o cotidiano do grupo e indica, quase sempre, um domínio consciente do processo de mudança, pelo qual passaram e ainda estão passando. Deslocar-se pelas ruas da cidade também representa, para eles, uma devoção, ir até o quartel significa o acesso a sua comunidade, aos bens culturais, o conforto psicológico, o lazer, a educação cultural e a afirmação de sua religiosidade.⁷⁰

Assevera-se que a experiência do Reinado em Uberlândia e em Belo Horizonte tenha se sustentado primordialmente pelos vínculos de parentesco entre seus integrantes, sendo a organização das moradias um componente de suma relevância para se reforçar a coesão do agrupamento, especialmente no caso de Uberlândia. Nesses locais, pode-se afirmar em consonância com as ponderações de Rubens Silva para o caso estudado em Belo Horizonte, que o Reinado se

⁶⁸ Ibidem. p. 108.

⁶⁹ De acordo com Marli Kinn, as moradias que reúnem as famílias congadeiras são denominadas “quartéis”, e abrigam geralmente os capitães dos ternos e demais familiares, filhos, pais, noras, genros, netos. São nestes domínios que têm lugar os encontros do Reinado, as reuniões para organização da festa, ensaios, confecção de roupas e instrumentos, além de funcionarem também com uma espécie de cozinha comunitária nos dias de realização dos festejos. Deste modo, os quartéis funcionam como sede para os ternos, local que reúne os preparativos rituais para o momento ápice de homenagem à Nossa Senhora do Rosário.

⁷⁰ KINN, Marli Graniel. *Negros congadeiros e a cidade: costumes e tradições nos lugares e nas redes da Congada de Uberlândia- MG*. 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 55.

estabelece como um “nicho cultural”, manifestação formada predominantemente por indivíduos de igual segmento étnico, unidos em torno de uma maneira própria de se vivenciar o culto à Virgem do Rosário, religiosidade que, em contrapartida, contribui para a potencialização de uma identidade grupal.

Já no caso da festividade na cidade de Dolores do Indaiá, cujo “elenco dos personagens do Reinado” é considerado por Rubens Silva “mais diversificado e heterogêneo, do ponto de vista socioeconômico e étnico”,⁷¹ o pesquisador, alicerçado em depoimentos de moradores do local, confere destaque à “posição de classe” da Rainha Perpétua, posto vitalício, o mais realçado na hierarquia do Reinado em Dolores, e ocupado por uma senhora de cor branca, professora de História em Belo Horizonte, onde mora, e esposa de um oficial da polícia militar. Segundo Rubens Silva, caberia a esta rainha uma função mediadora entre o Reinado e o que o autor denomina a “sociedade envolvente”, contribuindo para uma “maior valorização e a legitimidade do congado no seio da sociedade de Dolores.”⁷²

Além desta figura real, existem também os reis e rainhas do ano, os quais desfilam as coroas dos santos católicos homenageados no Reinado, Nossa Senhora do Rosário e também São Benedito e Santa Efigênia. As entrevistas com os habitantes de Dolores do Indaiá sugerem que para ocupar especialmente o cargo real associado a Nossa Senhora do Rosário, é necessário que os postulantes, além de possuírem poder aquisitivo, sejam da cor branca, exigência por eles justificada em função da associação da imagem da cor atribuída à santa, ou da associação entre estas figuras e a realeza imperial do Brasil:⁷³

Na minha interpretação, ao “pegar a coroa” de N. Sra. do Rosário os devotos buscam, deste modo, reafirmar sua identidade religiosa, católica e evidenciar a sua diferença de *status quo*: eles não estariam compartilhando da mesma visão de mundo dos congadeiros; e nem se propõem a se “misturarem” com os congadeiros, ou, por eufemismo, com o “povo”.⁷⁴

⁷¹ SILVA, Rubens Alves. Op. Cit. p. 114.

⁷² Ibidem. p. 114-115.

⁷³ Ibidem. p. 117.

⁷⁴ Ibidem. 117-118.

O município de Itapecerica aproxima-se mais da conjuntura de Dores do Indaiá do que de Belo Horizonte ou Uberlândia. Questionando organizadores, estudiosos ou mesmo simples participantes da festa, não se tem notícia de quaisquer reis ou rainhas de Nossa Senhora do Rosário que não fossem da cor branca. No entanto, deve-se também enfatizar a triagem social implícita à escolha de tais sujeitos, face aos altos custos demandados para representar a coroa da Virgem do Rosário, que vão desde gastos com as luxuosas vestimentas, com o banquete ritual e com as chamadas “jóias” (doação de recursos financeiros aos ternos), até, no caso de Dores do Indaiá, a responsabilidade de se arcar com a ornamentação do templo no dia da festa. Neste caso, para se candidatar ao posto, é necessário um investimento acessível somente às camadas mais proeminentes dos dois municípios.

Acredita-se, então, que a coroa de Nossa Senhora do Rosário tenha se tornado um símbolo de distinção social para aqueles que a portam, devido a todo o arcabouço de exigências financeiras que cercam a figura, bem como a reafirmação da identidade católica por meio de uma devoção tradicional a Senhora do Rosário, segundo um modelo incentivado pela Igreja Católica. Parece de fato existir, entre os reis de maior expressão nas festas de Reinado, tanto no município de Dores do Indaiá como em Itapecerica, um anseio à diferenciação de status em relação aos dançadores dos ternos.

Os festejos de Reinado no município de Itapecerica desde seus registros mais antigos se caracterizam por algum nível de envolvimento da elite. Desde as crônicas da revista *O Natal*, na década de 1920, pode-se verificar uma aprovação e até entusiasmo dos colunistas, pertencentes a destacados setores intelectuais, em relação ao Reinado.⁷⁵ Acredita-se que a aceitação pelos grupos socialmente mais elevados favoreceu a “retomada” do Reinado, no fim da década de 1940, que também contou com a decisiva participação do líder comunitário José Gomes Filho, filho de portugueses, sem ascendência negra e pertencente a uma camada

⁷⁵ O colunista Bento Ernesto Júnior, especialmente, parece ter se tratado de um intelectual de importância regional no período. Algumas de suas crônicas publicadas em *O Natal* são datadas e assinadas da cidade de São João del Rei, onde Bento Ernesto Júnior ocupa o lugar de patrono da Academia de Letras do município como pode ser verificado em <<http://www.academialetrassjdelrei.org.br/patronos/index.html>>, acesso em 22 de julho de 2011. O intelectual dedicava-se, sobretudo, à escrita de poemas, contando inclusive com algumas obras lançadas, datadas do início do século XX.

social de destaque, já tendo se candidatado inclusive a prefeito do município.⁷⁶ Outro indício significativo desta implicação de setores mais abastados com a festa no tempo presente está no revezamento no comando da “Associação do Reinado de Nossa Senhora do Rosário”.

Em 2006, ano em que foram realizados os primeiros contatos para a realização da pesquisa, a presidente da referida associação era Maria Rosária Medeiros – cujo nome, inclusive, é uma homenagem à santa –, técnica em contabilidade e proprietária de um escritório na cidade, e que havia se envolvido na festividade por influência de seu pai, amigo de longa data de José Gomes, e radialista na cidade, um espécie de relações públicas do Reinado. A família pode ser considerada integrante da classe média na cidade e aparentemente não possui ascendência negra.⁷⁷

O comando oficial da Associação na época era de Rosarinha, como Maria Rosário prefere ser chamada, mas ela recorria sempre ao auxílio de Anielo D’Alessandro, que havia presidido a instituição nos anos anteriores, tradicional capitão-mor da festa. Anielo também possui motivações familiares que justificam sua participação no Reinado, já que seu pai, Geraldo D’Alessandro, segundo o entrevistado, foi também um dos responsáveis pela “volta” da festividade, sendo fundador do terno dos Marinheiros, cujo capitão atualmente é seu outro filho, irmão de Anielo, Geraldinho D’Alessandro. Anielo é o carcereiro na delegacia do município e faz questão a todo o momento da entrevista de reafirmar sua origem: “eu sou assim clarinho, mas meu bisavô era escravo, viu? Tenho até um certo orgulho da raça negra”.⁷⁸

Em expressiva síntese, o depoimento da congadeira Lázara sinaliza para o alcance do envolvimento comunitário em torno do Reinado, que congregaria diferentes setores:

É tudo misturado. É, e tem muita gente de fora também, é, todo mundo dançando, cantando, é a maior festa [...] tirando a semana santa, porque a Semana Santa daqui também... O resto é Congado mesmo.⁷⁹

⁷⁶ SILVA, Severo Ribeiro da. Cem anos de Zé Gominho. In: GARCIA, Josyany de Oliveira. O grande Reinado do Rosário – Itapecerica/MG. *O Tamanduá Desaparecido*, Itapecerica, N. 1, agosto, 2012. p. 7.

⁷⁷ Entrevista realizada pela autora com Maria Rosária Medeiros em abril de 2006.

⁷⁸ Entrevista realizada pela autora com Antônio Anielo D’Alessandro em abril de 2006.

⁷⁹ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

Aprofundando-se a análise, é cabível afirmar que a festa de consagração a Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica possui certa especificidade se comparada às celebrações anteriormente descritas, inclusive, aquela promovida em Dores do Indaiá. Nela, impera uma duplicidade: existem tanto as comemorações comandadas pela Igreja, cuja data, 7 de outubro, é estabelecida de acordo com o tradicional calendário católico, como a festa de Reinado propriamente dita, celebrada no segundo final de semana do mês de agosto.

Talvez devido a tal diferenciação entre as celebrações comandadas pela hierarquia eclesiástica e pela comunidade congadeira, indício do espaço autônomo conquistado pelo Reinado em Itapecerica, a procissão religiosa, ao contrário do que ocorre na festa de outubro, não possui a mesma evidência relatada em Dores do Indaiá, visto que as imagens santas nos principais dias da festividade em Itapecerica ficam localizadas em um altar na Praça da Santa Cruz, construído especialmente para o evento. Há sim, no município, um dia reservado à procissão religiosa, geralmente segunda ou terça-feira à noite, não sendo, contudo, o momento ápice dos festejos, aquele que suscita maior comoção popular. Isto ocorre mesmo no fim de semana, nas noites de sexta, sábado e, sobretudo, na manhã de domingo, quando os ternos se reúnem para conduzir e louvar, com seus cantos e danças típicas, a corte da festa, com notável destaque para a jovem representante da Princesa Isabel, que, no palco principal, encenará a libertação da escravatura.

A alteração da data no calendário para realização da festa indica, de forma relevante, a circularidade étnica assumida pelo Reinado em Itapecerica. As crônicas da revista *O Natal*, no início do século XX, mencionam que, naquele período, o Reinado era realizado nas proximidades do dia de Natal; no entanto, as citações sobre a festa no *Livro de Tombo* da paróquia, durante o episcopado de Dom Antônio dos Santos Cabral, a partir da década de 1920, apresentam-se atreladas aos avisos de estímulo às comemorações do mês do Rosário, em outubro, salientando invariavelmente a ocorrência das celebrações em consonância com os preceitos recomendados pela Pastoral Coletiva, isto é, sem a presença das “danças exóticas do Reinado”.⁸⁰ Suspeita-se que o duplo movimento de estímulo ao culto do Santo Rosário e condenação diocesana do Reinado, muito

⁸⁰ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica. Itapecerica, 1931-1939. p. 64v.

bem amparado em Itapecerica pela atuação do padre José Medeiros Leite, possa ter tido como consequência a associação da festa ao mês de outubro, o que é reiterado pelos folhetos de divulgação da “retomada” do festejos, setembro de 1948, indicando que o Reinado deveria ser comemorado em outubro daquele mesmo ano. Entretanto, foi possível constatar que ao menos a partir de 1958 (a inconsistência da documentação não permite estabelecer uma cronologia com relação aos dez anos anteriores), o Reinado de Itapecerica passou a ser realizado no mês de agosto, data mantida até a atualidade.⁸¹

Tal mudança de data não foi casual. As entrevistas com os moradores locais sinalizam para a ocorrência no mês de agosto em razão deste ser o “mês do folclore”, além de que, a partir da década de 1980, incidir invariavelmente no segundo final de semana do mês, quando também é comemorado o “dia dos pais”, data propícia à reunião familiar, o que se coaduna com o caráter dos festejos e favorece a participação de moradores que residem fora da cidade, e retornam nesta ocasião para visitar a família.⁸² É também possível relacionar esta alteração na data do Reinado com a criação da Comissão Mineira de Folclore, no mesmo ano do folheto da “retomada” da festa em Itapecerica, 1948, período em que os festejos foram alçados à condição de folguedo representante da cultura brasileira. Censurado pela alta hierarquia eclesiástica, mas valorizado pelos folcloristas, o Reinado encontrou neste nicho grande suporte para justificar sua realização, já no início da década de 1950.

Fato é que, hoje em dia, no município de Itapecerica, o Santo Rosário de Maria é celebrado em outubro, sob a organização do clero da paróquia de São Bento, enquanto a festa de Reinado de Nossa Senhora do Rosário ocorre no segundo final de semana de agosto, sendo preparada e conduzida quase que inteiramente pelos membros da “Associação do Reinado” da cidade, órgão sem nenhuma vinculação eclesiástica. Talvez por isso, se para Dona Maria Augusta o Reinado proporciona emoção e recordação de membros de sua família, ela não deixa de mencionar que a festa de Reinado em Itapecerica tornou-se também uma celebração emblemática para o município.

⁸¹ Conforme indicado em coleção particular de tais documentos que alcança a década de 1990, pertencente a um antigo empregado de José Gomes Filho, e que a memorialista Josyany Garcia gentilmente disponibilizou suas versões digitalizadas.

⁸² Entrevista realizada pela autora com Antônio Anielo D’Alessandro em abril de 2006.

1.1.1. Implicações socioculturais de uma identidade afro

A festa de Reinado porta uma fundamentação mítica, isto é, comporta “um mito envolvendo fatos supostamente passados entre negros escravos, na África ou no Brasil”.⁸³ O mito de referência do Reinado atua como uma crítica à assombrosa opressão vivenciada pelo negro, e também como forma de valorizar sua presença social. Neste sentido, para Rubens Silva, o mito se apresenta como um discurso que traduz a identidade e a religiosidade negras.

Neste sentido, o mito pode ser compreendido, por um lado, como um discurso através do qual busca-se reforçar o sentido essencialmente religioso desta prática ritual e enfatizar que a mesma consiste numa forma de expressão da religiosidade negra e, particularmente de sua experiência com o sagrado. Por outro lado, o mito de origem do Congado pode ser entendido como uma forma de reinterpretação criativa da história do negro, que, com um discurso próprio, pretende contribuir para a valorização deste segmento social e para o resgate da auto-estima dos seus sujeitos. Trata-se, na minha interpretação, de um discurso singular e ambivalente: aponta ao mesmo tempo para a afirmação da identidade religiosa católico-devocional do negro, no sentido particular da forma de expressão de um tipo de Catolicismo negro; como também (sendo isto parte de um mesmo processo) sugere a construção positiva da identidade negra na sua diversidade.⁸⁴

Para tanto, são muitas as variantes do mito de origem do Reinado do Rosário. Dentre as versões recolhidas por Carlos Rodrigues Brandão em Catalão, a Virgem teria aparecido aos africanos, seja em um deserto ou em meio a um rochedo.⁸⁵ Já de acordo com Nubia Gomes e Edmilson Pereira, na comunidade dos Arturos, o mito do Reinado expressa que “as guardas se formaram ainda em África, quando uma imagem de Nossa Senhora do Rosário apareceu no mar”.⁸⁶ Como pode ser verificado, não há constância nas distintas variantes do mito acerca do território (Brasil, África) em que teriam se dado os acontecimentos, nem ao menos do local onde a santa teria sido encontrada, no deserto, no rochedo, ou no mar.

⁸³ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op. Cit. p. 83.

⁸⁴ SILVA, Rubens Alves. Op. Cit. p. 134.

⁸⁵ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op. Cit. p. 81-87.

⁸⁶ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. Negras raízes mineiras - Os Arturos. Belo Horizonte: Mazza, 2000. p. 178. O terno “guarda” aqui tem o mesmo significado de “terno”.

As diferentes leituras do mito de referência do Congado não devem ser analisadas de forma ingênua, desconsiderando-se as disputas de memórias. Assim, a tese de doutoramento de Patrícia Costa já em suas páginas introdutórias, alude a um embate entre as supostas origens referenciais para se pensar a prática da “Congada”, como a festa é conhecida na localidade de Serra do Salitre, oeste de Minas Gerais. Segundo a pesquisadora, tal disputa separa em lados opostos os integrantes dos grupos congadeiros, que se reportam a uma procedência escrava da “dança”, e correntes intelectuais particularmente ligadas a movimentos identificados com a cultura negra, as quais reivindicam uma origem africana, que sobreviveria no Congado no tempo presente de maneira residual.⁸⁷

Patrícia Costa defende que, para a comunidade congadeira de Serra do Salitre, a origem do culto estaria visivelmente relacionada a uma memória familiar da experiência compartilhada da escravidão. Nesta perspectiva, a festividade teria origem no passado cativo dos avôs ou bisavôs dos atuais dançadores dos ternos, sendo a África “uma referência vaga e genérica”:⁸⁸

Pretendo, desse modo, demonstrar que a escravidão lembrada pela congada promove a reconciliação com esse passado traumático, na medida em que diversos ternos atualizam durante os festejos a aparição de N. Sra do Rosário para os cativos, evento transformador da imagem e do valor do escravo perante os senhores. A atualização periódica desse evento revela ser possível encontrar no imaginário da escravidão elementos que possibilitem a elaboração de uma cosmologia sócio-cultural onde o negro e/ou o descendente de escravos aparece de forma positiva e socialmente reconhecida. O período do cativo lembrado pelos congadeiros não é, portanto, apenas o lugar do negro vitimizado, onde há pouco para ser valorizado, ele é também o espaço do escravizado como transformador da sua realidade.⁸⁹

Atribuindo centralidade à “atualização periódica” de tal “evento transformador”, isto é, ao aparecimento da Virgem aos cativos afrobrasileiros, o mito de referência da festa, Patrícia Costa se aproxima das ponderações de Carlos Rodrigues Brandão. De acordo com a análise das diversas variantes do mito congadeiro no município de Catalão, o antropólogo acredita que o terno

⁸⁷ COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As Raízes da Congada: A renovação do presente pelos filhos do Rosário*, 2006. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

⁸⁸ *Ibidem*. p. 151.

⁸⁹ *Ibidem*. p. 12.

Moçambique obteve lugar de destaque no mito fundador do Reinado em função da precariedade de recursos materiais dos negros associados ao grupo, no caso, os mais pobres e humildes, que teriam sido os preferidos pela Santa:

Uma tal diferença a graus diversos de recursos para a prática dos rituais diante de Nossa Senhora do Rosário pode levar também a análise do mito a um confronto, agora mais direto, entre os brancos opressores e os negros oprimidos: os primeiros, dominantes na sociedade e dominados no mito; os últimos, dominados na sociedade e dominantes no mito.⁹⁰

Percebe-se, que, para Carlos Rodrigues Brandão, a fundamentação mítica do Reinado funciona como alegoria para as relações raciais no município de Catalão, expressando o confronto cuja evolução histórica é demarcada pela exploração dos “brancos opressores” aos “negros oprimidos”. Se, na vivência cotidiana, os negros sofrem ainda as consequências de anos de exploração escravista, ocupando, comumente, as piores posições na hierarquia social, no mito, “quem tem menos poder e tem menos recursos tem somente o próprio ritual. Mas é só o ritual o que é eficaz no mito, e todas as diferenças acrescentadas em cada versão servem para reforçar a ideia”.⁹¹ Logo, através do mito de referência, desdobrado no ritual, os congadeiros se engrandecem, obtendo, nestes instantes, visibilidade e prestígio.

É comum, entre as diversas versões coletadas entre congadeiros, que o Moçambique surja como a grupo que mais agradou à Santa, conseguindo se fazer acompanhar por ela.⁹² De acordo com Nubia Gomes e Edmilson Pereira, a estrutura de canto do Moçambique reflete as características da guarda, a mais antiga guardiã da música secreta e mágica, que remete às memórias ancestrais na África negra. O terno do Congo, mais recente, se expressa por meio de “cantos que lembram os problemas sociais com a Igreja e o poder público, a história de guardas visitantes e as brincadeiras ou bizarrices.”⁹³

⁹⁰ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op. Cit. p. 87.

⁹¹ Ibidem. p. 87.

⁹² Ibidem; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Festa do Santo de Preto*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras - Os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000.

⁹³ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. Op. Cit. p. 180.

A pesquisa de Glaura Lucas sobre os reinados em Contagem, ou seja, das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Arturos e do Jatobá pertence ao domínio da etnomusicologia, o que permite que a autora, com formação em Música, contribua com percepções interessantes no tocante às diferenças entre as linguagens dos ternos. A pesquisadora trabalha com a Comunidade dos Arturos, o mesmo grupo focado em *Negras Raízes Mineiras*, e também com o Reinado do Jatobá, que se formou no início do século XX, a partir de uma dissidência do Reinado de Ibitaré, antiga Vargem da Pantana, e foi comandado entre 1933 e 1974 pelo capitão-mor Virgílio Motta.⁹⁴ Segundo os depoimentos colhidos por Glaura Lucas, os participantes da festa consideram que o Moçambique, por ter comandado a retirada da santa no mar, detém o privilégio de conduzir os reis e rainhas do Reinado, sendo este terno também, aquele em que os componentes mais se aproximam da forma de tocar do Candombé. Devido a tais características, o Moçambique se sobressai pelo canto mais lento, assim como o são seus movimentos, que remetem ao resgate de Nossa Senhora do Rosário no mar.⁹⁵

Ora, no caso de em Itapecerica, o terno de Moçambique igualmente sobressai, conforme registro pelo capitão-mor do Reinado. Anielo D'Alessandro cultiva o hábito de escrever pequenos textos sobre a festa do município, neste caso, tendo sido motivado pelos questionamentos da historiadora Nathália Pimenta de Carvalho, cuja Monografia de conclusão de curso teve como tema a paisagem sonora do Reinado de Itapecerica:

É o mais importante terno da irmandade do Rosário. Em todas as cerimônias do Reinado tem que haver a presença do Moçambique: erguimento e arriamento das bandeiras. Ele sempre esta perto da coroa grande (pois a coroa grande representa Nossa Senhora do Rosário) O Moçambiqueiro que manda na coroa. É sempre respeitado pelos outros ternos da Irmandade [do Reinado], O Moçambique, por todo o Brasil, principalmente em Minas Gerais, especificamente no centro-oeste, continua sendo o sinônimo de fé, esperança e amor.⁹⁶

A preferência pelo Moçambique parece indicar que os participantes não deixam de portar certo interesse pela cultura africana, enquanto o Congo possui

⁹⁴ LUCAS, Glaura. *Os sons do rosário; o Congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: Editora UFMG coleção Humanitas, 2002. p. 53.

⁹⁵ Ibidem. p. 59.

⁹⁶ Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho. *Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D'Alessandro*. 24/04/2008.

características que o aproximam de reivindicações políticas, associado à sua tendência às brincadeiras e ao deboche. A guarda do Congo possui a função ritual de abrir e purificar os caminhos para a passagem do cortejo real conduzido pelo Moçambique, que se caracteriza pelos movimentos mais velozes, saltitantes e alegres. De acordo com Anielo tem um “batido esperto que lembra os negros que foram trazidos do Congo. No cortejo vai um pouco à frente levando ou protegendo o estado coroadado”.⁹⁷

Mas, curiosamente, a narrativa de Anielo, liderança do Reinado em Itapecerica, também confere relevância ao terno dos Marinheiros, fundado por seu pai e cujo capitão é atualmente, seu irmão, Geraldinho D’Alessandro. Em suas palavras:

Marinheiro ou marujos: não é o mais importante, mais é um dos melhores ternos da cidade e tradicional. Os marinheiros lembram as antigas embarcações portuguesas, os navios negreiros. Os marujos tinham muita pena dos negros, que vinham acorrentados nos porões fedidos e quando podiam levavam alimentos, remédios para aqueles que estavam naquele estado miserando nos porão do navio negreiro. É um terno muito religioso muito querido em Itapecerica, pois sempre tem uma história para te contar.⁹⁸

Nota-se, portanto, que no Reinado de Itapecerica, subsiste uma maior abertura à circularidade étnico-social, inclusive em sua dimensão mítico-simbólica. Cabe estender ao Reinado do município a leitura que o pesquisador Rubens Silva realiza da análise da antropóloga norte-americana Robin E. Sheriff, considerando o mito do Congado como uma alegoria do próprio “mito da democracia racial” no Brasil, o alocando no entrecruzamento entre o “mito” e o “sonho”, “entre a esperança e o silêncio, entre a resistência e a resignação”.⁹⁹

Em suma, através do “mito de origem” do Congado os sujeitos deste ritual falam das relações raciais nos espaço onde vivem e, pelo que se percebe, sem estarem iludidos quanto ao racismo e à discriminação que sofrem cotidianamente por serem – nos dizerem poéticos – “pretos ou quase pretos”. Se estou correto, devo acrescentar que, através da prática do ritual em pauta, eles

⁹⁷ Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho. *Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D’Alessandro*. 24/04/2008.

⁹⁸ Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho. *Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D’Alessandro*. 24/04/2008.

⁹⁹ SHERIFF, 1993. Apud: SILVA, Rubens Alves. Op. Cit. p. 178-179.

fazem a sua crítica, expressam o seu desejo, a sua aspiração e esperanças de um dia ainda viverem em uma sociedade sem tanto sofrimento, discriminações e exclusão social. Por certo, esta é a imagem ou forma de representação que projetam deste nosso Brasil.¹⁰⁰

Este caráter híbrido do Reinado ilustra de forma contundente a mobilidade inerente aos processos de intercâmbio entre culturas, que em suas interações, sempre tensionais, tendem a modificar-se mutuamente. Os elementos dessa dinâmica encontram-se “sempre inscritos diferentemente pelas relações de poder – sobretudo as relações de dependência e subordinação sustentadas pelo próprio colonialismo.”¹⁰¹ Logo, não se sustenta que o espólio africano no Novo Mundo seja compreendido sob a ótica do termo “sobrevivências”, como indica Stuart Hall em análise referente à América Central:

Antropologicamente, essa questão foi frequentemente abordada em termos de “sobrevivências”. Os sinais e traços dessa presença estão, é claro, em toda parte. A “África” vive, não apenas na retenção das palavras e estruturas sintáticas africanas na língua ou nos padrões rítmicos da música, mas na forma como os jeitos de falar africanos têm estorvado, modulado e subvertido o falar do povo caribenho, a forma com que eles apropriam o “inglês”, a língua maior. [...] A África passa bem, obrigado, na diáspora. Mas não é nem a África daqueles territórios agora ignorados pelo cartógrafo pós-colonial, de onde os escravos eram sequestrados e transportados, nem a África de hoje, que é pelo menos quatro ou cinco “continentes” diferentes embrulhados num só, suas formas de subsistência destruídas, seus povos estruturalmente ajustados a uma pobreza moderna devastadora. A “África” que vai bem nesta parte de mundo é aquilo que a África se tornou no Novo Mundo, no turbilhão violento do sincretismo colonial, reforjada na fornalha do panelão colonial.¹⁰²

O hibridismo intrínseco ao Reinado encontra-se, assim, presente na conclusão do texto de Anielo - afinal, tal prática é folclore, é devoção à santa católica, é afro? Nada de exclusões apriorísticas:

A festa de Reinado é feita com muita fé e seriedade. Pois Nossa Senhora do Rosário é tão festejada em nossa querida cidade de

¹⁰⁰ Ibidem. p. 180.

¹⁰¹ HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 34.

¹⁰² Ibidem. p. 39.

“A rainha do Santo Rosário”. E nós todos itapecericanos, devemos empenhar neste trabalho da irmandade do Rosário, perpetuando através do folclore afro-religioso, através do Reinado.¹⁰³

1.2. Matrizes histórico-devocionais

Paralelamente, podem ser estabelecidas relações entre o aspecto de “memória cicatrizada” do Reinado em Itapecerica e as matrizes histórico-devocionais dessa festa na localidade, associadas ao culto de Nossa Senhora do Rosário. Se a alta classe municipal que se transmuta na realeza das grandes coroas no Reinado não deseja se “misturar” aos festeiros ordinários que brincam e dançam nos ternos (a despeito de honrosas exceções no caso de Itapecerica), não compartilhando, ao menos aparentemente, de um mesmo universo de práticas, há um elo fundamental que aproxima estas duas instâncias: a devoção a Nossa Senhora do Rosário. É certo que, entre a comunidade congadeira existe toda uma simbologia, um conjunto de ritos e mitos não necessariamente partilhados pelas elites que encenam reis e rainhas na festa, no entanto, o substrato que move a celebração do Reinado é mesmo um culto especialmente caro aos envolvidos na festividade, como demonstram os relatos de promessas e homenagens à Santa que independem da posição social dos entrevistados em Itapecerica.¹⁰⁴

1.2.1 A devoção à Virgem do Rosário na América Portuguesa

Foi no século XVII, graças, nomeadamente, à atuação do padre Antônio Vieira, que a devoção a Nossa Senhora do Rosário começou a difundir-se na América Portuguesa. Segundo a historiadora Célia Borges, este clérigo teria agenciado a fundação da primeira Irmandade do Rosário em terras coloniais lusitanas, mais especificamente no Maranhão.¹⁰⁵ De forma concomitante, entre os mais importantes sermões do Padre Antônio Vieira, encontra-se o “Vigésimo

¹⁰³ Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho. *Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Aniello D’Alessandro*. 24/04/2008.

¹⁰⁴ Neste aspecto, deve-se mencionar a súplica da rainha conga Lázara à Virgem, no momento da doença de sua filha, e a homenagem do “relações pública do Reinado”, destacado radialista na cidade, que, ao batizar seu rebento, escolhe o nome “Maria Rosária”, em uma alusão à sua devoção à santa.

¹⁰⁵ BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 154.

Sétimo”, proferido aos negros que trabalhavam nos engenhos da Bahia e que eram membros da confraria de Nossa Senhora do Rosário:

Não há escravo no Brasil - e mais quando vejo os mais miseráveis -, que não seja matéria para mim de profunda meditação. Comparo o presente com o futuro, o tempo com a eternidade, o que vejo com o que creio, e não posso entender, que Deus que criou estes homens tanto à sua imagem e semelhança, como os demais, os predestinasse para dois infernos, um nesta, vida, outro na outra. Mas quando hoje os vejo tão devotos e festivos diante dos altares da Senhora do Rosário, todos irmãos entre si, como filhos da mesma Senhora, já me persuado sem dúvida, que o cativo da primeira transmigração é ordenado por sua misericórdia para a liberdade do segunda.¹⁰⁶

Percebe-se neste discurso, que não apenas desde os primórdios da colonização o culto à Virgem do Rosário ganhou repercussão entre os escravos, como tratava-se de uma devoção endossada pela hierarquia eclesiástica. Em todo o sermão, o sacerdote procura relacionar o culto a Senhora do Rosário à redenção dos males que afligiam os escravos no cativeiro e, especialmente, à salvação eterna. Segundo os argumentos de Vieira, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário representaria a “carta de alforria” dos negros para o tão sonhado alcance da liberdade terrena e, sobretudo, da glória celestial. Deveriam, assim, tornarem-se cativos da devoção à Santa, para que pudessem se libertar das desmesuradas privações a que estavam sujeitos:

Cativem-se para se libertarem e façam escravos da Senhora do Rosário, para não serem escravos do demônio, se ainda o são, ou para se conservarem livres, se já estão fora do cativeiro. Apaguem a marca do demônio, que a marca de cativos, e ponham em seu lugar a marca do rosário, que é a marca dos livres. E se quereis saber qual é a figura desta marca, digo que uma rosa.¹⁰⁷

A historiografia que aborda as irmandades negras comprova a centralidade do culto para a incorporação dos cativos ao Novo Mundo. A experiência de fé em Nossa Senhora funcionou como uma ponte entre o universo cultural e religioso da África natal e a conversão forçada para o catolicismo. Tal devoção, amparada pela

¹⁰⁶ VIEIRA, Pe. Antônio. *Sermões: Problemas Sociais e Políticos do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 58-59.

¹⁰⁷ *Ibidem*. p. 74.

construção de novas sociabilidades no interior das confrarias, auxiliou os cativos a procura de um espaço na sociedade colonial e, posteriormente, na edificação de estreitas e raras brechas, sejam estas representadas pela conquista da possibilidade de celebrar as alegres e festivas coroações de reis negros – admirável trégua em face à brutal rotina de trabalho no cativo –, sejam as tão sonhadas cartas de alforria, consideradas pela historiografia que trata do tema, como “válvulas de escape” do sistema escravista.¹⁰⁸

Sobre a produção bibliográfica acerca das irmandades do homem de cor, mostra imprescindível citar o pioneiro estudo de Julita Scarano no tocante a Irmandade de Homens Pretos do Distrito Diamantino, no século XVIII. A obra data de 1978, momento em que ainda não havia sido realizado um estudo ordenado sobre tais associações religiosas, de destacada proeminência social no contexto do Setecentos.¹⁰⁹ A pesquisadora apregoa a difusão do culto de Nossa Senhora do Rosário como padroeira das confrarias negras da colônia, prática observada em Portugal desde os séculos XV e XVI, a despeito da hagiografia tradicional no Brasil também eleger como patronos alguns santos tidos como pretos ou pardos, entre eles, Santa Efigênia, São Benedito, Santo Antônio de Catagerona, São Gonçalo.¹¹⁰

Por que então a predileção pela Virgem do Rosário como santa padroeira das irmandades dos homens de cor? Segundo Julita Scarano, não há explicações suficientemente satisfatórias:

Segundo Frei Agostinho de Santa Maria foi uma imagem de Nossa Senhora resgatada de Argel que deu início ao culto, levando os negros a escolherem essa invocação, erigindo-a em padroeira. Vai além este religioso, dizendo ter sido a própria Mãe de Deus quem os escolheu “para confusão dos brancos”. Explica que estes abandonaram a devoção quase que completamente, quando ela passou a ser adotada pelos pretos. [...] Temos a impressão de que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos surgiu em Portugal de uma transformação gradativa, nascendo realmente das irmandades de brancos que já tinham a mesma invocação. É possível que, a princípio, tivessem os dominicanos atraído os elementos de cor para as associações de seus conventos e, posteriormente, se tenham

¹⁰⁸ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*; estratégias de resistência através de testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

¹⁰⁹ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

¹¹⁰ *Ibidem*. p. 38.

estes tornado tão numerosos que acabaram criando agrupamentos autônomos.¹¹¹

Fato é, que as irmandades de Nossa Senhora do Rosário tornaram-se um dos principais veículos de inserção dos homens negros na sociedade colonial.

1.2.2. O culto em terras mineiras

A disseminação do culto a Nossa Senhora do Rosário nas terras mineiras mostra-se simultâneo ao processo de colonização da região. A realização das festas em homenagem à Virgem seguiu a rota da ocupação de territórios conduzida pela descoberta de metais preciosos, mais especificamente partindo das antigas Comarcas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas e seguindo em direção às terras que hoje compõem o estado de Goiás. Afinal, a urbanização destes territórios era acompanhada pelo pronto estabelecimento de algum templo católico e, de forma subsequente, pela fundação de confrarias religiosas. Como afirma o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, o Reinado de congos trata-se de um ritual urbano, com lugar dentro das cidades, diferente das folias de reis, por exemplo, que ocorriam nas imediações de propriedades rurais.¹¹² Para corroborar tal proposição, verifica-se que o Reinado possui centralidade no palco cultural e religioso de diversos municípios que integravam esta rota, assertiva atestada por meio da proliferação de pesquisas que se utilizam dos festejos como objeto de estudo, nestas localidades.¹¹³

¹¹¹ Ibidem. p. 40.

¹¹² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op. Cit. p. 55.

¹¹³ Algumas dissertações abordam as festas de Reinado de municípios vizinhos à cidade de Itapacerica, no centro-oeste mineiro: LEONEL, Guilherme Guimarães. *Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões na Festas de Reinado* (Divinópolis/MG). 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009; OLIVEIRA, Sueli do Carmo. *O Reinado nas encruzilhadas do catolicismo. A dinâmica das comunidades congadeiras em Itaúna/MG*. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – , Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011; RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: memórias, identidades e tradições no Congado de Oliveira (1950-2009)*. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006; SILVA, Rubens Alves. *Negros católicos ou catolicismo negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte: UFMG, 1999. Sobre o Reinado no Triângulo Mineiro e imediações, temos: COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As Raízes da Congada: A renovação do presente pelos filhos do Rosário*, 2006. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006 (a autora trata da festa na localidade de Serra do Salitre, que fica nos arredores de Uberlândia); KINN, Marli Graniel. *Negros congadeiros e a cidade: costumes e tradições nos lugares e nas redes da Congada de Uberlândia- MG*. 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

A pesquisa de Carlos Rodrigues Brandão sobre a festa em louvor a Senhora do Rosário no município de Catalão, Goiás, dessa forma, sinaliza para a perenidade histórica de tais manifestações no estado. A cidade de Catalão localiza-se ao sul de Goiás, estando mais próxima dos três grandes centros regionais do Triângulo Mineiro, Araguari, Uberaba e Uberlândia, do que da capital de seu estado.¹¹⁴

Nas áreas urbanas mineiras, o culto à Virgem do Rosário foi principalmente promovido por meio das confrarias negras, que tiveram peculiar relevância na organização da vida religiosa da capitania. Tais grêmios tornaram-se a via através da qual os leigos puderam participar ativamente da coordenação das atividades paroquiais, comandando a construção e ornamentação de templos, e intervindo na organização dos cultos. Desde modo, “o leigo na irmandade mineira se considerava a própria igreja, julgando poder intervir em quase todas as questões eclesiásticas.”¹¹⁵

A centralidade das confrarias na vida comunitária das Minas Gerais foi proporcionada pela proibição da entrada e estabelecimento de padres pertencentes às Ordens Religiosas na região. Consideradas organizações com contatos disseminados pelo mundo, a Coroa portuguesa viu nas Ordens Religiosas o perigo do contrabando de ouro e pedras preciosas:

Neste sentido, Minas Gerais apresenta um aspecto peculiar, tendo suas corporações uma posição de maior realce e mais marcada influência na comunidade, apesar de não serem essencialmente diferentes das agremiações de outras Capitânias. Ali, a falta de ordens religiosas, a importância da vida urbana em detrimento da rural, a riqueza proporcionada pela mineração, deram às associações de leigos, notável preponderância.¹¹⁶

Para os negros, de maneira especial, fossem escravos ou mesmo forros ou livres, esta experiência associativa colaborou para o estreitamento de laços comunitários com distintas etnias e para o processo de incorporação de novas

Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; NASCIMENTO, José Magno. *O religioso no Congado e Moçambique na diocese de Patos de Minas*. 1999. Dissertação (Mestrado em) - Faculdade de Teologia, Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus. Belo Horizonte, 1999.

¹¹⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op. Cit.

¹¹⁵ SCARANO, Julita. Op. Cit. p. 28.

¹¹⁶ Ibidem. p. 79.

crenças religiosas. O estudo de Julita Scarano teve o mérito de sinalizar, por meio do canal aberto pelas irmandades, para a possibilidade da elaboração de um catolicismo que representou um “amalgama mais profunda entre a religião do branco e do preto”.¹¹⁷ Após tal reflexão, outros trabalhos se aprofundaram nesta temática e ofereceram salientes contribuições para se pensar o culto à Virgem do Rosário em Minas, dentre os quais destaca-se o estudo de Célia Borges sobre as Irmandades do Rosário da Capitania entre os séculos XVIII e XIX, cujo propósito foi o de “mostrar como a participação dos irmãos do Rosário teve um caráter profundo, sobretudo, com os assuntos relativos à sobrevivência da irmandade”.¹¹⁸

A historiadora Célia Borges faz questão de corroborar a crítica do historiador Sérgio Ricardo da Matta, que enfatiza sua discordância com os autores que consideram as práticas religiosas em Minas a partir do conceito de “catolicismo de superfície”, isto é, em função de seus contornos externos, amparadas em procissões e imagens, como se tais feições resultassem em cultos menos autênticos. Como afiança a pesquisadora, o desconhecimento da “doutrina bíblica” não pode ser considerado fator preponderante para se medir o nível de religiosidade do fiel.¹¹⁹

Alguns autores apregoam que Minas Gerais não teria se configurado em um cenário tão propício para um vistoso desenvolvimento de religiões de matizes africanas, como o foram o Nordeste e o Rio de Janeiro. Utilizando-se do estudo de Roger Bastide para o caso da Bahia,¹²⁰ Célia Borges afirma que as sobrevivências das tradições religiosas africanas no local se deram por meio de estratégias que se valiam do próprio catolicismo, de suas imagens e simbologia. Para esta conquista de fendas no interior do sistema escravista, o papel das irmandades na Bahia foi diametralmente oposto daquele verificado nas Minas, haja vista que na capitania do Nordeste, as confrarias funcionaram como espaço privilegiado para a manutenção das crenças africanas:

Em Minas, o processo foi diverso. Pautou-se por um maior controle que abarcou todos os aspectos da vida da região, em particular as formas de sociabilidade, com destaque para as manifestações religiosas. [...] Frente a tais condições tornava-

¹¹⁷ Ibidem. p. 150.

¹¹⁸ BORGES, Célia Maia. Op. Cit. p. 29.

¹¹⁹ MATTÁ, 1996. Apud: BORGES, Célia Maia. Op. Cit. p. 24-25.

¹²⁰ BASTIDE, 1958. Apud: BORGES, Célia Maia. Op. Cit. p. 135.

se difícil desenvolver um sistema organizado de práticas religiosas. As irmandades tornaram-se locus de encontro para a vivência religiosa assumindo a religião dominante e o papel principal a comandar a ressignificação das distintas tradições.¹²¹

Neste contexto, a conversão dos escravos aos santos católicos obteve papel de destaque. Foi por meio das pregações que os cativos puderam entrar em contato com histórias de suas vidas e relatos da ocorrência de milagres, ocasionando a crença nos poderes taumaturgos de tais entidades, além aferir propriedades mágicas às imagens religiosas.¹²²

Marina Massimi considera que a pregação, muito freqüente no Brasil colonial entre os séculos XVI e XVII, assume função determinante na transmissão de conceitos e crenças advindos da religião católica, tornando-se assim, um poderoso instrumento de domínio sobre as populações locais. De acordo com a pesquisadora, a pregação realizada no país deve ser analisada a partir de uma relação dinâmica de intercâmbio entre pregadores e destinatários e, por isso, a possibilidade dos discursos serem submetidos a interpretações e empregos diversos é condicionada pelo modo com que são acolhidos pelos ouvintes, pelo local e circunstâncias da pregação.¹²³ De acordo com a historiadora Célia Borges:

Em Minas, como no resto da Colônia, a força dos santo na religiosidade dos crentes era abissal. Acreditavam no poder dos santos por eles terem passado pela terra e serem os mediadores entre o profano e o sagrado. [...] Neste modelo, o papel de Nossa Senhora do Rosário, foi fundamental. Ainda que branca, assumia o papel de mediadora, pois era protetora deles [confrades]; por isso, integrada ao universo católico dos negros. Em paralelo com os santos negros, ela compunha uma grande família na qual cada um detinha poderes diferenciados, solicitados em ocasiões distintas.¹²⁴

A obra de Célia Borges toca em pontos capitais que permitem concluir que, na capitania de Minas Gerais, no interior das irmandades sob a evocação da Senhora do Rosário, os cativos interagiam com a experiência religiosa do Novo Mundo e não apenas a manipulavam como forma de oposição ao sistema

¹²¹ BORGES, Célia Maia. Op. Cit. p. 135-136.

¹²² Ibidem. p. 153.

¹²³ MASSIMI, Marina. *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

¹²⁴ BORGES, Célia Maia. Op. Cit. p. 159.

escravista. Tamanha foi a relevância destas confrarias no Setecentos mineiro, que estas funcionaram como espaços autônomos que incentivaram processos dinâmicos de trocas culturais, traduzidos, entre outros fatores, pelas coroações dos reis. O antropólogo Pierre Sanchis, no prefácio do livro de Célia Borges, ao questionar se tais reflexões se encaminham mais para a coesão do que para o conflito, afirma:

É necessário então dizer que ele [o livro] é feito de uma articulação de perspectivas, e nunca se esquece de evidenciar que estes espaços privilegiados de “solidariedade” que se detectou, se inscrevem na perversidade de uma estrutura. São brechas, fendas usadas para alargar um espaço de auto-determinação; mas este uso, se por um lado constitui uma estratégia de “resistência”, por outro, não escapa de certa ambigüidade, pois o que aumenta a autonomia reforça o caráter de dependência, num campo (o religioso) em que “valores”, realmente empenhativos, significam, também e ao mesmo tempo, “ideologia” e instrumento de dominação.¹²⁵

Logo, estas ponderações auxiliam a pensar no próprio caráter da resistência representada pelas coroações. As análises ganham densidade se pensadas através da perspectiva de uma resistência poliforme, de múltiplas feições e possibilidades, que muitas vezes, não se reduzem ao embate direto, e fizeram com que as antigas coroações de reis negros, celebrações que antecederam o atual Reinado mineiro, se configurassem como manifestações plurais, como um amálgama de densa apreensão.

1.2.3. A particularidade histórica do mito de origem do Reinado de Itapecerica

A compreensão da matriz histórico-devocional do culto prestado a Nossa Senhora do Rosário nos festejos dos Reinados é ainda mais densificada com a análise da narrativa do mito de origem do Reinado em Itapecerica. Quem nos oferece este relato é o capitão-mor da festa na atualidade, há vários anos no posto, o carcereiro Anielo D’Alessandro, o qual, conforme aludido anteriormente, participa da festa por tradição familiar, tendo em vista que, segundo ele, seu pai

¹²⁵ Ibidem. p. 19.

era um dos aliados de José Gomes Filho na luta pela volta da festa na cidade nos anos 1940, além de ser o instituidor do terno dos Marinheiros.¹²⁶

O personagem se destaca pela trajetória de vida imbricada ao Reinado, pelo empenho em conduzi-lo de acordo com suas memórias mais antigas, inspirando-se, sobretudo, em figuras tradicionalmente relacionadas aos festejos, como “Seu Gominho” e o próprio pai de Anielo, Geraldo D’Alessandro. A percepção dominante na cidade, captada em conversas com os moradores, é a que Anielo, juntamente com seu irmão, Geraldinho, capitão dos Marinheiros, são as personalidades de maior liderança no Reinado, tendo admirável papel no agenciamento do evento nos dias atuais.

Foi através de escrito do capitão-mor Anielo que se mostrou possível conhecer o relato da fundamentação mítica do Reinado em Itapecerica, na versão o maior guardião de suas raízes. Nota-se que o líder congadeiro não demarca exatamente o local de aparição da santa, se referindo à pluralidade de versões do que chama de “lenda”:

Diz uma lenda que ela [Nossa Senhora do Rosário] apareceria no mar, outra diz que foi na gruta, e também no rio. Uma escrava a mando de seu senhor, foi de madrugada buscar água em um bilha, naquele tempo se usava a bilha, espécie de cabaça, feita de barro, pois conservava a água fresquinha o dia todo. Neste dia, a negra jovem não conseguiu chegar à beira do rio, pois viu um grande resplendor e uma senhora linda de olhos azuis, vestes brancas, e o Rosário na mão, o Menino Jesus seguro pela outra mão da Virgem Sagrada...¹²⁷

O congadeiro situa os eventos míticos no contexto do cativo escravista. Cabe ressaltar a ênfase na cor da pele da santa, bem como sua figura, imponente, com olhos azulados e o Rosário, e o Menino Jesus nos braços. Prosseguindo a narrativa, Anielo descreve a incredulidade do senhor frente à descoberta da escrava, e, posteriormente, dá início à descrição das tentativas de resgates da santa, por distintos grupos:

Voltou e disse ao seu senhor que ficou tão assustada que teve medo de ver tanta maravilha e encantamento. Mas o senhor não acreditou e disse: olha negrinha amanhã vou mandar você e

¹²⁶ Entrevista realizada pela autora com Antônio Anielo D’Alessandro em abril de 2006.

¹²⁷ Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho. *Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D’Alessandro*. 24/04/2008.

quatro capatazes, se for mentira, eu vou mandar te açoitar chibatada e se te amarrar na roda d'água. E eles foram para a beira do rio. Os feitores e os capatazes viram e ficaram impressionados, logo voltaram e delataram ao senhor... O senhor, sabendo da verdade que era N. Sra do Rosário, proibiu os negros de frequentar a margem daquele rio. E convidou seus amigos religiosos para irem ver N. Sra do Rosário. Mandou erguer uma ermida, capela muito chique, para buscá-la e deixar naquele templo. Levou os padres, banda de música, nada disso comoveu N. Sra do Rosário, a se deslocar de lá... Depois de muitas tentativas e sem conseguir êxito... Eis que aparece um escravo pedir ao senhor permissão para buscá-la. O senhor disse, olha negro você quer é ficar a toa, vai trabalhar... Vê lá se a santa vai acompanhar vocês, esses negros fedorentos. Ouvindo isto o escravo ficou muito triste, chamou os companheiros Congos (ternos) e Moçambiques. Primeiro outros ternos cantaram e dançaram, N. Sra do Rosário sorria mais não [?]. Os Congos com suas caixas, ganzás, adulfos (pandeiros), chocalhos, chique-chiques, e manotas, bizarrices (alegria), ela não saiu com os outros ternos. Mas quando chegaram os negrinhos do Moçambique, com suas vestes brancas, as caixas vermelhas sagradas, as patagongas, espécie de bateia feita de folha [?] ou latas cheia de sementes de coité. E as congas amarradas nas pernas. E com vestes brancas, tanga e tubarão e os bastões. Eles cantaram na beira do rio e N. Sra do Rosário do Rosário ficou muito alegre e acompanhou de alegria. N. Sra do Rosário chorou, as lágrimas caíam no caminho. E os negros apanhavam e depois fizeram seu Rosário, que os Moçambiqueiros trazem cruzados no peito. Os negros cantavam que o Rosário veio de Angola.¹²⁸

Sublinha-se a incapacidade dos senhores brancos, com seus recursos materiais sofisticados, “capela muito chique”, “padres”, “banda de música”, de sensibilizar e se fazer acompanhar pela santa católica. Após as tentativas frustradas de alguns ternos de chamar a atenção de Nossa Senhora do Rosário, os Congos, caracterizados pelos ritmos alegres e brincadeiras, igualmente não conseguem êxito na empreitada. É o Moçambique, por meio de suas vestes, instrumentos, cânticos e danças rituais, que alegra a Virgem e a faz segui-los chorando, e, à medida que suas lágrimas vão caindo, ela vão dando origem ao Rosário de Maria, objeto que os integrantes do terno em Itapecerica trazem no peito, o relacionando às raízes africanas do grupo, afinal, “o Moçambique é mais de preto, né?! Eu acho que puxa, é isso [...] Os escravos que formaram, que formaram este terno, o terno de Moçambique”.¹²⁹

¹²⁸ Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho. *Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Aniello D'Alessandro*. 24/04/2008.

¹²⁹ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

Para concluir seu texto, Aniello esclarece o porquê da aparição de Nossa Senhora do Rosário no cativo escravidão, e oferece uma gama de novos componentes à narrativa:

Dizem as pessoas mais antigas que quando os negros vieram para cá, vendidos como animais, N. Sra do Rosário ficou com pena deles e veio para protegê-los. E que estavam tristes, pois seus filhos negros, não eram libertados. Para cá vieram e trabalharam até morrer. Se os negros reclamassem de chibatas eles apanhavam. [...] Os negros elegeram N. Sra do Rosário, pois quando, no seu sofrimento, labutando, com seu suor, banhando e fecundando o solo da nossa pátria. É por isso que todos os anos, festejamos N. Sra do Rosário. Aqui em Itapeverica, a passeata da Princesa Isabel, nos lembra a aparição de N. Sra do Rosário. Quando chega no Rosário sua alteza liberta os negros. Vê como a lenda se mistura com a história. N. Sra do Rosário estava triste, pois seus filhos sofriam. Veio a princesa branca e os negros, libertou. Pois a princesa-regente tinha muita fé com N. Sra do Rosário. Quando seu pai, o imperador estava doente obteve uma graça e seu pai recuperou a saúde. A promessa foi cumprida e no dia 13 de maio de 1888 com pena de ouro, a princesa assinou a Lei Áurea vigorou, os negros que eram escravos, livre, para sempre ficou.¹³⁰

Para o capitão-mor, Nossa Senhora do Rosário penaliza-se com os flagelos dos escravos e surge especialmente para protegê-los. Contudo, a parte mais significativa inicia-se com a transposição dos acontecimentos configurados como “lenda”, reportados à dimensão da crença, e os episódios em que a Princesa Isabel entra em cena, fatos tidos como integrantes da história do Brasil.

A Princesa Isabel, devota da Virgem do Rosário, da mesma forma que o faziam os fatigados escravos africanos, teria recorrido à santa em busca da cura para uma moléstia de seu pai. Observa-se que não existe qualquer referência à posição política por ele ocupada, de Imperador do Brasil. O que importa ao relato é a aflição familiar em vista da enfermidade de um ente querido, aspecto de identificação entre o mito e as descrições de implicação religiosa da festa, nas quais se ressaltam os relatos das promessas. Quando sua súplica é atendida, com o restabelecimento da saúde de seu pai, a princesa trata de cumprir com sua palavra, assinando a Lei Áurea, declarando abolida a escravidão no Brasil e colocando fim em um longo período de martírio dos negros no continente americano.

¹³⁰ Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho. *Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Aniello D’Alessandro*. 24/04/2008.

Não obstante, se a cena da abolição agregou muitos componentes à festa, ela jamais foi capaz de rivalizar ou encobrir o caráter de experiência religiosa de mediação com o sagrado. Mesmo constatando-se a centralidade da personagem Princesa Isabel para os festejos no tempo presente, de forma a favorecer uma correlação entre o Reinado e a afirmação de uma identidade nacional e/ou local, ao se recorrer aos participantes, moradores, estudiosos, enfim, todos concordam que o Reinado é, em seu sentido basilar, uma manifestação religiosa de louvor a Nossa Senhora do Rosário. E a narrativa do mito pelo capitão-mor, neste sentido, apenas corrobora tal leitura, haja vista que, nas palavras de Anielo, “a passeata da Princesa Isabel, nos lembra a aparição de N. Sra do Rosário”, ou seja, se existe a passeata protagonizada pela Princesa, é para lembrar e, também por meio dela, consagrar a Santa que se fez padroeira dos negros oprimidos. Afinal, “é por isso que todos os anos festejamos N. Sra do Rosário”.

Assim como Carlos Rodrigues Brandão, a Patrícia Costa afiança o “profundo significado religioso” do Reinado, que imputa à festividade um caráter de “estratégia de sobrevivência que ajuda os congadeiros a lidar com a pobreza e com a discriminação que os afeta”, fundamentada no momento de elevação vivenciado na prática dos compromissos rituais do Congado. A pesquisadora esclarece que tal elevação simbólica não pretende romper com a ordem social vigente, mas sim, almeja a “inserção dos congadeiros na mesma, de forma mais valorizada e respeitada”.¹³¹

Mas Patrícia Costa enfatiza não deixa de destacar que a inversão de papéis sociais no Congado de Salitre é “momentânea e mediatizada”, ou seja, que ela encontra-se circunscrita ao momento ritual, face às reações de desconsideração e até mesmo a alguns exemplos de discriminação social e/ou racial a que estão sujeitos os ternos congadeiros durante o séquito religioso:

Carros ou bicicletas não dão passagem aos ternos que dançam pelas ruas em direção à igreja, ameaçando muitas vezes a segurança dos dançadores. [...] Da mesma forma que participantes das missas realizadas durante a novena tapavam os ouvidos, e muitas vezes o nariz, na entrada dos ternos, assim como se incomodavam com a presença de convidados da pesquisadora que fotografavam a festa. Vale dizer que as manifestações isoladas de apreço pelos ternos ocorriam, muitas vezes, por parte de crianças e adolescentes que ao som dos

¹³¹ COSTA, Patrícia. Op. Cit. p. 12-13.

tambores podiam dançar e pular, mas também ridicularizar aqueles que ali passavam.¹³²

A dimensão intraétnica do Reinado em Itapecerica distancia os compromissos rituais da festa das manifestações depreciativas verificadas em Serra do Salitre. A dramatização da abolição em Itapecerica também confere uma coesão identitária ao segmento afrodescendente, da mesma forma que, em Serra do Salitre, os participantes da festa, encenam um “evento transformador da imagem e do valor do escravo perante os senhores”, no caso do município do centro-oeste mineiro, além da aparição de Nossa Senhora do Rosário, há também o potencial libertário contido na leitura da lei áurea pela Princesa Isabel.

Porém, no caso de Itapecerica, a teatralização da liberdade concedida aos negros não repercute apenas neste grupo étnico, afinal, trata-se de um evento que afeta a totalidade da sociedade brasileira. Tal feição pode ser apreendida por meio da descrição deste momento ritual da festa pela folclorista Maria Amalia Giffonni:

Cena da libertação dos escravos – Foi acrescida ao Reinado por sugestão do Sr. Zé Gominho, conforme ele nos disse. Nela aparecem escravas trabalham: cardam, fiam, cozinham, servem café. Aparelhos de tortura e uma forca completam o cenário. Dois condenados à morte e um franciscano, encarregado de dar-lhes os últimos socorros espirituais, estão presentes. A Princesa Isabel se aproxima e lê a Lei Áurea. A libertação dos escravos e do enforcamento compõe o contexto ideal para os agradecimentos e vivas à Redentora. Esta é a fase do Reinado que produz maior impacto. Montanhas e casas coloniais contornam o ambiente. Tudo é feito com tanto naturalidade que traz o passado de volta. A enorme assistência, atenta e emocionada, na maioria populares e promesseiros, vindos de longe para assistir o Reinado, maravilha-se com o espetáculo.¹³³

Tal descrição pomposa do rito oferece elementos para se pensar que, mais que uma coesão grupal ao segmento afrodescendente em Itapecerica, a dramatização potencializa e sentencia uma chance, uma possibilidade, reencenada anualmente, de fazer valer a leitura da Lei Áurea e buscar uma libertação efetiva das amarras sociais, em uma luta constante e diária rumo a uma sociedade mais igualitária.

¹³² Ibidem. p 79.

¹³³ GIFFONI. Maria Amalia Corrêa. Op. Cit. p. 39.

Assim, a escravidão no Brasil não consegue apresentar-se como uma memória tão cicatrizada assim, nem mesmo no Reinado de Itapecerica. Afinal, feridas sociais ocasionadas pelo sistema escravista perduram, ainda que sob outros aspectos. O depoimento de Lázara oferece um testemunho sobre tal incidência, quando ela expõe suas impressões sobre a dramatização na festa, iniciada com a cena do flagelamento da escrava, anos representada por sua tia, Geralda Pio:

É... eu gosto, eu gosto, mais tem hora que eu num fico achando muito bom não, quando eu fico escutando as pessoas falar: “bate nessa negra, essa negra precisa agora é de apanhar”, sabe? É porque eu acho que tinha que ter respeito né? as pessoas que ficam lá ao redor, eu já escutei muitas vezes que elas ficam mandando bater na minha tia. é... aí eu fico nervosa e eu fico com medo até de responder. Porque eu acho que tem que ter respeito, porque ela esta mostrando, que aquilo ali é um tema e que não existe isso mais né? não tem escravidão mais... eles ficam: “bate, enforca o negro”.¹³⁴

A Rainha Conga continua seu depoimento, após ser perguntada se avaliaria este comportamento dos espectadores situados no próprio palco da cena, como um exemplo de preconceito racial:

É... é preconceito né? Porque se eles estão falando isso, quer dizer “negro não vale nada né?” porque antigamente práns sinhás os negros não valiam né? Não tem alma. Não viu passando naquela novela? Que eles até falavam que os negros não tinham alma? Então tem muita gente que ainda acha né?¹³⁵

Ao se sentir incomodada com os gritos exaltados de quem assistia representação de perto, Lázara considera tal conduta sob a prerrogativa de uma “falta de respeito” para com sua velha tia, que, segundo ela, comporia a esquete do Reinado com o intuito de evidenciar que a escravidão não mais dita as regras das relações entre os diversos grupos étnicos no Brasil, subsistindo neste discurso, uma percepção de que aos negros estaria reservada uma posição igualitária em relação aos brancos. Em tese, tal alocação de equiparidade é resguardada jurídica e moralmente, de fato. Todavia, esta conjectura não parece ser suficiente para solucionar integralmente a cortante desigualdade entre negros e brancos, e, sobretudo, o problema do racismo no país:

¹³⁴ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

¹³⁵ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

Ora, a percepção de que tal ou qual evento deva ser comemorado, de modo que permaneça sua lembrança na memória individual e coletiva, é uma questão substantiva para as comunidades que tiram desses episódios elementos fundantes de sua identidade. A mais valia ética da cobrança da punição ou da purgação, em tese, diz respeito à realidade presente e à maneira como, nessa realidade, os agentes atuais se relacionam com o passado. Assim, como sublinha Frank Ankersmit, “comemoração expressa ou exemplifica um sentimento que possuímos, ou que se supõe que devamos possuir, com relação ao passado”. Dessa maneira, o tempo social que determina o caráter memorável de eventos e suas conseqüências para a comunidade é o presente. Pode-se dizer o mesmo para a percepção, ou o sentimento, de que determinado evento ou conjunto de acontecimentos deva ser extirpado da memória coletiva.¹³⁶

Destarte, se o “tempo social que determina o caráter memorável de eventos e suas conseqüências para a comunidade” é mesmo o presente, pode-se aferir que as clivagens sociais e étnicas ainda ecoam e fazem sofrer, inclusive no contexto de Itapeverica. Mas, ao mesmo tempo, a releitura do mito de origem do Reinado nesta cidade, com a incorporação do esquete que simula a Abolição da Escravatura, não deixa de operar como instigação ao engendramento de uma nova história, na tessitura do intraétnico e do religioso:

Eu acho que é tipo de gente ignorante né? Porque quem não é ignorante não faz isso. se não fosse a ignorância não estava nessa, sabendo que não tem mais escravidão né? Porque todo mundo faz o que quer né? É independente. A minha mãe brigou um dia, ela estava perto de uma senhora que gritava: “mete o coro nessa negra!” Ela falou assim: “sobe lá e bate nela pra mim [risos] vai lá ver se você bate nela. Porque se você bater nela vai sair apanhada também. Porque não existe isso mais não minha filha! Eu já falei pra minha tia parar com essa palhaçada e ela faz”. Esse foi o último ano que ela foi. [a mãe de Lázara, tia de Geralda Pio].¹³⁷

¹³⁶ MARTINS. Estevam C. de Rezende. Tempo e memória: construção social do passado na história. *Associação Nacional de História – ANPUH.VIV Simpósio Nacional de História*. 2007. p. 2.

¹³⁷ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

CAPÍTULO 2

Uma tradição religiosa local:

O discurso leigo nacionalista

Visando interpretar-se, neste capítulo, os sentidos que, atribuídos ao Reinado na cidade de Itapecerica entre os anos 1920-1950, encontravam-se diretamente associados ao projeto nacionalista que então se desenvolveu entre os círculos governamentais e intelectuais da sociedade brasileira, novamente recorreu-se a um balanço da produção acadêmica sobre esta festividade nos municípios vizinhos à cidade de Itapecerica. Ainda que o Reinado, nessas localidades, tenha sido paulatinamente afetado pelas restrições eclesiásticas, vigentes principalmente a partir da década de 1920, considera-se que, através do cotejamento de similitudes e especificidades entre os festejos nas diferentes paróquias, torne-se possível discernir os significados particulares dos festejos do Reinado em Itapecerica, sobretudo no tocante aos contornos nacionalistas que lhe foram atribuídos a partir deste mesmo período.

2.1. Reinado e elite: histórico em contexto paroquial (1920-1950)

A historiadora Sueli do Carmo Oliveira, ao analisar a festa de Reinado do município de Itaúna, localizado no centro-oeste mineiro, e interessando-se, sobretudo pelas “reelaborações do catolicismo” que compõem o “universo de crenças dos congadeiros”, volta-se para “os desdobramentos multifacetados da ação pastoral da hierarquia católica a partir das diretrizes do Ultramontanismo por meio da análise das relações estabelecidas entre congadeiros e clero no contexto paroquial”.¹³⁸ Considerando que as repercussões da reforma ultramontana, empreendida desde o final do século XIX, não apresentam uma configuração unívoca entre as diferentes paróquias mineiras, Sueli Oliveira menciona o

¹³⁸ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. *O Reinado nas encruzilhadas do catolicismo. A dinâmica das comunidades congadeiras em Itaúna/MG*. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) –, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. p. 3.

surgimento de estudos com o propósito de esmiuçar “as nuances regionais e locais desse processo”.¹³⁹

Podem também ser mencionados, dentre os estudos que abordam as festas do Reinado sob um viés paroquial, os trabalhos da historiadora norte-americana Elisabeth Kiddy, a qual realiza extensa pesquisa acerca das Irmandades do Rosário em Minas Gerais nos períodos colonial e imperial, utilizando-se da categoria do “catolicismo africano” elaborada pelo igualmente norte-americano John Thornton, e tomando por objeto a festa do Rosário de Oliveira, sudoeste de Minas Gerais.¹⁴⁰ Outras duas referências são as dissertações de Guilherme Leonel, que trata dos “conflitos e tensões” no Reinado em Divinópolis, na região centro-oeste do estado,¹⁴¹ e de Fernanda Pires Rubião, que pesquisa as “memórias, identidades e tradições” da festa no município de Oliveira, e no intento de analisar a relação entre congadeiros e a “cidade letrada” a partir de 1950, procede a “um retrospecto sobre a maneira com que o jornal local abordava a festividade entre 1900 e 1950”.¹⁴²

A utilização da imprensa escrita como fonte privilegiada dessas investigações sobre as concepções sobre Reinado no período é uma estratégia comum a tais estudos. Foi baseada nestes relatos, Elisabeth Kiddy defendeu a inexistência de um antagonismo frontal, que rivalizaria, de um lado, uma elite “branca”, e, de outro, a festa “preta”:

Ao invés disto, emerge um relato mais complicado, de uma cidade do interior na qual, pretos e brancos participavam conjuntamente das festas do Rosário dos “pretos”. Isto ocorria simplesmente porque, embora pretos e brancos participassem da festa, ela não era antídoto para o tipo de racismo prevalecente no Brasil. De fato, vinha mesmo reforçar as relações tradicionais de clientela e patronagem entre brancos e pretos. Apesar disso, a festa oferecia discurso compensatório, que impedia os construtores da nação e os padres ultramontanos de destruírem as tradições locais, mesmo que

¹³⁹ Ibidem. p. 45.

¹⁴⁰ KIDDY, Elizabeth W. *Progresso e Religiosidade: Irmandades do Rosário Minas Gerais, 1889-1960*. *Tempo*, Rio de Janeiro, Nº 12, p. 93-112.

¹⁴¹ LEONEL, Guilherme Guimarães. *Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões nas Festas do Reinado (Divinópolis - M.G.)*. Dissertação de mestrado. PUC Minas, 2009.

¹⁴² RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: memórias, identidades e tradições no Congado de Oliveira (1950-2009)*. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

estivessem associadas à população urbana descendente de africanos.¹⁴³

A pesquisadora destaca, fundamentada em um artigo publicado em 1887, no jornal local *Gazeta de Minas*, que, a despeito da “simpatia” e “admiração” do autor pelo Reinado, “não deixava de dar voz às novas correntes ideológicas” em voga no período, ao imaginar um estrangeiro que porventura viesse a ter contato com a festa de Oliveira, o que o leva a questionar se não seria mais apropriado excluir a parte das danças e manter tão somente a veneração à Virgem.¹⁴⁴

De forma similar, a historiadora Sueli Oliveira cita uma nota do *Jornal de Itaúna*, que publicada no ano de 1916, tece uma interessante metáfora entre as “assembleias de congos e Moçambiques” e o Congresso Nacional – o propósito do jornalista era o de censurar as deformidades da política brasileira, tecendo “distancias atenuadas” que, “seriam, antes, produtos de desvios dos parlamentares em relação aos padrões de civilidade condizentes com o congresso nacional.” O que interessa à Sueli Oliveira, no caso, é ratificar a existência do que denomina “espaços de convivência” entre os diversos grupos sociais e étnicos que compunham a sociedade de Itaúna. A historiadora anseia evidenciar a despreocupação do escritor deste artigo em apresentar aos leitores os tais “congós” e “moçambiques”, concluindo, então, que tais termos deveriam ser de conhecimento ordinário entre os moradores do município.¹⁴⁵

Logo, uma leitura mais detida das produções mais recentes das ciências humanas sobre os reinados mineiros aponta, portanto, para uma “dimensão fronteiriça”¹⁴⁶, operante na intersecção entre as suas raízes africanas e seu concomitante pertencimento católico:

Essa posição fronteiriça do congado evidenciada no cruzamento de suas heranças africanas com a fé católica sintetizaria o processo, mesmo que paulatino, de integração do negro no catolicismo, por isso o reconhecimento da “sinceridade cristã” das “danças macabras” veiculada no jornal

¹⁴³ KIDDY, Elizabeth. Op. Cit. p. 97.

¹⁴⁴ Ibidem. p. 101.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 56-57.

¹⁴⁶ Expressão cunhada pela historiadora Sueli do Carmo Oliveira.

O Itaúna. Daí a idéia do catolicismo como elemento civilizador das práticas congadeiras.¹⁴⁷

Tal liame, demonstra Sueli Oliveira, ocasionaria por sua vez a concepção, presente nos periódicos consultados, de o catolicismo portaria um admirável componente civilizador das sociabilidades e religiosidades, validando o que fosse legítimo sob a premissa dos valores evangélicos, ainda que estivesse protagonizado por grupos subalternizados do ponto de vista socioeconômico ou étnico, mas também buscando excluir tudo que fosse considerado incompatível com tais preceitos. Assim, transcrevendo outro extrato do jornal de Itaúna, Sueli indica que o autor, explanando acerca de instrumentos e vozes latentes, tanto afirma que musicalidade teve por efeito provocar-lhe “saudades de pessoas e coisas que conheci, não sei em que época, nem em que circunstâncias” (ou seja, de uma experiência que também fizera parte de sua trajetória biográfica), como, numa aparente ambiguidade, imbrica tais recordações às “danças macabras” do Congado:¹⁴⁸

Podemos perceber que certa duplicidade permeia esse relato, no qual o familiar e desconhecido se imbricam. O Congado se apresenta como uma manifestação anacrônica, deslocada no tempo, mas que um dia foi familiar e de certo modo teve parte de seus sentidos co-partilhados. As “danças macabras” apresentam-se agora como algo que foge a certo padrão de “civilização”, como sobrevivência de época que passou, e por isso apresentam-se à memória como penumbra de um tempo que se julgava superado, difícil até mesmo de ser recordado.¹⁴⁹

A duplicidade da dimensão civilizatória do catolicismo, capaz ao mesmo tempo de incorporar o Reinado, a despeito de suas associações com a cultura e a religiosidade afrodescendente, mas também de reformatá-lo segundo as diretrizes eclesiásticas, é condizente com uma relativização do conceito de identidade, conferindo ao termo uma dinâmica mais fluida, configurada por “processos incessantes, variados, de hibridação”:¹⁵⁰

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 54. Pode-se propor uma aproximação entre esta “dimensão fronteiriça” e a noção de “trânsito”, utilizada por Certeau para indicar as transposições de sentido no interior do catolicismo, cf. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 50.

¹⁴⁹ Ibidem. p. 50.

¹⁵⁰ CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997. p. XXII.

A ênfase na hibridação não enclausura apenas a pretensão de estabelecer identidades mais “puras” ou “autênticas”. Além disso, põe em evidência o risco de delimitar identidades locais autocontidas ou que tendem afirmar-se como radicalmente opostas à sociedade nacional ou globalização. Quando se defini uma identidade mediante um processo de abstração de traços (línguas, tradições, condutas estereotipadas), frequentemente se tende a desvincular essas práticas a história de misturas em que se formaram. Como consequência, é absolutizado im modo de entender a língua, fazer música ou interpretar as tradições.¹⁵¹

Fernando Rubião, debruçando-se sobre o Reinado de Oliveira, localiza um artigo de 1923 no periódico *Gazeta de Minas*, o qual também alude a um impedimento diocesano para a realização da festividade em nome da “civilização dos costumes”:

O Reinado além de emprestar ao catolicismo, aparentemente um cunho de idolatria que a sublime religião de Cristo absolutamente não tem, atentava da maneira, a mais grosseira e irrisória contra os nossos foros de cidade civilizada [...]. O mais extraordinário de tudo isso, porém, é que há por ali um grupo de pessoas sensatas que se bate pelo Reinado, alegando ser uma velha tradição da cidade. Não vemos tradição nossa, na reprodução de costumes selvagens importados da África, com as primeiras levas de escravos trazidos daquelas paragens. Mas ainda que se tratasse de uma tradição, não há motivos para conservá-la por tão pouco de vez que não se coaduna com o nosso grau de civilização.¹⁵²

A interdição diocesana a que Fernanda Rubião faz referência trata-se do *Aviso nº 5*, publicado pelo prelado Dom Antônio dos Santos Cabral, que especificava a sanção ao Reinado na recém-criada diocese de Belo Horizonte, que abarcava as paróquias de Oliveira, Itaúna, Divinópolis e também Itapecerica, entre outras.¹⁵³ O que salta aos olhos, nesse trecho, é a preocupação em salientar a existência de um “grupo de pessoas sensatas” que clama pela festa, declarando ser esta uma “velha tradição”, proposição que o autor rebate afirmando que, mesmo se assim fosse, tratar-se-ia de tradição mal-quista, incompatível com os preceitos civilizacionais laureados.

¹⁵¹ Ibidem. p. XXIII.

¹⁵² RUBIÃO, Fernanda Pires. Op. Cit. p. 24.

¹⁵³ AABH, *Livro Avisos e Mandamentos I*. Aviso nº 5: Proibição da festa chamada Reinado, 10/08/1923.

Nesse aspecto, vem à tona, a indagação sobre a composição e o caráter de tal “grupo de pessoas sensatas”, a que espécie de moradores o autor estaria se referindo? Supõe-se que, por indivíduos sensatos, deveria estar fazendo referência a segmentos sociais destacados no município, seja pela condição econômica, ou, em especial, pela integração à intelectualidade de Oliveira. Ao que parece, tais vozes não encontravam o devido espaço na *Gazeta de Minas* neste período, já que, nem Elisabeth Kiddy, nem Fernanda Rubião localizam quaisquer notas ocupadas com uma defesa vertical da festa de Reinado do município, em meio ao contexto conflituoso de meados dos anos 1920.

Parece-me que a análise dos artigos de jornais que tocam no tema Reinado, tanto em Itaúna, quanto em Oliveira, sinalizam para uma “duplicidade” muito bem evidenciada pela historiadora Sueli Oliveira, a qual reflete certa “familiaridade” dos moradores dos municípios com tal festa – até mesmo pela comprovada perenidade histórica – indicada também por meio do “compartilhamento social de significados”, dos ternos associados ao Reinado.¹⁵⁴ Assim, a tolerância à manifestação encontra-se ameaçada pela incidência de uma nova concepção universalizante de tradição que, ao ser associada à civilização, relega ao Reinado uma posição periférica e até mesmo depreciada.

Assim, nesta alocação um tanto quanto ambígua do Reinado, há espaço não apenas para a condenação da “penumbra de um tempo que se julgava superado, difícil até mesmo de ser recordado”¹⁵⁵. No entrecruzamento de todas estas variáveis, verifica-se também um lugar reservado à associação da festa com uma concepção nostálgica e saudosista que remete a ideia de “tradição nossa”, que se baseia, em larga medida, nas culturas religiosas locais e, de acordo com indícios, muito possivelmente é encampada por representantes da elite de algumas das localidades estudadas.

Se no município de Oliveira encontram-se menções da existência de uma defesa da festa Reinado por um “grupo de pessoas sensatas”, que, entretanto, não possuem espaço de expressão no *Gazeta de Minas* na década de 1920, em contrapartida, em Itapecerica, tais vozes podem ser ouvidas através da Revista *O Natal*. Embora fosse publicada no município de Passos, a revista era editada por um itapecericano, o intelectual Hilarino Moraes, assim como igualmente natural

¹⁵⁴ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 50.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 50.

da cidade o era Bento Ernesto Júnior, um dos principais colunistas de *O Natal*, conformação que resulta na produção de diversos artigos que tratavam de assuntos relativos à Itapecerica:

Itapecerica de hoje não possui mais aquellas amizades íntimas que mais pareciam irmandade. A sociedade está corrompida, só se vê cinemas; os meninos nem conhecem os brinquedos: *Chicotinho Queimado*, o curso, a mulada, a mai do grillo e outros: só conversam em “Quadrilhas da Morte”, os bandidos do Norte e outras coisas semelhantes. Acabaram-se os typos de rua que Itapecerica possuía: o Zé Lorianô já não pega o *bastão* de Capitão dos Moçambiques, já está em disponibilidade: o Camilo, coitado anda macambuzio, pois seus companheiros de dança já passaram dessa para melhor.¹⁵⁶

Este escrito de 1923, logo, contemporâneo à ordem de proibição eclesiástica, é fragmento de um artigo comemorativo dos 61 anos que “Tamanduá”, antigo nome de Itapecerica e que dá título ao texto, fora elevada à categoria de cidade. Nota-se em toda a coluna um tom saudoso que valoriza os tempos de outrora, um lugar do passado onde tudo parecia mais amigável e pueril, e é dentro desta perspectiva que o Reinado é envolvido, no lamento pela dissipação de figuras emblemáticas do Moçambique, num triste panorama de decadência traçado pelo autor. Havia, então, um nobre setor da elite itapecericana que discordava da consideração de que os festejos de Reinado da cidade reduziam-se a um remoto costume bárbaro que devia ser extirpado da sociedade em nome de um novo preceito civilizacional e de uma compreensão eclesiástica universalizante da tradição.

Comprova-se, portanto, a existência de diferentes impressões sobre o Reinado nas localidades em que a festa acontecia, mesmo na observância da problemática conjuntura de reprovação diocesana nos anos 1920. Sugere-se então tais remissões mantêm relações tanto com o entendimento da festa como um legado tradicional, quanto com arranjos de força e conformações de poderes locais, como é demonstrado no caso de Divinópolis.

A localidade foi alçada à condição de município em 1911, sendo assim, desmembrada da cidade de Itapecerica. O pesquisador Guilherme Leonel acredita que o estabelecimento de umas das oficinas da EFOM na região em 1908 –

¹⁵⁶ *O Natal*, Passos, dez. 1923. S/N, s/p.

Estrada de Ferro do Oeste de Minas – contribuiu para uma “reconfiguração social” na cidade, isto é, para o surgimento de novas associações de orientação não necessariamente católicas, “novos agentes sociais ligados à mentalidade do livre-pensamento, da maçonaria, da vida burguesa e da vida operária”. O pesquisador trabalha com a hipótese de que algumas lideranças ligadas a estas novas entidades, especialmente a maçonaria, teriam agido no sentido de amparar a realização do Reinado, menos por motivações eleitoreiras ¹⁵⁷ e, antes, para “implicar” a alta hierarquia católica, diametralmente contra a realização da festa. Afinal, estes novos grupos se posicionavam publicamente favoráveis à liberdade de culto e expressão, até mesmo pelo fato de muitos componentes professarem “cultos não católicos”, entenda-se por espiritismo e protestantismo.

Fato é que na paróquia de Divinópolis observam-se latentes discrepâncias entre as diretrizes especificadas pela diocese a partir de 1923 e a prática local, as quais levaram o arcebispo a enviar correspondências, nos meses de agosto e setembro de 1927, aos frades franciscanos estabelecidos na cidade, com o intuito de cobrar uma postura mais rígida em face à persistente realização dos festejos. Cabe ressaltar que o arcebispo toma ciência do descumprimento de suas ordens em Divinópolis por meio do encaminhamento anônimo de um programa do Reinado através dos Correios, o que o deixa visivelmente inconformado com o que trata por “desprezo da autoridade”. ¹⁵⁸

Tanto, que, no ano de 1932, Guilherme Leonel localiza um bilhete de Dom Antônio dos Santos Cabral, enviado a Carlos Prates, chefe de polícia de Belo Horizonte, no qual o bispo elenca as localidades onde o Reinado persistia, a despeito da interdição diocesana, e não sendo alvo de coibição policial, entre elas os municípios de Divinópolis e Itapeçerica. A este texto, o “Parecer da Secretaria do Interior de Minas Gerais” argumenta que à polícia “não é lícito proibir, compete-lhe antes policiar”, manifestações que o documento considera “de cunho mixto cívico-religiosos, promovida em via de regra, pelas primeiras pessoas do lugar e patrocinada pelas principais famílias locais”. Observa-se o duplo caráter relacionado ao Reinado, condenado pelo bispo, mas atrelado à história, às

¹⁵⁷ Proposição aventada em CORGOZINHO, 1999. Apud: LEONEL, Guilherme Guimarães. Op. Cit. p. 95.

¹⁵⁸ LEONEL, Guilherme Guimarães. Op. Cit. p. 116.

efervescentes culturas religiosas locais, promovido por setores de visibilidade nos municípios, contra os quais o delegado opta por não se opor frontalmente.¹⁵⁹

Em face ao contexto de desacordo entre resoluções diocesanas e vivência paroquial, Sueli Oliveira pondera que “essa irregularidade na execução de ordens da autoridade diocesana foi o que gerou, por vezes, uma implantação tardia das diretrizes de Dom Cabral com relação à proibição do Congado”, conjectura que faz a historiadora avaliar as repercussões da Reforma Ultramontana nas paróquias a partir de um “caráter fragmentário”¹⁶⁰. Em uma passagem do *Livro de Tombo* da paróquia de Itaúna em 1923, padre João Ferreira Alves julga que o Reinado seria a “festa mais popular de Itaúna”, “quase única fonte de renda para a igreja”, e, apesar da assertiva em seguir as orientações do bispo e extinguir os festejos, o vigário acredita em uma reconsideração diocesana condicionada à “forma será completamente modificada pela inteligente autoridade”. Em outro trecho do documento, de 1931, o atual vigário, padre Inácio Fidelis Campos, afirma a vigência da interdição do Reinado, motivo pelo qual a festa de Nossa Senhora do Rosário transcorreu “sem grande entusiasmo e animação como antigamente devido achar-se o povo mal satisfeito com a proibição do Reinado”.¹⁶¹

O ímpeto dos apreciadores dos festejos no município de Itaúna em dar prosseguimento às suas práticas rituais resultou na fundação, em 1935, da Sociedade de Nossa Senhora do Rosário, agrupamento que contava com 126 associados, entre congadeiros e “integrantes não congadeiros influentes na sociedade local”. Se as celebrações eclesiais do mês do Rosário foram deslocadas para outubro, em consonância com o calendário tradicional católico, os festejos da associação se mantiveram no mês de agosto, conforme tradição anterior ao impedimento. O dado mais curioso, entretanto, diz respeito à persistência da celebração da missa na capela do Rosário como um dos eventos rituais listados na ata da Associação, circunstância que a Sueli Oliveira considera favorável para os dois lados, haja vista que “a missa potencializava a festa e, ao mesmo tempo, o padre garantia a vivência sacramental dos congadeiros e dos demais fiéis que continuaram frequentando os festejos no Alto do Rosário”. Tais

¹⁵⁹ Ibidem. p. 127-128.

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 72.

¹⁶¹ Ibidem. p. 76.

festejos tiveram seu espaço garantido no município de Itaúna graças à associação até meados da década seguinte.¹⁶²

Neste contexto, Sueli Oliveira destaca a figura de Antônio Lopes Cançado, presidente da Sociedade de Nossa Senhora do Rosário desde seu surgimento até 1944, e ainda, mestre de obras na reforma da Igreja do Rosário entre 1929 e 1930, alvo de palavras elogiosas do pároco no *Livro de Tombo* na ocasião. Ao se questionar sobre o fato de “uma pessoa que possui elos tão significativos com a hierarquia eclesiástica seja justamente o presidente da associação que viria a ser fundada em 1935”, a historiadora compreende a situação como um indício da “relevância social” do Reinado no período.¹⁶³

Como se pode aferir por meio destas pesquisas, a cronologia da realização dos reinados em Minas Gerais a partir do cerceamento diocesano nos anos 1920 possui alguns pontos em comum. A historiadora norte-americana Elisabeth Kiddy realiza um esforço de sistematização em seu artigo que privilegia a análise da festividade em Oliveira:

Muitos reinados por Minas Gerais afora foram fechados durante as primeiras décadas do século XX, tendência que se acelerou nos anos 1940. Depois da destruição de sua igreja, no final dos anos 1920, por exemplo, a festa de Oliveira recomeçou em algum momento da década de 1930, mas testemunhas lembram que sofreu outra interrupção de 1937 a 1950. Em 1950, estas atitudes face á práticas africanas tradicionais começaram a mudar, o mesmo ocorrendo com o modelo da Ação Católica e as ideias sobre a organização das pessoas leigas na Igreja Católica. Estas mudanças foram como um trampolim para a reemergência das festas do Rosário, depois de 1950.¹⁶⁴

Entre as décadas de 1930 e 1950, a pesquisadora Fernanda Rubião localiza duas reportagens no *Gazeta de Minas*, principal jornal de Oliveira, que abordam o Reinado, no ano de 1931, apenas informando a realização dos festejos, os quais “já haviam sido abolidos na cidade há muitos anos”. A historiadora transcreve extrato da matéria de 1945: “Voltaram este ano, a alegrar as ruas da festa das congadas há tempos esquecidas e que é uma tradição do interior mineiro devido à

¹⁶² Ibidem. p. 80-88.

¹⁶³ Ibidem. p. 85.

¹⁶⁴ KIDDY, Elizabeth. Op. Cit. p. 109.

vinda de Chico Rei e sua tribo para as cercanias de Ouro Preto, nos tempos colônias”, e conclui:

Essas duas reportagens ratificam a minha argumentação de que o Congado nesse momento não acontecia de forma sistemática e que os congadeiros nem sempre cumpriam a resolução diocesana. Dependendo da conjuntura política encontravam brechas para celebrarem sua devoção a Senhora do Rosário em meio à proibição. A reportagem [...] de 1945 é significativa, pois a Festa do Rosário deixa de ser notificada pelo jornal local como bárbara e seus participantes com hábitos selvagens.¹⁶⁵

Nesta perspectiva, especula-se a respeito desta mudança de percepção na cena do interior mineiro, a qual teria permitido a “reemergência das festas do Rosário” na década de 1950. Fernando Rubião atribui esta conjectura às ações empreendidas pelo Governo Vargas, no sentido de valorização das manifestações artísticas e culturais tipicamente nacionais com o propósito de se construir um ideal de nacionalidade, tais como, a criação em 1937 do Serviço de Patrimônio Artístico e Nacional, a fundação da Radio Nacional com o estabelecimento, em 1942, de uma seção voltada à música folclórica, além da instituição da Revista Cultura Política em 1941, com um espaço especialmente dedicado a textos sobre o folclore brasileiro.¹⁶⁶

Sueli Oliveira cita a existência, entre as décadas de 1940 e 1960, de um esforço dos pesquisadores ocupados com estudos folclóricos na busca pela “autonomização disciplinar na formação do campo intelectual brasileiro”.¹⁶⁷ Assim, a Comissão Nacional de Folclore escolhe “os folguedos como observatório privilegiado para o acompanhamento do processo de formação da ‘cultura brasileira’, uma vez que esses seriam a dimensão mais dinâmica do folclore brasileiro”. Em meio a tal conjuntura foi que ocorreu a fundação da Comissão Mineira de Folclore em 1948, entidade que já no ano seguinte ao seu surgimento promove em Belo Horizonte, em parceria com a comunidade congadeira, o “Congresso da União Brasileira de congados do Reino de Nossa

¹⁶⁵ RUBIÃO, Fernanda Pires. Op. Cit. p. 28.

¹⁶⁶ FONSECA, 2005; OLIVEIRA, 2003; GOMES, 1996. Apud: RUBIÃO, Fernanda Pires. Op. Cit. p. 28-29.

¹⁶⁷ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 20.

Senhora do Rosário”¹⁶⁸, indicativo de que “a estrutura organizacional associativa das guardas de Congado estava em franca expansão nesse período”.¹⁶⁹

Mostra-se inegável que o empreendimento governamental na direção de estabelecer os alicerces de um sentimento de identificação nacional por meio da valorização de manifestações artísticas e culturais típicas do país e, em paralelo, o movimento para tornar o estudo do folclore, disciplina autônoma entre as cátedras intelectuais brasileiras, funcionaram como destacados elementos para a ascensão de uma nova estrutura organizacional nos moldes associativos para os integrantes dos ternos de Congado. Por um lado, a evidência que tais componentes trouxeram ao Reinado foi responsável, em larga escala, pelo esvaziamento de sua essência devocional enquanto experiência de mediação com o sagrado, mas, por outro lado, foi através deste realce, que os congadeiros obtiveram a chancela que tanto almejavam para a legitimação de seus estimados festejos. A historiadora norte-americana Elisabeth Kiddy afiança que já desde a década de 1910, é possível perceber uma aguda alteração na abordagem dos artigos de jornais que focalizavam o Reinado em Oliveira, no sentido dessa progressiva diferenciação entre o “sagrado” e o “profano”, além da “crescente separação entre pretos e brancos.” Kiddy chega a mencionar um artigo de 1918 da *Gazeta de Minas* que destoava fortemente das publicações anteriores, em vista no tom marcadamente indócil reservado aos rituais do Congado, caracterizando-o como “bárbaro e horripilante”. Ainda assim, o trecho demarcado toca em uma “proibição diocesana” que impediria a festa, mas que, todavia, “não teria ficado insensível aos rogos dos negros” e, portanto, “ainda este ano realizou o Congado”.¹⁷⁰ Como Elisabeth assevera “curiosamente, a autorização da retomada da festa como folclore deu aos congadeiros a garantia de sua continuidade”¹⁷¹, mesmo que, sob a ótica diocesana, a festa permanecesse oficialmente proibida.

No caso de Oliveira, a “retomada” do Reinado é explicada pelas pesquisadoras, com base em entrevistas orais realizadas no município, através da visão de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário por uma senhora branca,

¹⁶⁸ MENCARELLI, 2000. Apud: OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 129.

¹⁶⁹ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 128.

¹⁷⁰ KIDDY, Elizabeth. Op. Cit. p. 102-103. Não localizei nenhuma documentação na diocese de Mariana, a qual as paróquias de Oliveira e também de Itapecerica pertenceram até 1922, que faça qualquer referência a esta proibição diocesana. De acordo com Kiddy, a condenação de Dom Silvério Gomes Pimenta à ingerência eclesiástica nas irmandades leigas poderia ter contribuído de alguma forma para uma restrição do prelado às festas de Reinado.

¹⁷¹ KIDDY, Elizabeth. Op. Cit. p. 110

integrante da elite da localidade em 1950. Após este episódio, Dona Sinhá Saffi teria procurado um dos antigos reis da festa, e juntos, interpretaram o fato como um sinal religioso de que os festejos deveriam voltar a ser realizados na cidade. Assim o fizeram, recorrendo às autoridades locais e obtendo a permissão para retomar a festividade, sem, no entanto, contar com a aprovação eclesiástica, já que “o clero evitou envolvimento com o Reinado [...] o bispo de Oliveira estabeleceu que qualquer acontecimento indesejado nas ruas seria de inteira responsabilidade do chefe de polícia e não sua”.¹⁷²

Como afirma Fernanda Rubião, “os congadeiros nem sempre cumpriam a resolução diocesana”, aspecto que, comprova-se, é comum aos municípios de Oliveira, Itaúna e Divinópolis. O movimento em prol de folclore nacional foi determinante para a “reemergência das festas do Rosário” em distintos contextos; todavia, o ganho das análises focalizadas em plano local é verificar as múltiplas possibilidades aferidas pelas configurações de micropoderes, que permitiam que o sabor das circunstâncias interferisse na edificação de brechas, nas quais se inseriam a realização dos festejos de Reinado em meio à proibição do arcebispo Dom Antônio dos Santos Cabral.

Em Itaúna, a trajetória da Sociedade de Nossa Senhora do Rosário, promotora das festas de Reinado desde 1935, mesmo sem aprovação do prelado, é marcada por um evento importante em 1944. Consta nas atas da associação pesquisadas por Sueli Oliveira, que o vigário da cidade na época, padre José Neto, faz uma proposta de religar os festejos agenciados pela dita entidade, à Igreja Católica. A proposição não assiste concordância imediata e os associados deliberam por nova discussão em próxima reunião. Essa nova interlocução, porém, nunca aconteceu, ou, se foi o caso, não é registrada em ata, assim como não há nenhuma referência desta proposta nos livros de tomo da paróquia.¹⁷³

A historiadora apregoa, no entanto, que, em 1951, padre José Neto registra a realização da festa de Nossa Senhora do Rosário no mês de agosto, data tradicional do Reinado, mas sem remeter a nenhuma participação de ternos congadeiros. Neste sentido, Sueli Oliveira se questiona acerca dos motivos explicariam a observada reaproximação entre hierarquia eclesiástica e congadeiros em âmbito local, atribuindo o episódio ao advento da Igreja evangélica

¹⁷² Ibidem. p. 109

¹⁷³ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 103.

Assembleia de Deus, na década de 1940, ou seja, em época coincidente à proposta do pároco, que não deixa de transparecer certa preocupação com o fato nos registros eclesiais.¹⁷⁴

Além deste episódio, a pesquisadora atribui importância a outro indispensável componente. Trata-se da trajetória do padre José Neto, sua “vontade pessoal” e a constatação de que “suas narrativas fixaram-se no plano intermediário entre as referências que se operavam no plano local (pároco e congadeiros) e aquelas que se operavam no plano da memória da autoridade episcopal”:¹⁷⁵

Pe. Netto nasceu em Vila do Coco, atual município de Moeda/MG, em 1910 e lá presenciou a realização dos festejos do Reinado. Essa experiência em sua terra natal parece ter funcionado como um código relevante para a efetuação, por parte do Pe. Netto, da proposta de reaproximação dos congadeiros com a hierarquia católica. Pe. Netto declara que a festa do Reinado em Itaúna “era realizada como em [sua] terra: não havia bagunça, era tudo organizado. Era coisa muito respeitosa, piedosa mesmo”. Assim, pode-se afirmar que certa gramaticalidade da inserção do Reinado na Igreja Católica orientou a ação do Pe. José Netto no contexto de sua atuação na paróquia de Santana em Itaúna.¹⁷⁶

Postula-se que os agentes locais têm relevante atuação que pode interferir no percurso histórico vivido pelas festas de Reinado em meio à censura diocesana. No caso do município de Itapecerica, o contexto local parece ter sido alvo de um agente cuja trajetória vai direção oposta à do pároco de Itaúna. Como pôde ser notado, Itapecerica estava entre as localidades alistadas por Dom Antônio dos Santos Cabral no bilhete ao delegado em 1932, nas quais as festas de Reinado persistiam, apesar do empenho do prelado em aniquilá-las. Após esta data, há somente vestígios da ocorrência dos festejos na localidade já no fim da década de 1940, por meio da divulgação de um folheto programático que enfatiza a retomada do Reinado após anos de paralisação. O que teria acontecido, entre 1932, quando o bispo afirma, com contragosto, a persistência da festa na paróquia pertencente aos domínios de sua diocese, e, 1948, quando a própria “Comissão

¹⁷⁴ Ibidem. p. 104-105.

¹⁷⁵ Ibidem. p. 119.

¹⁷⁶ Ibidem. p. 122.

Reorganizadora” alude à volta do Reinado, há algum tempo sem ocorrer em Itapecerica?¹⁷⁷

Em 1934, o *Livro de Tombo* da paróquia de São Bento do Itapecerica registra o fim do paróquiato de Monsenhor Vicente Soares e a chegada de um novo vigário, José Medeiros Leite.¹⁷⁸ Ao debruçar-se sobre a trajetória deste pároco, nota-se uma intrínseca relação entre José Medeiros Leite e o bispo de Belo Horizonte. José Medeiros Leite é natural de Mossoró, Rio Grande do Norte, cuja capital, município de Natal, abriga a diocese onde Dom Antônio dos Santos também havia sido bispo antes de sua transferência para Belo Horizonte. Em Natal, José Medeiros Leite torna-se o primeiro aluno do Seminário São Pedro, fundado pelo então bispo Dom Cabral, sendo, porém, mais relevante que, quando o bispo se muda para a capital mineira, José Medeiros Leite igualmente transfere seus estudos para o Seminário do Coração Eucarístico de Jesus, em Belo Horizonte, onde recebe unção sacerdotal. Antes de sua chegada em Itapecerica, padre José Medeiros Leite ocupa o cargo de secretário particular de Dom Antônio dos Santos Cabral, o que denota sua relação de proximidade com o bispo e inerente conhecimento dos anseios e motivações mais significativas para o comando da diocese.¹⁷⁹

Se no município de Itaúna, o vigário José Neto representa o entreposto da vivência paroquial com a diocesana, em Itapecerica, o pároco José Medeiros Leite, ao contrário, foi o agente encarregado de traduzir e implantar uma nova concepção universalizante da tradição, encampada pelo bispado, no plano local, percepção que excluía as festas de Reinado, amplamente relacionadas com os supostos vícios a serem perseguidos na paróquia.¹⁸⁰ Em síntese, o padre José Medeiros Leite representou o braço forte do bispo na paróquia de São Bento do Itapecerica.

Já como pároco de Itapecerica a partir de 1934, os registros do padre no *Livro de Tombo* enfatizam o cumprimento das diretrizes episcopais na realização do mês do Rosário, e apenas reafirmam a inexistência do Reinado. A única

¹⁷⁷ Acervo particular de Inesília Luzia Silva (Preta), neta de José Gomes Filho. *Folheto de Divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica*. Itapecerica, setembro de 1948.

¹⁷⁸ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939.

¹⁷⁹ BARBOSA, Constantino; MOREIRA, Padre Gil Antônio. *História Eclesiástica de Itapecerica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984. p. 50.

¹⁸⁰ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939.

referência da festa após este período é o panfleto de divulgação de 1948, três anos após a transferência de José Medeiros Leite, no fim de 1945, para o município de Oliveira, na ocasião como bispo da recém-criada diocese (sendo, logo, o prelado mencionado páginas atrás que teria evitado se envolver na “volta” dos festejos), indício de sua notória atuação, que o coloca entre integrantes da alta hierarquia eclesiástica em Minas Gerais.

A esta altura, fins da década de 1940, observa-se um contexto mais favorável às festas de Reinado, como se explicita anteriormente, em decorrência da ascensão dos movimentos folclóricos a nível nacional. Além disso, se indisposição diocesana com o Reinado se mantinha,¹⁸¹ era em meio a conjunturas diocesanas e paroquiais distintas.¹⁸² Em Itapecerica, atesta-se recente apreensão com o aumento do espiritismo e graves preocupações financeiras, especialmente com as más condições físicas da Igreja do Rosário.¹⁸³

Tal associação de fatores favoreceu a ação de outro agente, cuja figura se contrapunha à da liderança eclesiástica do padre José Medeiros Leite, fundamentada nos alicerces institucionais da Igreja Católica. Trata-se de outro José, de sobrenome Gomes Filho, liderança leiga, ligada ao Congado por tradição familiar e portador de ampla notoriedade na memória local de Itapecerica, ênfase atribuída à sua posição de destaque no Reinado e também a certa fama de feiticeiro, tendo em vista a realização de práticas de cura oriundas do catolicismo popular, benzedura e ao conhecimento de “raízes”, ou plantas medicinais. Ainda que os pais de “Seu Gominho” (como é conhecido na cidade) sejam provenientes de Portugal, sem aparente ascendência africana, depoimentos orais e memorialistas do município apregoam que o “consagrado capitão-mor” a que se refere o folheto de divulgação de 1948, teria se envolvido na festa por influência do pai, antigo ocupante do posto mais alto na hierarquia congadeira. Assim, o agente, membro da elite local, teria tido relevante desempenho na batalha pela volta do Reinado, com o declarado intento de arrecadar fundos para o conserto do teto da castigada capela do Rosário.¹⁸⁴

¹⁸¹ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 128.

¹⁸² Sobre as novas discussões no interior da Igreja Católica no período, ver capítulo 4.

¹⁸³ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993.

¹⁸⁴ GIFFONNI, Maria Amália Corrêa. *Reinado do Rosário de Itapecerica*. São Paulo: Associação Palas Athena do Brasil, Massa Ohno Estúdio, 1989.

Impossível não pensar em um paralelo com outra liderança congadeira da região, cuja história é marcada pela defesa do Reinado em Divinópolis, José Aristides de Salles, o “pardo” com ares de feiticeiro poderoso. Guilherme Leonel, baseado em estudos memorialísticos locais e em depoimentos de moradores do município, relata que José Aristides teria chegado à Divinópolis em 1930, provindo de Contagem, e na condição de antigo empregado das fazendas do político Benedito Valadares, teria obtido um “documento com timbre do Palácio”, que autorizava a realização dos festejos de Reinado. Na impossibilidade de se localizar ou atestar a veracidade da existência de tal documento, o pesquisador corrobora a bem-sucedida estratégia do Moçambiqueiro de se valer de boas relações ameadadas, lembrando-se do aventado apoio de lideranças políticas municipais, favoráveis ao Reinado.¹⁸⁵ No caso de Divinópolis, o livro de tomo da paróquia Divino Espírito Santo comprova o protagonismo de José de Aristides na defesa da festa, já que, ao citar a igreja do Rosário, o registro do pároco constata que “a capela esta sob os cuidados do Sr. José Aristides [...]. Há muita coisa obscura. Faz-se ainda contra a vontade do Arcebispo o Reinado: delas não sei.”¹⁸⁶

A partir da leitura da obra *Negras Raízes Mineiras*, que estuda a comunidade dos Arturos, em Contagem, nos deparamos com a referência a certo famoso feiticeiro de nome José Aristides. Como os memorialistas locais de Divinópolis apregoam que o líder da comunidade congadeira, na vigência do impedimento diocesano, teria sua origem no município de Contagem, aventa-se a possibilidade de estarmos nos referindo à mesma pessoa, ou então a alguém com estreitos vínculos de parentesco. Com este fato, pretende-se constatar a importância do Reinado para sua comunidade, numa configuração em que os indivíduos geralmente têm seu primeiro contato com a festa enquanto valiosa herança familiar e tendem a incorporar a prática da devoção intrinsecamente como trajetória de vida.¹⁸⁷

José Aristides utiliza-se da conformação de forças políticas locais para favorecer o Reinado; porém, deveria subsistir, no município, um espaço sedimentado favorável, ou ao menos, tolerante aos festejos para que a empreitada

¹⁸⁵ LEONEL, Guilherme Guimarães. Op. Cit. p. 92-93.

¹⁸⁶ Ibidem. p. 123.

¹⁸⁷ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras - Os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000.

do agente tivesse obtido tanto sucesso. O comando do Reinado numa conjuntura eclesiástica adversa é responsável pelo engrandecimento da figura do congadeiro José Aristides em Divinópolis, cenário potencializado por sua atuação nas práticas de cura, ganhando assim status de liderança leiga que chega ao ponto de, sob a chefia da irmandade do Rosário, alocar o próprio templo católico sob sua representativa órbita de poder.

Em síntese, a festa de Reinado em alguns municípios do centro-oeste mineiro esteve no epicentro de um caloroso debate que opunha duas concepções distintas de tradição, no alvorecer da década de 1920. De um lado, sob a liderança de Dom Antônio dos Santos Cabral, o discurso eclesiástico, na frente de batalha, encampava um entendimento universalizante de tradição que excluía o atribuído desregramento moral e a lascividade das danças associadas aos festejos, propondo em seu lugar uma concepção de religiosidade entendida como mais pura e autêntica, embasada na vivência dos sacramentos, tão bem traduzida pelas devoções marianas moralizantes. Tal concepção vinha no bojo de uma reformulação institucional da Igreja Católica no país e também na emergência de novos preceitos de civilização e progresso, e estes elementos associados resultaram num contexto desfavorável à festa, acusada de costume “bárbaro”, “horripilante”.

Por outro lado, o Reinado, de comprovada densidade histórica, fazia parte da cena pública das cidades estudadas, primeiramente como recurso de sociabilização identitária de negros católicos, instrumento, quiçá, de reforço da ordem social, mas também na posição de representante de uma tradição religiosa que veicula uma experiência festiva e dançante com o sagrado, que prescindia de mediação sacerdotal. Por todos estes componentes, os festejos de Reinado foram capazes de despertar comoção (e partidários) entre distintos segmentos sociais, mesmo sob pesada artilharia diocesana. Além disso, nem todos os eram unanimemente favoráveis à ascensão do novo arquétipo de civilização, e como reação a este movimento surgiram também grupos que pregavam uma visão saudosista e nostálgica, que se remetia a um passado positivado, no qual as festas de Reinado possuíam lugar de destaque.

Destarte, a resolução deste contexto conflituoso ganhou espaço com o advento dos anos 1940 e a elevação de correntes que exaltavam as manifestações tipicamente nacionais, cenário que favoreceu um novo olhar sobre os festejos de

Reinado, no interior mineiro. No caso específico de Itapecerica, a atuação de um agente intimamente afinado com as diretrizes episcopais do prelado parece ter resultado em um período de efetiva paralisação da festa, a despeito da longevidade do Reinado no município. Afinal, padre José Medeiros Leite foi extremamente eficaz na estratégia de se utilizar um culto tão enraizado e bem-quisto na região, e canalizá-lo às práticas sacramentais realçadas pela Igreja Católica no momento, tanto que persistem no município até a atualidade, as celebrações da Igreja relacionadas ao mês do Rosário, em outubro, entre novenas, terços, missas e procissão religiosa.

Todavia, a memória da festa parece ter estado tão pulsante na comunidade, talvez também em função da liderança leiga exercida pelo capitão-mor, José Gomes Filho com base em seus poderes taumatúrgicos, que o Reinado foi capaz de se apropriar de um peculiar cruzamento de fatores em âmbitos nacional e local, e ascender como solução efetiva para se resolver o decadente estado do templo do Rosário. Esta nova emergência da “brilhante festa” no espaço público municipal é legitimada pelo “apoio do comércio, das autoridades e do povo em geral”,¹⁸⁸ e, portanto, ganha contornos de volta triunfal, como se pode aferir através dos depoimentos orais e obras memorialísticas da cidade. Atribui-se a esta conjuntura, então, que o Reinado, em Itapecerica, tenha se pautado por ocupar um lugar especialmente reservado entre as manifestações mais destacadas na comunidade, e, em especial, após o acréscimo da cena de libertação dos escravos pela jovem representante da Princesa Isabel, constantemente relacionado à afirmação da identidade local do município.

Por todos estes aspectos é que se afirma que o período entre os anos 1920 e 1940 foi caracterizado pela marcante arena de lutas entre duas percepções de “tradição” um tanto quanto distintas, curiosamente embutidas em um enunciado civilizatório, tivesse sido ele encampado pelo clero nos anos 1920, ou pelo Estado na década de 1940. Todavia, o encaminhamento de tal medição de forças, e, sobretudo, a elaboração do tempo social por meio de um distanciamento temporal e discursivo, memorialístico ou historiográfico, construiu um amálgama, que tendeu mais à conciliação do que ao conflito e, por conseguinte, permitiu a

¹⁸⁸ Acervo particular de Inesilia Luzia Silva (Preta), neta de José Gomes Filho. *Folheto de Divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica*. Itapecerica, setembro de 1948.

constituição de uma leitura afetiva da festa de Reinado entre os moradores de Itapecerica, uma memória celebrativa, “cicatrizada”.¹⁸⁹.

Cabe ainda, uma derradeira constatação no que diz respeito ao balanço historiográfico sobre as repercussões locais e futuros encaminhamentos da retenção diocesana ao Reinado nos anos 1920. A ascensão de uma conjuntura favorável à festividade nos fim dos anos 1940 não quer dizer que estas tenham garantido algum espaço de expressão no interior dos templos católicos, haja vista a proibição ainda em voga. A retomada dos festejos em Itapecerica, por exemplo, de acordo com obras de cunho memorialístico, teria se dado inicialmente na Praça da Santa Cruz, que fica ao lado da Igreja do Rosário, mesmo que tais produções enfatizem o envolvimento de párocos locais no episódio, especialmente interessados em estabelecer condições para o reparo do teto da capela¹⁹⁰ Em Divinópolis, Guilherme Leonel esclarece que parece ter havido o início de uma reaproximação entre igreja e congadeiros em 1948, apenas concretizada, uma década depois, em 1957, com a retomada do controle eclesiástico sobre o cemitério e a capela do Rosário.¹⁹¹

A associação do Reinado com a identidade local dos municípios em questão também não deve ser afirmada sem uma análise mais atenta, caso a caso, o que se propôs efetuar em Itapecerica. Talvez, o que se possa identificar de comum entre todas as localidades estudadas em face ao Reinado através dos tempos, é, como afiança Sueli Oliveira, um “certo espaço de compartilhamento, mesmo que imbuído de tensões, [...], as festas em honra a Nossa Senhora do Rosário congregavam vários grupos sociais, a despeito das diferentes vivências rituais que esse evento englobava”.¹⁹²

2.2. O discurso leigo católico na Revista *O Natal*

A perspectiva de análise que apregoa que o Reinado em algumas cidades do interior mineiro, no início de século XX, compunha há tanto tempo, e, de tal

¹⁸⁹ MARTINS. Estevam C. de Rezende. Tempo e memória: construção social do passado na história. *Associação Nacional de História – ANPUH.VIV Simpósio Nacional de História*. 2007.

¹⁹⁰ GIFFONNI. Maria Amalia Corrêa. Op. Cit. ; GARCIA. Josyany de Oliveira. O grande Reinado do Rosário – Itapecerica/MG. *O Tamanduá Desaparecido*, Itapecerica, n. 1, agosto, 2012.

¹⁹¹ LEONEL, Guilherme Guimarães. Op. Cit. p. 161-162.

¹⁹² OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 69.

modo, o cenário público regional, que foi capaz de conquistar um espaço singular na comunidade, também sustenta que este realce só se tornou possível devido à chancela de certos grupos sociais com alguma proeminência. Suspeita-se que tal aprovação se embasava na longa procedência das celebrações, em uma associação entre a festa e a efervescência do catolicismo nos tempos coloniais e imperiais. Assim, o Reinado teria obtido status de representante de uma tradição religiosa alicerçada nos interstícios locais, mesmo que, em tal concepção, estivesse incluída uma clara demarcação social e reafirmação das posições hierárquicas das elites dominantes em meio à realização da festa.

No tocante à produção intelectual acerca dos festejos em Itapecerica, parece ter havido um distinto espaço de expressão para grupos que compreendiam o Reinado de maneira diversa daquela cujo símbolo foi a marcante condenação eclesiástica, inaugurada a partir do episcopado de Dom Antônio dos Santos Cabral à frente da recém-estabelecida diocese de Belo Horizonte, na década de 1920.

A revista *O Natal – Folha dedicada à Infância* surgiu do “Clube Infantil de Natal”, associação criada no município de Passos, Minas Gerais, entre o fim do século XIX e início do XX, por Hilarino Moraes, com o intuito de realizar comemorações para celebrar o Natal:

Essas festas eram muito populares em Portugal e denominavam-se apresentação das Pastorinhas. O Capitão Hilarino estudou no Colégio Caraça de Belo Horizonte e, de lá, trouxe a tradição e os hinos. O “Club” foi crescendo, organizou uma biblioteca que chegou a ter mais de 1200 volumes e ganhou prestígio entre as famílias dos coronéis, que se envolviam com a preparação dos presépios e das fantasias. Inicialmente, os trabalhos foram modestos e simples; depois, as celebrações foram ficando cada vez mais luxuosas. Nos anos 20, além do luxo com que se celebrava o Natal, havia disputa entre as adolescentes para ter a honra de participar das apresentações.¹⁹³

Foi desta distinta agremiação que se originou a revista *O Natal*, cuja circulação anual era coincidente à época das festividades natalinas. Tal anuário deve ter sido editado por um período de tempo considerável, já que foi possível localizar, através do arquivo particular da escritora Célia Lamounier, em

¹⁹³ *História da nossa gente*, 150 anos de Passos. Passos, fascículo 06/10, agosto, 2008. Disponível em <http://www.fespmg.edu.br/Content/imagens/ProducoesFesp/passos_150anos_06.pdf>, acesso em 01 de setembro de 2011.

Itapecerica, uma sequência de fotocópias de trechos da revista que se inicia em 1903 e termina em 1929, com algumas ausências, sobretudo nos primeiros anos. Entre a década de 1920, não foram localizados fragmentos do número referente ao ano de 1927. Entre os extratos da coleção, percebe-se um interesse prioritário em matérias referentes a assuntos relacionados à localidade de Itapecerica.

O Natal pautava-se pela descrição das iniciativas do clube, além de conter ainda “contos, poesias, homenagens a vivos e mortos e artigos sobre Itapecerica, a cidade natal do Capitão Hilarino”.¹⁹⁴ O intelectual exercia o posto de escrivão em Passos,¹⁹⁵ e parece ter obtido considerável prestígio no local, demonstrado através do fato de seu nome ser escolhido para batizar a escola municipal da cidade.

Um dos colunistas de maior destaque em *O Natal* era Bento Ernesto Júnior, também proveniente de Itapecerica, figura de renome na produção memorialística do município, e que publica um dos primeiros periódicos da localidade em 1884, intitulado *O Raio*, e ainda outros dois jornais, *A Prosa*, e *O Beija Flor*.¹⁹⁶ Apesar de tais publicações, Bento Ernesto Júnior se transfere para a cidade de São João del Rei, dedicando-se ao magistério, e chegando a alcançar o cargo de inspetor regional de ensino. Foi autor de livros de poesia e contos¹⁹⁷ e, sobretudo, onipresente cronista de periódicos da região, nos quais assinava seus textos através das iniciais de seu nome, sendo ainda, notável amante de música, letrista de hinos escolares, de cidades, e peças sacras.

O intelectual dá início à sua colaboração em *O Natal* no ano de 1915, de acordo com nota publicada na revista, de autoria de seu redator, Hilarino Moraes:

Nossa modesta revista, que, desde o seu início, vem sempre intermeando os louvores ao Menino Jesus (em cuja honra é publicada) com referências saudosas à velha terra tamanduense o pittoresco torrão que se liga tão fortemente ao

¹⁹⁴ *História da nossa gente*, 150 anos de Passos. Passos, fascículo 06/10, agosto, 2008. Disponível em <http://www.fespmg.edu.br/Content/imagens/ProducoesFesp/passos_150anos_06.pdf>, acesso em 01 de setembro de 2011.

¹⁹⁵ *História da nossa gente*, 150 anos de Passos. Passos, fascículo 05/10, julho, 2008. Disponível em <http://www.fespmg.edu.br/Content/imagens/ProducoesFesp/passos_150anos_06.pdf>, acesso em 01 de setembro de 2011.

¹⁹⁶ ARAÚJO. Célia Lamounier de. *Itapecerica*. Antologia n. 1. Itapecerica: CMC – Consórcio mineiro de comunicação LTDA, 1993.

¹⁹⁷ JÚNIOR. Bento Ernesto. *Frondes*. Primeiros Versos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1895; JÚNIOR. Bento Ernesto. *Atomos Lyricos*. Rio de Janeiro: Carlos Schmidt, 1896; JÚNIOR. Bento Ernesto. *Vida aldeã*. Contos. Rio de Janeiro: Edição do próprio autor, 1908.

espírito dos directores desta publicação, - nossa modesta revista, com o seu numero deste anno, vai, estamos certo, despertar em a alma dos filhos d'aquella terra, já existindo ali por 1878, as mais cruciantes saudades. Motiva esse levantar de evocações affectuosas à publicação de diversos trabalhos, artigos, versos, e desenhos, da lavra de Bento Ernesto, filho do torrão tamanduaense e que tem os seus dotes de prosador e poeta redoirados por um largo sentimento de amor à terra querida do seu berço, que elle procura, sempre e em toda a parte, homenagear com enthusiasmo e sinceridade.¹⁹⁸

A relação entre o colunista Bento Ernesto Junior e o redator da revista e criador do clube *O Natal* de Passos, Hilarino Moraes, parece ter se caracterizado pela cordialidade e companheirismo de longa data, na medida em que Bento Ernesto dedica muitas crônicas ao “compadre Hilarino Moraes”, como a primeira publicada na revista, *A matriz da minha terra*. Os escritos do colunista de *O Natal* remetem-se muitas vezes a um interlocutor oculto (em algumas ocasiões, explicitamente) com o qual compartilha memórias associadas a eventos passados na “velha terra tamanduaense”, em geral num tom saudoso e nostálgico, que lamenta a dissipação de costumes e figuras conhecidas na cidade:

O meu bom Compadre Hilarino, hoje circumspecto tabelião de notas e brilhante soldado, outrora, d'aquella gloriosa milicia de vagabundos tamanduaenses, ao fazer, hoje, a chamada da tropa, ha de, com os olhos em lagrimas, verificar quanta gente dos nossos não acode ao appello e isso por que já têm a bocca sellada pelo beijo friissimo da Morte!¹⁹⁹

O conteúdo das colunas de Bento Ernesto Junior sobre assuntos relacionados à Itapecerica segue as características gerais da revista, composta majoritariamente por textos que envolvem a temática religiosa, isto é, contos e poemas a respeito das celebrações do nascimento de Jesus, missa do galo, gravuras que se remetem a imagens e acontecimentos bíblicos, registros da ocorrência de festividades religiosas, fotos e menções a clérigos e também a políticos destacados na região, além de notas de falecimento, pedidos de doações para a biblioteca do clube do Natal e anedotas de humor. Hilarino Moraes, em escrito de 1925, afirma que Bento Ernesto Júnior “tem sido incontestavelmente o

¹⁹⁸ MORAES, Hilarino. O presente número do Natal. *O Natal*, Passos, dez. 1915. S/N. p. 3.

¹⁹⁹ JÚNIOR. Bento Ernesto. A matriz da minha terra. *O Natal*, Passos, dez. 1915. S/N. p. 4.

amigo mais dedicado do Natal”, e apresenta uma nova faceta de seu amigo e colaborador da revista, que vai além de sua inclinação para a produção literária.

Quem quisesse conhecer-lhe a feição literária bastava percorrer a nossa colecção. Na verdade, nossas paginas tem inserido do nosso camarada artigos, poesias, contos, humorismos, e até desenhos, expressamente feito para ellas. O seu pendor para as bellas letras e para as bellas artes, Bento Ernesto já o tem manifestado fartamente aos nossos leitores. Uma face, porém, do sentimento artístico do poeta tamanduense, os nossos leitores ainda não conheciam: a sua paixão pela musica que elle cultivava discretamente [...] O Natal dá, nesta edição, um autographo musical de Bento Ernesto: uma suavissima *Salve Rainha*, de composição do poeta dos *Frondeca*, grande entusiasta de musica sacra.²⁰⁰

As menções aos festejos de Reinado, contudo, não se iniciam a partir da integração de Bento Ernesto Júnior a *O Natal*, nem tampouco estão associadas exclusivamente às matérias que tocam em temas que relativos à “velha Tamanduá”. A primeira alusão ao Reinado ocorre no alvorecer do século XX, em 1906. No total, há citações dos festejos em sete números da revista e, em alguns casos, mais de uma referência por ano. No início da década de 1920, sobretudo, os memorialistas fartam-se em lembrar a festividade de Itapecerica, e não mencionam nenhuma restrição em sua prática por parte das autoridades eclesiásticas da diocese de Dom Antônio dos Santos Cabral. Na primeira menção ao Reinado em *O Natal*, no entanto, não está claro se a referência diz respeito à realização da festa no município de Itapecerica, ou em Passos, onde a publicação era editada. Tal menção consistia em duas breves notas que informavam a ocorrência dos festejos em homenagens a santos católicos, em fins de dezembro, portanto, nas proximidades das comemorações do Natal, primeiramente em honra a São Benedito:

No dia 28 deste terá lugar o Reinado de S. Benedicto. Espera-se que a sua poética Capella attrahirá esse anno, grande romaria de devotos que vão cumprir suas promessas, e para ver o sympatico, o deslumbrante presepe do Ludovico, taboa de salvação de sua situação.²⁰¹

²⁰⁰ MORAES, HILARINO. Bento Ernesto Junior. *O Natal*, Passos, dez. 1925. S/N, s/p.

²⁰¹ *O Natal*, Passos, dez. 1906. N. 8. p. 2.

Nota-se referência ao pagamento de promessas, prática intrinsecamente relacionada aos compromissos rituais das festividades de Reinado. Além de tal citação neste exemplar de *O Natal*, na página seguinte, encontra-se outra menção ao Reinado, desta vez, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário:

Com as solemnidades do estylo, realisara no dia 26 e 27 deste o imponente reinado de N. S. do Rosário, para o qual a Mesa Administrativa pede o concurso dos fiéis, a irem cumprir suas promessas e depositar suas esmolos. A igreja, mais que nunca, precisa que os bons chistãos a auxiliem para solver os seus onerosos compromissos.²⁰²

Cabe ressaltar a centralidade das festas de Reinado para a arrecadação de esmolos em benefício da instituição católica. Supõe-se que também por causa desta imputação, os festejos tenham adquirido o caráter de manifestação positivamente enraizada no espaço público mineiro até o início do século XX, enquanto representantes da cultura religiosa local.

Todavia, a historiadora norte-americana Elisabeth Kiddy afirma, focalizando sua análise na festa do Rosário no município de Oliveira, que a década de 1910 teria inaugurado um período de paulatina delimitação entre o “sagrado” e o “profano” no Reinado, e conseqüente “separação entre pretos e brancos”, o que teria resultado em uma crescente reprovação da festa por setores com voz ativa no interior do jornal local da cidade.²⁰³

A integração do intelectual itapecericano Bento Ernesto Júnior na revista *O Natal*, conforme mencionado anteriormente, deu na edição de 1915, na qual estiveram presentes, além da crônica *A matriz da minha terra*, versos sobre as celebrações natalinas e ainda, um poema em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira de São João del Rei, onde, de acordo com a publicação, “por ocasião das solemnnes festas que, a 8 de Dezembro, ali se celebram à Virgem da Conceição, têm sido distribuídos, a hora da missa solemne, versos do nosso collaborador Bento Ernesto Junior”.²⁰⁴

O primeiro texto de autoria do escritor a ser publicado em *O Natal* que contém referência direta ao Reinado de Itapecerica data de 1918. Trata-se de uma coluna intitulada *Os Typos de Rua (em Tamanduá)*, e que, na ocasião, reporta-se

²⁰² *O Natal*, Passos, dez. 1906. N. 8. p. 3.

²⁰³ KIDDY, Elizabeth. Op. Cit. p. 97.

²⁰⁴ MORAES, Hilarino. Sra. Immaculada Conceição. *O Natal*, Passos, dez. 1915. S/N. p. 03.

ao negro Vicente do Barreiro, considerado “trabalhador e pacífico, era uma figura popular no meu tempo e do Hilarino”. O texto é construído a partir da contraposição entre uma positivada liderança exercida por Vicente, “vulto mais distinto”, a “cabeça pensante do *ebanico nucleo*”, em meio à conjuntura do cativo, e o comando efetivo do grupo de “Pae Joaquim Caraolho”, preto de “um olho vazado”, feiticeiro temido e respeitado por negros e brancos, portador da fama de antipático. O autor inicia o escrito esclarecendo que, como Hilarino Moraes, chega a vivenciar o período de vigência do sistema escravocrata:²⁰⁵

Uns vinte annos da nossa vida nós os passamos em pleno florescimento da escravidão. Dos escravos daquella época, muitos havia notaveis. D’elles a suprema chefia andou em outras mãos; mas, o vulto mais distincto era o Vicente do Barreiro, assim conhecido por causa da fazenda em que era escravo. Na minha meninice, o chefe dos negros de Tamanduá era Pae Joaquim Caraolho, alcunha que lhe adveiu de ter um olho vazado. Era um creoulão der elevada estatura e poucas carnes. Nada se fazia, nas festividades em que a *negrada* entrava, sem o seu beneplácito. Mas, a alma de todos os movimentos era o Vicente, que se podia dizer, - a cabeça pensante do *ebanico nucleo*. Era como que um mestre de cerimônias sapientíssimo, um constitucionalista de truz. O Vicente seria, por consenso unanime de todos, o chefe supremo da turba, se o Pae Joaquim Caraolho não fosse de todos temido pela fama, que lhe aureolava o nome - de feiticeiro de primeira agua. Ninguém, portanto, - nem branco, nem preto - o contradizia nas suas deliberações, fossem ellas o mais supremo dos disparates. Era profundamente antipathico. Todo o mundo o detestava: ninguem, enmanto, ousava - de medo - manifestar-lhe a má vontade em que o tinham. Contrariamente, o Vicente, pelos seus modos humildes e bondosos, era largamente estimado. Estimado e apreciado, porque lá nas suas dansas, - muito embora estas grosseiras e disparatadas - o creoulo do Barreiro era um artista, sabendo na ponta da língua todos os capitulos e paragraphos da lithurgia e do rito.²⁰⁶

A que danças “grosseiras e disparatadas” Bento Ernesto Júnior estaria se referindo nesta coluna, as quais o estimado negro Vicente do Barreiro protagonizava tão bem, a ponto de saber todos “os capítulos e parágrafos da liturgia e do rito”? No prosseguimento do texto, encontram-se mais algumas pistas acerca de tais práticas:

²⁰⁵ JÚNIOR, Bento Ernesto. O Vicente do Barreiro. *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 6.

²⁰⁶ JÚNIOR, Bento Ernesto. O Vicente do Barreiro. *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 6.

Em Tamanduá, naquelle tempo, como se diz nos Evangelhos, os senhores de escravos davam a estes umas férias em fins de Dezembro e principios de Janeiro, tempo consagrado às festas do Rosário, entre as quaes occupava logar de proeminencia o Reinado, que tinha logar a primeiro de Janeiro. Desde 8 de Dezembro, porém, já a negrada se punha em movimento, percorrendo as ruas, nos seus trajes bizarros, cantarolando trovas selvagens, ao som monótono das caixas e adules. Nesses dias, então, o Vicente, vestido a character – camisas, calças e saias de mulher, apanhada esta na cintura, à feição de um saiote, um lenço de seda à cabeça, como turbante e um chulé chitado a tiracollo, e guizos nos pés – o Vicente, dizia eu, estava no Céu. Pae Joaquim empavonava-se na sua importância de Menelik d'aquelles pobres diabos pretos: mas, ignorante, cerradamente bronco, nada entendo do riscado moçambique, deixava tudo por conta do Vicente e este, verdade seja dita!... desempenhava-se a rigor da empreitada.²⁰⁷

A coluna ratifica o acontecimento dos festejos de Reinado em Itapecerica entre os meses de dezembro e janeiro, associando o fato à ocorrência de um período de intervalo nos afazeres das lavouras, trégua concedida pelos senhores aos seus trabalhadores negros no contexto da escravidão. Era neste momento que as festas do Rosário tinham seu lugar em Itapecerica. A questão que vem à tona refere-se a que espécie de realce é imputado ao Reinado por Bento Ernesto Júnior, já que, se o intelectual alude ao “lugar de proeminência” dos festejos em meio às celebrações do Rosário, em seguida, menciona os “trajes bizarros”, “trovas selvagens” e o “som monótono das caixas e adules” dos negros ocupados com os preparativos para a grande festa. Se a figura do negro Vicente do Barreiro é alvo de acintosos elogios devido ao seu desempenho na festividade, ao pai Joaquim Caraolho é direcionada uma cortante crítica de, a despeito de sua posição de “chefe supremo da turba”, nada entender do “riscado moçambique”.

A primeira constatação atestada por meio do texto de Bento Ernesto Júnior é a supracitada “dimensão fronteiriça” do Reinado, a que se refere a historiadora Sueli Oliveira ao analisar as notícias sobre a festa na imprensa do município de Itaúna, nas primeiras décadas do século XX. As impressões sobre o Reinado pareciam se pautar por uma feição dúplice, que alocava o caráter familiar e remoto da prática no interior mineiro a certo estranhamento, pela associação dos festejos a uma religiosidade africana ancestral. Além disso, a historiadora faz

²⁰⁷ JÚNIOR, Bento Ernesto. O Vicente do Barreiro. *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 6.

menção à incompatibilidade da festa em um cenário marcado pelo entusiasmo com a emergência de um novo protótipo de civilização.²⁰⁸

É nítido que as considerações de Bento Ernesto Júnior a respeito do Reinado expressam a ambigüidade da festa, na medida em que congregam alguma proximidade do intelectual com as celebrações – dança sobre a qual o autor devia estar suficientemente familiarizado, a ponto de sentir-se à vontade para emitir sua opinião acerca do desempenho do negro Joaquim Caraolho – com o ambicionado distanciamento dos festejos, identificados, embora não de maneira excludente, com a religiosidade e a cultura africanas. No entanto, alguns elementos recorrentes ao longo da leitura de *O Natal* desautorizam a vinculação do discurso da revista a uma condenação das festividades do Reinado, frente ao arrebatamento com a emergência de novos preceitos de civilização e progresso. Na contramão de tais anseios, tanto o festejado colunista de Bento Ernesto Júnior, quanto o próprio redator da revista, Hilarino Moraes, assinando outros artigos, revelam a existência de um sentimento nostálgico, despertado pela reminiscência dos festejos:

Que saudades, para nós d’aquella geração, d’aquelle tempo em que a negrada da parochia se despejava, naquellas férias, das fazendas para a cidade, onde vinham, nos seus rústicos, innocentes folguedos, esquecer-se, algum dia, da vida miseranda que levavam! Os fazendeiros, também – porque - cessasse o serviço nas roças – vinham assistir na cidade, durante a quadra festiva, que era, para os pobres, captivos, uma como que parenthesis da luz, na treva escura de sua desgraçada vida de párias.²⁰⁹

No decorrer da coluna sobre o ex-cativo Vicente do Barreiro, Bento Ernesto Júnior afirma vivenciar uma lembrança saudosa a partir da descrição das festas de Reinado, os “rústicos, inocentes folguedos”, cuja promoção fazia com que os negros obtivessem louvável suspensão em seus sofrimentos diários. Assim, sob o caráter de “parenteses da luz, na treva escura de sua desgraçada vida de párias”, o Reinado oferecia o tal “discurso compensatório”, que, de acordo com a abordagem da historiadora norte-americana Elisabeth Kiddy, servia como um reforço nas tradicionais relações de dominação da população escrava pela elite

²⁰⁸ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 50.

²⁰⁹ JÚNIOR, Bento Ernesto. O Vicente do Barreiro. *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 6.

branca.²¹⁰ O discurso do intelectual soa como sustentação para tal perspectiva e, mais que apenas isso, oferece um singular contraponto entre duas lideranças negras associadas à festividade, uma delas, Vicente do Barreiro, notavelmente aprovada e, até mesmo, admirada pelo destacado membro da nata intelectual itapecericana, enquanto a outra, o temido feiticeiro “pai” Joaquim Caraolho, era profundamente rechaçada, questionada em seus métodos e artifícios de obtenção de relevo social:

Abolida a escravidão, o Vicente casou-se e foi morar lá para uma casinha na beira do Corrego. Trabalhava a semana inteira, não aparecendo, jamais, em parte alguma. Aos domingos, porém, logo depois de meio-dia, passava elle, muito limpo nas suas roupas humildes, teso, circunspecto, chapéo de lebre puxado para a testa, um cacete debaixo do braço. Tirava o chapéo em frente de qualquer grupo, sem olhar para os lados das Quatro-Bicas ou Rua Nova. As 10 da noite, pouco mais ou menos, era aquella certeza: lá vinha o Vicente de volta, quebrando o silencio da cidade adormecida com as suas cantilenas e apostrophes de quem estava mesmo entre 11 e 13. Morava eu na rua Direita, ponto de passagem do Vicente, de volta da farra. Ah! quanta vez, já a dormir, não era eu acordado pela voz arrastada do pandego creoulo, que recolhendo-se, vinha cantarolando lundús, em meio a uma e outra trova, pondo um acampamento de violão... [...] O João Ernesto apreciava immensamente o Vicente nas suas cantarolas. Dizia o meu saudoso irmão que o creoulo cantava aquelle *Maricota!* Inimitavelmente. É uma criação do Vicente. Ninguém diz aquilo como elle. E era uma verdade. O Vicente gosa, há muito, no seio da terra tamanduaense, o verdadeiro socego, que nos vem com o beijo gelido da ceifeira implacável. Paz à alma branca que lhe habitou o corpo negro.²¹¹

A narrativa da trajetória de Vicente do Barreiro após o período de dominação escravista enfatiza sua inclinação para o trabalho, atribuindo ao preto, características nobres e sugestionando altivez à sua figura, ao considerá-lo “muito limpo nas suas roupas humildes, teso, circunspecto”. Mesmo denunciando o seu deleite nas noitadas dos dias de domingo, “logo depois de meio-dia”, Bento Ernesto Júnior apresenta uma contemplação simpática ao preto Vicente, corroborando o favorável parecer de seu mencionado irmão João Ernesto, segundo o qual ninguém cantarolava velhas cantigas como o antigo líder congadeiro. Tamanhas são as virtudes arrogadas a Vicente do Barreiro, que culminam, já na

²¹⁰ KIDDY, Elizabeth. Op. Cit. p. 97.

²¹¹ JÚNIOR, Bento Ernesto. O Vicente do Barreiro. *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 7.

última linha da coluna, com uma súplica de paz à “alma branca que lhe habitou o corpo negro”.

Ora, a exaltação das diversas qualidades do ex-cativo Vicente leva a imputação de uma “alma branca” ao negro, enquanto que, ao feiticeiro Joaquim Caraolho, fica reservada uma apreciação crítica no tocante ao seu comando exercido sobre o grupo, embasado, especialmente, em práticas amplamente questionadas, de feitiçaria e mau agouro, as quais simbolizam elos com uma religiosidade africana. A atuação destacada do feiticeiro merece tornar-se assunto de outra crônica de Bento Ernesto Júnior, desta vez no ano de 1921:

No meu tempo de menino, o “pae” Joaquim Caraólho, era uma figura de destaque na minha velha Tamanduá. Era negro da Costa, da côr do mais escuro ebano. Magro, alto, andando com o corpo agigantado um pouco curvado para deante, mas com a cabeça ereta, o olhar como que procurando perscrutar o caminho a seguir, o “pae” Joaquim era, na verdade, um typo para ressaltar do meio das turbas. Era geralmente antypatizado em Tamanduá. Gosava, porém, de grande consideração, principalmente no meio da massa ignorante, nessa massa figurando o abaixo assignado e todos os meninos do tempo. É que o pae Joaquim tinha larga a fama de feiticeiro, e ninguém queria saber de lhe attrahir a inimidade. Odiado pela supremacia forçada, que exercia sobre brancos e parceiros, o africano regosijava-se, porém, com as antypatias que despertava. Viam nelle um ser sobrenatural. Eu sempre acreditei que o pae Joaquim Caraólho era capaz de – segundo se dizia – transformar numa cobra o seu bastão de cabiuna com castão que elle, com o máximo orgulho, empunhava como si fosse um sceptro real, em commandando os negros do *Moçambique* nas festas do Rosário.²¹²

A descrição que ressalta a “cabeça ereta” do negro sinaliza para uma postura desafiante arrogada ao “pai” Joaquim. Novamente, Bento Ernesto Júnior faz questão de afirmar a antipatia que a figura motivava na “velha Tamanduá”, ressaltando que a consideração a que igualmente suscitava, ocorria em meio ao que chama de “massa ignorante”, se incluindo junto ao tal grupo por ocasião da inocência de sua infância. No prosseguimento da coluna sobre o Joaquim Caraolho, Bento Ernesto Júnior esclarece para os leitores da revista publicada em Passos, de que se tratavam os tais Moçambiques, ratificando o estranhamento em relação às práticas dos negros, para, linhas depois, mencionar a implicação de

²¹² JÚNIOR. Bento Ernesto. O Pae Joaquim Caraólho. *O Natal*, Passos, dez. 1921. S/N, s/p.

festeiros, “gente da melhor sociedade”, nos tais festas protagonizadas pelos negros:

Moçambiques eram os negros, que se formavam em grupo, vestindo bizarramente durante as festas do Rosário, pelo Natal, se entregavam a danças esquisitas, ao som de tambores e instrumentos de folhas de Flandes. O diretor dos pretos, o tecnico, pode-se dizer, era, como já disse aqui, o Vicente do Barreiro. Mas o chefe era o pae Joaquim, que não cedia a ninguém o sceptro dessa soberania, embora fosse de uma obtuzidade archicornea. Viera-lhe o alcunha de ter um olha atrophiado, o que augmentava o rebartivo de sua catadura. Nas festas do Rosário, o negro caôlho impunha despodicamente sua vontade aos festeiros, gente da melhor sociedade, que não ousava, nem de leve, contrariar o africano, submettendo-se sem resistênciã à quanta bestice acudisse à cabeça encarapinhada de pae Joaquim. Si elles tinham a respeito d’elle a mesma idéia que eu...²¹³

A acentuada contraposição entre a direção de Vicente do Barreiro entre os negros e a chefia efetiva do grupo congadeiro, posta nas mãos do controvertido feiticeiro Joaquim Caraolho, oferece uma alegoria para as impressões de um intelectual, nobre integrante da elite branca, acerca da própria festa de Reinado. Vista positivamente como um “inocente folguedo”, sob a ótica da liderança do “preto de alma branca” Vicente do Barreiro – um preto trabalhador, pacífico, circunspecto, aparentemente bem integrado ao convívio com os brancos. Tal descrição sugere, portanto, certa complacência de sua figura com as rígidas demarcações sociais no seio da comunidade itapecericana. A narrativa de Bento Ernesto Júnior esboça um cenário pós-abolição, no qual o ex-escravo Vicente parece consciente de sua condição e consequente posição subalterna na hierarquização social; afinal, sob esta leitura, o preto não se opõe à ordem dominante, desejando antes, com seus modos cordatos e discretos, integrar-se a ela.

Por outro lado, a descrição de Bento Ernesto Júnior a respeito da preponderância do feiticeiro Joaquim Caraolho sobre o grupo, ainda na conjuntura do cativo, e, sobretudo, a citada supremacia do feiticeiro que chegava a atingir pretos e brancos, expressa nítida afronta às tradicionais relações de superioridade da elite branca sobre os negros, uma vez que o seu comando representa, senão um

²¹³ JÚNIOR. Bento Ernesto. O Pae Joaquim Caraôlho. *O Natal*, Passos, dez. 1921. S/N, s/p.

confronto, uma grande provocação à imposição dos valores da “gente da melhor sociedade”. Logo, as festas de Reinado, para o nobre integrante da elite itapecericana, podem ter uma conotação positiva como “rústicos, inocentes folguedos”, enquanto contribuirão para uma afirmação da dominância dos brancos, oferecendo um discurso compensatório, que serve como instrumento de delimitação social, mesmo após a abolição do sistema escravista. Qualquer acento destoante corre o risco de soar como intimidação, sobretudo se estiver relacionado à práticas que aludem à religiosidade africana, tidas como incompatíveis como o reivindicado pertencimento católico das celebrações, tão enaltecido por esta mesma elite local, a que Bento Ernesto Júnior e Hilarino Moraes representam, na condição de ilustres porta-vozes.

No transcorrer do artigo a respeito de Joaquim Caraolho, têm-se uma conclusiva diferenciação entre a trajetória, pós-abolição, de Vicente do Barreiro e pai Joaquim. Enquanto o enaltecimento das virtudes de Vicente levam a tratá-lo com um preto de “alma branca”, ao feiticeiro Caraolho é dedicada uma comemorada insígnia de decadência à sua supremacia, resultando, assim, na criação da alcunha de um “rei destronado”:

Proclamada a abolição, os negros abandonaram as festas do Rosário: deram para *bancar* importância e fugiram ao domínio de pae Joaquim Caraôlho. Os brancos, por sua vez, foram perdendo as teias de aranha, que traziam aos olhos e, dentro em pouco, o negro feiticeiro era um rei desthronado. Abatido com o ostracismo, voltou-se para o trabalho agrícola, que corria agora por sua conta.²¹⁴

Além disso, Bento Ernesto Júnior fez questão de enfatizar na coluna, na contramão da imputação de valorosas virtudes ao preto Vicente, uma pequena anedota ilustrativa do comportamento reprovativo e, em certa medida, aproveitador, do agora, rei destronado, Joaquim Caraolho:

Pouco depois, morreu a mulher do pae Joaquim. À pequena casa, na rua das Mercês, accorreram os vizinhos, na prestação caridosa dos serviços mortuários. De noite, quando se fazia o quarto, uma das vizinhas, que se encarregaram da cosinha, foi aonde se achava pai Joaquim, retirado, numa desolação, lá num quarto, por sobre um catre velho, a soluçar e a chorar a morte pelo olho que podia fazê-lo. A mulher concitou o viúvo a

²¹⁴ JÚNIOR. Bento Ernesto. O Pae Joaquim Caraôlho. *O Natal*, Passos, dez. 1921. S/N, s/p.

abandonar aquella prostração: pediu-lhe que viesse tomar alguma cousa, como alimento, algum caldo, um pouco de chá. - Ah! Siá dona, gemeu o negro, lacrimosamente: não desce ai!... Não desce... - Ora, pae Joaquim, voltou a vizinha sollicitamente. Vamos. Vem tomar um caldo... Que é que você há de fazer?... Deus é que quiz... - Ah! Siá moça... Não quero: não... Não desce!... E acrescentou com convicção profunda: - Não desce não!... Indas si fosse um pouco de feijão com toucinho!...²¹⁵

A perspectiva do periódico *O Natal*, nos anos 1920, encontra-se, portanto, nitidamente distante da ascendente reprovação do Reinado no contexto dos municípios vizinhos, em vista da emergência de um novo sentido de civilização.²¹⁶ O olhar da revista, ao contrário, se inclina para uma visão nostálgica que sublima um passado idealizado, do qual se despertam desmesuradas saudades, desejáveis, por conseguinte, de serem rememoradas por meio dos escritos do anuário, como um contraponto às eminentes variações dos novos tempos, tais como a própria mudança de nome do município. Na mesma página da coluna “Typos de rua (em Tamanduá)”, de autoria de Bento Ernesto Júnior, o redator da publicação, o tabelião Hilarino Moraes, assina o texto “Tamanduá (chronica de saudade)”:

Tamanduá é a velha terra do Oeste de Minas, que, modernamente, se chama Itapeçerica. Para os seus filhos, porém, para aquelles que guardam ainda, no fundo d’alma, as recordações queridas da primeira idade, a cidade ha-de chamar-se sempre Tamanduá, porque foi com esse nome que elles a conheceram quando, ainda bem creanças, começaram a dar os nomes às cousas. Estou n’este caso, e quero aqui, recordar a velha terra e o que de velho ella tem, para sentir o acre-doce *pungir* da saudade.²¹⁷

As recordações da “velha terra” a que se refere Hilarino Moraes estão intrinsecamente relacionadas à efervescência da vida religiosa local. Primeiramente se remetendo às “festas realizadas com extraordinaria pompa” na “secular e querida igreja da ordem terceira de S. Francisco”, na continuação de seu artigo, o intelectual volta-se para a contemplação do templo católico que abrigava a ocorrência das festividades em honra a Nossa Senhora do Rosário:

²¹⁵ JÚNIOR, Bento Ernesto. O Pae Joaquim Caraólho. *O Natal*, Passos, dez. 1921. S/N, s/p.

²¹⁶ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 50; KIDDY, Elizabeth. Op. Cit. p. 105.

²¹⁷ MORAES, Hilarino. Tamanduá. (Chronica de saudade). *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 7.

A capella do Rozario, em Tamanduá, collocada em um dos outeiros mais elevados das circumvizinhanças da cidade, chama attenção pelo pittoresco da collocação, constituindo um excelente passeio. Egrejinha de campo (hoje a cidade, havendo-se desenvolvido extraordinariamente a circumda com suas casas) era a sede das famosas festas do Reinado, no poetico templo, concentrando-se toda a vida religiosa na quadra festiva, tão saudosa para nós. O modernismo parece ter voltado suas vistas reformadoras para a capella do Rosário. Estão, actualmente, tratando de em seu logar plantar uma igreja, à moda nova, com muita esthetica, muito arabesco, muito rendilhado, porem com muito pouco poesia tambem. Emfim, é sina do mundo, tudo passar; e a graciosa capella do Rozario da minha terra não podia fugir à lei tremenda. Venha a nova igreja. Podia ser peor.²¹⁸

Neste fragmento da coluna assinada pelo redator de *O Natal*, Hilarino Moraes, verifica-se o protagonismo dos festejos do Reinado na cultura religiosa local, bem como certo olhar de desconfiança do autor, reservado ao que trata genericamente por “modernismo”, traduzido a partir das aspirações reformadoras que atingem a capela do Rosário e ameaçam a poesia identificada no templo, terminando, por fim, o trecho com certa atitude de resignação ante a “sina de mundo”, isto é, às mudanças eminentes e certas.

Após citar a ordem da Câmara Municipal de Itapecerica para demolição da “poetica egrejinha de Santa Rita”, com o propósito do “alargamento e embellezamento da praça da Estação”, Hilarino Moraes dedica-se a relembrar as grandes expectativas e preparativos para as festividades do Natal, na cidade de Itapecerica:

Em tempos que já lá vão, era de registrar, para notar-lhe o encanto, a animação, da cidade em véspera de natal. Por toda parte era um azafama no preparativo das fructas para os doces, para as festas dos mordomos e dos Reis. Os africanos, Domingo do Pires, Antônio do Peixoto, José Catraia, Matheus do Affonso e Vicente do Barreiro, de ante-mão, preparam os tambores e seus ensaios, na casa da Michaela, Rainha perpetua. Domingos, o barão de D, Ritinha, impingia a petisada, sua quitanda coberta de amendoin, a troco do *gimbo*. Cousa engraçada! este africano nunca dansou Moçambique e foi eleito Rei Perpetuo, só servindo um anno. A sua perpetuidade passou, no anno seguinte por decisão do *Caraôlho*, o maioral e mandingueiro, ao André dos Cafofos,

²¹⁸ MORAES. Hilarino. Tamanduá. (Chronica de saudade). *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 8.

que era fazendeiro e podia abarrotar a negrada com panelladas de tútú de feijão e doce de laranja da terra com rapadura...²¹⁹

Verifica-se neste trecho uma nova referência ao africano Vicente do Barreiro e também ao Reinado, comprovando que os termos relacionados à festa tinham conhecimento disseminado na localidade, corroborando, por meio do acontecimento dos festejos, a existência dos mencionados “espaços de convivência entre os diferentes grupos sociais”, notados por Sueli Oliveira no caso do município de Itaúna. Em Itapecerica, parece que tais brechas encontravam-se tão marcadamente alargadas que conseguiam comportar, inclusive, os anseios de Hilarino Moraes a enunciar suas versões a respeito das trocas nos cargos da realeza do Reinado por Joaquim Caraolho, as quais, de acordo com autor, tinham a ver com a melhor condição social do eleito do ano, um patrono fazendeiro, em proporcionar verdadeiros banquetes aos negros congadeiros, as vistosas paneladas feijão e doces de frutas da terra.

A cronologia da realização das festas de Reinado no interior mineiro, especialmente no centro-oeste do estado, possui um marco substancial nas proximidades da década de 1950, quando, de acordo com a historiadora Elisabeth Kiddy, se percebe uma “reemergência das festas do Rosário”²²⁰ no espaço público de algumas localidades. Em um contato inicial com os escritos da revista *O Natal*, chegou-se a aventar a possibilidade de uma embrionária correlação entre o discurso exposto no anuário e a ascensão do labor folclóricos nos meios intelectuais, endossado pelo governo Vargas, cujo auge teria de dado entre as décadas de 1940 e 1960. Entretanto, logo uma nova chave de análise foi pensada para se explicar a tendência a uma positiva contemplação das reminiscências dos festejos de Reinado pelos intelectuais Hilarino Moraes e Bento Ernesto Júnior.

O historiador Riolando Azzi, ao se voltar para o período caracterizado pela busca da autoafirmação católica após a proclamação da República e o consequente distanciamento da Igreja e do Estado, procura definir o chamado “projeto ultramontano”, pelo qual setores da alta hierarquia da Igreja Católica professavam expressões de fé pautadas pela alcunha de “universais” – não obstante serem provenientes da tradição romana – procedendo, daí, uma diferenciação do que se trataria o movimento ultramontano e o que denomina o tradicionalismo. Através

²¹⁹ MORAES, Hilarino. Tamanduá. (Chronica de saudade). *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 8.

²²⁰ KIDDY, Elizabeth. Op. cit. p. 109.

dos estudos do autor, pode-se aferir que o projeto ultramontano evidencia uma dimensão mais universalizante da tradição católica, que incorpora de forma secundária os elementos culturais particulares, resultando, assim, na diluição das especificidades das Igrejas locais, processo agenciado no Brasil pelos institutos religiosos europeus que aqui se estabeleceram a partir do final do século XIX e início do XX.²²¹

Os tradicionalistas assumem como matriz de seu pensamento o conceito de pátria católica. Também eles combatem o liberalismo laicista que caracteriza o regime republicano, mas apelando para a tradição brasileira, dentro da qual a fé católica ocupa um lugar relevante.²²²

Amparando-se em autores como Francisco Iglesias e Anna Mogg Rodrigues, o estudo de Riolando Azzi, resulta no postulado de que, aos chamados tradicionalistas, importariam menos as diretrizes romanas da Santa Sé do que o próprio passado católico do Brasil, afinal, mais do que a instauração de uma nova ordem, tais segmentos defendiam sua restauração, num comportamento romântico que cultuava o “passado, a terra, o heroísmo, a virtude, a dedicação”. Segundo Anna Mogg Rodrigues, “O tradicionalismo era, portanto, a ideologia que continuava predominando no meio do catolicismo. Tradicionalistas seriam a maior parte das figuras exponenciais do pensamento católico no início do século [...]”²²³

Nos textos dos intelectuais leigos Hilarino Moraes, redator de *O Natal – folha dedicada à infância*, e Bento Ernesto Júnior, prestigiado colunista da publicação, percebe-se aguda ênfase na consagração das raízes católicas brasileiras. A própria fundação da revista é justificada por meio da necessidade de se obter um espaço de expressão para o registro das iniciativas do clube *O Natal*, agremiação incumbida de promover celebrações comemorativas para as festividades natalinas, no município de Passos. O relevo social obtido pelos empreendimentos do clube, inclusive com a organização de vasta biblioteca própria, parece ter motivado o surgimento do periódico, que, conforme

²²¹ AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. p. 7. Para saber mais sobre a busca da autoafirmação católica e das repercussões do projeto ultramontano no Brasil, consultar capítulo 3.

²²² Ibidem. p. 73.

²²³ IGLESIAS, 1981; RODRIGUES, 1981; Apud: AZZI, Riolando. Op. Cit. p. 73.

investigado, desde seus primeiros números se distingui pelas abordagens associadas às temáticas do catolicismo. As capas invariavelmente tratam das comemorações natalinas, do nascimento do Menino Jesus, das solenidades da Missa do Galo, e ainda, no decorrer da publicação, notam-se imagens referentes às narrativas bíblicas e notícias sobre a ocorrência de festas religiosas, além de menções a clérigos da região e solicitações de doação para a biblioteca do clube *O Natal*.

No artigo de apresentação do então novo colunista Bento Ernesto Júnior, escrito por Hilarino Moraes em 1915, o redator da revista já cita a intrínseca relação entre a produção literária de seu novo colaborador e as referências à terra natal de ambos, a tão referenciada “velha terra tamanduaense, o pittoresco torrão que se liga tão fortemente ao espírito dos directores desta publicação”. Tal ligação é extraordinariamente assinalada no periódico, os intelectuais da revista fazem questão de, a todo o momento, se remeteram à localidade de Itapecerica, seja para sublinhar sua primitiva colonização e remoto surgimento e, em especial, para realçar a feição aprazível e pitoresca arrogada à terra natal. Sob este prima, pode-se afirmar que, um dos intentos de *O Natal*, seria mesmo servir como um canal de expressão de uma produção literária e artística, composta por artigos, poemas, crônicas saudosistas, desenhos, isto é, um discurso voltado para a exaltação do “sentimento de amor à terra querida do seu berço”.²²⁴

Além de citar a implicação dos chamados tradicionalistas com o conceito de pátria católica e associá-los a uma conduta romântica que idolatra o passado e a terra, o estudo de Riolando Azzi ainda pressupõem a defesa do heroísmo, da virtude e da dedicação, encampada por estes setores. Nesse aspecto, há se estabelecer um paralelo entre o escrito de Bento Ernesto Júnior que enfatiza as qualidades do preto Vicente do Barreiro, na medida em que, neste artigo, observa-se o enaltecimento de virtudes relacionadas á inclinação do ex-escravo para o trabalho, além de sua figura altiva e cordata, embora humilde. Assim, tem centralidade no discurso do intelectual, a disposição do negro em se integrar à ordem dominante, no contexto pós-abolição, por meio, sobretudo, de sua dedicação ao trabalho e postura virtuosa, em vista da qual, Bento Ernesto Júnior chega a arrogar uma “alma branca” ao líder congadeiro.²²⁵

²²⁴ MORAES, Hilarino. O presente número do Natal. *O Natal*, Passos, dez. 1915. S/N. p. 3.

²²⁵ JÚNIOR, Bento Ernesto. O Vicente do Barreiro. *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 7.

A tendência ao enaltecimento do passado e da terra natal pode ser percebida em um artigo de autoria de Bento Ernesto Júnior, publicado na edição de 1919 da revista *O Natal*, sob o título de *A velha Tamanduá*:

É a velha cidade de Itapecerica, nome por que se substituiu o primitivo – S. Bento de Tamanduá. S. José del Rei e S. João del Rei, collocados em o ponto central da indusiria extractiva e possuindo elementos de prosperidade pela proximidade da metrópole, guardaram, muito tempo, a hegemonia suprema sobre as povoações que, primeiro, pintalgaram o oeste da terra das Minas Geraes. Desvencelhando-se dessa auctoridade, Tamanduá conseguiu ser a mais importante das terras habitadas da famosa picada, chegando a capitanea uma comarca que, de tão vasta, era mesmo um pequeno estado.²²⁶

Novamente se nota um marcante apego ao nome “primitivo” da localidade, já no título do artigo, e um esforço de delinear as glórias de sua terra natal, localizadas num passado ideal, constantemente evocado e trazido à tona. No decorrer da coluna, Bento Ernesto Júnior enfatiza as especificidades de sua querida Itapecerica, dentre elas, certa tendência, na localidade, à conservação de uma vida pacata, não ameaçada pelo progresso dos grandes centros, além de um favorável e virtuoso pendor para a efervescência cultural e religiosa:

Emtanto, sempre foi mansa a vida commercial e indusiria da velha cidade. Mas, na minha Tamanduá querida, jamais se fizeram sentir grandes surtos de progresso e a azafama febricitante dos grandes centros mercantis. O que lhe dava relevo e notoriedade entre as suas co-irmãs era, por sem dúvida, a feição de sua vida social, voltados como sempre foram seus habitantes, para o empenho de formarem, entre si, uma única família, e para o culto das belas tradições e progresso das letras e das artes, da religião e da caridade. Na verdade, sob esse aspecto, Tamanduá muito e muito se relevou, não havendo, entre todas as outras, nenhuma terra que lhe avantajasse no amor ás letras e no cultivo das artes, chegando mesmo a tornar alvo de uma grande e calorosa fama o entranhado apego de seus filhos ao cultivo do espirito e o seu pendor para as grandes conquistas do pensamento.²²⁷

Desta maneira, os grandes surtos de progresso, as “aspirações modernas” apesar de eminentes, não teriam conseguido afetar a tão ressaltada “primitiva feição pitoresca” da localidade, tendo Itapecerica, podido conservar em essência,

²²⁶ JÚNIOR, Bento Ernesto. *A velha Tamanduá*. *O Natal*, Passos, dez. 1919. S/N, s/p.

²²⁷ JÚNIOR, Bento Ernesto. *A velha Tamanduá*. *O Natal*, Passos, dez. 1919. S/N, s/p.

os atrativos da velha Tamanduá, em que se destacam o satisfatório número de templos católicos, dentro dos quais se podia vivenciar uma cultuada e longínqua vivência religiosa local:

O progresso dos tempos modernos invadiu – era fatal! – a velha terra. Fez-se alterações: procurou imprimir-lhe uma feição mais de accordo com as asp'rações hodiernas. Essa modificações adversas ao Tamanduá de meus tempos de menino, não lhe conseguiram desfazer a primitiva feição pittoresca. Quem observou attentamente a Itapecerica de hoje, nella verá o Tamanduá de hontem, com uma ou outra peça do vestuário talhada a mais no rigor do figurino da actualidade – e nada mais. Calçada de toda a sua grande extensão territorial, a cidade mostra ter merecido das municipalidades de antanho grande empenho pelo embellezamento da Urbs e pelo bem estar de seus moradores. Seus templos em relativo grande numero e chamando attenção pela sua importância proclamam os sentimentos religiosos dos habitantes das margens do Rio Vermelho. Visitante não há, por mais indifferente e desattento, que deixe de se impressionar com o tom altamente pittoresco de toda a plaga itapecericana.²²⁸

Por meio da leitura e análise de todos estes artigos, considera-se que o discurso dos intelectuais Bento Ernesto Júnior e Hilarino Moraes na revista *O Natal* possuía o subjacente intento de exaltar o passado católico do Brasil, inclinação que teve como consequente certo realce conferido às descrições das festas de Reinado, enquanto notáveis representantes de uma cultura religiosa baseada nos interstícios locais, de procedência remota que se remetia aos tempos coloniais. Deste modo, afirma-se que a revista *O Natal* professa um discurso leigo tradicionalista católico que se fundamenta em uma tradição religiosa que destaca, em larga medida, um caráter local, autóctone, quiçá, patriótico.

Para exemplificar tal imputação, utiliza-se da análise de uma nota publicada em *O Natal* que tratava de homenagear os jovens do município de Passos que se apresentaram para dedicar-se à vida sacerdotal no presente ano de 1923, fazendo questão, inclusive, de mencionar seus nomes, e enfatizando o “justíssimo empenho de se nacionalizar o clero brasileiro”:

É conhecido que ultimamente se diminuíram as vocações religiosas. Ainda que se manifestam, no geral, acontece não encontrarem um ambiente propício, razão pela qual se extinguem. Desde logo, a consequencia é manifesta no pequeno número de sacerdotes em cada diocese, não

²²⁸ JÚNIOR, Bento Ernesto. A velha Tamanduá. *O Natal*, Passos, dez. 1919. S/N, s/p.

correspondendo às necessidades das mesmas. Assim, não raro, paróquias permanecem, por bastante tempo, desprovidas dos Curas das cousas da alma. Também esse decréscimo é a grande dificuldade com que luctam os Bispos para o justíssimo empenho de se nacionalizar o clero brasileiro. Prazerosamente registramos que Passos contribue agora para esse esforço christão. Manifestaram-se aqui, vocações religiosas, que encontraram beneficente acolhimento e foram encaminhados para se prepararem a serviço de Deus.²²⁹

Em um discurso que acaba por evidenciar uma tradição religiosa embasada em práticas locais, as festas de Reinado possuíam importância capital, já que, além de inicialmente encenadas no espaço público de diversos lugarejos em Minas Gerais, caracterizam-se por traduzir de modo ímpar a vivência religiosa local, professando, notadamente, um culto tão enraizado e relevante, á Virgem do Rosário. É sob tal perspectiva que se compreende a contemplativa recorrência nas descrições destas práticas em *O Natal*, não se esquecendo os colunistas da publicação de citar que tais celebrações já tiveram seu lugar em Itapecerica, nas cercanias das festividades natalinas, o que favorece ainda mais sua menção pela revista. Assim, a abordagem sobre o palco dos festejos de Reinado, um templo católico descrito bucolicamente, de modo a evidenciar a poesia inerente à construção, ressalta ainda a inclusão da festa na ótica do tradicionalismo católico:

As igrejas de Tamanduá, e do Rosário é a que tem o ar pittoresco das capelinhas de serra, tão suggestivas no seu afastamento do tumultuar da vida das cidades, tão poéticas no seu quasi como que abandono, somente de tempos a tempos abrindo suas portas à onda dos fiéis e fazendo fulgir a luz das lampadas e dos cryrios. O progresso despoetizou o Rosário nos dias ordinarios, o adro da capella, naquella eminencia, de que se descortinava toda a cidade em baixo, era um excellent ponto de passeio. Ficava a gente ali a contemplar o formoso panorama lá ao longe as vidraças das casas, scintilando aos últimos raios da [?] que se escondia, no rumo do Pastinho, lá por detraz da serra, a água que os aguadores de canteiros lançavam nas hortas da Varzea, ali, mesmo embaixo. E, quando a noite de todo baixava e os lavradores, vindo da Boa-Viagem ou da Barra passavam, enxada ao hombro, pelo caminho, que havia junto á capella, que bello não era, olhando a cidade, ver, aqui, ali, nas casas, apparecer as luzes com estrellas desabrochando no escuro do céu.²³⁰

²²⁹ *O Natal*, Passos, dez. 1923. S/N, s/p.

²³⁰ JÚNIOR, Bento Ernesto. A capella do Rosário de Tamanduá. *O Natal*, Passos, dez. 1921. N. 22, s/p.

As alusões às festividades de Reinado envolvem um lamento pelas modificações na estrutura da cidade de Itapecerica, pela chegada do progresso e sua interferência no cenário que circundava a capela do Rosário e também, no próprio templo, refém das alterações promovidas pela arquitetura moderna. A construção era, então, privada de uma bem-quista feição antiga, dos tempos de menino do autor do texto, Bento Ernesto Júnior:

O Rosário, a meu tempo de menino, vibrava sómente, ao fim do anno, pelas festas de Natal e de Anno Bom, sendo essa quadra aquella que se celebrava o tradicional Reinado, naquella época uma das mais importantes festas da localidade. O progresso, como disse, despoetizou, porém, o Rosário. A cidade, expandindo-se em edificações, veio parar até em torno da capella em numerosas casas, acabando com o largo. Tirando. Mesmo, a vista belíssima de povoação, cortada, de fóra a fóra, pela fita de prata das águas do Rio Vermelho, corruscando ao sol. Segundo O Natal informou a seus leitores, a capella do Rosário sofreu, agora, grandes modificações, apresentando-se o templo-sit numa aspecto *tout a fait* moderno e *chic*, ficando, porém, um dos monumentos da cidade, ao tempo de minha infância, privado d'aquella feição antiga, que era, emtanto, aquella com que se embeberam nossos olhos e em nosso coração perdurava nítida, quando ausentes do nosso torrão estremecido.²³¹

Após enunciar detalhadamente os indícios que levaram à associação dos intelectuais que produziam a revista *O Natal* com um discurso leigo tradicionalista católico, é necessário se voltar para a conjuntura vivenciada no seio da Igreja no período, a qual teria favorecido o surgimento de uma leitura da tradição com base nas culturas religiosas locais.

Em sua tese de doutoramento, Francisco José Gomes faz menção à Carta Pastoral Coletiva de 1922, escrita, portanto, no centenário da independência do Brasil. De acordo com o pesquisador, o documento tem um viés conservador, em que se destaca o questionamento do regime republicano, tratando-se, no caso, de um “protesto formal contra a legitimidade ética do novo regime, ou seja, o ateísmo legal da Constituição Republicana”.²³²

²³¹ JÚNIOR, Bento Ernesto. A capella do Rosário de Tamanduá. *O Natal*, Passos, dez. 1921. N. 22, s/p.

²³² Cf. GOMES, Francisco José Silva. Le projet de neo-chretiené dans le diocese de Rio de Janeiro de 1869 à 1915. Paris: Université de Toulouse Le Mirail, Histoire, 1991. Thèse de Doctorat. p. 825. Tradução nossa.

O episcopado nacional, através do documento, correlaciona os conceitos de “Religião e Pátria”, na medida em que o catolicismo estava tradicionalmente interligado à formação do Brasil. A separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, na visão dos prelados, seria uma “apostasia”, afirmação que Francisco José Gomes considera representar uma confusão dos bispos entre a perda de privilégios e uma eventual promulgação da liberdade religiosa, que, segundo o pesquisador, não teria se dado. Como consequência de tal presunção, Francisco José Gomes afirma que os prelados se consideravam alijados na cena pública nacional, pois “diziam os bispos, a Igreja está impedida de colaborar, enquanto poder espiritual, para manutenção da ordem estabelecida”.²³³

O pesquisador utiliza-se de uma carta circular do primeiro cardeal da América Latina, Dom Joaquim Arcoverde, de 1917, para demonstrar o tipo ideal de relação com o Estado ambicionada pela instituição católica. No contexto da Primeira Guerra Mundial, a alta hierarquia do clero busca estimular o incremento do espírito patriótico da nação, apoiando inclusive a Liga de Defesa Nacional e a obrigatoriedade do alistamento militar. Segundo Francisco José Gomes, Dom Arcoverde chega a afastar os clérigos de origem alemã, atitude copiada por outros prelados. Seu período de cardinalato distinguiu-se pela ampliação na estrutura da Igreja Católica no país, e é dentro deste prisma que se dá a criação da diocese de Belo Horizonte, a qual a paróquia de São Bento do Itapecerica passa a integrar a partir de 1922:²³⁴

O Cardeal D. Arcoverde teve grande participação na criação de 21 novas circunscrições no sul, no desmembramento de 4 novas arquidioceses e na indicação dos principais cargos episcopais, indo várias vezes a Roma e também sendo consultado pelo Núncio. Mesmo que a grande maioria das novas circunscrições estivesse situada em Minas, seguida por São Paulo e pelos estados do Sul, o Rio mantinha sua importância no conjunto das circunscrições meridionais.²³⁵

Tratando desta mesma conjuntura, o historiador Riolando Azzi afirma ser dos católicos tradicionalistas o ineditismo na promoção das raízes cristãs do Brasil, e acrescenta que, a partir da década de 1920, estimulados pela conjunção

²³³ Ibidem. p. 825.

²³⁴ Ibidem. p. 826.

²³⁵ Ibidem. p. 826-827.

patriótica do centenário da Independência, os bispos passam a endossar parcialmente tal posicionamento, embora a ênfase entre o episcopado nacional no período ainda seja em uma tradição universalizante em que se abaliza o perfil ultramontano de Igreja. O discurso eclesiástico episcopal procurava evidenciar a indissociabilidade entre a sociedade brasileira e a religião católica:²³⁶

Era necessário, também, colocar em relevo que o catolicismo havia permeado toda a formação da sociedade nos séculos anteriores. Mais um argumento, portanto, para justificar a necessidade de amplos entendimentos entre o poder político e o poder eclesiástico. Os líderes do país não poderiam, de forma alguma, olvidar essa presença significativa da fé católica na construção do país. [...] Ao se orientarem nessa direção, os bispos tinham meta prefixada bem nítida: fazer com que a religião católica voltasse a ocupar um lugar privilegiado análogo ao do período anterior da Cristandade, e do qual fora despojada pela separação entre Igreja e Estado, com o início da República. Era o sonho da Neocristandade.²³⁷

De acordo com os estudos do historiador norte-americano Ralph Della Cava, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra teria sido o grande articulador do catolicismo brasileiro nos moldes da Neocristandade. No ano de 1916, esta autoridade eclesiástica, então prelado de Olinda e Recife defende, por meio de *Carta Pastoral* paradigmática para a história da Igreja Católica no Brasil, uma união entre o Estado e a instituição católica. Fundamentando-se em uma tradição histórica católica do povo, Dom Leme assevera ser preciso que os ensinamentos católicos reeducassem a nação e reconhecessem juridicamente os privilégios da Igreja no Brasil. O brasilianista cita que Dom Sebastião Leme é ungido bispo auxiliar do Rio de Janeiro no “ano crítico” de 1922, ano de surgimento da diocese de Belo Horizonte, momento no qual o pesquisador considera que “a classe média emerge como contentora política”, num período da Semana de Arte Moderna, Tenentismo e fundação do Partido Comunista.²³⁸

A década de 1920, de fato, parece ter se caracterizado pela agitação em distintas conjunturas, tendo sido palco de importantes acontecimentos em áreas diversas, como na política e na vida cultural, artística e religiosa da sociedade

²³⁶ AZZI, Rioldo. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

²³⁷ Ibidem. p. 47.

²³⁸ Cf. DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX. *Estudos Cebrap*, 12, abr. jun. 1975. p. 11-12.

brasileira. Riolando Azzi considera que, posteriormente, por fim, o episcopado nacional acaba por endossar a feição nacional do catolicismo no Brasil, preconizada inicialmente pelos grupos leigos tradicionalistas, a despeito da existência de muitos “religiosos romanistas”, isto é, clérigos mais voltados para as diretrizes da Santa Sé – nesse aspecto, o autor destaca integrantes estrangeiros de institutos religiosos – os quais, acentuam o aspecto internacional da Igreja, se embasando, notadamente, em uma concepção universalista de tradição.²³⁹

Ralph Della Cava elege a ascensão do bispo Dom Sebastião Leme ao cardinalato, já em 1930, como um marco para a “mobilização efetiva dos leigos de classe média como uma força política pela Igreja”, demarcando, por conseguinte, o término da supremacia dos grandes proprietários rurais. Assim, o historiador apregoa que a Neocristandade reforçou o imaginário de nação católica e o projeto de união Igreja-Estado.²⁴⁰

Portanto, considera-se que os anos 1920, representaram um período de transição entre um modelo de catolicismo amplamente influenciado pelo chamado “projeto ultramontano”, – no qual a leitura da tradição católica ainda se pauta pelo cunho universalizante – para outro, no qual se enfatiza o caráter nacional e patriótico da religião católica no Brasil. Neste caso, a tradição ainda é bastante romana, mas já apresenta os interstícios locais, num primeiro momento mais destacados pelos leigos tradicionalistas, como os intelectuais que produziam o periódico *O Natal* em Minas Gerais, do que pelo clero, propriamente.

A perspectiva da tradição mais identificada com um viés universalizante, tem a tendência de preceder uma exclusão de festividades religiosas, que são relacionadas com um desregramento moral e que, de alguma forma, possam representar alguma ameaça à ordem hierárquica da Igreja, caso do Reinado, já que os festejos se realçam por certa lascividade das danças e ampliação do domínio de influência dos leigos, haja vista a implicação das irmandades no agenciamento das festas. Além disso, é comum nos festejos de Reinado, como se nota através dos escritos de *O Natal*, a eleição de figuras de liderança que, de forma geral, estão associadas a práticas com acentuados elos com a religiosidade africana, conformação que a instituição católica não poderia, sob hipótese alguma, corroborar.

²³⁹ AZZI, Riolando. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. Op. Cit. p. 47.

²⁴⁰ DELLA CAVA, Ralph. Op. Cit. p. 11.

A criação da diocese de Belo Horizonte, no “ano crítico” de 1922, e a chegada em Minas Gerais do bispo anteriormente radicado no Rio Grande do Norte, representaram um marco para uma condenação explícita da hierarquia eclesiástica ao Reinado. Contudo, como o presente capítulo procurou demonstrar, tais manifestações estavam tão fortemente enraizadas na cultura religiosa local, que a empreitada do bispo em direção ao seu aniquilamento, não seria tão simples como o ambicionado. Por meio da análise do discurso dos intelectuais Bento Ernesto Júnior e Hilarino Moraes, enunciado na revista *O Natal*, pode-se aferir que os festejos de Reinado ratificaram um envolvimento com a religião católica de procedência colonial, cujo vulto mais distinto era a devoção a Nossa Senhora do Rosário e a mobilização comunitária que suscitava, congregando diversos grupos sociais, mas também se pautava por oferecer um discurso compensatório para a relação de supremacia da elite branca sobre os negros, tendo assim, notável singularidade no contexto da paróquia de São Bento do Itapecerica.

Por todos estes aspectos, afirma-se que a campanha de Dom António dos Santos Cabral contra a realização da festa nos domínios das paróquias de sua recém-criada nova diocese parece não ter tido repercussão imediata. A investigação do discurso eclesiástico que traduz à interdição ao Reinado, na qual a leitura universalizante da tradição é basilar, as estratégias alavancadas pelo prelado de Belo Horizonte para atingir seus propósitos, assim como as repercussões de tal empreitada no contexto local da paróquia de São Bento, serão as discussões que nortearão o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

Uma tradição universalizante: o discurso eclesiástico sobre o Reinado nos anos 1920

O início da década de 1920 trouxe grandes mudanças à vida religiosa da paróquia de São Bento do Itapecerica. Mais especificamente a partir de 11 de fevereiro de 1921, ela deixou de pertencer à arquidiocese de Mariana para integrar a nova diocese de Belo Horizonte, criada pelo Papa Bento XV, por meio da bula *Pastoralis sollicitudo*. O surgimento desta nova diocese fazia parte de um esforço da Igreja para expandir e dinamizar a sua estrutura institucional no Brasil, no bojo do regime republicano: assim, se até 1889 existiam doze dioceses no país, já em 1900, eram cinquenta e duas, além de seis prelazias e três prefeituras apostólicas, que deveriam atuar como centros de vida religiosa, focos de cultura intelectual e de progresso material e moral, no dizer das autoridades eclesiásticas.²⁴¹

Saudando o prelado recém-nomeado para a nova diocese mineira, o arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, escreve uma carta a Dom Antônio dos Santos Cabral em 23 de dezembro de 1921. Nela, Dom Silvério indica alguns desafios que D. Cabral deveria enfrentar:

Felizmente para Minas triumphou no coração de VEx. Nossa causa, e o vamos ter e possuir como pastor de nossa capital e de sua diocese. Compreendo bem quanto devia ser penoso para VEx. RVma deixar sua primeira diocese em que os fieis sabem amar e estiamar seo Bispo a agradecer a graça e beneficio que lhes Deus fez na pessoa delle. [...] Possa affirmar que é difficil encontrar no mundo povo mais amaavel que a da diocese que VEx. Rvma vem reger e edificar. Há na sede alguns elementos daninhos, como em todas as cidades de certa grandeza, propaganda protestante, maçonaria, espiritismo, escândalos. Mas difficilmente se achara uma cidade que em eguaes proporções de população tenha tantos elementos para o bem, corporações religiosas, associações catholicas associações

²⁴¹ Cf. CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira, monsenhor. *História Eclesiástica do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1955. p. 376.

beneficiantes, arrematada de combate, homens de ciencia e destemidos, um clero modelo de trabalho.²⁴²

Além dos itens mencionados por Dom Silvério, uma prática que logo se tornou foco da atenção de Dom Cabral foi a realização de festas religiosas pelos grupos leigos da diocese, entre as quais o Reinado, celebrado com grande efusão na paróquia de São Bento do Itapecerica.

Conforme investigado, o anuário *O Natal* concede amplo espaço à exposição da festa do Reinado do município de Itapecerica, além de enfatizar a comoção popular que cercava sua ocorrência. O tom nostálgico que pauta a publicação acentua a sublimação de um passado idealizado, em que se identificam as glórias da terra natal e no qual a descrição de templos católicos marcados pelo bucolismo e poesia ganha centralidade. Neste sentido, a Capela do Rosário, palco do Reinado, torna-se pólo espacial do sentido religioso:

A Igreja do Rosário em Itapecerica já foi um templo campesino. A cidade hoje, estendendo-se, foi circundada de casas, arrancando-lhe o bucolismo poético, de que se revestia. Celebra-se ahi a festa do Reinado, hoje decaído do grande esplendor, com que era feito de outrora! Constituíam esses festejos um sucesso da vida social da terra. Na poética quadra do Natal, dias repetidos, em torno do templo, eram festas de caracter profano, dansas rusticas, fogos e alvoradas, a par dos actos de religião, que no interior se faziam. Ponto elevado sobre a povoação, o Rosário era procurado para os passeios das famílias, às tardes, principalmente aos domingos. E, muitas vezes, para ahi iam as bandas de musica em tocatas. Hoje, o poético templo modificado está pela mão do progresso e perdeu a antiga importância, não tendo as suas festas a graça de outrora, e raro sendo o vasto adro procurado pelos passeantes. Data o declínio do esplendor, que o Rosário mantinha, do dia em que se aboliu a escravidão no Brasil. O Rosário é hoje uma saudade simplesmente.²⁴³

A data desta publicação desta crônica requer uma análise mais cuidadosa. Este exemplar de *O Natal* é de dezembro de 1923, um marco simbólico-cronológico no tocante às festas do Reinado em Itapecerica, porquanto em 10 de agosto de 1923, fora publicada uma ordem de proibição de realização daqueles

²⁴² AEAM [Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana]. Carta do bispo de Mariana Dom Silvério Gomes Pimenta á Dom Antônio dos Santos Cabral. *Correspondência Dom Silvério Gomes Pimenta - Ativa*, Arquivo 4, Gaveta 1, Pastas 8.

²⁴³ JÚNIOR. Bento Ernesto. A Igreja do Rosário. *O Natal*, Passos, dez. 1923. S/N, S/p.

festejos pelo bispo da nova diocese de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral:

Aos Revmos. Sr. Vigários [?] de ordem do Sr. Bispo Diocesano, a necessidade de supprimir a festa conhecida pelo nome de Reinado. Não se faz mister acrescentar aqui nenhuma outra razão áquellas que o exmo. Sr. D. Cabral lhes apresentou, por ocasião do Retiro Espiritual. Daquellas considerações feitas então, resulta esta affirmação: é pensamento e desejo da auctoridade Diocesana que desapareça o Reinado; e que os fiéis sejam bem instruidos sobre as vantagens da utilissima devoção do rosario.²⁴⁴

Tal medida coercitiva de Dom Cabral expressava a condenação explícita por parte da hierarquia eclesiástica católica às festas de Reinado, manifestações de tradicional apelo devocional entre os paroquianos. Nesta perspectiva, pode-se indagar a respeito dos critérios culturais e teológicos que fundamentariam tal reprovação, especialmente num contexto em que a instituição católica há pouco vivenciara o processo de separação do Estado, e por isso mesmo necessitava lutar com todas as suas armas pela obtenção de um valoroso apoio popular.

Os escritos eclesiásticos permitem supor que tal censura aos festejos implicava numa interpretação específica da concepção de tradição, princípio basilar da Igreja Católica. Desde meados do século XIX, no âmbito da emergência do chamado movimento ultramontano, o qual defendia a “primazia da autoridade espiritual sobre o poder político, da fé sobre a ciência e a incompatibilidade da Igreja com os valores da modernidade e do laicismo”,²⁴⁵ a concepção de tradição empregada pela hierarquia eclesiástica, inclusive no tratamento dos festejos religiosos, adotava um cunho eminentemente universalizante, desconsiderando as práticas locais:

A restauração católica do século XIX teve sua espiritualidade chamada de italiana, porque se originou na Itália e foi divulgada sistematicamente pela Santa Sé. Esta espiritualidade está concentrada em torno a duas devoções fundamentais: a devoção ao Sagrado Coração e a devoção aos novos dogmas marianos. Cada devoção tem suas formas, mas há um estilo comum: a devoção consiste em consagrações, ladainhas, novenas ou oitavas, santuários novos dedicados aos mistérios. O estilo é de

²⁴⁴ AABH, *Livro Avisos e Mandamentos I*. Aviso nº 5: Proibição da festa chamada Reinado, 10/08/1923. p. 2.

²⁴⁵ AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. p. 7.

grande fervor sensível e um tanto agressivo. O que se espera, sobretudo da Virgem ou do Sagrado Coração é a vitória da Igreja no meio dos assaltos do mundo liberal ímpio.²⁴⁶

Por outro lado, tal leitura da tradição deveria manter alguma afinidade com os segmentos populares, ou a Igreja perderia respaldo político perante o Estado; daí a importância das rezas (novenas, ex-votos, ladainhas), realizadas desde o período colonial e geralmente direcionadas à intercessão dos santos, as quais não deixaram de ser promovidas, desde que sob a condução dos clérigos:

Exortamos também que promovam, com todo o zelo, tríduos e novenas em preparação às principais festas de Nossa Senhora. Nessas ocasiões, procurem instruir os fiéis sobre as grandezas de Maria, seus dotes, seus privilégios, sua misericórdia para com os pobres pecadores, e sua onipotência suplicante para alcançar-nos de Deus todos os favores celestes. Removam, quanto puderem, os abusos que se comentem no santuário em suas festas, principalmente nas que se celebram á noite.²⁴⁷

Percebe-se que a festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário esteve no epicentro desta releitura da tradição, pois ao estar associada à devoção à Virgem, a manifestação portava aspectos que, segundo o setor eclesiástico, deveriam ser expurgados, porque identificados com a dimensão profana da existência (excesso de comidas e bebidas, danças consideradas lascivas) e elementos a serem corrigidos, mas não eliminados (como as preces, destacadamente o Rosário).

3.1. A busca de autoafirmação católica (1890 – 1921)

A historiografia, como é de regra em sua *práxis*, elaborou alguns conceitos para analisar o posicionamento da Igreja frente ao processo de laicização da sociedade observado no período. A historiadora Mabel Salgado considera que os conceitos de reforma católica ultramontana do século XIX e Neocristandade pertencem aos domínios dos pressupostos tradicionais da chamada história

²⁴⁶ COMBLIN, José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*. V. 26, fasc. 3, set. 1966. p. 597.

²⁴⁷ AEAM, *Constituições eclesiásticas do Brasil*: nova edição da Pastoral Coletiva de 1915 adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas, Título III, Capítulo V, parágrafo 599. Canoas: Tipografia La Salle, 1950. p. 151-152.

“científica” ou “história-síntese” e destaca a importância da fundação do CEHILA (Comissão de Estudos de História da Igreja Latino Americano) para a produção historiográfica sobre a História da Igreja Católica no Brasil. Em suas palavras:

Elementos peculiares caracterizam a produção historiográfica da CEHILA, a saber: a superação de uma dimensão “romana” da Igreja latino-americana, para fortalecer uma identidade eclesial própria; a escrita de uma história da Igreja a partir de uma perspectiva que considera os “pobres”; a superação da dimensão institucional da Igreja, em favor de uma perspectiva que atribui maior atenção às dimensões “periféricas” das formas religiosas e dos movimentos populares; a proposta de uma visão ecumênica, capaz de considerar e incluir as outras confissões cristãs.²⁴⁸

Esta historiografia, determinada a “constituir uma história da Igreja no Brasil a partir da perspectiva do povo”,²⁴⁹ interpretou a coerção das autoridades eclesiais em relação à festa de Reinado em função do rótulo de ignorância religiosa atribuída a tais manifestações por parte do clero. De fato, a instituição religiosa católica buscou extirpar as expressões religiosas que não se incluíam em sua ortodoxia e por outro lado, estimular o que considerava positivo, daí o empenho à promoção das devoções marianas. Neste processo, a noção de tradição, de viés universalizante, subsidiou o fortalecimento de uma identidade católica alicerçada nos sacramentos e, sobretudo, na hierarquização dos membros da Igreja, numa relação verticalizada entre bispos, padres e leigos.

Outra vertente importante na reconstituição da história da Igreja no Brasil, de acordo com Mabel Salgado, é o trabalho desenvolvido pelos brasilianistas. Scott Mainwaring considera a *Carta Pastoral* escrita pelo então bispo de Olinda e Recife em 1916, como um marco para a história da Igreja, já que no documento, Dom Sebastião Leme indica a fragilidade das estruturas da instituição católica, isto é, a ausência de um clero bem preparado e influente nas discussões da política nacional, além de sua debilidade financeira. O bispo aponta a não correspondência

²⁴⁸ PEREIRA, Mabel Salgado. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocrisandade (1888-1952)*. 2010. 349 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p. 24.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 24.

entre o alcance da religião católica no país e a limitada influência política da instituição na sociedade.²⁵⁰

Não obstante ter evitado expor diretamente alguns temas mais controversos, tais como o desrespeito do clero pelo celibato e a precariedade da formação sacerdotal no Brasil, a *Pastoral* de Dom Leme tocou em pontos caros à Igreja, os quais estavam intrinsecamente relacionados às fragilidades dos vínculos da instituição com o Vaticano.

A Igreja buscava reverter esta situação desde meados do XIX, de acordo com Mainwaring, esboçando uma reação reformista. Tal reação, por sua vez, ancorava-se na política do Vaticano, que a partir de Pio IX (1846-1878) buscou um maior controle sobre as Igrejas nacionais. Portanto, os bispos reformistas no Brasil ligados a Roma eram politicamente conservadores, “intolerantes em relação à maçonaria e aos grupos religiosos rivais e insistiam na obediência à hierarquia, no celibato e no uso de trajes clericais”. Isso não só gerou conflitos dentro da Igreja, mas também entre a Igreja e o Estado. Com a República, ocorreu a separação entre as instituições, muito embora, paulatinamente, e de forma não oficial, a Igreja voltasse a restaurar os vínculos.²⁵¹

Deste modo, pode-se afirmar que a separação entre Igreja e Estado significou uma guinada na história da instituição católica no Brasil, por possibilitar a ampliação das relações entre a Igreja e o Vaticano²⁵² e a sua consequente busca por autonomia institucional e realização de reformas em suas débeis estruturas. O período inaugurado com a proclamação da República caracterizou-se, então, pela hegemonia do projeto ultramontano no seio da Igreja Católica.

Neste processo, o conceito de tradição, fundamental para o catolicismo desde sua fundação, adquiriu um caráter mais doutrinário, isto é, a difusão do Ultramontanismo entre o episcopado nacional representou a adoção de expressões de fé com características apresentadas como “universais” (embora originárias do

²⁵⁰ Cf. MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 41.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 42.

²⁵² BEOZZO, José Oscar. “A Igreja frente aos Estados liberais (1880-1930)”. In: DUSSEL, Henrique (org.). *Historia liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992. O autor considera que o catolicismo latino-americano entre 1889 e 1930 só é compreensível a partir do papel crucial representado por Roma.

catolicismo romano), pleiteando-se um estreitamento do contato com Roma e, sobretudo, o acatamento às decisões pontifícias.

No desdobramento deste cenário, já numa transposição para o período da Neocristandade, a partir de 1916 e, sobretudo de 1921,²⁵³ Dom Sebastião Leme constituiu-se como um dos principais líderes do episcopado no Brasil, ao lado de Dom Antônio dos Santos Cabral, e também dos bispos de Porto Alegre, Dom João Becker, e de Cuiabá, Dom Aquino Correia.²⁵⁴ Também em 1921 foi escrita, pelo bispo de Mariana, a carta de saudação a Dom Cabral pela criação nova diocese de Belo Horizonte. Percebe-se que a concomitância das datas é indicativa de um esforço coordenado por parte da alta hierarquia eclesiástica no sentido de, através de medidas diferenciadas, reafirmar a relevância da instituição católica para a sociedade brasileira:

Em 1922, três importantes acontecimentos marcam época na vida do país: a celebração da Semana da Arte Moderna em São Paulo, a fundação do Partido Comunista e, principalmente, as comemorações do centenário da Independência. Diante do abalo que sofre a República Velha em suas estruturas, a Igreja passa a reivindicar sua tradicional função de sustentáculo da ordem social.²⁵⁵

Para reassumir esta função de “sustentáculo da ordem social”, a Igreja se fundamenta numa tradição de viés universalizante, na qual se destaca o caráter moralizador. As danças do Reinado, nesta perspectiva, por comportarem danças e cantos, comidas e bebidas, dispostos no espaço público sob a mediação de leigos, deveriam ser substituídas por práticas religiosas orientadas pelo clero e que fortalecessem o cumprimento dos deveres de estado, distribuídos por gênero, ocupação social e estado civil.

A intensificação do contato da Igreja com o Vaticano é comprovada através da inédita participação dos bispos do continente em um Concílio. O I Concílio Plenário Latino-Americano foi convocado por Leão XIII no ano 1899 e teve como principal objetivo a tentativa de adequar a realidade latino-americana ao catolicismo romanizado. Dessa maneira, caminhava-se para uma superação do

²⁵³ No ano de 1916, D. Sebastião Leme, então prelado de Olinda e Recife defende, por meio de *Carta Pastoral* uma união entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica; em 1921, ele é transferido para o Rio de Janeiro para ocupar o posto de arcebispo coadjutor.

²⁵⁴ AZZI, Riolando. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994. p. 26.

²⁵⁵ *Ibidem*. p. 38.

passado colonial caracterizado pela realização de sínodos e concílios locais, os quais demonstravam uma paulatina diferenciação entre a Igreja e a sede do papado.²⁵⁶

Foi determinado pelos decretos do Concílio Latino-Americano que os bispos voltassem se reunir a cada três anos em províncias eclesiásticas para que pudessem discutir a adequação dos preceitos do Concílio às suas dioceses. O cardeal Rampolla²⁵⁷ recomenda que, no Brasil, cada província eclesiástica faça a sua conferência. Dessas reuniões episcopais, resultou a *Carta Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil de 1915*, “uma síntese criativa de normas pastorais, eminentemente prática, destinada, sobretudo, aos párocos”:²⁵⁸

Com algumas modificações e adições exigidas pelo Direito Canônico de 1917, o texto permaneceu a legislação fundamental e o guia pastoral por excelência até o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, em 1939. [...] Apesar do objetivo específico das Conferências trienais – a romanização da Igreja brasileira – os bispos produziram em 1915 um texto com uma dupla vantagem. Primeiramente, não era uma simples transposição das diretrizes romanas à realidade brasileira; em seguida, os bispos procuraram superar os problemas de maneira mais pastoral do que jurídica.²⁵⁹

Tais análises da *Pastoral Coletiva* de 1915 indicam que o novo conceito de tradição encapado pela Igreja Católica no período, embora universalizante, priorizou uma configuração de cunho pragmático, voltada para atuação dos bispos. Este caráter, contudo, não foi totalmente ratificado pelo Vaticano,²⁶⁰ o que evidencia a peculiaridade do catolicismo no Brasil, mesmo num contexto ultramontano.

A *Carta Pastoral Coletiva dos bispos do Brasil*, de 1915, corrobora a valorização eclesiástica da devoção ao Santo Rosário, e mesmo da piedade mariana de forma geral. Na seção dedicada aos cultos, o documento reserva um

²⁵⁶ BEOZZO, José Oscar. Op. Cit. p. 198.

²⁵⁷ Mariano Rampolla del Tindaro foi um cardeal da Igreja Católica que atuou como secretário de Estado da Santa Sé do Papa Leão XIII entre os anos de 1887 e 1903.

²⁵⁸ BEOZZO, José Oscar. Op. Cit. p. 199. O autor esclarece que as províncias do norte do Brasil, com dificuldade de se reunirem, acabaram adotando a mesma pastoral em suas dioceses.

²⁵⁹ GOMES, Francisco José Silva. *Le projet de neo-chrétienté dans le diocèse de Rio de Janeiro de 1869 à 1915*. 1991. Thèse de Doctorat. Université de Toulouse Le Mirail, Histoire, Paris, 1991. p. 839. Tradução nossa.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 839. O autor supõe que o adiamento de um Concílio Nacional até 1939 tenha aí sua origem, além de outros fatores secundários, tais como o declínio da saúde de Arcoverde entre 1915 e 1921 e os embates entre Arcoverde e o cardeal primaz do Brasil, Tomé da Silva.

capítulo exclusivamente para tratar das devoções à Virgem Maria. São tais deliberações as citadas por Dom Antônio dos Santos Cabral em seus diversos avisos dedicados à conferência de um aparato solene ao Mês do Rosário. O bispo da diocese de Belo Horizonte, logo alçada à condição de Arquidiocese, em 1924, publica estas determinações nos anos de 1924 e 1926, sempre em fins de setembro, e invariavelmente instrui aos párocos que recorressem à *Pastoral Coletiva* para auxiliar e esclarecer a importância da devoção junto aos seus fiéis.

Mas o que exatamente a *Pastoral Coletiva* destaca em relação à devoção à Virgem Maria?

Exortamos, portanto, a todos os Revs. Párocos e pregadores que promovam, por todos os meios a seu alcance, a devoção a Maria SSma., e animem e excitam os fiéis a celebrarem, com piedade e veneração especial, as suas festas no decurso do ano, lembrando-lhes que o melhor modo de santificar estas festas é a freqüência dos sacramentos da Penitência e da Comunhão, em todas as solenidades marianas.²⁶¹

A *Pastoral Coletiva* incentiva estas devoções, maiormente através da celebração por meio de festas que tivessem como função primordial a administração dos sacramentos, isto é, uma vivência religiosa efetiva sob o intermédio dos ministros ordenados.

3.2. O Rosário, ao invés do Reinado

Para explicitar os motivos que poderiam justificar a reprovação à festa de Reinado, D. Cabral apenas afirma que já teria apresentado razões suficientes na ocasião do retiro espiritual dos padres. Porém, o mesmo aviso que censura o Reinado, estimula e valoriza a devoção do Santo Rosário. O bispo faz questão de destacar a recomendação de que os fiéis sejam muito bem instruídos pelos párocos a respeito das “vantagens da utilíssima devoção do rosario” e da necessidade de “dar maximo esplendor essa festividade”.²⁶²

²⁶¹ AEAM, *Constituições eclesiásticas do Brasil*. Op. Cit. p. 151.

²⁶² AABH, *Livro Avisos e Mandamentos I*. Aviso nº 5: Proibição da festa chamada Reinado, 10/08/1923. p. 2.

A partir de então, torna-se recorrente que, nos final dos meses de setembro, o bispo reedite o incentivo à devoção do santo Rosário em forma de avisos episcopais. O conteúdo de tais recomendações mostra-se equivalente:

Approximando-se o mez de outubro, em que, segundo a ordem do Santo Padre, em todas as egrejas matrizes cumpre seja recitado o Santissimo Rosario, o Exmo. Sr. Cabral lembra aos Revmos. Srs. Vigarios a obrigação de promoverem de melhor modo possivel as solennidades quotidianas daquelle mês de bençãos e graças extraordinarias. E para que os fieis logrem colher aquelles fructos espirituaes que estão a sua mão pela recitação do Rosario, mister se faz que os Revmos, Vigarios, consoantes as traças de seu zelo esclarecido, anunciem com empenho aquillo que se contem em os numeros 598 e seguintes da Pastoral Colletiva de 1915. Explique-lhes tambem com a maxima clareza p Appendice XXV da mesma Pastoral.²⁶³

Todavia, o interesse do clero em valorizar e difundir o Santo Rosário entre os fiéis brasileiros não data do início do século XX ou mesmo de meados do século XIX, podendo ser verificado desde o início da colonização portuguesa. Desde essa época, à Virgem Maria era tida como a grande protetora dos conquistadores, a serviço dos interesses econômicos das Coroas espanhola e portuguesa. Para os ibéricos, Maria estava alinhada à causa hispânica e lusitana, contra aqueles considerados infiéis, ou seja, as conquistas tinham o significado de “guerras santas”.²⁶⁴

Percebe-se, no caso ibérico, a existência de uma valorização do papel do rei enquanto propagador da fé cristã. O estudo do sebastianismo demonstra como a batalha de Ourique, na qual os portugueses venceram os mouros em 1139, ganhou no século XV uma dimensão milagrosa. O marco militar que inaugurou o reino português passou a ser visto como fundador de uma história sagrada, Portugal teria recebido a confirmação da vontade de Deus para levar a verdadeira fé cristã aos quatro cantos do mundo.²⁶⁵ Em paralelo, as devoções marianas adquiriram centralidade nas terras que compunham a América portuguesa.

²⁶³ AABH, *Livro Avisos e Mandamentos I*. Aviso nº 7: Mez do Rosario, 21/09/1923. p. 3.

²⁶⁴ GEBARA, Ivone; BINGEMER, Maria Clara L. *Maria, mãe de Deus e mãe dos pobres*. Um ensaio a partir da mulher e da América Latina. Petrópolis: Vozes. 1988. p. 149.

²⁶⁵ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coração de rei congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

No início do século XVIII, a arquidiocese do Rio de Janeiro estendia-se até os territórios que posteriormente formaram o bispado de Mariana. O bispo, Dom Frei Antônio de Guadalupe, preocupou-se não apenas em elaborar uma carta pastoral com a recomendação do Santo Rosário, como também ordenou que a publicação do documento fosse reeditada a cada três meses:

Recomendamos muito aos mesmos Parochos que em todas as estações e praticas afervorem aos seus fregueses na devoçam do Rozario, que deyxaram introduzida os Reverendos Missionários e no princípio de cada mez exhortem a que se confessem nelle para ganharem a indulgência plenária que concedeu o nosso Santíssimo Padre Benedicto décimo Tércio, aos que rezarem de joelhos as três Ave-Marias.²⁶⁶

No decorrer do século, o Santo Rosário prossegue como um culto prestigiado e recomendado pela a alta hierarquia eclesiástica. Em 1757, com o bispado de Mariana já constituído, Dom Manoel da Cruz, primeiro bispo da arquidiocese, produz um documento no qual comunica ao Papa o que ele, como prelado, determinou aos párocos para realizarem:

Compete, pois, aos referidos Capelães pregar ao Povo nos Domingos e Festas solenes, dedicar-se assiduamente em explicar o Catecismo à gente simples, fazer a oração mental, recordar os mistérios da Paixão do Senhor e recitar devotamente com os mesmos fiéis as saudações do Rosário Mariano e do Ângelus.²⁶⁷

Através de tais documentos episcopais, nota-se que a recitação do Santo Rosário tornara-se uma recomendação recorrente. Tal forma de devoção mariana é também citada no relato da visita pastoral do Cônego José dos Santos à Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, em 1760:

Terão especial cuidado assim o Rdo. Pároco assim como os Redos Capelães nos dias de Nossa Senhora que forem de preceito exortar a seus fregueses e aplicados para que sejam muito devotos da mesma Senhora, venerando-lhe o seu Ssmo. Rosário, coroa ou terço, insinuando-lhes que fervorosa prática desta devoção mariana é também um dos mais prováveis sinais da nossa predestinação eterna, para cujo efeito lhes lerão, à

²⁶⁶ GUADALUPE, 1727. Apud: RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do arquivo eclesiástico da arquidiocese de Mariana*. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2004. p. 12.

²⁶⁷ CRUZ, 1757. Apud: RODRIGUES, Flávio Carneiro. Op. Cit.

estação da Missa nos ditos dias, um exemplo dos prodígios de Nossa Senhora pelo Catecismo ou outro livro devoto”.²⁶⁸

A partir de meados do século XIX, o fortalecimento dos Estados nacionais provoca uma mudança de sentido na devoção mariana do Santo Rosário, tão conceituada e incentivada pelo alto clero desde a colonização lusitana. Para se compreender este processo de ressignificação é necessário estudar a incorporação, pela cultura católica, de uma série de aparições marianas.

A primeira aparição de Nossa Senhora de Lourdes para a jovem camponesa Bernadette Soubirous foi registrada em 11 de fevereiro de 1858, na gruta de Massabielle, nas proximidades de Lourdes, França. Somente Bernadete via e ouvia a Senhora, entretanto, a notícia da sucessão de aparições (dezoito no total) foi se alastrando progressivamente e o evento passou a atrair pequenas multidões à gruta.

As aparições de Fátima ocorreram anos depois, já no início do século XX. Mais precisamente em 13 de maio de 1917, três crianças, Lúcia de Jesus dos Santos, Francisco Marto e Jacinta Marto que apascentavam um pequeno rebanho na localidade de Cova da Iria, município de Ourém, Portugal, afirmaram ter visto "uma senhora mais branca que o Sol" sobre uma azinheira. Esta aparição se repetiu nos meses seguintes, com exceção de agosto, sempre no dia 13. No mês de outubro, a Senhora teria se identificado como Nossa Senhora do Rosário, e a mensagem transmitida foi uma súplica para que a humanidade rezasse o terço continuamente, a oração do Santo Rosário.

Estas aparições se inserem num contexto em que a Igreja buscava valorizar a devoção mariana, em meio ao embate contra o modernismo e os preceitos liberais burgueses. Em 8 de dezembro de 1854, portanto, quatro anos antes da primeira aparição de Lourdes, o Papa Pio IX, através da Bula "Ineffabilis Deus" já havia proclamado o dogma da Imaculada Conceição, o qual declarou a santidade de Virgem Maria desde o primeiro instante de sua existência. O discurso eclesiástico, dessa forma, adquire tons fatídicos, costumando apresentar como socializante qualquer movimento liberal, mesmo que moderado. Sendo assim, a aparição de Lourdes, tendo ocorrido numa localidade rural, para uma criança pertencente a uma família de camponeses apresenta-se como o contraponto do

²⁶⁸ SANTOS, 1760. Apud: RODRIGUES, Flávio Carneiro. Op. Cit. p. 122.

mundo urbano, que assistia a emergência do Estado Nação: ²⁶⁹ “A situação se repetirá em Fátima quando os três “pastorinhos” recebem mensagens anti-republicanas e anti-comunistas. Novamente, recusa-se o urbano em nome do rural, ignorante, porém fiel”.²⁷⁰

Além disso, nessa sociedade que valorizava a ciência e os preceitos racionalistas, a Igreja passou a preocupar-se também com a comprovação dos milagres. A instituição católica, ao mesmo tempo em que endossa a possibilidade das aparições, não abria mão do controle de sua autenticidade, resguardando-se com uma equipe de peritos, que cumprem o papel de avalistas da cultura moderna, embora subordinada aos princípios teológicos.²⁷¹

O Papa Leão XIII, que ascendeu ao pontificado em 1878, empenhou-se sobremaneira na propagação do culto do Santo Rosário, tendo dedicado uma série de encíclicas sobre o tema.²⁷² O efetivo cumprimento das deliberações do pontífice no território então pertencente à arquidiocese de Mariana tornou-se alvo das preocupações de Dom Silvério Gomes Pimenta, antes mesmo de sua sagração como arcebispo de Mariana. Em uma correspondência de 7 de setembro de 1885, endereçada a Dom Benevides, que como prelado ausentara-se da sede arquiépiscopal provavelmente devido às visitas pastorais, o então vigário-geral descreve a relevância que a Igreja confere à difusão do culto ao Santo Rosário:

Hoje recebemos uma carta do Excia Sr Interno dirigida a V Excia com uma circular da Sr. C. dos Negocios Eclesiásticos [?] mandada em nome de S. S. P. que se celebra com toda a devoção e solenidade a festa do Rosario, e que [?] todo o mes de outubro ate 2 de Novbro se reze o terço e Ladainha nas Igrejas curados etc. Por ser de necessidade publica e com pressa hoje mesmo fiz uma circular em nome de V Excia. em que dou conta della aos Vig. Este e mando que se execute. Logo que estiver impressa, a remetterei a V Excia.²⁷³

A circular apressadamente impressa por Dom Silvério endossa a preocupação do pontífice com a instituição das celebrações no mês de outubro,

²⁶⁹ BENEDETTI, Luiz. A devoção a Nossa Senhora e as transformações sociais. *Vida Pastoral*. Maio-jun. 1985. p. 31.

²⁷⁰ *Ibidem*. p. 32.

²⁷¹ BOUFLET, Joaquim et BOUTRY, Philippe. *Um signe dans le ciel: les apparitions de la Vierge*. Paris: Grasset, 1997. p. 12.

²⁷² Dentre elas: *Supremi Apostolatus Officio* (1 de setembro de 1883), *Superiore Anno* (30 de agosto de 1884) e a *Magnae Dei Matris* (8 de Setembro de 1892).

²⁷³ AEAM, *Correspondência Dom Silvério Gomes Pimenta - Ativa*, Arquivo 4, Gaveta 1, Pasta 7.

acompanhadas pela recitação pública do terço e por procissões em honra a Nossa Senhora do Rosário:

Sua Santidade Leão XIII gloriosamente reinante, renovando este ano o que para os dous annos precedentes foi pelo mesmo Senhor determinado, por decreto da S. C. dos Ritos de 20 de Agosto p. passado que começa: Inter plurimos Apostolicae vigilantce actus, manda e ordena em todas as Igrejas parochias do mundo, e em todos os Oratorios dedicados a SS. Mãe de Deos, e nas mais Igrejas que os Ordinarios a seo arbitrio escolherem, desde o 1 de outubro até o dia 2 de novembro se rezem ao menos cinco décadas do Rosario ou o terço ou a ladainha de N. Senhora.[...] Esforcem-se também a que se fação solemnes procissões do Terço pelas ruas, com toda devoção e ordem, devendo ir os homens, inteiramente separados das mulheres. Os revvds. Vigarios, Curas, Capellães e Pregadores, procurem explicar aos fies a virtude e a efficacia do Sacratíssimo Rozario, e não deixem de exhortar-los a que por uma boa confissão e communhão se apparelhem para lucrar as graças offerecidas pelo Pai Commum dos fieis, para obtermos mãos efficazmente os auxílios que a Igreja e nós havemos mister, e conseguirmos o maior dos bens que é nossa reconciliação com Deos.²⁷⁴

Como indicam as pesquisas historiográficas, o culto mariano representava para a sociedade de fins do século XIX, uma “visão estática da ordem estabelecida, o respeito sacral por essa ordem favorecendo a ideia de uma mudança moral dos indivíduos, não da ordem social vigente”.²⁷⁵ Portanto, a Igreja Católica não almejava uma transformação nas estruturas sociais, mas sim, julgava fundamental empenhar-se em uma reforma dos costumes, e a piedade marial mostrava-se um recurso bastante estratégico neste sentido.

3.3. O pastor, e não a festa

Em paralelo, a devoção ao Rosário mostrava-se indissociável da valorização da autoridade clerical e sua concomitante representação de pastoreio, conforme expresso através da escrita das cartas pastorais. Este tipo de via de comunicação ganha destaque ao permitir que as discussões no interior da Igreja Católica sejam repassadas ao conjunto dos fiéis de forma imediata, pois eram

²⁷⁴ AEAM, *Correspondência Dom Silvério Gomes Pimenta - Ativa*, Arquivo 4, Gaveta 1, Pasta 7.

²⁷⁵ GOMES, Francisco José Silva. Op. Cit. p. 887.

textos impressos nos periódicos, afixados nas igrejas ou mesmo lidos, ao menos em alguns trechos, ao final das missas. As cartas pastorais configuram-se, destarte, em uma excelente fonte de pesquisa para se compreender o conceito de tradição no discurso teológico e pastoral católico do bispo da diocese de Belo Horizonte.

A primeira *Carta Pastoral* do bispo Dom Antônio dos Santos Cabral foi escrita na Páscoa de 1922, mais exatamente em 16 de abril. Neste texto, verifica-se que o bispo buscava associar o seu discurso a uma concepção de verdade, o que implica, de forma subjacente, no fortalecimento do princípio de autoridade. A expressão “verdade” aparece em onze oportunidades ao longo da carta de saudação do bispo. Esta recorrência de uso revela a tentativa, por parte do prelado, em demonstrar que o seu discurso não apenas transmitia, mas se constituía na própria verdade, isto é, deveria refletir a posição da instituição como depositária única das respostas para as inquietações que afligem a humanidade desde seus primórdios:

O mundo vos estente os braços nas vascas de uma efermidade mortal. O mundo soffre profundamente o mal da irreligião. Ampla, immensa e gloriosa missão. *Vos estis luz mundi*, assegura-nos a palavra do Divino Mestre. Não vos arreceieis do falso luzimento de um sciencia que prescindindo do falso luzimento da fonte eterna luz. *Vos estis sal terrae*, accrescenta-vos Jesus. Não temerei pois, o contagio desta extrema corrupção, fucto aprocido deste naturalismo que, na ordem moral e social, será sempre incapaz de saciar o coração do homem do homem, e por isso, o predispõe a venturosa rehabilitaçãi christã. Sim, só Jesus poderá offerecer fundamento solido sobre que se ha de erigir o novo edifício da sociedade rechristianizada.²⁷⁶

A enfermidade mortal a que Dom Cabral se refere está na tentativa de se subtrair a religião da vida moderna, fazendo da ciência depositária da verdade; o prelado também receia uma compreensão do positivismo como a religião da modernidade. Numa *Carta Pastoral* posterior, datada de 1925, Dom Cabral volta-se para a defesa do ensino religioso no sistema educacional brasileiro e, novamente, observa-se a afirmação da religião como única fonte de verdade:

²⁷⁶ AABH, CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta pastoral de Dom Antônio dos Santos Cabral, 1º arcebispo de Belo Horizonte, saudando os seus diocesanos*. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro & C., 1922. p. 25.

Por assim compreender, ella tem derramado, a mãos cheias, sobre os gandes espiritos, sobre os humildes, a larga sementeira dos mais variados conhecimentos humanos. Inconsistente é a argüição da impiedade, inspirada na mais revoltante má fé, acoimando-a de “inimiga systematica das luzes; e haver conspirado sempre contra a instrucção, para manter o povo sob o jugo da supertição.”²⁷⁷

Neste documento, Dom Antônio dos Santos Cabral utiliza-se da história para legitimar a função da Igreja como “mestra dos povos”, citando monumentos históricos, arquivos públicos e o trabalhos de pesquisadores para comprovar a dedicação da instituição católica a esta causa educacional. O trecho mais interessante, todavia, é uma citação do que teria sido afirmado pelo positivista August Comte, na seção “Novos Testemunhos”, que funciona como um reconhecimento, por parte do “inimigo”, de uma missão bem empreendida pela instituição católica: “O proprio Augusto Comte, no seu curso de Philosophia Positiva, proclamou: “A Igreja Catholica foi a propagadora mais efficas do desenvolvimento popular e da intteligencia humana”.²⁷⁸

A escrita de Dom Cabral revela uma concepção de tradição que se propunha instaurar uma suposta volta às origens, refutando as degenerações que porventura houvessem sido posteriormente acrescentadas a este legado. Em paralelo, tal concepção assume contornos morais: para o episcopado, a crise verificada no país era essencialmente ética e, por conseguinte, para reencontrar-se o caminho da ordem e da prosperidade, era necessário um empenho ético, a partir dos preceitos apresentados pela Igreja, e por ela considerados como revelados por Deus. A ordem social, vinculada à defesa dos valores de estado (homens e mulheres/casados e solteiros ou viúvos/diferentes segmentos profissionais) neste caso, deveria ser indissociável da religião:²⁷⁹

Através do contato com as Sagradas Escrituras e sobre o intermédio da Igreja por meio da pregação da divina Palavra, a humanidade poderia aplacar a sua ânsia pela verdade e alcançar a ordem moral e social:

²⁷⁷ AABH, CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta pastoral de Dom Antônio dos Santos Cabral, 1º arcebispo de Belo Horizonte; a Igreja e o Ensino*. Belo Horizonte: Imprensa Diocesana, 1925. p. 5.

²⁷⁸ AABH, CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta pastoral...*, 1925. Op Cit. p. 8.

²⁷⁹ AZZI, Riolando. *A Neocristandade*. Op. Cit. p. 50.

[...] não julgueis dispensáveis os meios soberanamente eficazes e perennemente victoriosos, remontando aos tempos apostólicos: Pregação de divina palavra e sua *documentação*, pelo exemplo de uma vida pura e intacavel. Fallando-se de pregação, já se percebe que se trata de pregar a verdade. Esta não se limita apenas a considerações historicas ou moraes sobre Jesus Christo e sua obra. Isto não bastará para despertar a Fé esclarecida, convicta e sólida, profundamente dessimilhante deste sentimentalismo religioso vago, inconsistente e improductivo, aberto às seduções do erro e da heresia. A pregação de que carecem as almas, proporcionada sempre às intelligencias menos cultas, deverá ser o “mysterio da vida sobrenatural na sua magestosa grandesa.”²⁸⁰

Nota-se, o emprego de novas estratégias pastorais, porém, acopladas a práticas antigas e sólidas, tais como “pregação da divina palavra e o exemplo de uma vida santa”, desde que sob a direção do clero.²⁸¹ De forma simultânea, não aceitando ser limitada às consciências particulares, a Igreja buscou a manutenção de seu poder na esfera pública, privilegiando um setor da população constantemente alijado do cenário político brasileiro:²⁸²

Numa phase em que a sociedade reclama reformas, ao padre cabe estudar-as a clarão dos ensinamentos da Igreja e executal-as sob os moldes do Evangelho. Desprezados e ermados os templos, urge ao Padre procurar, mesmo fora do templo, o contacto com o multidão esquiva e trabalhada de preconceitos. O amor dos pobrezinhos, cujo amigo e defensor deverá ser o Parocho; o carinho e zelo pelas creancinhas, cujos corações innocentes se deixarão facilmente afeiçoar e moldar; o cuidado dos enfermos, sempre sensiveis as consolações de ordem moral, o contacto e as boas maneiras com a juventude, sempre de alma aberta e generosa; o interesse do bem estar moral e material da classe operaria, tão descurada quão mal compreehdida; emfim, a adopção deste programma adaptado às multiplas necessidades do povo e do logar, illuminado, vivificado sempre ao callor da caridade, fortalecido pelo influxo da oração e dos sacrificios pessoases, será capaz, como largamente demonstra a experiencia, de operar maravilhosas e salvadoras transformações.²⁸³

Ora, face à busca da Igreja por uma solução de compromisso com os “marginalizados da nação”, a proibição do Reinado por Dom Cabral poderia significar uma perda para a instituição, já que a festa suscitava uma grande

²⁸⁰ AABH, CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta Pastoral...*, 1922. Op. Cit. p.26.

²⁸¹ AABH, CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta Pastoral...*, 1922. p. 28.

²⁸² ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. Critica ao populismo católico. São Paulo: Kairos, 1979.

²⁸³ AABH, CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta pastoral...*, 1922. p.29.

comoção entre os paroquianos. De forma a evitar este desgaste, o bispo encontrou no estímulo à devoção do Santo Rosário uma alternativa para canalizar um tipo de catolicismo devocional, emotivo e envolvente, em uma prática compatível com a concepção de tradição construída com base nos princípios de ortodoxia doutrinária, religiosidade sacramental e valorização dos deveres de estado. Nesse sentido, as devoções marianas e o seu caráter moralizante, afetivo e piedoso, encaixaram-se perfeitamente aos anseios do bispo:

No SS. Rosário se reúne tudo o que há de mais piedoso e devoto, de mais ascético e sublime na Religião católica; nêle se recitam as orações vocais mais excelentes e mais capazes de mover o coração de Deus, e de enternecer as entranhas de Maria; nêle se encontram as meditações dos principais mistérios do Cristianismo, e nada há mais próximo para estimular a nossa fé, animar a nossa esperança e abrasar nossa caridade para com Deus e para com o próximo.²⁸⁴

Entretanto, a despeito da censura ao Reinado em favor do Santo Rosário constar nas primeiras exortações episcopais de D. Cabral, com destaque ao mencionado aviso que instaura a proibição da festa datar de 10 de agosto de 1923, tais orientações não devem ter surtido o efeito desejado, já que se utilizando das normas da *Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil*, o prelado nota a necessidade de reforçar a sua proibição:

Procurem os Revds. Parochos dar ás festividades religiosas o seu proprio character, eliminando os abusos, como sejam as folias, danças, etc e impeçam o desvio das esmolias recolhidas, a titulo de festas, para profanidades, ou qualquer emprego alheio ao seu proprio destino. Renovando, portanto, o aviso, deseja o exmo. Vigario Geral que os fieis sejam bem instruidos sobre as vantagens da util e piedossima devoção do Santo Rosario de Maria Ilma. Isto é que se deve pregar, e não pode separar-se mais da Familia Brasileira a tradicional pratica de solenisar-se o Mez do Rosario e os dias do anno, rezando-se na igreja ou em casa collectivamente o terço do Maria Santíssima. Espera S. Exa. Revma. cessem de vez os pedidos para se justificarem as danças que outrora abusivamente se introduziam nos actos litúrgicos da festa de N. S. do Rosario.²⁸⁵

As solicitações para a realização da festa devem ter sido relevantes em número e insistência, de forma a justificar a renovação do apelo de Dom Cabral.

²⁸⁴ AEAM, *Constituições eclesiásticas do Brasil*. Op. Cit. p. 152.

²⁸⁵ AABH, *Livro Avisos e Mandamentos I*. Aviso nº 51: As festas do Reinado, 9/10/1926. p. 23.

Além disso, novamente o bispo alia a proibição do Reinado com a recomendação da devoção do Santo Rosário. Contudo, o que mais chama a atenção no aviso episcopal é a referência à *Pastoral Coletiva de 1915*, a qual considera as danças associadas ao Reinado à margem do caráter atribuído às festas religiosas.

A censura eclesiástica, característica da década de 1920, às festividades religiosas associadas aos abusos representados por “folias, danças”, além do indesejável “desvio das esmolas recolhidas, a título de festas, para profanidades, ou qualquer emprego alheio ao seu proprio destino”²⁸⁶ não se restringiu a recém-estabelecida diocese de Belo Horizonte, sob o julgo de Dom Cabral. No *Boletim Eclesiástico* da Arquidiocese de Mariana do mês julho de 1924, assinado por Monsenhor José Silvério Horta, então vigário-geral, observa-se a ratificação de uma categórica ordem de impedimento de festas religiosas de “moralidade duvidosa”, interdição explicitada nas conferências episcopais do ano anterior, ocorrida em Juiz de Fora:

Pouco mais de um ano faz, os Exmos. E Revmos Senhores Arcebispos e Bispos da Província Eclesiástica de Mariana, reunidos em conferências episcopais na cidade de Juiz de Fora, entre muitas providências de sumo alcance na administração de suas Arquidioceses, decretaram a proibição terminante de festas religiosas e de caridade que servissem de pretexto a jogos profanos e ilícitos, jogos de azar, danças e divertimentos, enfim, de moralidade duvidosa. Sabemos que em uma ou outra freguesia não se extirparam ainda de todo os inveterados costumes condemnados neste *canon* das RESOLUÇÕES EPISCOPAIS.²⁸⁷

Novamente verifica-se a dificuldade dos prelados no aniquilamento de tais práticas, notadamente imbricadas na vivência paroquial das localidades mineiras. Neste trecho, o que mais chama atenção, porém, é a correlação tecida entre a ocorrência das festas religiosas com os tais “jogos profanos e ilícitos”, numa alusão, além das rechaçadas danças, também aos “jogos de azar”, vícios igualmente condenados e combatidos pela hierarquia da instituição católica no período, os quais, muitas vezes, associavam-se a um acentuado consumo de álcool, conformação bastante comum à realização dos festejos de Reinado.

²⁸⁶ AABH, *Livro Avisos e Mandamentos I*. Aviso nº 51: As festas do Reinado, 9/10/1926. p. 23.

²⁸⁷ *Boletim Eclesiástico*. Festas e jogos proibidos. 15/07/1924, p.155.

Dom Cabral, em um *Aviso Episcopal* de 1925, que procurava disciplinar os entornos de suas visitas pastorais, oferece mais um exemplo de sua restrição a solenidades religiosas pautadas por “manifestações ruidosas”, ou seja, aspectos exteriores que, em sua visão, além de representarem despesas onerosas, desviariam o foco dos fiéis para o que realmente deveria ser ressaltado, a vivência da verdadeira doutrina cristã:

Consoante ás praxes já observadas nas Visitas Pastoraes, chama a atenção dos Revmos. Vigários o Exmo. Arcebispo para o que em tempo estabeleceu, não permitindo festas, banquetes nem outras manifestações ruidosas, que possam determinar despesas immoderadas, sem maior proveito espiritual. Muito particulamente encarece dos Revmos. Vigários que instruem seus parochianos, annunciando-lhes as inestimaveis mercês que lhe estão reservadas pela Vista Pastoral, convenientemente compreendida e executada. Por isso, desde o inicio dos trabalhos da Visita, deverá inspirar nas localidades o maior recolhimento, o espirito de oração, a assídua assistencia aos piedosos exercicios. Não sendo tolerados, de modo algum, folgança, dissipação e profanidades, que só poderiam servir para frustrar o exito da santa visita.²⁸⁸

O prelado publica sua terceira *Carta Pastoral* no ano de 1927, momento em que já lhe era possível fazer um primeiro balanço acerca dos males que afligiam a sua Arquidiocese, bem como estratégias que deveria adotar e propagar entre os clérigos para saná-los. Como afirma Dom Cabral, as “Determinações” contidas na pastoral “não eram novas, nem exclusivas, nem exauridas”,²⁸⁹ no sentido de maciçamente trabalhadas. A carta constitui-se, dessa forma, como um manual de conteúdo programático, construída inclusive sob tal formato, cujo objetivo é o de para acompanhar e resguardar o andamento das paróquias. A tendência de censura ao Reinado se confirma, além da lamentação pelo fato de que suas recomendações anteriores não tenham sido suficientes para eliminar a prática por completo:

Lamentamos que não tenham ainda desaparcido totalmente os chamados “reinados” ou “congados” que põem quasi sempre uma nota humilhante nas festas religiosas. São particularmente

²⁸⁸ AABH. *Livro Avisos e Mandamentos I*. Aviso nº 30: Visita pastoral, 22/04/1925. p. 13.

²⁸⁹ AABH, CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta pastoral do episcopado da provincia eclesiástica de Belo Horizonte, promulgando as determinações das Conferências Episcopais de 1927*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927.

dignos de reprovação, quando não tais *reinados* intervêm nas procissões ou nas funções da igreja, pretendendo até distncções litúrgicas. Ainda mesmo que não se verifiquem taes abusos essas danças são indesejáveis, porque se prolongam, por tempo excessivo obrigando os dançantes a beber em demasia, donde se originam as consequencias de costume.²⁹⁰

O documento corrobora o *Aviso Episcopal* de 1926 no que diz respeito à condenação aos festejos do Reinado, sobretudo por seu não enquadramento à ortodoxia litúrgica tradicional, o que o episcopado considerava um abuso. O que a escrita do bispo revela, seja sob a forma de avisos episcopais ou cartas pastorais, é a reprovação não exatamente à manifestação religiosa de culto a Nossa Senhora do Rosário em si mesma, mas sim a tais “deturpações”, como as danças do Reinado, que sempre vinham acompanhadas por farto consumo de bebida e comida. Na visão da Igreja, todo este panorama era incompatível com o princípio de deveres de estado, notadamente no espaço religioso e público, e, sobretudo, com o papel de autoridade moral a ser desempenhado pelo clero.

O conceito de tradição no discurso de Dom Cabral preconizava, portanto, a exclusão de um uso do corpo considerado abusivamente desordenado ou mesmo lascivo. A dimensão corpórea precisaria ser incorporada de forma eminentemente simbólica e velada: vestes recatadas, gestos contidos e reverentes, pouco ou nada de comida e bebida, ou de homens e mulheres demasiadamente misturados. Desde então, os véus das associações femininas, as fitas dos apostolados e congregações, as procissões culminando na figura do padre e mesmo na presença do Santíssimo Sacramento é que dariam a tônica das festas religiosas católicas. Sobre tal orientação de austeridade, o bispo também discorre na *Carta Pastoral* de 1927, imediatamente antes de sua alusão ao impedimento dos reinados:

Lembramos aos Revmos. Sacerdotes que não é licito administrar os Sacramentos a pessoas immodestamente vestidas. [...] Exija-se também traje modesto para as madrinhas que levam afilladas à recepção de qualquer sacramento. Ao menos para se confessarem e commungarem, tenham as senhoras a cabeça coberta (Past. Coll. Pág. 453). Recommendamos aos Revmos. Vigarios que sejam firmes em impedir a profanação dos sacramentos pela immodestia da

²⁹⁰ AABH, CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta pastoral do episcopado da provincia eclesiástica de Belo Horizonte, promulgando as determinações das Conferências Episcopais de 1927*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927. p. 9.

moda, munindo-se sempre, porém, de grande prudencia e delicadeza.²⁹¹

A tradição mantinha-se, mas bem mais normatizada e fiscalizada do que nos períodos antecedentes. Norteadas por tal prescrição, para assegurar o acatamento de suas hierarquias institucionais, a instituição católica irá se preocupar em restringir, ou, melhor dizendo, controlar a participação dos leigos, por isso a adoção da estratégia de substituição das confrarias por associações de piedade integradas na rede paroquial. De acordo com José Oscar Beozzo, a partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica empenha-se na propagação das associações religiosas sob os moldes franceses (Conferências de São Vicente de Paulo, Apostolado da Oração, as Congregações Marianas, as duas últimas sob a direção dos jesuítas), em substituição às antigas irmandades luso-brasileiras, submetidas, então, à hierarquia clerical.²⁹²

As irmandades poderiam subsistir, desde que mantidas sob o vigilante controle do episcopado. Com isso, o estímulo às devoções, sempre imbricadas à prática sacramental, era preservado, já que tais grupos comumente dedicavam-se a organizar procissões, novenas, enfim, uma gama de expressões de piedade, como se pode atestar através de outro apontamento da *Pastoral Coletiva*:

Afim de honrar a SS. Virgem no mais glorioso dos seus mistérios, o da Imaculada Conceição, e preservar a juventude dos extravios a que muitas vezes é arrastada pelas paixões, envidem os Revs. Párcos todo o esforço para fundar em suas paróquias e fomentar as Associações ligadas á especial devoção de N. Senhora, principalmente as Confrarias do SS. Rosário, da Imaculada Conceição e do Carmo.²⁹³

A participação das confrarias nas solenidades do mês do Rosário era estimulada, desde que a Igreja se mantivesse no controle das atividades. A problemática em torno do Reinado, dessa forma, também se deu em âmbito político: as lideranças do Reinado eram leigas, e atuavam de forma paralela à autoridade do clero. Emblemática, neste sentido, é a correspondência enviada à Cúria Eclesiástica de Mariana, em 1915:

²⁹¹ AABH, CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta pastoral do episcopado da província eclesiástica de Belo Horizonte, promulgando as determinações das Conferências Episcopais de 1927*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927. p. 9.

²⁹² BEOZZO, José Oscar. Op. Cit. p. 211.

²⁹³ AEAM, *Constituições eclesiásticas do Brasil*. Op. Cit. p. 154.

Campo Bello, 13 de agosto de 1919. Exmo. Rvmo. Monsenhor Horta. Pax Christi. Venho por meio desta pedir à V. Excia. um conselho. Existem aqui em Campo Bello duas irmandades de N. As. do Rosário, irmandades estas irregulares visto não terem estatutos. Entre estas duas irmandades reinam grandes animosidades, partidos contrários em política. Há tempos, isto é, na permanência d meu antecessor nesta paróquia, por questões, uma das aludidas irmandades fez entrega ao vigário do cofre completamente vazio e com um desfalque enorme. A outra irmandade resolveu então tornar sobre si a direção da Igreja do Rosário, mandando consertá-la e adquirindo para a mesma um sino, que benzi com a licença devida do Exmo. Sr. Arcebispo. Em maio esta referida irmandade pediu-me para fazer a festa da S.S. Virgem no dia 13, festa esta que é acompanhada da tal dança do Congado ou Reinado geralmente chamado. Apesar de relutar contra esta festa fora do tempo, como estava novato na paróquia ,acabei cedendo, proibindo entretanto as danças na igreja e que para o ano não consentiria mais a festa fora do tempo. Em Mariana, me esqueci de conversar a este respeito com o Exmo. Arcebispo. Agora, a outra irmandade movida sempre pela rivalidade política, quer à força fazer a outra festa brevemente, com o tal Congado etc., verdadeira patifaria. Eu já disse que não faço a festa nem permito que outro padre faça, pois sei perfeitamente de sujeitos que aproveitam-se dessa festa. Em vista de tal situação e verdadeira anarquia, peço a V. Excia. sua opinião e digo que sem uma ordem escrita da autoridade competente eu não faço festa. Desconfio que a irmandade vai officiar à Cúria e é o momento oportuno para unir estas duas irmandades, pois é uma desordem e perigo para a paróquia. Aguardando com urgência a sua resposta, peço abençoar-me. Servo em J. C. Pe. Homem Borges.²⁹⁴

Esta correspondência foi endereçada a Monsenhor José Silvério Horta, que na ocasião ocupava o cargo de vigário-geral da arquidiocese de Mariana. Nela, o pároco do município de Campo Belo questiona a regularidade canônica das irmandades de Nossa Senhora do Rosário, pelo fato destes grupos não possuírem estatuto, embora não se posicione frontalmente contra sua existência. O maior motivo de irritação e censura do padre diz respeito às animosidades provocadas por rivalidades políticas no município, que abarcavam inclusive a realização do Reinado, tornado objeto de disputa entre as irmandades. Daí que a sua permissão “fora do tempo” ocasionou um acirramento dos conflitos, seguido pela recusa do pároco em autorizar novamente a festa.

Este sacerdote achou necessário legitimar sua recusa em celebrar novamente a festa organizada pela outra irmandade e, para tanto, recorreu à

²⁹⁴ AEAM, *Correspondência Monsenhor Horta*, Arquivo 4, Gaveta 2.

autoridade arquidiocesana. A correspondência corrobora a hipótese de que no episcopado de Dom Silvério, não obstante não terem sido emitidas diretrizes a respeito da realização do Reinado, já se observava a condenação aos mesmos elementos que suscitaram a proibição do bispo Dom Cabral, dentre os quais a relação tecida entre a festa e o desregramento moral e corporal, bem como a necessidade de se controlar a participação dos leigos no comando de atividades eclesiais.

O conceito universalista de tradição, que não descartava as festas religiosas empreendidas desde os tempos coloniais (como as celebrações de Nossa Senhora do Rosário), aos poucos ia retirando dos leigos e das práticas intermediárias entre o templo e a rua todo seu protagonismo. Tal perspectiva era também veiculada pela imprensa católica da diocese de Belo Horizonte, fundada por Dom Cabral em 1923:

No dia 08 de abril de 1923, os esforços de Dom Cabral e dos leigos militantes de Belo Horizonte resultaram na circulação do jornal *O Horizonte*, órgão oficial do Conselho de Imprensa da diocese de Belo Horizonte. O periódico, ainda nascido na primeira fase da imprensa da capital mineira, aparentava feições modestas, com mais artigos do que noticiários. Adotando uma linha declaradamente católica, o jornal era marcado pelo seu teor combativo presente nos textos doutrinários.²⁹⁵

Desta maneira, era comum encontrar em jornais católicos algumas notas sobre a realização de festas religiosas, sobretudo na capital do Estado. Dentre tais manifestações, destacavam-se aquelas organizadas pelas congregações marianas, especialmente as solenidades ocorridas no mês de maio, período que os católicos dedicam à Virgem Maria. Estas associações também protagonizam a preparação de novenas em honra a Nossa Senhora do Rosário, especialmente após o primeiro aviso episcopal de Dom Cabral no tocante à proibição do Reinado. O documento, inclusive, foi publicado no jornal em 10 de agosto de 1923, mesma data em que foi assinado pelo padre João Rodrigues de Oliveira, vigário-geral da diocese, numa tentativa de divulgar a censura da autoridade eclesiástica aos festejos. Em setembro do mesmo ano, foi então emitido um aviso de estímulo às solenidades

²⁹⁵ OLIVEIRA, Ramiro Barboza. *O conservadorismo católico na imprensa de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930 – os jornais O Horizonte e O Diário (1923-1937)*. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del Rei, 2010. p. 18.

do mês do Rosário, também publicado em *O Horizonte*, nota-se que esta era uma prática comum para a divulgação das deliberações episcopais.

Já em outubro de 1923, observa-se a publicação da nota intitulada *Homenagens da Congregação Mariana a N. S. do Rosário*:

A Congregação Mariana promove para os dias 23 a 31 deste, na Igreja Coração de Jesus, uma novena em honra de N. S. do Rosário. O programma deste tributo à Virgem está inteligentemente traçado despertando, sem dúvida, o interesse de todas as almas piedosas. Os actos deverão começar ás 19 horas, havendo sermão todos os dias pelos seguintes sacerdotes, especialmente convidados para este fim [...]. No ultimo dia falara s. excia. revma. D. Cabral sobre o thema: A salvação da mocidade por Maria. A Congregação Mariana convida, insistentemente, a União de Moços Catholicos, as exmas famílias e os jovens em geral, para se associarem ás homenagens que a mocidade tributa a Rainha do Céu.²⁹⁶

A presença do bispo da arquidiocese no encerramento dos eventos e, sobretudo, o tema escolhido para sua explanação são reveladores do empenho de Dom Cabral na difusão do culto do Santo Rosário especialmente entre o segmento jovem de sua arquidiocese.

Outra nota a respeito da Congregação Mariana de Belo Horizonte, publicada alguns dias depois do encerramento das solenidades do mês do Rosário, em novembro de 1923, atesta o sucesso e a mobilização popular provocados pelas celebrações:

Revestiu-se de muita pompa o novenário promovido por essa pia associação em honra A N. S. do Rosário, na igreja do S. Coração de Jesus. Raras vezes temos a alegria de assistir festejos tão attentes e tão refertos de unção religiosa quanto esses que esses jovens catholicos acabam de tributar numa homenagem filial á exelsa Rainha dos Ceos. A concurrencia de fiéis áquele tempo cresceu dia para dia, já se notando visivelmente nos actos a estreiteza do recinto. Numerosas famílias, cavalheiros da melhor sociedade, jovens, meninos e velhos associaram-se a esta demonstração de fé, com que a Congregação Mariana fez a sua melhor apologia. [...] A diretoria da Congregação Mariana manda por nosso intermedio os seus sinceros agradecimentos ao exmo. Sr. Bispo, pelo

²⁹⁶ *O Horizonte*, Belo Horizonte: 20/10/1923. Todos os exemplares do jornal *O Horizonte* utilizados no presente trabalho compõe o acervo da Coleção Linhares Digital da Escola de Ciência da Informação e da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Disponível em <<http://linhares.eci.ufmg.br>>, acesso em 10 de maio de 2011.

carinho de sua honrosa presença a todas as homenagens que a mocidade prestou à Virgem Celeste.²⁹⁷

A “honrosa presença” de Dom Cabral representa a aprovação da autoridade eclesiástica no que tange ao caráter das solenidades, as quais o bispo considerava fazer parte da ortodoxia católica.

A nova concepção de tradição encapada pela Igreja Católica no início do século XX encontrou nas devoções marianas, especialmente no culto a Nossa Senhora do Rosário, a simbologia religiosa capaz de realçar a valorização do clero e uma leitura ahistórica da tradição, exatamente o que a instituição buscava para se contrapor aos novos rumos políticos e filosóficos que guiavam a modernidade.

3.4. E a cultura religiosa de Itapecerica?

A análise do discurso eclesiástico empreendida até aqui privilegiou as deliberações da alta hierarquia do clero sobre as festas religiosas, em especial o Reinado. Todavia, no plano das relações locais, uma série de fatores se entrecruzavam e tornavam as relações entre párocos e fiéis bastante dinâmicas e complexas, as quais não poderiam se resumir na simples imposição seguida do acatamento das premissas determinadas pelos bispos.

No tocante à década de 1920, quando Itapecerica passou a pertencer à nova diocese de Belo Horizonte, o primeiro *Livro de Tombo* da paróquia de São Bento apresenta informações bem esparsas e incompletas, não havendo sequer um registro das proibições da festa de Reinado. No período, a prática de se narrar o cotidiano religioso através deste documento ainda não estava suficientemente cristalizada e nem era fiscalizada pelas instâncias da Cúria. Somente a partir da década de 1930 é possível encontrar uma sistematicidade na disponibilização de informações paroquiais nestes livros, que, de qualquer forma, dependia sobremaneira da condução de cada pároco.

Assim, a chegada do padre José Medeiros Leite, no início de 1934, representou uma guinada no caráter desta documentação. A partir de então, o pároco passa a empenhar-se no registro de cada evento que julgava relevante. A

²⁹⁷ *O Horizonte*, Belo Horizonte: 04/11/1923.

substituição do clérigo responsável pela paróquia foi justificada da seguinte maneira por seu antecessor, Monsenhor Vicente Soares:

Por determinação do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, sigo amanhã para B. Horizonte, via Pitanguy. Sendo bem trabalhosa esta paróquia de Itapecerica, e não dispondo eu das forças requeridas, D. Antônio prefere que os meus serviços sejam doravante no Seminário do C. E. de Jesus, em Belo Horizonte.²⁹⁸

Infelizmente, Monsenhor Vicente não forneceu maiores detalhes do que se trataria, em sua concepção, de uma paróquia “bem trabalhosa”.

José Medeiros Leite possuía estreitos laços com Dom Cabral, provavelmente antes mesmo dele se tornar arcebispo de Belo Horizonte. Este clérigo é natural do município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, sendo que a arquidiocese de Natal, sua capital, foi dirigida pelo próprio Dom Antônio dos Santos Cabral antes de sua transferência para terras mineiras. José Medeiros iniciou seus estudos sacerdotais no Seminário da Imaculada Conceição, em João Pessoa, tendo passado em seguida para o Seminário São Pedro, em Natal, e tornado-se o primeiro aluno desta instituição fundada pelo então bispo, Dom Cabral. Na ocasião da transferência de Dom Cabral para Belo Horizonte, José Medeiros também se mudou para a cidade e matriculou-se no do Seminário do Coração Eucarístico de Jesus, onde terminou seus estudos e recebeu a unção sacerdotal. Em seguida, “[...] exerceu os seguintes cargos: Capelão do Asilo Bom Pastor em Belo Horizonte, Vigário da Paróquia de Santa Efigênia dos Militares, além de ser Secretário-Particular do Arcebispo, Professor no Seminário e Diretor de *O Horizonte*, primeiro jornal católico da capital mineira e antecessor de *O Diário*”.²⁹⁹

A experiência de formação sacerdotal do padre José Medeiros Leite e sua trajetória atrelada à proximidade com o bispo Dom Cabral aproxima-se do denominado “espírito de corporação clerical”:

Nos seminários, os estudantes tinham que adquirir antes de tudo o espírito da corporação clerical. [...] Não se aprofundam os

²⁹⁸ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 14v.

²⁹⁹ BARBOSA, Constantino; MOREIRA, Padre Gil Antônio. *História Eclesiástica de Itapecerica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984. p. 50.

aspectos questionáveis do catolicismo. Ele tem que ser aceito em bloco, pois constitui, em sua coesão, a melhor garantia de coesão para o mundo em que vivemos. [...] Esse catolicismo de “reta doutrina” deita raízes no modo com a hierarquia concebia igreja e cristianismo na Idade Média, isto é, como uma sociedade perfeita (uma corporação perfeita, diríamos hoje).³⁰⁰

Na memória local de Itapecerica, o padre José Medeiros Leite possui posição de relevo, tendo seu nome sido selecionado para batizar a praça principal, no epicentro da cidade. Tal conjectura talvez se explique também pelo fato de ter sido no município que o clérigo teve uma atuação paroquial merecedora de sua elevação a bispo, na ocasião do estabelecimento da nova diocese de Oliveira, já em meados da década de 1940. A figura do religioso está associada a uma trajetória de grande incentivo e assistência ao hospital da cidade, a Santa Casa de Misericórdia de Itapecerica. Sobre este respeito, há uma citação no *Livro de Tombo* em 1939:

Esta cidade recebeu, festivamente, as Irmãs Baptistinas, que vieram da Itália, para servir na Santa Casa de Misericórdia. São 5 religiosas da Congregação de São João Baptista. Apesar do adiantado da hora, com que o trem chegou, 23,30 horas, a população da cidade estava na praça da estação para receber as religiosas que desembarcaram sob palmas e flôres, tocando a banda de música de Nossa Senhora das Dores. Recebidos os primeiros cumprimentos das autoridades locais, precedidos do Tiro de Guerra, as religiosas Baptistidas se dirigiram para a Santa Casa, acompanhados do povo e da banda de musica. Antes de dar a entrada no hospital, congratulei-me com o povo e apresentei as boas vindas as Irmãs, que foram muito ovacionadas. As Irmãs Baptistinas são as primeiras que se instalaram no Brasil e na America do Sul. A Congregação de São João Baptista conta numerosas casas de educação e assistencia hospitalar na Itália e na America do Norte. Esta assim realizada a antiga aspiração do povo itapecericano.³⁰¹

O período em que José Medeiros Leite foi secretário particular de Dom Cabral coincide com a data de emissão de alguns avisos episcopais de exortação à realização de solenidades do mês do Rosário; o detalhe preponderante, entretanto, é a assinatura do clérigo como secretário interino do Arcebispado na reedição do aviso de proibição das festas de Reinado, datado de 9 de outubro de 1926.

³⁰⁰ HOORNAERT, Eduardo. *O cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 141-142.

³⁰¹ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939.p. 96v-97.

Em decorrência, é cabível supor que o comentário proferido por Monsenhor Vicente Soares, afirmando ser a paróquia de Itapecerica – que gozava de importância estratégica, sendo antiga e tradicional, além de deter alto índice de consagração sacerdotal – um espaço “bastante trabalhoso”, indica a importância de seu enquadramento às diretrizes pastorais preconizadas por D. Cabral. Na elaboração do mapa anual da paróquia em 1931, o pároco Vicente Soares apenas menciona, no item dedicado ao alistamento de “varias Seitas, escolas acatholicas, protestantes, etc”, que, “não consta existirem, havendo apenas esparsos, há um ou outro adepto, felizmente.”³⁰² Neste aspecto, cresce ainda mais a especulação sobre o que deveria estar no cerne das preocupações do bispo Dom Antônio dos Santos Cabral, em relação à paróquia de São Bento do Itapecerica.

Um importante indício da natureza de tais apreensões episcopais trata-se do bilhete que o prelado envia, em 1932, ao delegado de polícia de Belo Horizonte, mencionando a cidade de Itapecerica como um dos locais onde a festa se mantinha, a despeito do empenho diocesano em extingui-la, requerendo, portanto, auxílio na repressão ao Reinado. Solicitação que a autoridade policial replica, argumentando que não seria lícito operar na coibição de tais práticas, e sim, apenas em sua fiscalização.³⁰³

Outro mapeamento, este já composto pelo padre José Medeiros Leite no fim de 1934, seu primeiro ano de paróquia em Itapecerica, fornece pistas do que deveria incomodar as autoridades eclesiásticas no local, em especial nas anotações integrantes da seção reservada às hipotéticas seitas:

Felizmente a parochia não possui nenhum templo protestante, e os protestantes que por acaso existam, não mantem o culto nem escolas dominicaes. Quanto aos centros espiritas tambem não existem e os poucos espiritas que aqui residem, não fazem propriamente propaganda. Os maçons são poucos e não possuem nenhuma loja. Vício Dominante: - jogo e bebida.³⁰⁴

³⁰² APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], *Livros de Tombo I da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1913-1931. p. 39v.

³⁰³ LEONEL, Guilherme Guimarães. *Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões na Festas de Reinado* (Divinópolis/MG). 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. p. 72.

³⁰⁴ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 27v.

Como no quadro paroquial composto pelo Monsenhor Vicente Soares em 1931, sublinha-se a inexistência da preocupação do vigário José Medeiros Leite com a presença de cultos protestantes ou espíritas, de igual modo se dando no caso da maçonaria. Os “vícios dominantes” advertidos em Itapecerica, porém, “jogo e bebida”, estão intrinsecamente relacionados ao acontecimento de tradicionais festividades religiosas, entre as quais o Reinado.

Tais manifestações configuravam-se como um evento religioso, cuja realização se imbricava à ocorrência dos “jogos de azar” a que se refere o vigário-geral da arquidiocese de Mariana, Monsenhor Horta, no *Boletim Eclesiástico* de 1924, tratando-os como um divertimento de “moralidade duvidosa”, práticas caracterizadas pelo concomitante consumo de bebida alcoólica.³⁰⁵ A existência de vícios tão condenados pela Igreja na localidade deve ter sido bastante problemática, suscitando um esforço normatizador por parte da Arquidiocese de Belo Horizonte, aventando-se, inclusive, a possibilidade de uma associação entre o desígnio de José Medeiros Leite como pároco local, sacerdote de comprovada proximidade com o bispo, porque não dizer, homem de confiança de Dom Cabral, e a intenção prioritária de se enquadrar os paroquianos de Itapecerica em uma vivência religiosa fundamentada nos sacramentos, na qual a preocupação com o aniquilamento dos festejos de Reinado torna-se capital.

Nesta perspectiva, é de grande relevância para o vigário José Medeiros Leite impor uma sistematicidade nos registros da vida paroquial do município, até mesmo para facilitar seu empenho rumo à concentração da vivência religiosa local em torno de sua figura hierárquica, e a consequente restrição do papel dos leigos. Para a obtenção de sucesso nessa empreitada, era essencial introduzir as associações religiosas na dinâmica paroquial, mas sob os padrões franceses, em substituição às antigas confrarias luso-brasileiras,³⁰⁶ protagonistas da vivência do catolicismo nos tempos coloniais e ilustres agenciadoras dos festejos de Reinado. Dentre as agremiações que contavam com a instituição católica no período, as Conferências de São Vicente parecem se destacar na vida comunitária de Itapecerica, conjuntura já observada no paroquiato do Monsenhor Vicente Soares:

³⁰⁵ *Boletim Eclesiástico*. Festas e jogos proibidos. 15/07/1924, p.155.

³⁰⁶ BEOZZO, José Oscar. Op. Cit. p. 211.

Deus abençoou a ideia e tornou-se em realidade consoladora a fundação de uma Vila Vicentina nesta cidade, sob o patrocínio de S. Vicente de Paulo e S. José. A Prefeitura Municipal fez doação à Conferência de S. Bento de uma casa com a área de terrenos suficientes, para o dito [?], nos Ingás. [...] A Conferência mais antiga de B. Bento, gosando de personalidade jurídica, recebeu a escriptura pública de doação, assignada pelo Actual Prefeito Municipal, Dr. João Baptista de Proença [...] de accordo com o decreto da Prefeitura, n. 36, de 27 de setembro de 1932. [...] São pois, em número de 4 as casas dos pobres, já construídas. Aqui devo consignar, com toda a justiça, que o Sr. Egydio Luiz Cerqueira tem sido o maior realizador e propulsor da Villa Vicentina. Já tem elaborado o seu Regimento Interno para a mesma que, em 7 de janeiro, entrante vae receber a Bençã da Santa Igreja entre júbilos e festas brilhantes.³⁰⁷

A Conferência Vicentina sediada na Matriz de São Bento foi premiada pela prefeitura municipal com a doação de um terreno para que pudesse comandar, e, assim, centralizar prováveis auxílios para a construção de uma vila de casas para os segmentos mais necessitados do município. No primeiro mapa anual da paróquia elaborado pelo padre José Medeiros Leite, no fim de 1934, igualmente, é possível comprovar a importância de tais conferências, presentes, inclusive, na capela do Rosário, com data de fundação registrada em agosto de 1934, logo, tendo provavelmente, contado com o envolvimento do vigário.

Tal mapeamento se ressalta pela minuciosidade com que o clérigo busca descrever as associações religiosas existentes no local. Percebe-se um esforço de sistematização, evidenciado na exposição do número de membros e nas datas do surgimento desses grêmios, bem como em suas datas de “agregação”, que deve se referir ao momento em que foram integrados à organização paroquial. Além desses indicativos de controle, nota-se ainda, a especificação do movimento financeiro de tais entidades. De fato, a chegada de padre José Medeiros Leite representou o endurecimento clerical em vista à centralização das atividades religiosas cotidianas na paróquia de São Bento, conjectura compatível com a tendência no período, de reverência à rígida ordem hierárquica institucional da Igreja Católica.³⁰⁸

Um bom exemplo de tal conformação é a referência à “Venerável Ordem Terceira de São Francisco”. De acordo com o alistamento, a associação religiosa

³⁰⁷ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 11v-12.

³⁰⁸ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 29.

“mantem sua sede na tradicional igreja de Santo Antônio”³⁰⁹, e a comprovação de seu antigo realce está no fato de sua capela sede, nos dias atuais, conquanto tenha como padroeiro o mencionado santo, é conhecida em Itapecerica como “Igreja de São Francisco”, muito provavelmente numa alusão à antiga confraria. Neste caso, pode ser constatada a submissão da irmandade ao controle eclesiástico, com a enumeração pelo pároco de sua receita, e despesas. No quadro, existe ainda uma citação à outra confraria, a do Santíssimo Sacramento, fundada no longínquo ano de 1851, no entanto, padre José Medeiros Leite esclarece em nota que “a irmandade, cêrca de um anno, não tem funcionado”.³¹⁰

Acerca da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, não há, nos *Livros de Tombo* da paróquia de São Bento, sequer uma referência. Após sua ata de fundação, de 1818, em toda documentação investigada, o único registro localizado foi em um artigo de *O Natal*, do ano de 1920, sugerindo a concentração dos festejos de Reinado em torno da irmandade, por meio da coleta das doações dos fiéis, “do solio, armado junto a meza, assistem suas majestades à entrega de jóias e esmolas dos numerosos devotos à Meza da Irmandade do Rosário”.³¹¹ Não se pode afirmar o que teria acontecido à confraria dos pretos, neste meio tempo.

Sabe-se, através do bilhete de 1932, que o Reinado ainda tinha seu lugar na paróquia na ocasião, mas não se pode precisar se ainda era agenciado por tal entidade. O que se pode aferir, por meio do quadro paroquial de 1934, traçado pelo padre José Medeiros Leite, é que a única associação religiosa sediada na capela do Rosário era a Conferência Vicentina, presente também em outras igrejas da localidade, e, no caso do templo do Rosário, surgida contemporaneamente á chegada do vigário, sendo, por conseguinte, impossível tecer quaisquer relações entre tal conferência e a antiga irmandade. Mesmo no panfleto programático que celebra a “volta” da festa em 1948, alude-se à “Comissão reorganizadora do Reinado de N. S. do Rosario”, sob o comando do “consagrado Capitão Mor Sr. José Gomes Filho”³¹², não havendo, assim, nenhuma menção à confraria. A

³⁰⁹ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 29v.

³¹⁰ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 29.

³¹¹ JÚNIOR. Bento Ernesto. Itapecerica. *O Natal*, Passos, dez. 1920. S/N. p. 2.

³¹² Acervo particular de Inesília Luzia Silva (Preta), neta de José Gomes Filho. *Folheto de Divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica*. Itapecerica, setembro de 1948.

ausência de livros que registrassem o cotidiano da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, nos seus tempos áureos, desautorizam a tentativa de esclarecer o seu provável envolvimento com a organização e promoção das festas de Reinado em Itapecerica.

Como constatado, desde o início do paróquiato de José Medeiros Leite na cidade, os registros de sua atuação contidos no *Livro de Tombo* se realçam pela afinidade com as diretrizes episcopais impostas pelo arcebispo. É sobre este prisma, também, que se explica a veiculação, em plano local, de uma impressão desfavorável à imprensa laica, considerada espaço de expressão contrário aos “principios de nossa Fé, e catholicos mineiros”, além do simultâneo amparo à iniciativa de Dom Cabral de se proceder a sedimentação de um público-alvo para o estabelecimento de um jornal católico de circulação diária, “que mantivesse a defesa do catolicismo em seu conteúdo, mas que apresentasse uma forma condizente com a nova imprensa dos anos 30”.³¹³

Norteadado por tal propósito, padre José Medeiros Leite torna-se objeto de uma publicação no igualmente católico *O Horizonte*, em julho de 1934, órgão em que havia ocupado anteriormente a função de diretor, cujo imponente título foi, “A campanha contra a má imprensa, o edificante movimento em favor do nosso *O Diário*”, artigo devidamente copiado e assim registrado no *Livro de Tombo* paroquial:

Repercutiu dolorosamente no nosso meio a campanha injusta e sectaria, dos “Diários Associados” e “Correio Mineiro”, contra os principios de nossa Fé, e catholicos mineiros. Agora chegou a hora feliz, oportuna e desejada. De há muito aneiamos pelo nosso diário; é uma aspiração em franca realidade, que vae ser a maior vitória catholica em Minas, nos ultimos tempos. Graças a Deus, despertamos do sonno e da indiferença e apathia em que jazíamos há longos annos!... Cerrando fileiras ao lado de nosso abnegado vigário Padre José Medeiros Leite, estamos em franca campanha em prol de “O Diário” e esperamos com o auxilio divino, apresentar resultado feliz de nossa empreza. Aqui a repulsa contra os maus jornaes foi geral. Os catholicos verdadeiros deste nome negam todo o apoio e demonstram o mal estar que lhes invade a alma por acções, desasombradas, como sejam; devolvendo as suas assignaturas, de protesto, ou deixam de adquiri-los aos agentes locaes. Podemos mesmo asseverar, ao que sabemos, que não ha em nosso meio uma só voz favoravel aos inimigos que, arrependidos, ja nos imploram

³¹³ OLIVEIRA, Ramiro Barboza. Op. Cit. p. 18.

perdão! O plano pratico traçado pelo Revmo. Vigario já por si impõem pela viabilidade de exito certo e seguro. Todas as associações religiosas estão em preces permanentes e triduos de comunhão freqüente. Por Christo Rei! iremos até o fim e não desfaleceremos nas difficuldades ou excusas apresentadas por catholicos que não nos comprehendam ou pretendam viver uma vida commoda ou indifferente . Já estamos no terreno das realizações As acções são tomadas com rara facilidade e seu número já sobe a 143. Na primeira semana será realizada uma grande reunião com a presença dos principaes elementos representativos da nossa sociedade para o definitivo plano da colocação das acções em toda parochia. Causa mesmo entusiasmo a solidariedade hypothecada por todos os catholicos de Itapecerica ao Padre José Medeiros Leite, admirador da causa da imprensa catholica.³¹⁴

O “abnegado vigário”, padre José Medeiros Leite, merece ter seu desempenho frente à paróquia de São Bento outra vez ressaltado nas páginas de *O Horizonte*, em dezembro do mesmo ano, 1934, por meio de referências elogiosas às vultosas contribuições arrecadadas na cidade, inclusive, com a citação nominal dos paroquianos que auxiliaram na bem-sucedida empreitada da Arquidiocese rumo à fundação de um periódico católico de circulação diária, episódio merecedor de novo apontamento no *Livro de Tombo*:

Itapecerica, a gloriosa e progressista cidade da Oeste recebeu com indisfarçavel alegria a noticia do lançamento do “O Diário”. Todos se regosijaram. Dentro em pouco, teriam o seu orgam. Uma folha que interprete fielmente o pensamento do povo, que o deffenda, que o encaminhe para o bem. E esse orgam será o diario. Dentro em breve, estará visitando todos os lares mineiros os sagrados lares das nossas famílias catholicas. Itapecerica contribuiu brilhantemente para a formação do capital inicial da “Boa Imprensa S. A.”, sociedade que editará “O Diário”. Quando da visita do Revmo. Sr. Padre Vicente Maria Cornelio Borges, Missionário da Boa Imprensa, foram subscriptas 36 acções (cada ação 200 réis). Isto é a prova da catholicidade do grande povo de Itapecerica. Elle sabe ver o mal da imprensa dissolvente. E deseja que se ponha um antidoto a todos os males. E esse antidoto será “O Diário”, orgam para o qual os itapecericanos prestaram e irão prestar incalculavel valor.³¹⁵

³¹⁴ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 18-18v.

³¹⁵ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 21-21v.

Ainda em 1934, no mês agosto, verifica-se outra nota no *Livro de Tombo*, a qual se mostra bastante útil para se dimensionar a importância do culto a Nossa Senhora do Rosário na localidade. O registro trata da “Festa do Padroeiro S. Bento”:

Como nos demais annos anteriores realizou-se o novenario sollene, de accordo com a tradicção que transferiu esta festa para o dia 15 de agosto. Durante o novenario cada associação prestou homenagem com missa festiva e comunhão geral. Notei frieza e até mesmo indiferença por parte do povo à festa de S. Bento, pela falta de uma verdadeira devoção bem cultivada e compreendida. Entretanto, o apello comprehendida aos meus parochianos surtiu algum effeito, principalmente entre as almas de bôa vontade. No dia 15, houve missa solenne, sermão, procissão e Te Deum.³¹⁶

O pároco demonstra certa frustração com o marasmo atestado na solenidade religiosa de homenagem ao santo padroeiro da localidade. Por outro lado, no mês de maio, foi possível localizar uma nota que evidencia qual o caráter ambicionado para as festividades religiosas no período. Trata-se do registro das comemorações do segundo aniversário da Congregação Mariana da paróquia, associação religiosa comprovadamente valorizada e incentivada pela arquidiocese de Belo Horizonte:

Realizaram-se neste domingo 19 de maio em nossa Matriz, diversas comemorações religiosas pela passagem do 2 aniversário da Congregação Mariana de Moços. Semelhante acontecimento deve ser registrado como de grande significado social. Nos tempos de hoje e de negação, vemos a mocidade inteiramente divorciada dos preceitos divinos e da familia. Por isso qualquer iniciativa em prol do futuro desta mesma mocidade será bem recebida pela Parochia. Entre associações de moços destaca-se a C. Mariana. A nossa juventude precisa ser formada e educada sob bases solidas e christas. Entre estes predicados há um que deve ser o apanagio do moço catholico: Fé intrepida em respeito humano. Assim vimos naquelle domingo, um punhado de jovens de nossa melhor sociedade, salientando-se entre os demais fieis pela sua attitude de piedade e respeito, trazendo, sobre seus hombros a simpathica fita azul de N. Senhora. [...] Á noite, por occasião do mez mariano, o congregado Higyno R. Mesquita, em voz alta, fez o acto de consagração a Nossa Senhora. Foi esta a parte mais tocante de todas as solennidades, porque feriu de perto o nosso sentimento

³¹⁶ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 18v.

de Fé e elevou bem alto o exemplo que todos nossos jovens devem seguir, como a melhor campanha de saneamento moral e espiritual em nossos dias.³¹⁷

Já no fim de 1935, o pároco José Medeiros Leite apresenta demonstrações de que seus esforços para disseminar a devoção a São Bento no local, bem como no sentido de se imputar uma nova feição às festividades religiosas – fundamentando-as na plena vivência sacramental, por meio da prática de rezas, novenas e orações coletivas pelo “saneamento moral e espiritual em nossos dias” – começam a surtir o efeito aspirado:

Por motivo de minha ausencia da sede parochial em cumprimento de um dever de familia e de outros de força maior, só em outubro, realisou-se o novenario de S. Bento [?] padroeiro da Parochia. Este revestiu-se das mesmas solennidades dos annos anteriores, destacando-se com nota particular de interesse collectivo e religioso, as bellas conferencias apologeticas destinadas aos homens; pronunciadas pelo Revmo. Padre Alvaro Negromonte, d. d. vigario da nossa cathedral Metropolitana. O movimento espiritual eucharistico foi bastante consolador; todas as associações parochiaes tributaram homenagens especiaes e fizeram cruzadas de orações pellos peccadores mais endurecidos da parochias.³¹⁸

Em contraposição à aludida apatia dos paroquianos no tocante às celebrações em honra ao santo padroeiro da cidade, atitude que o vigário atribui à ausência de um autêntico e bem arraigado culto, em dezembro de 1935, padre José Medeiros dá início a uma série de registros das atividades anuais dos “piedosos exercicios do Santo Rosario”, ocorridos “com devoção em nossa matriz e nas capellas do Rosario, na cidade e nas de Lamounier e Taquara”³¹⁹, isto é, nos distritos e localidades rurais pertencentes aos domínios da paróquia de São Bento do Itapecerica, nos quais o bispo igualmente cita a persistência dos festejos do Reinado no bilhete ao comissário de polícia, em 1932.³²⁰

A difusão do culto mariano nas dioceses do Brasil a partir dos anos 1920, para tornar-se bem-sucedida frente às distintas camadas sociais, deveria apropria-

³¹⁷ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 32v-33.

³¹⁸ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 41.

³¹⁹ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 41v.

³²⁰ LEONEL, Guilherme Guimarães. Op. Cit. p. 72.

se de elementos de práticas religiosas locais. Uma tradição que absolutizasse o universal seria pastoralmente inviável e os clérigos responsáveis pelas paróquias não deviam estar alheios a tal exigência:

A hierarquia eclesiástica atua nesse período numa atitude ambivalente com relação ao catolicismo popular. No âmbito interno da Igreja, esse tipo de fé é considerado eivado de superstição, ignorância e fanatismo e, por conseguinte, precisa ser enquadrado dentro dos parâmetros do catolicismo tridentino. Em suas correlações com o governo, porém, a hierarquia insiste na tecla de que a fé católica é um elemento constitutivo da tradição do povo brasileiro; por conseguinte, o poder político deve acatar a atuação da Igreja na sociedade, pois ela representa diante do Estado, a força das camadas populares. Se, por um lado, o episcopado procura estabelecer limites bem definidos para as expressões da religião popular, por outro, passa a tolerar essa mesma crença popular como instrumento de pressão junto ao poder público, para obter a satisfação das reivindicações da instituição eclesiástica.³²¹

A incorporação de elementos peculiares ao catolicismo no Brasil, muitas vezes de traços coloniais, foi um dos fatores a favorecer a empreitada de implantação do modelo romano. Na diocese de Belo Horizonte, este processo de adequação da tradição universalizante passou pela dúplice e apenas aparentemente paradoxal postura de coerção das festas de Reinado e incentivo às rezas marianas – notadamente o Santo Rosário –, profundamente enraizadas numa cultura mais do que centenária.

Os conturbados anos 1920 apresentam-se como um período na qual o modelo ultramontano e a concepção universalizante da tradição ainda mantinham-se como hegemônicos no seio da Igreja brasileira. Entretanto, na ocasião, se assiste a concomitante emergência de um modelo patriótico de catolicismo, no qual a tradição, apesar de romana, inclui mais concretamente as tessituras locais. Afinal, a associação histórica entre a religião católica e a sociedade brasileira era basilar para o projeto da Neocrisandade, que consistia na retomada do prestígio e influência política da Igreja, enfraquecidos desde o fim do sistema de padroado.

Postula-se que, neste novo molde de pronúncia patriótica para o catolicismo, delimitado por uma relação mais aguda do episcopado nacional com o Estado, se constata semelhante orientação para o controle clerical sobre as

³²¹ AZZI, Riolando. *A Neocrisandade*. Op. Cit. p. 101.

festividades religiosas, mesmo na vigência de outro momento eclesiológico, a chamada Neocrisandade. Logo, a tal apropriação de elementos das práticas religiosas locais, nos domínios da arquidiocese de Belo Horizonte, não significou uma conjuntura mais favorável aos festejos de Reinado.

Para atingir o tão sonhado objetivo de retomada de prestígio junto ao Estado, as medidas tomadas pela cúpula do episcopado nacional, a qual o arcebispo Dom Antônio dos Santos Cabral pode ser citado como ilustre membro, devem ser estrategicamente planejadas. Em 1930, o Papa Pio XI proclama à Virgem Aparecida padroeira do Brasil, realizando uma solicitação dos preladados. Um ano depois, Dom Sebastião Leme, promovido ao posto de cardeal, se empenha na realização da Semana da Padroeira do Brasil, de 24 a 31 de maio, no Rio de Janeiro e também na inauguração, no mês de outubro, da estátua do Cristo Redentor. A evocação de Nossa Senhora da Aparecida, devoção de origem colonial, poderia não representar o mesmo apelo político dos cultos de Lourdes ou Fátima, mas seria suficientemente mobilizante para expressar a penetração da Igreja nos mais diversos grupos sociais.³²²

Na Arquidiocese de Belo Horizonte, também podem ser percebidos sinais indicativos da efetiva transição de um entendimento do catolicismo que privilegia uma leitura universalizante da tradição, para a incidência de um novo arquétipo, de acento patriótico, que abarca os interstícios locais. Um destes indícios é a cópia no *Livro de Tombo* da paróquia de Itapecerica, pelo padre José Medeiros Leite, da emblemática “Oração do Congresso Eucarístico”, assinada pelo próprio arcebispo, em janeiro de 1936, evento nacional sediado na capital mineira em setembro do mesmo ano.

Coração Eucarístico de Jesus, nas incertezas da hora presente, o Brasil vae realizar o seu segundo Congresso Eucarístico Nacional. A nossa Patria esta reclamando de nós um apostolado salvador de nossa nacionalidade. Nós queremos, então, que esse Congresso, movimento o mais espontaneo e patriotico da alma do Brasil seja o apostolado decisivo pela conquista integral dos direitos sagrados de Deus sobre o nosso povo. Para isto, Coração Divino, abençoe os trabalhos do Congresso; enchei de luz os congressistas que hão de defender as theses da vossa soberania sobre o coração de todos os brasileiros. Desperta e em todo o pais, de norte a sul, um

³²² Ibidem. p. 101; DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX. *Estudos Cebrap*, 12, abr. jun. 1975. p. 14.

interesse entusiástico em torno desse certamente de fé afim de que, mais uma vez, se evidencie que o Brasil é vosso. E no dia de vosso triunfo, na procissão Eucarística, fazei um dos vossos milagres: iluminae os cegos obstinados que não querem ver a verdadeira causa de nossos males. Que eles iluminados vejam que somente vós podeis salvar o Brasil, porque o Brasil não ficará tranquilo enquanto não for inteiramente vosso.³²³

Percebe-se nesta oração assinada por Dom Cabral, um esforço do arcebispo para se enfatizar uma intrínseca relação entre a instituição católica e a “salvação” do país, além do empenho em arrogar ao Congresso do episcopado nacional, notável conotação patriótica, e até mesmo a função de despertar e associar o espírito de amor à pátria no Brasil, à atuação da Igreja. Aproveitando o ensejo, o arcebispo ainda ressalta a ocasião como uma oportunidade de ratificar a “soberania” da religião católica “sobre o coração de todos os brasileiros”.

Parece que a escolha da capital mineira para receber o II Congresso Eucarístico, em setembro de 1936, teve grandes repercussões no âmbito da Arquidiocese de Belo Horizonte. Seguindo à risca as determinações de Dom Cabral, padre José Medeiros Leite se prontifica a comandar o preparo de um evento de motivações similares, sediado na paróquia de São Bento, mas de alcance regional, na medida em que envolvia as paróquias vizinhas das localidades de Camacho, Cláudio, Gonçalves Ferreira, Pedra do Indaiá, Marilândia e São Sebastião do Curral. O sacerdote ocupa a presidência da organização do “Congresso Eucarístico Regional de Itapeçerica”, chefiando as diversas comissões que se reuniam quinzenalmente na casa paroquial, entre os meses de abril e junho de 1936. Finalmente, entre os dias 22 e 29 de junho de 1936, a conferência tem lugar na paróquia, tornando-se objeto de detalhada delimitação no *Livro de Tombo*.³²⁴

Primeiramente, evidencia-se a preocupação do vigário em evidenciar a mobilização comunitária suscitada pelo encontro religioso, que contou com a presença de diversas autoridades civis e religiosas, dentre elas, o prefeito municipal, Lincoln da Luz Ribeiro, o juiz de direito da comarca, Oswaldo Abritta, além do padre Álvaro Negromonte, destacado orador da época, presença constante

³²³ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapeçerica*. Itapeçerica, 1931-1939. p. 50v-51.

³²⁴ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapeçerica*. Itapeçerica, 1931-1939. p. 54v.

em eventos religiosos de Itapecerica. Padre José Medeiros Leite faz questão de ressaltar o “crescente entusiasmo de nosso povo” e o “ânimo popular perfeitamente integrado com espírito de Congresso”.³²⁵ O trecho que mais chama atenção no *Livro de Tombo*, no entanto, é o relato da procissão do evento:

Rematando as homenagens prestadas a Jesus Eucharístico realizou-se a tarde soleníssima procissão, na qual tomaram parte todas as autoridades religiosas, civis e ecclesiásticas além do comparecimento das associações e delegações religiosas. Viam-se diversas bandeiras com inscrições patrióticas de louvores a Jesus Hostia, a Igreja, a Religião e a Pátria. Estes disticos causaram agradável surpresa a grande massa de povo, que respeitosa, desfilava pelas principaes ruas da cidade, caprichosamente armadas de galhardetes, escudos, bandeiras pontificias e nacionais. [...] Terminadas as funcções religiosas, toda multidão acompanhou-me à Praça da Matriz e ahi foi feita imponente manifestação de apreço ao Santo Padre glorioso reinante, Pio IX. O Dr. Oscar Mendes, subindo à tribuna, discorreu brilhantemente entre applausos, sobre a personalidade do Pontifice actual, por espaço de 30 minutos. Esta peça oratória deixou profunda impressão.³²⁶

Tal narrativa se destaca por oferecer um curioso contraponto entre o caráter patriótico imbuído no catolicismo no período, o qual se constata, foi capaz de alcançar a paróquia de São Bento, com a simultânea reverência á universalidade representada pela Santa Sé, por meio do discurso que se constituiu como uma “manifestação de apreço ao Santo Padre glorioso reinante, Pio IX”, fala que enceta favorável impressão no vigário local. Assim como na “Oração do Congresso Eucarístico” elaborada por Dom Cabral, no relato do cortejo religioso do “Congresso Eucarístico Regional de Itapecerica”, nota-se a ênfase em conceitos como “Igreja”, “Religião” e “Pátria”, inclusive com a menção a observância de estandartes com “inscrições patrióticas”, além de “bandeiras pontificias e nacionais”.

Por meio da realização e pormenorizada descrição de tal encontro, afirma-se que a feição patriótica do catolicismo atingiu a conjuntura local da paróquia da cidade de Itapecerica. Todavia, como o historiador Riolando Azzi afinaça, nota-se uma marcante vinculação entre o pensamento romanista e o do episcopado, já que

³²⁵ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 55v.

³²⁶ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. 57-57v.

os preladados eram nomeados pelo Vaticano tendo em vista sua lealdade às premissas romanas.³²⁷ Assim, postula-se que a inclinação patriótica do catolicismo no período não deve ser confundida com um efetivo rompimento com a tradição romana, ou um afastamento do episcopado nacional das diretrizes da Santa Sé, o que se busca enfatizar aqui, é uma leitura da tradição com uma tendência mais agregadora à inclusão das configurações locais, postura que se mostrava adequada e favorável para o projeto da Igreja Católica de reaproximação e retomada de crédito junto ao Estado.

Mesmo no circunscrito espaço da paróquia de São Bento podem-se notar exemplos de cotejamento entre membros do clero e do poder público, uma espécie de política de boa vizinhança que, sobretudo na esfera local, poderia trazer benefícios a ambos representantes de tais instituições. Neste sentido, o realce da presença de autoridades civis por parte do vigário José Medeiros Leite ganha relevância, assim como também devia ser do interesse de tais figuras, prestigiar e associar sua imagem ao encontro religioso promovido pelo sacerdote. É sobre esta perspectiva que se explica a exposição do pároco local no tocante ao discurso proferido pelo prefeito de Itapecerica, Lincoln da Luz Ribeiro, no encerramento do congresso: “referiu-se elle as conquistas catholicas alcançadas actualmente pelo Brasil e se congratulava em nome do Municipio com o vigario e o povo pelo exito extraordinário de nosso Congresso”.³²⁸

Ainda em 1936, sob o título de “Festa do Rosário”, foi localizado o primeiro registro que menciona nominalmente os festejos do Reinado, enfatizando-se a ausência sua prática no plano local. Cabe ressaltar que a menção é copiada entre aspas e, após nota descritiva semelhante, a respeito do “Dia de Finados”, têm-se à inscrição “da ‘Gazeta Liberal, de 07/11/936’”, a datação de 19 de novembro do mesmo ano e assinatura do pároco. Segundo obra memorialística da cidade, a *Gazeta Liberal* foi uma publicação jornalística existente em Itapecerica entre 1930 e 1948, que não contou, infelizmente, com qualquer tipo de preservação.³²⁹

³²⁷ AZZI, Riolando. *A Neocrisandade*. Op. Cit. p. 47.

³²⁸ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 57v.

³²⁹ ARAÚJO. Célia Lamounier de. *Itapecerica*. Antologia n. 1. Itapecerica: CMC – Consórcio mineiro de comunicação LTDA, 1993. p. 97.

Attendendo a insistentes pedidos e renovados apellos, o Revmo. Sr. Padre José Medeiros Leite, Vigario desta Parochia, realisou a festa do Rosario, segundo as normas da Pastoral Collectiva. Estas solennidades satisfizeram plenamente aos verdadeiros devotos de N. Senhora do Rosario, que tiveram a oportunidade de manifestar a sua alegria por este acontecimento religioso. Deste modo foram evitados as inconveniencias e exageros das danças exóticas do Reinado. A missa festiva das 10 horas celebrada naquella Igreja e a procissão levada a effeito á tarde tiveram enorme concurrencia de povo. Foram proclamadas nove festeiras para as festividades do ano de 1937.³³⁰

Verifica-se o quão importante e tradicional era a festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário na paróquia de São Bento. A estratégia de Dom Cabral de enfatizar o culto do Santo Rosário concomitantemente ao seu esforço de aniquilar as “danças exóticas do Reinado” foi muito bem amparada pelo padre José Medeiros Leite em Itapecerica. O pároco deve ter notado que a devoção a Nossa Senhora do Rosário estava bem difundida na localidade, bem como o hábito de se realizar manifestações em louvor á santa, optando, então, por uma estratégia que aliava o estímulo à recitação cotidiana do terço com a manutenção da festa do Rosário, mas precavendo-se na realização de tais celebrações em afinidade com as normas da *Pastoral Coletiva de 1915*. Tanto que Santo Rosário de Maria é celebrado com efusão na paróquia em todo o mês de outubro até os dias de hoje, com a presença de orações, rezas coletivas, novenas, procissão religiosa e barraquinhas com a renda integralmente revertida para a Igreja.

Assim, padre José Medeiros Leite pôde gratificar os fiéis, que almejavam um culto com contornos emotivos, de grande potencial simbólico e mobilização comunitária, evitando, contudo, que se observassem os excessos do Reinado, isto é, as práticas de jogos de azar e o abusivo consumo de comida e bebida, além do exotismo e lascividade das danças. Ainda mais se tratando de uma paróquia na qual os vícios relacionados aos excessos proporcionados por prazeres demasiadamente mundanos já haviam sido registrados como objeto de preocupação do clérigo.

Transcorridos apenas quatro anos entre o registro da manutenção do Reinado em Itapecerica e seus entornos – promulgado pelo próprio Dom Cabral no bilhete ao delegado da capital mineira em 1932 – e a afirmativa do então

³³⁰ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 64v.

vigário da paróquia, José Medeiros Leite, de que a realização da bem-quista Festa do Rosário em 1936 na cidade, foi condicionada à ausência das “inconveniências e exageros das danças exóticas do Reinado”, pode-se aferir que a atuação local do pároco intimamente afinado com as premissas do bispo, foi fator peremptório para que o clero pudesse comemorar o cobiçado golpe fatal nos remotos compromissos rituais do Reinado na paróquia de São Bento do Itapecerica.

Outro dado interessante localizado no *Livro de Tombo* foi, em 10 de outubro de 1937, a cópia da Encíclica “Ingravescentibus malis”, na qual o Papa Pio XI exorta o Santo Rosário. A prática de se transcrever encíclicas papais nos Livros de Tombo era razoavelmente rotineira, porém, as opções por determinadas cartas a serem copiadas em detrimento de outras, são reveladoras das preocupações mais caras aos padres, seja em termos da necessidade de cada paróquia, seja em função das inquietações que os clérigos julgavam prioritárias. A última citação direta do Reinado no *Livro de Tombo*, em 1938, demonstra que a propagada supressão dos festejos não teria se dado sem que houvessem reações negativas na cidade, de protesto por parte de seus participantes e/ou admiradores:

Realisamos com fervor e piedosamente os mezes do Rosario e das Almas, praticas tão recommendadas pela santa Igreja. O mez do Santissimo Rosario foi realizado a noite, em nossa Matriz. Para encerra-lo, effectuou-se um triduo festivo na Igreja de Nossa Senhora do Rosario; e foram observadas as prescrições recommendadas pela Pastoral Colectiva. O movimento espiritual foi grande e confortador. As communhões subiram a 4.586. Graças a Deus, o mal-fadado Reinado não nos tem feito falta... apesar das investidas de seus apreciadores.³³¹

Portanto, o “o mal-fadado Reinado” assiste a emergência de uma conjuntura nacional positiva, somente a partir do final dos anos 1940 e início dos 1950, com a notada ascensão dos movimentos folclóricos de valorização de uma cultura tipicamente nacional, os quais, sendo associados à uma conjuntura local que foi capaz de lhe reunir contornos igualmente favoráveis em Itapecerica, pôde voltar a ser encenado no âmbito do espaço público da cidade, no ano de 1948. Tais singularidades serão assunto das páginas que se seguem, no capítulo seguinte.

³³¹ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939.p. 86v.

CAPÍTULO 4

Uma tradição híbrida: o “consagrado capitão-mor José Gomes Filho”

A historicidade dos festejos de Reinado no município de Itapecerica é perpassada, nos anos 1940, pela trajetória de uma liderança comunitária leiga, a quem foram atribuídos destacados poderes taumaturgos: o capitão-mor José Gomes Filho. Tais particularidades contribuem para evidenciar que o cenário local não esteve privado de uma defesa da festa por parte de agentes dotados de relevância na vida social do município. Tais desdobramentos, a partir do início da década de 1940, serão abordados no presente capítulo, que procede à recapitulação das mudanças que incidiram sobre o Reinado no contexto na paróquia de São Bento, buscando articulá-las com as nuances do percurso biográfico de José Gomes Filho, cuja supremacia local, fundamentada em poderes curatórios, contrapunha-se às prerrogativas da graça sacramental e do exercício do ministério ordenado apregoados pela hierarquia eclesiástica da Igreja Católica.

4.1. Conjuntura paroquial dos anos 1940:

Às vésperas do início da década de 1940, mais especificamente em outubro de 1938, encontra-se um registro no *Livro de Tombo II* da paróquia de São Bento do Itapecerica, tocante à organização de um evento religioso de ocorrência simultânea às celebrações eclesiásticas do mês do Rosário, a chamada “Semana Social da Ação Católica”, que visava à instituição local de um núcleo de atividades da Ação Católica. Tal episódio guarda intrínsecas relações com o período eclesiológico marcado pelo empenho da Igreja na consolidação de um novo papel de destaque na sociedade brasileira, traduzido especialmente em uma forte aliança com o poder público. Sobre o modelo da Neocristandade, cujo apogeu teria se dado entre 1930 e 1945, período do governo Vargas, o brasilianista Scott Mainwaring relata:

A Igreja permaneceu politicamente conservadora, e pregava a hierarquia e a ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da Neocrisandade se diferenciavam das anteriores. Assim conseguia o que se percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo. Através do modelo da Neocrisandade, a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade. [...] Por volta dos anos 1930, a instituição havia revertido sua decadência. O Vaticano encorajou os esforços da Igreja brasileira para fortalecer sua presença na sociedade, especialmente durante o Papado de Pio XI (1922-1939), cuja visão da Igreja e da política aproximava-se à de Dom Sebastião Leme. Sob Pio XI, os movimentos da Ação Católica tornaram-se peça-chave dentro da Igreja.³³²

Neste sentido, apregoa-se que o período é assinalado por uma postura mais ofensiva da Igreja, tanto no ataque ao que considerava maléfico para a sociedade, devendo, portanto ser extirpado, como, por exemplo, a proliferação de cultos não católicos ou práticas que de alguma forma ameaçassem sua rigorosa ordem hierárquica, como também na defesa de alguns dos bastiões da doutrina católica, tais como o ensino religioso. No âmbito local da paróquia de São Bento do Itapecerica, o esforço de instauração da Ação Católica representava uma das frentes de batalha encampadas em direção ao fortalecimento da presença católica no seio das comunidades brasileiras, como era preconizado pelo Papa Pio XI e pela Arquidiocese de Belo Horizonte:

Para que todas as parochias do Arcebispado produzissem uma organização completa de Acção Catholica, e, em obediencia aos constantes appelos do Santo Padre XI, o Exmo. Sr. Arcebispo Antonio dos Santos Cabral, determinou que durante o corrente anno, 5 das principaes parochias do Arcebispado, fundassem os seus nucleos de A.C. [...] As cidades distinguidas pelo zelo do Sr. Arcebispo foram: Oliveira, Para de Minas, Pitanguy, Campo Bello e Itapecerica.³³³

Os propósitos do prelado da capital mineira, Dom Antônio dos Santos Cabral, no que diz respeito ao evento fundador da Ação Católica nestas localidades – orientações devidamente enumeradas pelo pároco José Medeiros

³³² MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 43.

³³³ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p. 84v.

Leite –, privilegiavam a formação de uma elite católica atuante nas paróquias, notadamente dedicada na defesa de pontos chave para o catolicismo no período:

1- Formação de uma elite, componente de diversos elementos dos sodalícios parochiaes e catholicos praticantes não pertencentes a estas sociedades. 2- Esta elite orientada pelas normas do catecismo do Padre Ortiz. 3- Concluindo o curso para ambos os sexos, realização de assembleias geraes, à noite com a participação das autoridades locais e de toda a paróquia 4- O programma diario obedecerá: - Pela manhã, missas e communhões geraes; circulos de estudos, pela manhã e a tarde; à noite, sessão solenne. 5- O pensamento central que deve dominar o plano da A. C. é o de formação moral, religiosa e apostolar. 6- De vez em quando, as organizações remeterão os relatorios, historiando suas actividades nos circulos de estudos e nos trabalhos de apostolado. O nosso programma official prehencheu plenamente as nossas necessidades.³³⁴

Uma curiosa coincidência de nomes marca a constituição desta elite. Ao alistar os participantes da “Junta Parochial”, comissão que colaborou na organização da “Semana Social da Acção Católica”, padre José Medeiros Leite cita, ocupando o posto de secretário, um tal Severo Rios Corrêa. Ora, o redator de *O Natal*, Hilarino Moraes também menciona um certo Severo Rios em 1925, na coluna em forma de epístola a seu companheiro Bento Ernesto Júnior, ao comentar sua visita a Itapecerica, na ocasião das festividades natalinas, quando a cidade era palco dos compromissos rituais do Reinado.

Tal alusão faz referência a uma propaganda decadência dos festejos em relação aos tempos de menino do autor, ao realçar a ausência de figuras tradicionalmente envolvidas com o Reinado, “não mais de via alli a esbelta figura do Capitão Caraólho, a direcção do Vicente do Barreiro, [...] a água-imperial do Severo Rios”,³³⁵ o que pode indicar que Severo Rios não mais estaria presente no Reinado em 1925. Esta recorrência de nomes, embora possa não reportar-se ao mesmo indivíduo, suscita a cogitação de que Hilarino Moraes esteja referindo-se ao mesmo cidadão ou há algum parente seu que, em 1938, encabeçava um movimento para a formação de uma elite católica local, tão salutar para o episcopado do bispo de Belo Horizonte.

³³⁴ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939.p. 84v.

³³⁵ MORAES, Hilarino. Carta a Bento Ernesto Júnior. *O Natal*, Passos, dez. 1925. S/n. p. 9.

Considerar a possibilidade de um agente ter, ao mesmo tempo, destacada atuação nos festejos de Reinado na década de 1920 e relevante papel no processo de instituição de um braço regional da Ação Católica em Itapecerica em 1938, compondo, assim, a elite católica da cidade, não parece uma possibilidade fora de questão, haja vista o relevo social conferido a tais festividades na conjuntura religiosa do início do século XX. Como o discurso enunciado na revista *O Natal* ilustra, o Reinado no município suscitava uma gama de impressões e significados que não se reduziam à cortante reprovação da hierarquia clerical. Aventa-se a hipótese, então, de que mesmo no seio desta elite católica endossada por Dom Cabral, possa ter havido partidários do Reinado, já que, como o próprio vigário local informa neste mesmo ano de 1938, a defesa da festa não esteve privada de “investidas de seus apreciadores”,³³⁶ os quais, silenciosamente ou não, comemoraram a volta do folguedo, exatos 10 anos depois.

Na virada da década de 1930 para a década de 1940, entretanto, parece não ter havido espaço para uma defesa frontal das festas de Reinado que fosse capaz de obter vitórias expressivas, em uma paróquia exemplarmente comandada pelo padre José Medeiros Leite. O paróquiato do vigário era tão louvável que mereceu nova menção elogiosa na imprensa católica da capital, a respeito da fundação do núcleo local da Ação Católica, nota registrada no *Livro de Tombo*, em novembro de 1938, logo em seguida à descrição da ocorrência do evento:

Homenagem do “O Diario” - Em adesão aos nossos trabalhos, o “O Diario” offereceu-nos uma brilhante pagina de collaboração, toda illustração, na qual historiou a vida religiosa da Parochia. Tudo correu na mais intima familiaridade e paz, proporcionando-nos brilhante exito a maior gloria de Deus. Que Christo Rei imprima às nossas organizações vida nova, litúrgica, eucarística e apostolar, e para santificação das almas a mim confiadas . Em conclusão: N. Senhor abençoou os nosso esforços, proporcionando-nos momentos agradaveis de santa alegria christã. Houve interesse, boa vontade e recta intenção.³³⁷

Padre José Medeiros Leite inaugura as anotações no *Livro de Tombo III* da paróquia de São Bento de Itapecerica, já em 1940, referindo-se à aprovação do

³³⁶ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939.p. 86v.

³³⁷ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939. p.86.

arcebispo Dom Cabral ao plano traçado pelo sacerdote de ativo estabelecimento da Ação Católica no município. Sob o título de “Programma da A. Catholica e sua influencia junto as Associações Parochiaes – Anno de 1940,” o clérigo dá início a um minucioso alistamento das medidas a serem implantadas na paróquia: “reorganização dos quadros; Curso extensivo junto as associações; Circulos de estudos; Catecismo de adultos; Paschoras de todas as classes.” Tais iniciativas podem ser sintetizadas em um esforço de ampliação no número de integrantes nas associações religiosas da cidade (inclusive na organização “Amigos de O Diário”), que deveria ser acompanhada pelo estímulo do catecismo nas escolas e da “Difusão da Bôa Leitura”.³³⁸

Concomitantemente a este empenho na implantação das prerrogativas da Ação Católica, a conjuntura paroquial em Itapecerica no período parece constituir-se cenário fecundo de adversidades, como relata padre José Medeiros Leite em abril de 1942: “apezar da grande crise em que nos debatemos, graças a Deus, efetuaram-se todas as solennidades da Semana Santa”.³³⁹ Mas também no cenário mundial, o contexto era de graves adversidades, com o acirramento das mortandades decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Em súplica à intervenção divina, mediada pelas intercessões da Virgem Maria, Dom Cabral, também em 1942, publica novo *Aviso Episcopal* de incentivo às celebrações litúrgicas do mês do Santo Rosário:

Aproximando-se o mês de outubro, mês do Santo Rosario, S. Excia Revmo o Sr. Arcebispo Metropolitano, lembra aos Revmos. Vigarios e capelães, a obrigação de solenizarem este mês com a recitação diaria do terço perante o S. S. Sacramento, (?) à tarde ou pela manhã, após a Santa Missa. Se nos anos anteriores, estas determinações foram cumpridas com zelo e carinho, este ano, esforcem-se mais os Revmos. Vigarios e capelães, para que se levem fervorosas preces à manifesta proteção de Maria S. S. Nas duras contingencias de hostilidades, [...] cada dia mais aterroradoras, denuncia as ruinas materiais e espirituas que dia a dia se avolumam, procurem o regaço maternal de Maria e com fé e amor filial, peçamos a sua intercessão para que quanto antes, a paz desça sobre a terra. Uma suplica, muito especial, seja feita pelo nosso Brasil. As fronteiras do mal se alongam pelo mundo. E a nossa patria, fiel às tradições de religiosidades e civismo, viu-se obrigada de

³³⁸ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 1v-2v.

³³⁹ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 20.

cerrar fileiras contra esta avalanche destruidora que ameaça o mundo. Que todos os catolicos, desta arquidiocese de Bello Horizonte e da Diocese de Oliveira, se unam os pés de Maria Santissima, para na mais templos e ao mesmo tempo mais facil das devoções – o Rosario- buscar a paz para a humanidade e o amparo para a Santa Igreja.³⁴⁰

Dom Cabral outra vez ampara-se na devoção do Santo Rosário de Maria, em meio ao contexto de hostilidades generalizadas e repercussões funestas em todo o globo terrestre, em que “as ruínas materiais e espirituas que dia a dia se avolumam”, rogando proteção à Virgem, de maneira especial, pela pátria brasileira. A súplica do prelado é atendida em Itapecerica:

Em obediencia ás determinações da Santa Igreja e do nosso Arcebispo Metropolitano, em cumprimento ao aviso da Curia, de 28 de outubro, sobre a celebração do Santo Rosario, nesta Paróquia, na Matriz e em todas as principais capelas da cidade e do interior, foi solenizado o Mez do Rosario, com piedade e fervor. Muitas foram as festividades realizadas, acompanhadas de outras solennidades, como indica o programa do mez: 1- Recomendação às Familias Cristãs para que em casa se recite o Rosario de Nossa Senhora. É por apostolado da J. F. C. e das associações paroquiais, ficamos sabendo que, só na cidade, 287 familias rezavam em comum o terço, suplicando à Virgem do Rosario a Paz para o mundo, a conversão dos pecadores da Paróquia; pela necessidade da Santa Igreja; pelos bons costumes e preservação das crianças e da mocidade catolica da nossa terra. 2- Que em todas as Igrejas, e capelas da Paroquia, fosse recitado o Santo Rosario, ficando encarregado deste trabalho, as associações, os vicentinos, o Apostolado da Oração, em cada centro do interior e os senhores tesoueiros das capelas. Todos esses foram os responsaveis pela bôa ordem e respeito na casa de Deus. Tudo correu na mais perfeita união e sentimento de piedade.³⁴¹

Para a vivência desta devoção, encontrava-se em voga os mesmos postulados dos anos 1920 e 1930, nos quais eram excluídas as festas religiosas consideradas à margem da liturgia tradicional, dentre elas o Reinado. Claro sinal de tal interdição foi o *Aviso nº 351: Sobre as barraquinhas*, publicado em setembro de 1942, que afirmava ter chegado ao conhecimento da Cúria que “instituições católicas para fins religiosos e caridosas assistências aceitarem produtos e donativos provenientes de movimentos de festivais e barraquinhas

³⁴⁰ AABH, *Livro Avisos e Mandamentos III*. Aviso nº 314: Mês do Rosario, 28/09/1942.

³⁴¹ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 21.

pouco recomendáveis.” Para coibir estas práticas, Dom Cabral lança mão das seguintes recomendações, provenientes do “Concílio Plenário Brasileiro e expressas particularmente na Província Eclesiástica de Belo Horizonte, em Circular Reservada ao Clero após as Conferências Episcopais de 1941”:³⁴²

Afim de que as festas religiosas não dejenem em pretextos para diversões profanas perigosas, recomendamos vivamente aos revmos. parocos e clericais sacerdotes se esforcem por extirpar os abusos que se tem introduzido, Anedotas duvidosas, palavras chulas, chocarrices inconvenientes, etc, pelos altos falantes; “bebidas” em excesso no bars, em derredor das igrejas; enfim, tudo que distoe do espirito da Igreja, deve ser abolido. [...] Não se aceitem para as obras pias auxílios provenientes de jogo, bailes, chá-dançantes, ou espetaculos inconvenientes [...] Ficam proibidas as festas religiosas com jogos e dinheiro nas praças ou em quaisquer lugares publicos ou franqueados ao publico.³⁴³

Percebe-se, através deste documento, que as orientações episcopais em relação às festividades religiosas permaneciam inalteradas. O vigário José Medeiros Leite, inclusive, copia o citado *Aviso Episcopal no Livro de Tombo* da paróquia, anos após sua publicação, na seção reservada as anotações do ano de 1945, indício da necessidade de reafirmar tais prescrições em Itapecerica.

Outra nota, desta vez sobre as pregações quaresmais que antecederam a Semana Santa do ano de 1943, merece uma análise pormenorizada: “consoante as determinações da Curia Metropolitana, as pregações quaresmaes versarão sobre o ‘combate ao espiritismo’, observadas as instruções contidas no edital.³⁴⁴ Logo em seguida ao relato das comemorações da Semana Santa do dito ano, a exposição das atividades do mês do Rosário pelo padre José Medeiros Leite revela conteúdo análogo:

Também o mez de outubro foi celebrado com piedade e muitos fructos espirituais. Obedeceu-se o que veio prescrito pelas leis eclesiasticas e pontificias, a respeito da recitação do terço de N. Senhora. Foram distribuídas 4.326 comunhões na matriz. Diversos nucleos de familia prometeram rezar o terço em comum, durante o mez do Santissimo Rosario pelo Santo Padre

³⁴² AABH, *Livro Avisos e Mandamentos III*. Aviso nº 351: Sobre as barraquinhas, 28/09/1942.

³⁴³ AABH, *Livro Avisos e Mandamentos III*. Aviso nº 351: Sobre as barraquinhas, 28/09/1942.

³⁴⁴ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 24-24v.

e pela preservação da Fé na Paróquia, ameaçada pelo perigo do espiritismo, patrocinado pelo centro de Divinópolis.³⁴⁵

Pode-se cogitar alguma associação entre a “grave crise” assinalada na paróquia do vigário José Medeiros Leite, com apreensões motivadas pela disseminação do espiritismo em Itapecerica? Ao tratar do acontecimento da Semana Santa do ano seguinte, 1944, novamente o clérigo local faz referência à conjuntura problemática em seus domínios paroquiais: “ainda este ano realizaram se as solenidades da Semana Santa, de acordo com o programa elaborado, apesar da grave crise porque passamos”.³⁴⁶

De acordo com Scott Mainwaring, a perseguição aos cultos não-católicos e às práticas religiosas ditas “populares” esteve no âmago das iniciativas da Igreja a partir dos anos 1920:

Foi somente nas décadas de 1920 e 1930, quando o protestantismo e o espiritismo começaram a crescer, que a Igreja veio a ter maiores preocupações com as práticas religiosas populares, que ela encarava como manifestações de “ignorância religiosa”. Práticas religiosas populares que a Igreja desprezava previamente, ou até mesmo, aprovava tacitamente, começaram a ser desaprovadas. A visão predominante era que a Igreja necessitava lutar contra esta “religião” primitiva e implantar uma fé mais madura.³⁴⁷

O empenho no enraizamento da Ação Católica na esfera paroquial de Itapecerica, bem como o uso da devoção mariana do Santo Rosário como sustento de fé em um contexto duplamente adverso – em nível macro de observância da Segunda Grande Guerra e localmente em que se sobressaía a preocupação com o advento do espiritismo na cidade – podem ser considerados pólos de convergência de um mesmo processo de intensificação dos olhares da Igreja Católica para práticas que a instituição taxava como expoentes de “ignorância religiosa”. Nesse aspecto, o estímulo à educação religiosa, sobretudo por meio do estabelecimento de núcleos da Ação Católica no plano paroquial mostrava-se de suma relevância,

³⁴⁵ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 29.

³⁴⁶ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 31.

³⁴⁷ MAINWARING, Scott. Op. Cit. p. 50.

constituindo-se a liderança clerical hierarquizada dos sacerdotes como elemento basilar.

Ainda segundo Scott Mainwaring, os padres consideravam-se um grupo distinto dentro da Igreja, de comportamento exemplar, virtuoso e moralmente superior, sendo, então, portadores de um “espírito religioso aperfeiçoado”:

A crença subjacente era que as pessoas mais simples nada tinham a ensinar; a missão do padre era a de elevar a fé do povo a nível de sua própria fé. O processo de aprendizado era tão hierárquico quanto as estruturas da Igreja: o padre concedia saber ao seu rebanho. O paternalismo está explícito na linguagem religiosa do período. Os padres assumiam o papel de pastores que iriam guiar o seu rebanho.³⁴⁸

O modelo de Neocristandade não era absoluto na Igreja, sendo questionado por alguns líderes e movimentos, porém ele só foi alterado quando entrou em crise, devido às mudanças latentes na sociedade.

Por volta de 1945, a Igreja brasileira havia realizado muitos objetivos, mas ao preço de evitar mudanças mais profundas na sua eclesiologia e orientação política. Numa sociedade que se modernizava com rapidez, os esforços da Igreja para combater a secularização eram atávicos. A Igreja da Neocristandade modernizou as estruturas institucionais, aprofundou sua influência e trocou sua aliança primordial com os proprietários rurais por uma aliança com a burguesia urbana e com a classe média, mas sem modificar realmente seu conteúdo.³⁴⁹

Por todos estes elementos era tão importante que a Igreja se voltasse para a conquista de aliados junto ao Estado, visando à manutenção do monopólio religioso, e também junto às elites municipais, mirando o ensino católico.

Em 1945, a paróquia de São Bento assiste um acontecimento digno de nota. Através da transcrição do termo de posse do padre Hilton Gonçalves de Sousa, tem-se conhecimento da substituição do vigário José Medeiros Leite, e, algumas páginas depois, em 12 de dezembro de 1946, atesta-se que ao antigo pároco local, fora reservada distinta elevação na hierarquia institucional da Igreja Católica.

³⁴⁸ Ibidem. p. 51.

³⁴⁹ Ibidem. p. 53.

Aos 4 de outubro, pelo trem da carreira, chegou a cidade S. Excia Rma, D. José Medeiros Leite, bispo eleito de Oliveira e ex-vigário da Paróquia. S. Excia teve festiva recepção e toda cidade, durante os dias de sua permanência, se movimentou para prestar-lhe justas homenagens. As associações religiosas, as autoridades e o povo – todos procuraram atender os reclamos de seu coração, pelo muito de gratidão que devem ao Exmo Sr. Bispo eleito de Oliveira. Dia 8 de dezembro, depois de um solene pontifical, S. Excia partia para Oliveira, onde na mesma tarde, se realizaram as solenidades da posse de S. Excia.³⁵⁰

Ao recém-eleito bispo, é dada a missão de comandar a igualmente recém-criada diocese de Oliveira. Como a assevera a historiadora Fernanda Rubião, “apenas em 1941 foi criada a [diocese] de Oliveira, desvinculando-se assim de Belo Horizonte. Em 1945, Dom José Medeiros Leite, seu primeiro bispo, assumiu o cargo até o ano de 1971, quando se afastou por motivos de saúde”.³⁵¹ Um dado interessante, obtido através da leitura da dissertação de mestrado da pesquisadora sobre a história da festa em honra a Nossa Senhora do Rosário em Oliveira, é que, na memória local, segundo as fontes orais, a figura do clérigo José Medeiros Leite é relacionada à reprovação as festas de Reinado, tendo em vista o combate ao espiritismo. O capitão do terno Moçambique de Nossa Senhora das Mercês oferece sua versão dos episódios: “perdeu o brilho da festa porque na época tinha muitas misturas da parte nossa. Eu sou muito religioso, mas também tinha muitas espíritas e o nosso bispo – Dom José Medeiros Leite – ele interdito a festa por causa do espiritismo.”³⁵² Se José Medeiros Leite proporcionou límpidos sinais de que se incomodava com a presença do espiritismo na paróquia de Itapecerica, ao sagrar-se bispo de Oliveira, o sacerdote dá continuidade à sua campanha contra a doutrina, processo simultâneo a retomada do Reinado na localidade em 1950, não obstante a desaprovação do prelado.³⁵³

³⁵⁰ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 40-40v.

³⁵¹ RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: memórias, identidades e tradições no Congado de Oliveira (1950-2009)*. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 27.

³⁵² Entrevista realizada por Fernanda Pires Rubião com o capitão do terno Moçambique de Nossa Senhora das Mercês, Antônio Eustáquio dos Santos, em janeiro de 2007, na cidade de Oliveira. In: RUBIÃO, Fernanda Pires. Op. Cit. p. 30.

³⁵³ RUBIÃO, Fernanda Pires. Op. Cit. p. 109.

No início de seu paróquiato, padre Hilton Gonsalves apresenta novos elementos para justificar a imputação de “grave crise” sentenciada na paróquia de São Bento do Itapecerica pelo seu antecessor:

Ao tomar posse da Paróquia de São Bento de Itapecerica, encontrei a Fabrica da Matriz com a dívida de Cr\$ 17.544, 60, e um saldo em caixa de Cr.\$120,00. Além da dívida acima, o livro da Fábrica não estava fechado, acusando uma diferença de Cr. \$ 11. 106, 80 de deficit. A dívida de Cr\$ 17.544, 60 não se encontrava lançada na escrita da Paróquia e só pude tomar conhecimento da mesma através dos Bancos e das Casas Comerciais. Eram, na maioria, títulos vencidos de várias firmas de São Paulo, Rio e Belo Horizonte. Transcrevo, para documentação, a relação desta dívida. Esta dívida foi toda paga até o mês de setembro de 1.946, como se pode verificar pelo livro da Fábrica. As duplicatas e os recibos se encontram todos arquivados. Ao encerramento do ano – 31 de dezembro de 1.946 – o livro da Fábrica, devidamente fechado, acusa um saldo de Cr\$ 4.036, 40.³⁵⁴

Essa citação mostra-se frugal para a tentativa de reconstituição da trajetória dos festejos de Reinado na antiga São Bento do Tamanduá no século XX. É impossível não correlacionar as menções de padre José Medeiros Leite nos anos de 1942 e 1944 à “grave crise” vivida na paróquia com a narrativa do novo vigário local, padre Hilton Gonsalves, que dá conta da situação calamitosa encontrada nas finanças da instituição, e que, curiosamente, não estava devidamente registrada na “na escrita da Paróquia”, tendo o clérigo apenas tomado conhecimento das dívidas, por meio dos “Bancos e das Casas Comerciais”. O esforço de padre Hilton Gonsalves em sanar as dívidas obtêm resultado satisfatório no próprio ano mencionado:

Assim, no curto espaço de um ano, dada a colaboração do povo e um regime de restrições das despesas, pôde-se pagar toda a dívida da Paróquia e colocar a Fabrica em condições de empreender os trabalhos de reparação da Igreja Matriz. Ao lado deste trabalho, já foi feito um outro, em prol da Igreja do Rosário, que conta, atualmente, com um saldo de Cr\$ 2.000,00.³⁵⁵

³⁵⁴ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 41v-42.

³⁵⁵ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 41v-42.

Contando com a “a colaboração do povo”, padre Hilton Gonsalves pôde colocar a fábrica em condições de dar início a uma reforma na Matriz de São Bento. O trecho que mais chama atenção, porém, refere-se à descrição do pároco local sobre a mobilização comunitária em torno da necessidade de se efetuar reformas na Capela do Rosário, já tendo alcançado, inclusive, conquistas financeiras nesse sentido. Sendo o registro do sacerdote datado do final de 1946, e o folheto comemorativo da volta do Reinado, de setembro de 1948, pode-se concluir uma efetiva associação entre a retomada da festa e a necessidade de auferir dividendos para a paróquia, com o propósito de realizar as imperativas reparações no templo católico que, desde os tempos mais remotos, abrigava os compromissos rituais do Congado.

A celebrada volta do Reinado não se deu no paróquiato de padre Hilton Gonsalves. Pouco depois de registrar a crise financeira na paróquia de São Bento, o clérigo deixa um relato de sua despedida de Itapecerica no *Livro de Tombo*:

Nomeado para a Paróquia do Divino Espírito Santo de Divinópolis, deixo a Paróquia de São Bento de Itapecerica, aos 25 de janeiro de 1.947, quatorze meses após a minha posse. Guardo as melhores impressões da Paróquia: povo cheio de fé, de espírito de sacrifício, generoso, tem, além do mais, um profundo respeito pelas coisas sagradas. Sabe respeitar e honrar o sacerdote. A instrução religiosa é a maior e mais urgente necessidade da Paróquia. Não encontrei um meio de atingir todo o povo. Faço votos ao meu sucessor para que Deus lhe conceda a graça de realizar aquilo que não me foi possível.³⁵⁶

Cabe ressaltar a ênfase atribuída à instrução religiosa como a “a maior e mais urgente necessidade da Paróquia”. Na conjuntura dos anos 1940, a Igreja testemunhava uma considerável ampliação no número de adeptos de outras doutrinas religiosas, de maneira especial, entre os segmentos menos abastados. Como assegura Scott Mainwaring, “a expansão do protestantismo e do espiritismo tornou aparente o que era verdade há algum tempo: a Igreja não estava atingindo as massas. [...] O espiritismo e seitas afro-brasileiras penetravam especialmente nas cidades, e muitos católicos declarados praticavam essas religiões.”³⁵⁷

³⁵⁶ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 42v.

³⁵⁷ MAINWARING, Scott. Op. Cit. p. 53.

Conforme mencionado, em Oliveira, o novo bispo José Medeiros Leite dá prosseguimento à campanha de combate ao espiritismo iniciada nos domínios da paróquia de São Bento. Também em Itaúna, cujo contexto é tão bem esmiuçado pela historiadora Sueli Oliveira, nota-se a preocupação do pároco local com a chegada dos protestantes da Assembleia de Deus, fato que a autora enumera como um dos componentes que explicariam a verificada reaproximação entre comunidade congadeira e a hierarquia eclesiástica no plano local, entre o fim da década de 1940 e o início dos anos 1950, já que os pentecostais “atuaram diretamente junto às camadas empobrecidas da sociedade”, aparentemente mesmo público-alvo das festas de Reinado, que embora tenha uma ligação ancestral com a religiosidade africana, também não deixava de ser uma manifestação religiosa de pertencimento católico, presente no território brasileiro desde os tempos mais longínquos.³⁵⁸ Através do ganho proporcionado por tais estudos verticalizados, constata-se uma nova ascensão do Reinado no alvorecer da década de 1950, no contexto regional do centro-oeste mineiro.³⁵⁹

Não se deve confundir, todavia, esta conjuntura mais favorável às festividades em plano, arrisca-se afiançar, regional, ao fim da reprovação arquidiocesana ao Reinado. Em sua pesquisa, Sueli Oliveira depara-se com definitivos indícios da plena vigência da perseguição episcopal aos festejos da comunidade congadeira, a qual achava-se cada vez mais organizada. Em sua análise do “Aviso nº 452”, documento que informava que, “chegando ao conhecimento da Cúria, através do noticiário da Imprensa que, por iniciativa da ‘Associação dos Marujos de Nossa Senhora do Rosário’ prepara-se uma geral concentração de “Congados’, nesta capital”,³⁶⁰ Sueli Oliveira defende que:

³⁵⁸ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. *O Reinado nas encruzilhadas do catolicismo. A dinâmica das comunidades congadeiras em Itaúna/MG*. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) –, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. p. 106.

³⁵⁹ Inclui-se aí a notada reaproximação entre paróquia e Irmandade do Rosário em Divinópolis no final dos anos 1940, tendo os festejos sido agenciados pela confraria a partir do endurecimento da condenação episcopal, ainda na década de 1920, numa conformação em que se sugere o amparo à realização do Reinado por grupos políticos em evidência na cena local também pelo fato de tais setores defenderem a proliferação de cultos não católicos. Cf. LEONEL, Guilherme Guimarães. *Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões na Festas de Reinado (Divinópolis/MG)*. 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. p. 161.

³⁶⁰ Aviso nº 452. 11/06/1948. Apud: OLIVEIRA, Sueli do Carmo. p. 126.

Notem no item 2 da argumentação, que a diocese afirma que o culto a Nossa Senhora do Rosário “já se acha devidamente organizado” e não inclui as práticas rituais congadeiras, que passam a ser vistas como uma “ofensa manifesta à própria Igreja”, um “desacato” à religião católica. Desse modo, tal documento procura negar o próprio estatuto religioso do Reinado, tratando-o como “uma reminiscência de fetichismo africano”, como “manifestações de falsa religiosidade”. Refere-se ainda à associação de Marujos como uma “associação pseudo-religiosa”. O conteúdo desse aviso faz parte de um projeto da hierarquia católica, no qual se buscou exercer um maior controle sobre os conteúdos da fé e sobre os modos de sua vivência pela população, o que invariavelmente desembocou em ações como essas, de negação de práticas que se constituíram, em solos brasileiros, historicamente, como parte integrante do catolicismo.³⁶¹

A autora prega uma maior visibilidade do Reinado no período, em vista da emergência de uma “estrutura associativa dos grupos de Congado”, verificada por meio de outro *Aviso Episcopal*, do mês de junho de 1949, no qual se percebe um esforço em ratificar a falta de legitimidade e ausência da aprovação eclesiástica ao “Congresso da União Brasileira de Congados do Reino de Nossa Senhora do Rosário”, promovido na capital mineira em parceria com a Comissão Nacional de Folclore, na esteira do movimento folclorístico.³⁶²

Fato é que, potencializados pelos folcloristas, os festejos de Reinado receberam um novo e positivo entendimento, que a condenação clerical da arquidiocese de Belo Horizonte há muito lhes havia recusado. Tal elevação, de proporções nacionais, é articulada a um contexto regional de aumento crescente da apreensão dos membros do clero com o crescimento no número de partidários de outras doutrinas religiosas, entre as quais ressaltam-se o protestantismo e o espiritismo, especialmente entre os segmentos menos abastados da sociedade. Não custa lembrar que, no início da década de 1930, a paróquia de Itapecerica foi descrita, tanto por Monsenhor Vicente Soares, quanto pelo padre José Medeiros Leite, como cenário livre de “seitas acatólicas”.³⁶³ Já a partir de meados da década de 1940, o vigário José Medeiros Leite oferece demonstrações de latente preocupação com o aumento do espiritismo na cidade e, além disso, não se pode deixar de citar a situação precária da fábrica da paróquia, agravada pela urgência

³⁶¹ OLIVEIRA, Sueli do Carmo. Op. Cit. p. 127.

³⁶² Ibidem. p. 129.

³⁶³ APSBI, *Livros de Tombo I da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1913-1931. p. 39v.

de reparos na Capela do Rosário. Todos esses fatores em confluência parecem ter favorecido a atuação de uma liderança leiga, aparentemente dedicada em uma defesa da festa de Reinado, especialmente, num momento em que o padre José Medeiros Leite, clérigo portador de estreitos vínculos com o bispo da capital mineira, não mais estava radicado na paróquia de São Bento. Entra em cena, enfim, o “consagrado Capitão-Mór Sr. José Gomes Filho.”³⁶⁴

4.2. O personagem “Seu Gominho”

A Comissão Reorganizadora do Reinado de N. S. do Rosário, tem o praser de comunicar ao povo que resolveu marcar novamente esta tradicional festividade para os dias 3, 4 e 5 de outubro próximo, obedecendo o seguinte programa organizado pelo consagrado Capitão Mor Sr. José Gomes Filho. Dia 5 de setembro – Levantamento dos mastros de N. S. do Rosário e o S. Benedito na praça de Santa Cruz. Dias 3, 4 e 5 de outubro – Reinado maior, em comemoração do aniversário da cidade, finalizando com o descimento dos mastros e a escolha de novos Reis para o próximo ano de 1949. Como há vários anos não se efetua tão brilhante festa nesta cidade, espera-se grande animação e ordem nas mesmas. Toda a renda dos festejos, reverterá em benefício da Capela de N. S. do Rosário que se acha necessitada de grandes reparos. Para maior brilhantismo, a comissão conta com o apoio do comércio, autoridades e do povo em geral. Barraquinhas – Leilões e Missas na Igreja de NOSSA SENHORA DO ROSARIO. Aguardem novo programa.³⁶⁵

No panfleto acima transcrito, que informa e ao mesmo tempo convida a população de Itapecerica para prestigiar o Reinado, nota-se um tom celebrativo, que busca enfatizar o *revival* dessa festa em Itapecerica, cuja descrição esbanja adjetivos solenes. Alguns termos, expressões e frases do programa, “Comissão Reorganizadora”, “marcar novamente”, “como há vários anos não se efetua”, sinalizam para uma anterior paralisação dos festejos, seguida de uma retomada com aura pomposa. Afinal, a realização da “tradicional festividade”, “brilhante festa”, é associada às comemorações do aniversário da cidade, e motiva a

³⁶⁴ Acervo particular de Inesília Luzia Silva (Preta), neta de José Gomes Filho. *Folheto de Divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica*. Itapecerica, setembro de 1948.

³⁶⁵ Acervo particular de Inesília Luzia Silva (Preta), neta de José Gomes Filho. *Folheto de Divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica*. Itapecerica, setembro de 1948.

convocação de distintos setores da comunidade do município, até mesmo em vista do fato de que a renda obtida com a manifestação religiosa seria revertida para as obras de reparo da Igreja do Rosário. O documento ainda faz questão de referir-se à escolha dos reis para o Reinado do ano seguinte, o que não deixa de representar uma tentativa de demarcar posições, no esforço de resguardar a continuidade da prática.

Não obstante o folheto programático do Reinado de 1948 relacionar o acontecimento da festa com a celebração de missas na Capela do Rosário, não há sequer uma menção à ocorrência no *Livro de Tombo* da paróquia de São Bento na ocasião, conjectura que vale para toda a década seguinte. Sobre as comemorações do mês do Rosário no dito ano, o pároco local, Sinfrônio Torres de Freitas – que substituiu o padre Hilton Gonsalves entre 1947 e o fim de 1948, quando este sacerdote retorna à Itapecerica – brevemente relata que “foi feito todo o mês com piedosos exercícios, na Igreja do Rosário, tendo havido procissão no dia 1 de novembro”.³⁶⁶ No que tange aos compromissos rituais do Reinado e a arrecadação de dividendos para a Igreja, registrados no início de outubro, tem-se apenas um emblemático silêncio.

Na memória local do município, este caráter de “volta triunfal” auferida à trajetória do Reinado é bem ressaltado, e uma das fontes propagadoras mais ilustres desta versão narrativa parece ser mesmo o capitão-mor que comandou a tal comissão reorganizadora da festa. Em depoimento à pesquisadora Maria Amalia Giffoni em 1989, José Gomes Filho oferece curiosos detalhes de como os eventos que justificaram o retorno da festividade teriam se dado:

Interrupção e reinício – O Reinado de Itapecerica, segundo o depoente, parou durante 20 ou 25 anos, a partir de 1925 ou 1926. O Bispo de Belo Horizonte, Dom Silvério Barros Pimenta, proibiu a sua realização dentro da Igreja. Contou-nos o Senhor Gominho: “ele era muito implicante, não gostava de Reinado e tirou ele. Tirou o vigário da paróquia e a cidade ficou sem Reinado. Eu enfrentei, sozinho, o Bispo e falei para ele: tira o Reinado da Igreja, mas não tira do povo não. Quando o telhado da Igreja começou a cair e precisou ser reconstruído, não havia dinheiro. O Bispo deixou recomençar o Reinado, fora do templo. Foram responsáveis, também, por esse renascimento, João Martins de Assis, João Evangelista Malaquias e Eduardo Arantes, seus companheiros na

³⁶⁶ APSBI, *Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica*. Itapecerica, 1940-1993. p. 49v.

“empreitada”. O Sr. Gominho dirigiu-o desde a reconstituição até 1981, sendo, na ocasião, seu presidente honorário. Deixou o cargo de Capitão-Mor por causa da idade avançada e saúde precária.³⁶⁷

A escrita da autora consagra, por meio do relato de José Gomes Filho, uma versão que soleniza a vitória dos congadeiros em face ao cerceamento diocesano, conferindo notável centralidade à figura de “Seu Gominho”, cuja liderança comunitária teria atingido o ápice no momento de enfrentamento do prelado responsável pela interdição de tão estimada festa. A autorização para sua retomada se justificaria pela necessidade de angariar subsídios para o conserto do teto da Igreja do Rosário, tendo o Reinado, assim, consumação aceita pela autoridade episcopal, desde que não ocorresse no interior do templo católico. Maria Amalia ainda cita os nomes de alguns indivíduos que teriam se empenhado na volta da festa, tratando-os como “companheiros de empreitada” do grande protagonista dos episódios, o capitão-mor José Gominho.

A memorialista Josyany Garcia, em sua revista publicada sobre a história do Reinado no ano de 2012, igualmente dedica algumas páginas ao reavivamento da festividade na década de 1940, propondo uma revisão na variante popularmente consagrada sobre a volta dos festejos:

No fim dos ano 1940, estando o telhado da Igreja ameaçado de ruínas, o Padre Aldo Ambrósio Duarte, na época capelão, reuniu-se com alguns amigos. Meroveu Mendes Cerqueira, João Faísca, João Martins de Assis, Geraldo Cândido Arantes, João da Dadinha, e Sr. Zé Gominho, para conversar sobre os reparos e recursos para restaurar a Igreja. Entre muitas conversas, o Sr. João Martins de Assis disse: “no tempo do Reinado, ela era bem cuidada. Por que não fazer o Reinado novamente? A partir desta conversa foi que o padre Aldo pediu permissão ao bispo para recomençar o Reinado e consegui a ordem para a realização da festa fora do templo. Depois de muito trabalho para a reorganização da festa, o Reinado foi reiniciado em 1948, sob o comando do Sr. José Gomes Filho (Zé Gominho), o Capitão-Mor.”³⁶⁸

³⁶⁷ GIFFONI, Maria Amaral Corrêa. *Reinado do Rosário de Itapecerica*. São Paulo: Associação palas Athena do Brasil, Massa Ohno Estúdio, 1986. p. 26. A autora faz uma pequena confusão entre o bispo de Belo Horizonte, a partir de 1922, Dom Antônio dos Santos Cabral e o prelado Dom Silvério Gomes Pimenta, por anos à frente da Arquidiocese de Mariana, a qual a paróquia de Itapecerica pertenceu até o ano em questão.

³⁶⁸ GARCIA, Josyany de Oliveira. O grande Reinado do Rosário – Itapecerica/MG. *O Tamanduá Desaparecido*, Itapecerica, N. 1, agosto, 2012. p. 8.

Nota-se que, no texto desta autora, a figura de José Gomes Filho não emerge com a mesma proeminência verificada no estudo de Maria Amalia, que se baseia na entrevista com o antigo líder congadeiro. Segundo Josyany Garcia, mesmo que a festa tenha retornado à cena pública local sob a batuta do capitão-mor, este era apenas um dos envolvidos, não em um confronto vertical na defesa do Reinado, mas sim na busca por uma solução eficaz para o conserto do fatigado telhado da Igreja, não sendo nem mesmo aquele que primeiramente teria cogitado uma volta dos festejos. Em comum, as duas narrativas apresentam uma aventada consulta ao bispo – para Josyany efetuada pelo capelão da época – seguida da autorização para a ocorrência do Reinado, desde que fora do santuário religioso.

A partir de uma entrevista com o atual o pároco de Itapecerica, padre Pedro Gondim Ferreira, observa-se que o posicionamento favorável ao Reinado, por ele evidenciado, encontra-se associado à sua condição de festa católica em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. No que tange à retomada dos festejos na década de 1940, o vigário local destaca, além da figura de José Gomes Filho, a presença de um certo padre Álvaro, o que denota sua preocupação em acentuar a chancela de membros do clero à uma manifestação religiosa de grande protagonismo no espaço público do município no tempo presente.³⁶⁹ Sugere-se a possibilidade de que o capelão citado pela memorialista Josyany e o sacerdote mencionado por padre Pedro se referissem ao mesmo religioso, sobre o qual não foi localizada qualquer alusão na documentação eclesiástica trabalhada.

Os dados sobre a história do Reinado no município de Itapecerica não autorizam a consagração de uma versão definitiva a respeito dos eventos que desembocaram no reavivamento dos festejos no fim dos anos 1940. Tal ocorrência, que é apresentada pelo folheto de 1948 e reconstituída pela pesquisa da escritora Josyany Garcia, foi também registrada em duas imagens fotográficas de personagens revestidos de figuras reais, que teriam representado os “reis da Coroa Grande” dos anos de 1948 e 1949, Januário Henrique de Souza e Donana Arantes, respectivamente. O que se pode afirmar é que, a despeito do impedimento arquidiocesano ainda em voga, as festas de Reinado puderam reemergir em um contexto mais favorável, haja vista o desenvolvimento dos movimentos folclóricos no cenário nacional e uma conjuntura local, que

³⁶⁹ Entrevista realizada pela autora com padre Pedro Gondim Ferreira, em abril de 2006.

mesclou a transferência de um pároco fiel às prerrogativas episcopais, a crescente apreensão eclesiástica com o espiritismo e a precária situação das finanças paroquiais, que desautorizava até mesmo as urgentes reformas na Igreja do Rosário – este último, ao que parece, fator peremptório para o retorno da festa. Todo este quadro favoreceu a volta de festividades, cuja interrupção não deixara de suscitar protestos por parte de seus admiradores. Este panorama, assim, não descarta que possa ter havido uma adesão à causa do Reinado mesmo entre integrantes do clero local, como indicam Josyany Garcia e padre Pedro Gondim.

De toda forma, persiste, entre as variadas narrativas acerca da volta da festa, a interligação entre o personagem José Gomes Filho e a história dos festejos do Reinado em Itapecerica. Figura de considerável relevo na memória local, logo no princípio das pesquisas para a escrita dessa dissertação, “Seu Gominho”, como era popularmente conhecido na localidade, suscitava eloquentes reminiscências; uma gama de histórias e impressões a ele relacionadas eram expostas, motivando, por conseguinte, a realização de uma investigação mais diretamente focalizada em sua trajetória de vida.

Sob este viés, a obra de Maria Amalia fornece dados imprescindíveis, já que a autora teve a oportunidade de efetuar uma entrevista com o próprio Senhor Gominho, na data de 12 de agosto de 1985, portanto, em meio à realização do Reinado daquele ano. O primeiro contato entre pesquisadora e o líder congadeiro, inclusive foi dificultado por tal acontecimento:

Fomos vê-lo na fazenda, embora tenha residência em Itapecerica. Seu pai tinha “lavoura” (propriedade agrícola) de grande extensão, próxima à cidade, e lhe coube, por herança, as terras que formam sua atual fazenda. No dia anterior, fomos levados até ela pelo Sr. José Custódio Martins, pertencente à Diretoria do Reinado e responsável pelo “palanque”. O Sr. Gominho não pode nos atender. Pediu-nos que voltássemos no dia seguinte. A sua participação nas festividades da manhã e nas que se realizariam a noite não lhe permitiam “outras ocorrências”, como afirmou.³⁷⁰

De acordo a entrevista, realizada, então, no dia seguinte, José Gomes Filho teria se envolvido na festa por influência de seu pai, José Gomes: “o cargo por ele exercido correspondia ao do atual Capitão-Mor. Quando não quis ou não pode

³⁷⁰ GIFFONI, Maria Amaral Corrêa. Op. Cit. p. 24.

mais exercê-lo, indicou José Laureano Pinto, “seu camarada” (empregado) para substituí-lo.”³⁷¹ Em um dos textos do periódico *O Natal*, de 1920, Bento Ernesto Júnior alude a certo capitão do terno Moçambique: “organizado assim o cortejo, com os vassalos da Rainha, vindos da Bagaginha e Quatro-Bicas, aos salamaleques do José Lauriano, o capitão dos *Moçambiqueiros* [...]”. Muito provável que o “capitão dos Moçambiqueiros” em questão, seja o tal empregado do pai de Senhor Gominho.

Sobre a origem do Reinado de Itapecerica, o antigo capitão-mor evoca a figura mítica de Chico-Rei, segundo tradição oral, antigo soberano na África, escravizado e forçado pelo tráfico à migrar para os solos tupiniquins, mais especificamente para a região de Vila Rica:

Informou-nos que a primeira vez que o Reinado apareceu em Itapecerica foi por meio do Chico-Rei, que morava em Ouro Preto, levado por José Laureano que o aprendeu naquela localidade. Chico-Rei era o “manda-chuva”, veio da África, começou o Reinado de Ouro Preto e foi o seu Capitão-Mor. Era também o manda-chuva do Reinado de outros lugares, nas redondezas. Mandou o Reinado de Ouro Preto para Itapecerica, que já tinha o seu “Reinadinho”.³⁷²

Ainda segundo o depoimento de José Gomes Filho relatado por Maria Amalia, o Reinado antes da proibição eclesiástica reunia “pretos, cabritos, e brancos” e, após a interdição teria passado a acontecer na praça situada no mesmo morro da Igreja do Rosário, um pouco acima do templo, em um local onde havia um “antigo cruzeiro e em sua base o oratório, onde a imagem de Nossa Senhora do Rosário era a ‘manda-chuva’”.³⁷³

Outra fonte central para a reconstituição da trajetória de José Gomes Filho foi uma sucinta biografia, escrita em 1997, pelo advogado Severo Ribeiro da Silva, membro da elite intelectual do município, atualmente sob a guarda da Associação do Reinado de Itapecerica, e recentemente publicada na revista memorialista sobre a festa, de autoria de Josyany Garcia. O texto é produzido em comemoração à data em que se daria o centenário de Senhor Gominho, indicativo da relevância social do personagem. Por ter sido produzido por um de seus

³⁷¹ Ibidem, p. 25.

³⁷² Ibidem. p. 25.

³⁷³ Ibidem. p. 26.

contemporâneos, o registro adquire importância. Com estilo factual, a biografia esclarece aspectos do percurso de vida do capitão-mor:

Sua procedência é de Portugueses. Filho de José Gomes, originário de Portugal. Nasceu próximo ao Parque Industrial, atualmente Sítio Júlio César. Na frente passavam os trilhos da antiga Rede Mineira de Viação. Sempre foi ligado à agricultura. Casando-se morou ao lado da Praça do Triângulo. Ali plantou, viveu criou seus filhos. Sempre foi vidente. Profundo conhecedor de raízes vegetais. Ajudou a todos. Conservacionista de alto grau. Cuidou dos animais, aves árvores, e do folclore. Teve uma vida rurícula, cheia de realizações. Foi político pela União Democrática Nacional. Chegou a ser candidato a Prefeito de Itapecerica, pelo lado dos papiatas, e teve como companheiros, ilustres itapecericanos.³⁷⁴

Verifica-se que José Gomes Filho era, sobretudo, conhecido como por seus dons de “vidente” – além de ser “profundo conhecedor de raízes vegetais” –, e também pela realçada atuação política, já tendo, até mesmo, candidatado-se ao cargo de prefeito do município. Sobre a agitação política da cena local, padre José Medeiros Leite oferece um relato, na ocasião de sua descrição do “Congresso Eucarístico Regional” com sede em Itapecerica, em 1936. Expondo seu parecer favorável ao acontecimento do encontro religioso, o vigário sentenciar:

Entre os benefícios de ordem moral, podei destacar o da união fraternal das nossas familias separadas por uma luta política sem igual. Foi sempre meu pensamento encontrar uma solução christã que viesse desfazer os effeitos desastrosos desta campanha ingloria que tanta preocupação trouxe á paz e á tranqüilidade da Parochia. Achei-a neste movimento restaurador eucharistico, graças aos esforços de todos, unidos commigo pela prece e pelos sacrificios. E nosso Senhor não nos faltou com a sua graça!...³⁷⁵

Além de constatar o conflituoso panorama da vida política local tecido pelo religioso, este trecho do *Livro de Tombo* contribui para esboçar um quadro no qual a atuação comunitária de José Gomes Filho, que resultou em sua candidatura ao mais alto cargo executivo na cidade, não se sabe exatamente em

³⁷⁴ SILVA, Severo Ribeiro da. Cem anos de Zé Gominho. In: GARCIA, Josyany de Oliveira. O grande Reinado do Rosário – Itapecerica/MG. *O Tamanduá Desaparecido*, Itapecerica, N. 1, agosto, 2012. p. 7.

³⁷⁵ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento de Itapecerica], Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento de Itapecerica. Itapecerica, 1931-1939. p. 58.

que data, possa ter sido relevante para uma contraposição mais concreta entre a sua ascendência local, alicerçada em poderes taumaturgos, e a ameaça que sua figura representaria à rigidez da ordem hierárquica institucional da Igreja Católica, que elege os padres como figuras basilares. No tocante a supremacia da figura do líder congadeiro, Severo Ribeiro da Silva apresenta novos contornos:

Sempre programou a festa de “Queima do Judas”. Era feita ao lado da Matriz de São Bento. Armavam-se as bananeiras da praça, e Judas se espatifava entre as folhas ali montadas. Chegou a ser Rei Momo no carnaval de Itapecerica. Era um cidadão alegre e comunicador. Foi reativador do Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Itapecerica. Nasceu em 1887, portanto, completa em 1997, cem anos de nascimento. No Reinado, foi capitão-mor. Dançou no Moçambique. Teve os chique-chiques nos tornozelos. Criador do Reinado de Neolândia. Incentivador do Reinado de Lamounier.³⁷⁶

Como o escrito do advogado corrobora, Senhor Gominho alcançou protagonismo na vida cotidiana de Itapecerica, em distintas direções. Mas parece ser mesmo através da sua implicação no Reinado como grande líder moçambiqueiro que sua figura se eleva, e é constantemente relacionada: “Zé Gominho nasceu, laborou na terra, realizou. Ele passou desta vida para outra, deixando rastro. O mundo teve a honra de vê-lo 90 anos. [...] Que as contas de lágrimas do Rosário de Maria, o tenham para sempre!”³⁷⁷ Sublinha-se a aparente contradição da figura de “Seu Gominho”: branco, filho de portugueses, herdeiro de grandes extensões rurais, célebre curandeiro, e não apenas admirador ou rele participante do Reinado, mas sim, capitão-mor da festa, posto possivelmente obtido graças à sua supremacia no terno mais associado às heranças africanas e considerado terreno fértil para práticas mágicas, *locus* sagrado de capitães como ares de feiticeiros poderosos. De acordo com Nubia Gomes e Edimilson Pereira: “o Moçambique tem raízes notadamente africanas, sendo considerado como um grupo forte, pelo conhecimento do pontos e linhas de magia”.³⁷⁸

Para obter maiores esclarecimentos sobre a sua histórica implicação com a festa, foi feita uma entrevista com a neta de José Gomes Filho, Inesília da Silva, conhecida popularmente como “Preta”. A senhora, com 61 anos no momento da

³⁷⁶ SILVA, Severo Ribeiro da. Op. Cit. p. 7.

³⁷⁷ Ibidem. p. 7.

³⁷⁸ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras - Os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000. p. 177.

entrevista, não possui atualmente nenhum envolvimento com o Reinado da cidade, apesar de, quando criança, ter participado muitas vezes das celebrações, seguindo as determinações de seu avô:

Ah eu vesti muitas vezes de princesa, perdi até a conta, porque às vezes ele nomeava uma pessoa, e chegava na hora a pessoa às vezes não ia, aí a Preta estava no lugar. Ah, vesti não sei nem quantas vezes. [...] Mais nova eu gostava, depois que eu comecei a ficar mais mocinha eu já não comecei a gostar não, sabe?! Aí eu já ia forçada [risos] porque não tinha outra pessoa para ir, ai ele falava: “é você que vai!” né. Mas é porque, eu assim, até hoje eu falo, eu não herdei nada dele de Reinado, eu não participo muito de Reinado.³⁷⁹

Preta ainda conta que Senhor Gominho também fazia questão do auxílio da neta na antiga função de “juíza”, existente no Reinado antigamente:

Eu ajudava porque naquela época tinha coisa de juíza, as cartas de juíza, né, que mandava nos envelopes e as pessoas punham a esmola dentro, e eles até buscavam em casa antigamente. Hoje essa parte de juíza foi abolida, né, acabou. Então, eu ajudava, eu e meu primo que foi criado com ele lá, a gente que escrevia as cartas. Cada rua tinha um responsável de mandar os nomes das moças, para ser juíza né! E então aí a gente passava para os envelopes. Para depois distribuir. E era tempo, que o povo falava, que as moças arrumavam namorado, porque elas precisavam de um para segurar o guarda-chuva, guarda-sol hoje, né! Ia atrás das rainhas. Era bonito o Reinado antigamente! E subia cedo, buscava todo mundo em casa, né! Era mais organizado.³⁸⁰

O depoimento transparece certa visão nostálgica ao afirmar a preferência pelo Reinado dos tempos passados, ratificando a correlação da festa com um ajuntamento comunitário ao contar que o cortejo “subia cedo, buscava todo mundo em casa”, aproximando-se, assim, da visão da congadeira Lázara, que afirma acreditar em uma participação mais abrangente da população itapecericana na época em que os festejos não se estendiam madrugada adentro.³⁸¹

Sobre as razões que explicariam o envolvimento de José Gomes Filho com o Reinado, bem como a respeito de sua participação na retomada dos festejos nos anos 1940, Preta não fornece quaisquer informações, asseverando apenas não

³⁷⁹ Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

³⁸⁰ Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

³⁸¹ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

acreditar em uma implicação do avô nas festividades por influência paterna, já que, “o pai dele é português, né! Veio de Portugal, né! Então... Não participava desse ‘trem’. Eu não sei, assim, porque que ele interessou mesmo, não sei”.³⁸² A imagem traçada pela neta de Senhor Gominho delineia um sujeito culto, amante da leitura. Ao ser questionada sobre o interesse do avô pelos livros, Preta apregoa:

Ah! Gostava! Gostava muito de guardar recortes de jornal, [...] Essa parte aí é... E ele quando era mais jovem foi jardineiro, né, trabalhou muito tempo de jardineiro no Educandário. Depois ele interessou pela parte de raiz, né, que ele mexia. Aí ele virou curandeiro, né, porque o pessoal até tinha muita fé com ele, muita coisa, aí depois ele num voltou mais não.³⁸³

Neste momento da entrevista, Preta apresenta dados fundamentais para a reconstituição da trajetória biográfica de José Gomes Filho. O Educandário mencionado tem íntima ligação com a instituição católica, sendo, no tempo presente, administrado pelas Irmãs da Congregação de São João Batista, instituto religioso estabelecido na cidade por intermédio do padre José Medeiros Leite em 1939, com o intuito de obter assistência para o hospital da cidade, a Santa Casa de Misericórdia de Itapecerica.³⁸⁴ Foi no interior deste Educandário – entidade muito provavelmente ligada à paróquia de São Bento, senão diretamente, ao menos pela afinidade na dedicação ao ensino religioso – que Senhor Gominho, inicialmente ocupando o posto de jardineiro, teria despertado um interesse em “raízes vegetais”, tornando-se, algum tempo depois, curandeiro de fama regional, justificando a assertiva do advogado Severo Ribeiro sobre sua inclinação à “uma vida rústica, cheia de realizações”.³⁸⁵

Os relatos descrevem, portanto, um cidadão de ativa participação na vida comunitária local e, nesta perspectiva, vem à tona um questionamento em relação ao nível de envolvimento de José Gomes Filho com a Igreja. Seria possível que Senhor Gominho tivesse alguma função dentro da paróquia de Itapecerica? De acordo com Preta:

³⁸² Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

³⁸³ Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

³⁸⁴ APSBI [Arquivo da Paróquia de São Bento do Itapecerica], *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapecerica*. Itapecerica, 1931-1939.p. 96v-97.

³⁸⁵ SILVA, Severo Ribeiro da. Op. Cit. p. 7.

Por exemplo, festa igual tem agora, as barraquinhas, né, aquela coisa, ele ajudava a celebrar, rezar terço quando vinha terço nas casas, tipo novena! Ele ajudava a rezar. É... Ele que gritava leilão de São Sebastião na Igreja, era assim, essas coisas assim... sabe?! Mas ele participar, fazer parte da igreja mesmo, assim, não.³⁸⁶

O capitão-mor do Reinado considerar-se-ia praticante da religião católica? Segundo Preta, seu avô era, sim, católico, tendo aprendido as práticas de cura que efetuava por meio de um livro: “ele tinha uns livro lá né, agora eu não sei, se, foi através desses livros também... É umas coisas que ele começou muito antes, a gente era muito criança [...]”³⁸⁷. Mas se a neta não tem condições de apresentar maiores detalhes sobre as atividades curatórias do avô, cabe ressaltar, no entanto, que, o próprio pertencimento católico de Preta e seu não envolvimento na festa de Reinado fazem com que ela não se atenha às heranças africanas do ritual, buscando, de todo modo, enfatizar o catolicismo professado por Senhor Gominho, assim como o seu entendimento dos festejos de Reinado na atualidade como um culto integrante da Igreja: “agora é só a Igreja Católica, tem a procissão de Nossa Senhora...”³⁸⁸

Outra face destacada da atuação comunitária de José Gomes Filho teria sido na assistência aos doentes no surto da varíola. Os contaminados na cidade eram chamados de “bexigentos” e, de acordo com a tradição oral, o líder congadeiro teria sido o responsável pelo cemitério construído para abrigar os corpos dos doentes, localizado na entrada de Itapeçerica. Preta ratifica esta versão:

Ele no cemitério, foi enfermeiro dos doentes, né! Perdeu tempo indo lá, nesse cemitério que não podia atravessar com os doentes na cidade, porque era doença contagiosa, né! [...] Minha mãe estava com dois meses, quando deu essa doença aqui. Inclusive, na minha avó deu a doença. [...] Ela teve, e um, dois irmãos dele [de Senhor Gominho]. Foi os três que salvaram. [...] Eu acho que a doença, já foi mais branda né?! Porque é a ... lá tem o nome de cemitério dos bexigentos, porque eles davam os bicho, sabe assim, nas juntas? Que é uma doença assim, que eles falam que é a varíola. Então é... Dava bicho em todas as feridas né. Então ele fazia os curativos, dava banho neles, né! Então, eu num sei né, depois se essa doença já foi abrandando mais.³⁸⁹

³⁸⁶ Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

³⁸⁷ Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

³⁸⁸ Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

³⁸⁹ Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

Em conversas informais com alguns moradores da cidade, observa-se a crença de que os parentes próximos de José Gomes Filho teriam sido os únicos habitantes a salvar-se da varíola em decorrência dos poderes taumaturgos do capitão-mor, conjectura sobre a qual a neta Preta não faz nenhuma alusão. A pesquisadora Josyany Garcia obteve, através de um antigo empregado do líder congadeiro, o que seriam anotações de próprio punho de Senhor Gominho a respeito da assistência aos doentes da varíola. A “Relação dos doentes variolosos, mortos e restabelecidos – em Itapecerica – em julho de 1925”, consiste em uma lista de 3 páginas, com os nomes dos contaminados, data de surgimento da enfermidade, sintomas e dia de falecimento, quando era o caso.³⁹⁰ Interessante notar que alguns moradores de Itapecerica garantiam a ausência de instrução formal do Senhor Gominho, relacionado seu envolvimento no Congado com um pretenso analfabetismo e falta de predisposição para o investimento em uma formação intelectual.³⁹¹ Ao ser indagada se o avô tinha qualquer vinculação que justificasse sua dedicação aos enfermos, se tinha alguma formação em enfermagem ou algo nesse sentido, Preta responde: “nada, nada”:

O vovô era muito caridoso, sabe. Aqui em baixo tem a vila que ele fez. Ele que fundou a Igreja, tirava folia, o dinheiro da folia ele entregava lá, para fazer os barracões [...] agora nós doamos para os vicentinos, eles é que tomam conta, mais até, era Vila do Zé Gominho, chamava ela de Zé Gominho. Lá, num sei se são seis ou sete barracões. [...] moram pessoas que não tem condição de pagar aluguel. É igualzinho a vila Vicentina lá em cima.³⁹²

³⁹⁰ Acervo particular de Josyany Garcia de Oliveira. *Anotações relativas aos doentes da varíola – manuscritos de José Gomes Filho.*

³⁹¹ Observe-se que tal representação de analfabetismo contrapõe-se também frontalmente à imagem portada por sua neta, que descreve seu interesse pelas leituras, como indicado à p. 151 desta dissertação.

³⁹² Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

Relação dos doentes Variolosos, mortos e restabelecidos - em Itapepecerica - em Julho de 1925

Doente - *Francisco Antônio dos Santos* - adoeceu a 15 de Julho, febre alta, erupções; depois de grandes as bolhas, tomou diversos banhos frios. A que veio a falhar, a 21, conforme dizem falta de trato.

Doente - *Anna* - adoeceu a 4 de Julho, desam- de dois purgativos, sulfato de Sódio, não sobiu erupção, continuou de com febre alta, sentiu-se atacada do peito, e garganta. Veio a falhar a 8 de Julho.

Doente - *Baria* - adoeceu a 6 de Julho, a que recebeu o mesmo tratamento acima. Veio a falhar a 11 de Julho.

Doente - *José Beuto* - adoeceu a 7 de Junho, com febre alta, usou o seguinte tratamento, tomou um purgativo - sulfato de sódio, chá quente (diversos) casulna - água boricada. Depois do arrolho usou os ungimentos de Lázara. Tem grande desvario intelectual que veio a falhar a 14 de Julho.

FIG. 2 - Anotações relativas aos doentes da varíola – manuscritos de José Gomes Filho. 1925.

A tal vila de casas citada por Preta situa-se no espaço correspondente ao atual bairro do Bom Jesus, e, aparentemente, foi construída por José Gomes com o mesmo propósito de caridade da vila da Conferência de São Vicente de Paulo, estabelecida em 1932 a partir da doação de um terreno da Prefeitura em um bairro periférico em outro extremo da cidade, o Ingás, de acordo com os registros de Monsenhor Vicente Soares no *Livro de Tombo*.³⁹³ No depoimento de Lázara, integrante de uma extensa família de grande participação no Reinado, moradora do mesmo bairro de Senhor Gominho, a congadeira faz referência a tal vila popular. Na ocasião, Lázara falava da autoridade que cercava a figura de José Gomes Filho, portador de certa fama de “bravo”, “o capitão-mor que manda em todos os ternos, o que ele fala tá falado”:

³⁹³ APSBI, *Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento do Itapepecerica*. Itapepecerica, 1931-1939. p. 11v-12.

Um dia eu fui pedir ele uma casa na vila, porque umas casas de cima ali, era dele, só que o povo do bairro tudo ajudando, carregando pedra, tijolo, tudo pra ele, ele só levantou. Eu pedi para minha sogra porque ela morava na roça. Falei: “o Zé, vim cá pra pedir um cômodo aqui na vila pra minha sogra que mora lá na roça, pra ela passar o Reinado aqui”. Ele: “agora não menina, só depois que passar o Reinado”. Eu falei assim: “o Zé, eu preciso da casa é agora, depois que passar eu não vou querer, o que que eu vou fazer com ela? Que ela mora lá na roça, ela não vai mudar pra cá. Ele: “uai menina você esta com pressa, então vai lá, abre lá, e põe ela lá dentro.” Eu: “se eu pudesse abrir lá, eu não vinha aqui falar nada com o senhor não, eu ia lá e abria uai. Não é minha, como é que eu vou abrir?” E ele não arrumou.³⁹⁴

Na entrevista de Preta, a neta de José Gomes Filho afirma a implicação do avô na fundação da Igreja do bairro Bom Jesus, onde a família tradicionalmente se estabeleceu, “ele que fundou a Igreja”³⁹⁵. Segundo o *website* da paróquia de São Bento de Itapecerica, na seção reservada à descrição da história de fundação cada templo católico da cidade, os acontecimentos teriam se dado da seguinte maneira:

Quanto ao terreno, houve uma enquete no bairro para saber a opinião do povo. Nos anos anteriores pensava-se construir a Igreja na pracinha de baixo, onde passava a linha de trem-de-ferro, porém, após a extinção da Rede Mineira de Viação em 1967, todo o movimento se transferiu para cima, às margens da rodovia asfaltada. Tendo a maioria da população optado por esta região, a Comissão entrou em contato com o Sr. José Gomes Filho, proprietário da área. Havia este senhor, no passado, angariado donativos durante vários anos para a construção da mencionada capela e não tendo agora como apresentar o montante em seu poder, fez acordo com a Paróquia doando o referido terreno para a construção.³⁹⁶

O depoimento de Preta contribui para traçar o perfil de um sujeito culto, estudioso, dedicado às causas comunitárias – veja o cuidado de Senhor Gominho com os doentes da varíola e a construção da vila de casas populares por ele comandada – mas, novamente, o aspecto que mais ressalta-se na narrativa da neta do antigo capitão-mor, é mesmo a dedicação do personagem à festa de Reinado do município, e de seus arredores:

³⁹⁴ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

³⁹⁵ Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

³⁹⁶ Site da paróquia de São Bento do Itapecerica. Disponível em <<http://www.paroquiaitapecericamg.com.br/Bomjesus.html>>. Acesso em 01/08/2012.

Eu acho que não herdei o dom dele para o Reinado não... [...] É, ela gosta também [fala da mãe, filha de Senhor Gominho], mas nós não somos fanáticas igual ele, porque ele era... Ele gostava demais do Reinado. Portanto que ele fazia aqui em Itapecerica, em Lamounier, ele fazia em Neolândia, não era só aqui, né. Ele era o capitão–mor desses três lugares [distritos de Itapecerica]. [...] Ele gostava mesmo, ele era fanático!³⁹⁷

A força da personalidade de Senhor Gominho, seu interesse pela história de seu país e posição proeminente na festa do Reinado, parece ter repercutido em todos que com ele conviveram, nem que seja por breve espaço de tempo, suficiente para a realização de uma entrevista:

A entrevista com o Sr. Gominho nos deixou saudades, pela boa acolhida, lucidez, amor pelo Reinado, forma de expressão muito pessoal e respostas jocosas. Conseguia transmitir com precisão o que desejava. Guardei com enlevo esta frase “Eu só mandava e desmandava, agora sô comissário” e outras. Poucos antes, ao falarmos do acompanhamento instrumental do Reinado do Reinado nos disse: “os músicos afinam a viola com a vida” Ao nos despedir, dissemos: “desejo-lhe que viva muitos anos” ao que nos respondeu “já estô no fim do credo”. Levou-nos para ver seu acervo de peças, variadas, sem critério de seleção, e fotografias. Referentes à escravidão só vimos um peso de prender um escravo. Mostrou-nos dois álbuns de fotos antigas e valiosas, para estudo. Chamou-nos atenção vários retratos de crianças e adolescentes falecidos, em seus caixões. Permitem observar os trajes mortuários, as ornamentações utilizadas e costumes da época.³⁹⁸

Sendo assim, a reminiscência de sua figura de liderança ainda possui grande apelo entre a comunidade congadeira, sobretudo entre os que conheceram e puderam conviver com José Gomes Filho, como o atual capitão-mor do Reinado, Anielo D’Alessandro. Anielo era filho do fundador do terno dos Marinheiros, Geraldo D’Alessandro, personagem tido na cidade como um dos grandes incentivadores da festa nos anos 1940, um dos ilustres “companheiros de empreitada” de Senhor Gominho. Em um de seus textos, pertencente ao acervo da Associação do Reinado, Anielo narra um sonho ocorrido em meio à realização da festa, cujo almoço festivo acontece na morada do velho capitão-mor:

³⁹⁷ Entrevista realizada pela autora com Inesília Luzia Silva (Preta), em abril de 2006.

³⁹⁸ GIFFONI, Maria Amaral Corrêa. Op. Cit. p. 27.

Era uma sexta-feira do mês de fevereiro, logo após a meia-noite, fui me repousar, pois estava cansado. Antes de dormir orei para Deus e para Nossa Senhora do Rosário, agradecendo por mais um dia que vivi e também pedi um bom sono, dormi bem, muito bem, graças a Deus. Passaram-se as horas daquela noite e início da madrugada. Quando esta se acabava, a aurora anunciava um novo dia, eis que vem o sonho se manifestando em minha mente no momento do sono. Sonhei que estava no dia do Reinado, já havia começado, a Princesa Isabel já havia libertado os escravos na cerimônia da Abolição, os ternos iam descendo pela rua do Rosário em direção ao almoço. Este dia o almoço de Domingo seria na casa do velho Capitão-Mor, o comandante, Zé Gominho. Devido a distância de sua casa, os ternos foram de condução, Vilão, Congo, Catupé e Marinheiro. Lá chegando havia uma velha estrada carreira, que ficava a esquerda de quem saía da cidade. A alguns metros antes de chegar a casa do Maioral do Rosário, os ternos apearam e começaram as cantorias típicas do nosso Reinado.³⁹⁹

O sonho que motiva a bela descrição de Anielo tem como pano de fundo a residência do “Maioral do Rosário”, aprazível casa de fazenda nos arredores da cidade, cenário em que a cena onírica vai desdobrar-se:

A festa estava animada na casa do Zé Gominho, tinham muitos atrativos, o macaquinho alegrando a meninada, as suas araras multicores, as plantações de frutas, o córrego, a horta, e vi também o sinal da estrada de ferro de Itapecerica, onde o trem nunca mais passou. Lá estava [...] a família do chefe reunida, e todos os ternos bem fardados começaram o almoço, naquele domingo de Reinado Grande do Rosário. [...] O Sr. Gominho com a casa cheia de convidados e os seus capitaneados da Irmandade do Rosário, pediu licença para descansar um pouco, deitou e tirou um cochilo. Naquele dia estava tudo lindo, parece que Nossa Senhora do Rosário estava ali junto conosco. [...] O Sr. Gominho disse ao terminar o Coreto, “eu estava descansando, dormi e sonhei, Nossa Senhora do Rosário veio e falou, olha Capitão, eu sou a dona do Reinado, e estou preocupada com os meus Reis Coroados, mais tenho certeza que a festa não pode ser abandonada, pois aqui do céu tenho sempre abençoado, a Caixa, o Bastão, os Tambores, todos os soldados e todos que tem fé e amor no coração, meu Reinado nunca acabará, porque de mim, a Mãe dos Reinadeiros sempre terá proteção!” O velho Capitão emocionado, chorando de alegria, chamou os ternos para formar, “vamos para a cidade, pro Reinado festejar”. Os ternos subiram um desfile

³⁹⁹ Acervo particular da Associação do Reinado de Itapecerica. *Sonhei com o dia do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D’Alessandro*. 16/02/2008.

comandado pelo Maioral, chegando à cidade os esparramaram.⁴⁰⁰

Toda emoção suscitada pelo sonho de Anielo, que provavelmente tenha justificado a iniciativa do líder congadeiro de registrar o ocorrido, é ocasionada pela mensagem de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dedicada à proteção dos instrumentos rituais e dos “soldados” da festa em sua homenagem. Mas, ao invés da Santa aparecer para o próprio Anielo, atesta-se uma intermediação entre entidade e devotos do Rosário pela figura de comando do “velho Capitão”, o citado “Maioral”. Tal conjuntura é salutar para se que perceba que, mesmo tendo falecido nos anos 1980, a preeminência de José Gomes Filho foi tão significativa, que mesmo o congadeiro ocupante do mais alto posto na hierarquia ritual da festa na atualidade faz questão da referência ao antigo capitão-mor, em uma configuração que se remete a uma espécie de ascendência religiosa de Senhor Gominho na comunidade de Itapecerica como um todo, notadamente entre os reinadeiros:

Acordei-me com o coração acelerado de alegria, emocionado, pensei: não sonhei, vi um sonho, pois foi tudo uma verdade, uma história de Reinado que há muitos anos é celebrado. Bendito louvado seja a Nossa Senhora do Rosário, para sempre seja louvado a Virgem do Rosário, que sempre seja festejada.⁴⁰¹

É plausível supor que tal singularidade mostre-se indissociável das práticas de cura agenciadas por José Gomes Filho, iniciadas a partir de seu contato com as plantas, na época em que trabalhou como jardineiro do Educandário do município. Sobre esta temática, os depoimentos de Lázara e Maria Augusta contribuem para realçar alguns pontos importantes. As duas entrevistadas se declararam ativas praticantes do catolicismo, fazendo questão de reafirmarem o Reinado como uma festa essencialmente católica.

Como foi citado, Lázara menciona até mesmo uma graça alcançada, a recuperação da enfermidade de sua filha, para explicar seu interesse pela festa. No tocante à implicação da Igreja no Reinado, ela replica: “uai os padres celebram a

⁴⁰⁰ Acervo particular da Associação do Reinado de Itapecerica. *Sonhei com o dia do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D’Alessandro*. 16/02/2008.

⁴⁰¹ Acervo particular da Associação do Reinado de Itapecerica. *Sonhei com o dia do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D’Alessandro*. 16/02/2008.

missa conga né? Gostam muito também, fica contra não, é uma festa de Igreja também. Tem a Nossa Senhora do Rosário”⁴⁰². A celebração da missa pelos clérigos ratifica, na visão da Rainha Conga, a vinculação católica da festa, sobretudo pela invocação à Virgem do Rosário. No entanto, a congadeira, ao afirmar que o Reinado “é uma festa de Igreja *também*”, motiva o questionamento sobre a possibilidade de haverem outras crenças imbricadas à manifestação religiosa, ao que Lázara argumenta:

Misturado não. Eles falam que mexe com muita macumba, mas eu não posso provar que eles não fizeram macumba pra mim, eu não sei né! Eu vejo eles mais pro lado da Igreja Católica, é rezando, pode ver, que até as músicas que eles cantam tem a Nossa Senhora no meio, eu não vejo nada de errado não. E nem os padres também, se pode, que eles nunca proibiram né?⁴⁰³

Na fala da Rainha Conga, pode ser notada uma atribuição negativa ao termo macumba, uma associação a algo “errado”, reprovável, e mesmo um assunto delicado em se tocar. A pesquisadora Patrícia Costa chega à constatação semelhante, em sua análise do Congado no município de Serra do Salitre, incluindo nesse bojo, no caso, o espiritismo.

A macumba e o espiritismo são percebidos pelos congadeiros da Serra como práticas desenvolvidas em centros e que consistem numa relação com os espíritos cujo objetivo é normalmente fazer o mal a outrem em qualquer aspecto da sua vida. A feitiçaria, por outro lado, refere-se a práticas ligadas à sabedoria dos antigos e transmitidas através das gerações, o que não envolve espíritos e possessão. Sua execução tradicionalmente liga-se ao bem, mas pode, no momento da dança, servir ao mal. Como afirma um congadeiro: Tem o livro do mal e do bem, você sabe... Aqueles que praticavam o mal estudavam só aquela parte de covardia e o que desejava fazer o bem, praticava mais o bem. Durante a performance, os feitiços podem tanto atrapalhar a apresentação de um terno, quanto proteger os membros do grupo desmanchando os feitiços alheios lançados aos mesmos (que denomino contra-feitiços). É uma prática ligada à congada, preferencialmente manifesta em momentos rituais e subsumida ao catolicismo. O medo de estabelecer uma confusão entre congado e macumba faz da

⁴⁰² Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

⁴⁰³ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

feiticeira um assunto oculto, pouquíssimo revelado nas conversas diárias com os congadeiros.⁴⁰⁴

No decorrer da entrevista de Lázara, vem à tona a questão sobre o agenciamento das práticas de cura do líder congadeiro José Gomes Filho. Segundo ela:

Ele era benzedor né?! Era. Fazia garrafada também. E muita gente tinha fé nos remédios dele porque lá vivia “assim” de gente. Às vezes eu ia pra banda de lá e quando voltava encontrava aquele punhado de gente. Às vezes as pessoas estavam com hora marcada pra voltar de ônibus, né? “Oh seu Zé, me atende depressa, senão vou perder o ônibus”. Ele falava: “uai, menina, você veio [parte inaudível] então vá”.⁴⁰⁵

De acordo com estudo de Patrícia Costa, que trata do Congado no município mineiro de Serra do Salitre, o benzimento consiste:

[...] na atualização da magia dos antigos relacionada particularmente à cura. Para os congadeiros as doenças podem ser causadas por moléstias físicas ou por quebranto (*mau-olhado*). Primeiramente, cabe à benzedeira identificar a exata origem (física ou espiritual) da enfermidade. Depois, ela atua como uma espécie de intermediária entre as pessoas que precisam de ajuda e os santos católicos ou *anjos de guarda*, rezando às divindades específicas necessárias à resolução do problema. Além das orações, a benzedeira pode receitar chás ou remédios feitos à base de ervas e plantas que auxiliem o doente. As orações exatas destinadas a divindades particulares, bem como a manipulação das plantas certas à determinada doença, são parte da sabedoria mágica dos antigos perpetuada através da ação de benzer e restrita a algumas pessoas.⁴⁰⁶

Descrito, então, como um curandeiro de dilatada notoriedade, indaga-se a respeito da religião professada pelo líder Moçambiqueiro:

Uai, assim, de ir à igreja eu não lembro porque eu era pequena, mas é... Essa festa né?! É de igreja, e ele também... [...] Porque tem também hum, você passou ali em cima? Foi ele que colocou aquela cruz lá. Tinha uma na praça aqui, mas fico na praça e eles arrancaram. Levaram pra lá. Ele rezava direto.

⁴⁰⁴ COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As Raízes da Congada: A renovação do presente pelos filhos do Rosário*. 2006. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 165.

⁴⁰⁵ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

⁴⁰⁶ COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. Op. Cit. p. 167.

Juntava aquela turma de gente e ia para reza. Eu acredito que ele era católico. Mexia com as procissões, mas...⁴⁰⁷

Lázara não completa a frase. Parece reticente, tanto para sentenciar uma vinculação exclusiva à religião católica da festa de Reinado, quanto para afirmar definitivamente o catolicismo de Senhor Gominho, até mesmo em vista da pouca idade da congadeira, no momento do contato mais próximo com o velho capitão-mor. Não obstante, ela deixa claro, assim como Preta e o escrito do advogado Severo Ribeiro, que José Gomes Filho de fato se envolvia em ritos da Igreja, como rezas coletivas, tendo, inclusive participação no resgate do monumento em forma de cruz do bairro Bom Jesus.

De acordo Maria Augusta, Senhor Gominho era “apenas curandeiro, não fazia feitiço, fazia o bem”,⁴⁰⁸ arrolando, em sua fala, uma conotação negativa às práticas relacionadas à feitiçaria. Como, então, classificar os poderes taumaturgos de José Gomes Filho, os quais foram também responsáveis pela atribuição de um marcante relevo social ao personagem? Uma parte importante da trajetória do capitão-mor, filho de pai proveniente de Portugal, imbricava-se à Igreja Católica; todavia, não se deve, sob hipótese alguma, desconsiderar as significativas heranças africanas do Reinado, além de que sua posição proeminente na festa fora obtida através da sua atuação ritual, no comando, não de qualquer grupo, mas do Moçambique, o terno “mais de preto”.⁴⁰⁹

Para colocar luz em tais questionamentos, utilizar-se-á de uma fonte tremendamente interessante. Coube a uma das netas de José Gomes Filho, Aparecida Silva, a posse de um dos livros usados nas curas do avô. A obra *Cruz de Caravaca* é comumente vinculada ao catolicismo popular, mas o que mais interessa aqui são as anotações de próprio punho de José Gomes Filho, datadas de 1950, portanto, pouco tempo depois do reavivamento do Reinado, provavelmente momento ápice da atuação do capitão-mor na festa.

A tal cruz que dá título à obra em questão, consiste em uma relíquia cristã, de raízes espanholas, que, segundo tradição popular, teria fragmentos da crucificação de Jesus Cristo, tendo, logo, poderes curatórios. No verso da folha de

⁴⁰⁷ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

⁴⁰⁸ Entrevista realizada pela autora com Maria Augusta Teixeira dos Reis, em abril de 2006.

⁴⁰⁹ Entrevista realizada pela autora com Lázara das Graças Marques, em abril de 2006.

rosto do livro do Senhor Gominho, pode ser observado um texto com o título de “Oração de Santa Maria”:

Santa Maria minha acolhei-me a vossa proteção entregando por completo ao vosso amparo em prova de meu afeto; a vos ofereço esta vela que acenderei nas minhas penas pela mesma felicidade que tiveste em ospedar em vossa casa o divino salvador do mundo; intercedei-me hoje e [?] por mim e toda minha família para que sempre invoqueis o divino Deus todo poderoso, todas necessidades da vida suplica-vos ó Santa Maria tenhais sempre misericórdia comigo e concedei-me a graça que hoje vos peço de todo coração “faz o pedido” roga-vos senhora que me façais vencer todas dificuldades da vida como vencestes o dragão aos vossos pés [?].⁴¹⁰

Logo abaixo da oração, José Gomes Filho escreveu: “1 pater nosso, ave maria, Gloria pater a Santa Maria, [?] esta oração resa 9 terça-feira cada dia, 1 vela acende até acabar, no fim do serviço uma esmola ou caridade em favor de Santa Maria”, deixando claro que a invocação à Santa Católica deveria ser entoada pela obtenção de alguma graça, e condicionada à alguma prática de caridade ou esmola aos pobres. No verso da última página desse mesmo livro, encontra-se outro escrito atribuído ao Senhor Gominho, “Evocação astrais para atrair”:

Dirigir nossas aflições astrais soberanas para este talismam que vos representa neste planeta que chama terra e [?] todas as virtudes e qualidades para que eu por intermédio possa receber todos os contratempos da vida, adquirir riqueza e poder, não ofendido nem vencido por espertas pessoas, estar livre de malefício encantos e mais sortilégios pra ninguém-me possa fazer mal ou dons e que as pessoas as pessoas em absoluto domínio sobre os astrais, elementos da terra espirituais e pessoas Adonai, Jeová, Mitratam, Ariel, que dormem com seus dons de sabedorias afim de que com magias e virtudes obtenha em tudo quanto desejo, segunda vez peço aos astrais elementos da terra e espirituais criadas que [?] nesta solene data hora o meu rogo e me deténs da raça para que por intermédio e deste que [?] possa-o obtenha quantas [...] nem só em meu benefício [?] semelhantes.⁴¹¹

Nesta reza, José Gomes Filho cita distintas entidades, provenientes de igualmente distintos estatutos religiosos. “Adonai e Jeová” são termos de origem

⁴¹⁰ Acervo particular de Aparecida Silva. *Orações manuscritas por José Gomes Filho*. 1950.

⁴¹¹ Acervo particular de Aparecida Silva. *Orações manuscritas por José Gomes Filho*. 1950.

hebraica, empregados para designar o próprio Deus, presentes do Velho Testamento. Já “Mitrata”, parece referir-se a “Mitra”, uma entidade integrante das mitologias persa, indiana e greco-romanas; já “Ariel” sugere uma alusão ao arcanjo judaico.

No fim do trecho, nota-se a inscrição “O Santíssimo Breve de Roma”. Esta oração católica, que segundo Aparecida Silva, tornou-se popularmente difundida, foi dada por Senhor Gominho a cada um dos netos, em um pequeno embrulho envolto em material de couro, “benzido” pelo avô, e que traria bons fluidos. Pode ser estabelecido um paralelo entre tal objeto e os sincréticos “amuletos de sorte” largamente disseminados no Brasil colonial, aqui abordados pela historiadora Célia Borges:

Os negros no processo de interação com a cultura dos grupos dominantes tenderam a assimilar o cristianismo a partir de suas necessidades, conservando-se fieis as suas lógicas culturais. O uso de mandingas (saquinhos de pano contendo elementos considerados mágicos: orações, hóstias, ramos de arruda, alho, enxofre, ou, ainda, papeis escritos com sangue de frango) pela população do Brasil colonial não se constitui uso privativo de um segmento social. Segundo Laura de Mello e Souza, “congregaram a tradição européia de amuletos com o fetichismo ameríndio e os costumes das populações da África.”⁴¹²

Em outro livro pertencente a José Gomes Filho, este sem capa, folha de rosto, ou qualquer outra referência, com o conteúdo formado por salmos bíblicos, descritos como “salmos mágicos” verifica-se novo texto, de nome “Cura de Ar” aparentemente elaborado pelo curandeiro, tendo em vista sua assinatura nas linhas finais.

Ar e quero em louvor das três pessoa da santíssima Trindade
 Padre filho espírito santo. Ar que estiver no seu corpo = seja o
 ar do dia ou o ar da noite ar do sol= ar da lua= ar do vento= ar
 do fogo= ar da água= ar de esparmo= ar de paralegia = ou ar de
 permagia ou ar quente = ou ar frio ar das estrelas= ou vivo= =
 ou morto ou [?] = ou batizado ou ar de peste toda clase de ar de
 justiça ou malefício requer um nome das três pessoa da
 Santíssima Trindade que o mal que tiver no teu corpo na
 cabeça sairá para o mar salgado a onde nem gálio nem galinha
 cantara e meu afilhado o homem [?] rezando para o lado do

⁴¹² BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 133.

inferno ofereceno a Santíssima Trindade ou Santíssimo Sacramento da Eucaristia aplicado para almas do pugariorio Amém Jesus Maria José.⁴¹³

Em outra página dessa mesma obra, o último escrito de José Gomes Filho, a “Oração do Deus Onipotente”, que também menciona entidades católicas:

Alto Deus Onipotente = filho da Virgem Guardai me por todas as noites e as manhas por todos os dias meu corpo não será preso nem ferido nem meu sangue derramando no meio de meus inimigos Jesus Cristo filho de Virgem Maria eu estarei com o retrato de São Francisco na mão peça pelo amor de Deus alegria na alma e sossega meu coração Senhor o dia e pesado a (?) e (?) se a morte vier me buscar em desde já eu chamarei por meu deus de tão bom coração que me de a confissão.⁴¹⁴

Além de todo este corpo de orações, nos livros de José Gomes Filho também estão presentes alguns desenhos, sob o título de “pontos”, aparentemente representações de emaranhados de espadas e velas. Patrícia Costa busca definir o que seriam os chamados “pontos” no Congado:

Os versos que expressam a disputa entre capitães são denominados *ponto* ou *demanda*. Pode-se dizer que eles situam-se na borda da *magia*, em relação aos demais feitiços descritos localizados no cerne da mesma, sendo aos poucos preferencialmente percebidos como jogos. O *ponto* é direcionado especificamente a um outro comandante desafiando-o, devendo, portanto, ser retribuído pelo capitão provocado. No *ponto* os capitães disputam a criatividade ou *esperteza* na elaboração dos versos e execução de rimas, que se tornam importantes indicadores da sabedoria e experiência do capitão. Em Serra do Salitre o *ponto* é percebido como veículo de *feitiçaria* na medida em que expressa o mal desejado entre as lideranças de terno. Em outras cidades, como no Salitre de Minas, ele aparece desvinculado da *magia* e seu caráter prejudicial reside no fato dele agudizar as rivalidades existentes ou produzir novas tensões podendo impedir a continuidade das *visitas* e, portanto, da reciprocidade típica das festas. No entanto, se ele não ofende, não há problemas para a sua execução.⁴¹⁵

⁴¹³ Acervo particular de Aparecida Silva. *Orações manuscritas por José Gomes Filho*. 1950.

⁴¹⁴ Acervo particular de Aparecida Silva. *Orações manuscritas por José Gomes Filho*. 1950.

⁴¹⁵ COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. Op. Cit. p. 184. Esta é a definição de “ponto” dentro do Congado, mas também nos ritos da Umbanda, se faz referência ao que seriam “pontos cantados”, cânticos entoados para invocação das entidades no espaço sagrado do terreiro, e “pontos riscados”, isto é, “sinais cabalísticos desenhados no chão”, nesse caso, elementos que aproximam-se dos desenhos de José Gomes Filho. Cf. BARROS, Sullivan Charles. Os exus mirins da Umbanda.

Assim, dando prosseguimento à tentativa de categorizar as práticas de cura promovidas por José Gomes Filho, utilizam-se as conclusões tecidas por Ralph Della Cava no que tange à afirmação da existência de um tipo de religiosidade característica das classes médias:

O apostolado leigo, uma forma de religiosidade específica para as classes médias [...], era o domínio próprio de militantes escolhidos e não dos fiéis arrebanhados indistintivamente. Para estes, a religiosidade ou espiritualidade era desenvolvida quase que exclusivamente através da ampla variedade de rituais oficiais e devoções populares. A mais essencial sempre foi a obrigatoriedade de assistir a missa aos domingos e receber a comunhão.⁴¹⁶

Já para a massa dos fiéis, o autor desenvolve um conceito de “catolicismo popular”:

[...] cuja essência tem como fundamento a ambigüidade diante da autoridade clerical. Essa ambigüidade não deriva do moderno anticlericalismo europeu, esclarecido e arraigado na classe operária; deriva, sim, da percepção, por parte do trabalhador rural, do sacerdote como a síntese da autoridade civil-religiosa, simultaneamente opressora e libertadora do explorado.⁴¹⁷

Ora, em Itapeceira, pode-se afirmar que a “espiritualidade específica das classes médias” e a religiosidade vivenciada pelas massas delimitadas pelo autor imbricavam-se na figura de Senhor Gomes Filho; afinal, o agente, integrante de camadas medianas, e de comprovada liderança comunitária, catalisava a prática de uma série de “devoções populares”, “ambíguas” diante da “autoridade clerical”, já que funcionavam como um contraponto à hierarquia institucional da Igreja. Por meio dessa citação, pretende-se questionar à rígida demarcação de fronteiras entre um catolicismo apregoado como “popular” e aquele vivenciado pelas elites.

Se a pesquisa parte do pressuposto de que a década de 1920 caracteriza-se por representar um período de transição entre um entendimento universalizante de tradição no seio da instituição católica – na esteira do projeto ultramontano – e

Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>>, acesso em 10/10/2012.

⁴¹⁶ DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX. *Estudos Cebrap*, 12, abr. jun. 1975. p. 26.

⁴¹⁷ *Ibidem*. p. 26-27.

uma leitura de tendência mais inclusiva aos interstícios locais, encetando um molde patriótico de catolicismo – mais destacado pelos leigos tradicionalistas (como em *O Natal*) – os dois grupos (clero e leigos tradicionalistas católicos) estavam articulados na Neocristandade. O que destoava fortemente, na visão da Igreja, era uma leitura sincrética da tradição, que não reconhecia a hierarquia eclesiástica como fundamental para a concretização da experiência com o sagrado. Esse era um problema bastante delicado para a Igreja, o não reconhecimento, ou o não respeito pela função do sacerdote, na intermediação da experiência religiosa. Esta questão não tem necessariamente a haver com a vivência de um catolicismo popular, até porque tais liames, o popular e o erudito, são demasiadamente tênues, conjectura que o personagem Senhor Gominho ilustra de forma ímpar.

Para crer em uma rigorosa delimitação entre o que seria o popular e erudito, é necessário partir de uma prerrogativa, segundo a qual as identidades se caracterizariam por serem, em larga medida, “autocontidas”.⁴¹⁸ Nesse sentido, o estudo do historiador Stuart Hall, que enfoca os processos alavancados a partir da diáspora africana, acrescenta relevantes contribuições, pois toca na diversidade de pertencimentos envolvidos nos contatos e trocas culturais estabelecidas em territórios coloniais, podendo, nessa perspectiva, se estabelecer um paralelo com o caso brasileiro:⁴¹⁹

Como podemos conceber ou imaginar, a identidade, a diferença, e o pertencimento, após a diáspora? Já que a identidade cultural carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como devemos “pensar” as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença e disjuntura? Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem de genes, seja constitutiva do nosso eu mais interior.⁴²⁰

O postulado que o pesquisador questiona, assim, refere-se à unicidade atribuída às identidades culturais, como se estas fossem constituídas por entidades abstrativas prontas e acabadas, cristalizadas, estabelecidas, não se formulando e reformulando em meio a tal contexto:

⁴¹⁸ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997. p.

⁴¹⁹ HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

⁴²⁰ *Ibidem*. p. 28.

As questões da identidade cultural na diáspora não podem ser “pensadas” dessa forma. Elas têm provado ser tão inquietantes e desconcertantes para o povo caribenho, justamente porque, entre nós, a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica. Nossas sociedades são compostas não de um, mas de vários povos. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo – dizimados pelo trabalho pesado e a doença. A terra não pode ser “sagrada”, pois foi “violada” – não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenceram originalmente a outro lugar. Longe de construir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com a história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas.⁴²¹

Logo, na ânsia de abalizar tais dinâmicos processos de mobilidade cultural, as ciências humanas importaram das ciências naturais o termo “hibridismo”. Cancline, que como Hall, transita em tal temática, prefere utilizar-se do termo hibridação, “porque abrange diversas mesclas interculturais permite incluir as formas modernas de hibridação melhor que ‘sincretismo’, fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais”⁴²²

É sob tal prisma que se pretende alocar a religiosidade expressa pela proeminência da figura religiosa de Senhor Gominho, ao contrário de tentar aparar as (diversas) arestas e aprendê-las sob à luz de alguma categorização rígida, pois, pode-se notar, ela tende a escapar de quaisquer imputação analítica que negue a sua essência fluida e agregadora, sincrética, híbrida. É nesse sentido que Cancline tece críticas ao uso da expressão “erudito”, “É preferível falar em culto, elitista, erudito ou hegemônico? [...] Erudito é a mais vulnerável, porque define essa modalidade de organizar a cultura pela vastidão do saber reunido enquanto oculta que se trata de outro tipo de saber: não são eruditos também o curandeiro e o artesão?”⁴²³ Assim, em uma contraposição entre a ascendência religiosa de José Gomes Filho e a de seu contemporâneo padre José Medeiros Leite, por exemplo, não se atesta um contraponto entre uma liderança “popular” e outra “erudita”, mas sim, entre um representante dos quadros institucionais da Igreja Católica e um leigo, mas nem por isso deve-se “ocultar” o tipo de saber inerente ao líder Moçambiqueiro:

⁴²¹ Ibidem. p. 30.

⁴²² CANCLINI, Néstor Garcia. Op. Cit. p. 19.

⁴²³ Ibidem. p. 21.

O culto e o popular, o nacional e o estrangeiro, apresentam-se ao final desse percurso como construções culturais. Não têm nenhuma consistência como estruturas “naturais” inerentes a vida coletiva. Sua verossimilhança foi alcançada historicamente mediante à operações de ritualização de patrimônios essencializados. A dificuldade de definir o que é culto e o que é popular deriva da contradição de que ambas as modalidades são organizações do simbólico geradas pela modernidade, mas ao mesmo tempo, a modernidade – por seu relativismo e anti-substancialismo – as desgasta o tempo todo.⁴²⁴

O “pertencimento” ou a fidelidade expressa pela religiosidade de José Gomes Filho, então, é direcionada apenas aos incessantes processos de intercâmbio cultural de um sujeito cuja descrição da trajetória biográfica por si só parece constituir-se em uma sofisticada operação de tradução, em uma singular síntese da própria festa de Reinado em Itapecerica, e, muito provavelmente em outros cenários. O estudo de tais festividades, assim, representa um convite a “continuar a construir princípios teóricos e procedimentos metodológicos que nos ajudem a tornar este mundo mais traduzível em meio as suas diferenças, e aceitar o que cada um ganha e está perdendo ao hibridar-se”:⁴²⁵

De todo modo, a intensificação da interculturalidade favorece os intercâmbios, misturas maiores e mais diversificadas do que em outros tempos, por exemplo, gente que é brasileira por nacionalidade, portuguesa pela língua, russa ou japonesa pela origem, e católica ou afro-americana pela religião. Essa variabilidade de regimes de pertença desafia mais uma vez o pensamento binário a qualquer tentativa de ordenar o mundo e identidades puras e oposições simples. É necessário registrar aquilo, que, nos entrecruzamentos, permanece diferente.⁴²⁶

⁴²⁴ Ibidem. p. 362.

⁴²⁵ Ibidem, p. XXXIX.

⁴²⁶ Ibidem. p. XXXIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da festa de Reinado do município de Itaipericica trouxe à tona uma manifestação cultural e de fé de remota procedência, que demonstrou ser da maior relevância no espaço público da cidade, pelo seu caráter de aglutinação comunitária, assim como pela mescla de historicidades e tradições que confluem experiência religiosa. O Reinado de Itaipericica tornou-se de tal forma referência identitária local que a festa ocorrida no bairro Alto do Rosário passou a ser mais conhecida pela alcunha de “O Grande Reinado”, devido à característica de ajuntar a grande comunidade congadeira alastrada pela cidade, e que comanda a realização de festas de Reinado também em outras datas.

A longevidade dessas práticas festivas pôde ser comprovada por meio da *Ata de Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos*, datada do início do século XIX, mais precisamente de 1818. Esta associação muito possivelmente esteve envolvida na fundação da Capela do Rosário no ano de 1825, o primeiro templo religioso a ser estabelecido na localidade. Na região, décadas antes, em pleno auge da exploração aurífera, fora paulatinamente constituindo-se o antigo arraial de São Bento do Tamanduá, situado no entroncamento de diversas rotas comerciais. Resultou daí uma vila mantida pelo intenso trânsito de mercadorias e gentes de díspares etnias, cenário propício para a disseminação de um culto que inicialmente mostrou-se mais disseminado entre segmentos escravos e forros e seus descendentes.

Não obstante, já no alvorecer do século XX, a devoção a Nossa Senhora do Rosário já se alastrara por vários outros grupos, independente de sua condição socioeconômica ou vinculação étnica. Tanto que a historiadora norte-americana Elisabeth Kiddy, ao abordar a festa em honra à Virgem, no município de Oliveira, chega a considerar o culto como um elemento potencializador da constituição do que se trataria de uma “identidade afro-mineira”:

Segundo Augusto de Lima Júnior, Nossa Senhora do Rosário, tradicional padroeira dos pretos, se transformou em padroeira de Minas Gerais. Apesar do desprezo da Igreja e de uma parte da elite, esta devoção popular teve o poder de dar forma a um

sentimento geral em Minas Gerais. Esta identidade era profundamente conservadora e claramente delineou o reforço das reações de clientela e patronagem que se estabeleciam entre brancos e trabalhadores agrícolas pretos em Oliveira. Além disso, em Minas Gerais, a população negra devota de Nossa Senhora do Rosário foi capaz de usar de modo criativo a dinâmica social para manter suas festas, o que permitiu a continuidade da devoção que unifica suas comunidades e alimenta um forte e positivo sentimento de uma identidade afro-mineira.⁴²⁷

Parece nítido que a devoção a Nossa Senhora do Rosário foi capaz de suplantiar a feição de padroeira dos escravos e conquistar um considerável número de fiéis no seio das Minas Gerais, em especial em cidades integrantes da região centro-oeste.

Particularmente em Itaipicera, as festa em homenagem à Virgem do Rosário sobressaem-se por congregarem, conforme indicado pelos registros do início do século XX, distintos grupos étnicos e sociais, resguardando, é necessário enfatizar, certas alocações específicas. Assim, como a revista *O Natal* corrobora, as festividades de Reinado representaram uma espaço aberto à convivência de negros e mulatos empobrecidos, integrantes das camadas médias e também brancos, fazendeiros.

O discurso enunciado em *O Natal* demonstra que tais manifestações religiosas pautaram-se por uma feição dúplice, que conseguia comportar um sentimento de íntima proximidade dos intelectuais da revista com o Reinado, e, ao mesmo tempo, a reafirmação das rígidas posições hierárquicas sociais em meio às nostálgicas descrições de realização dos festejos. No entanto, a inclusão um discurso leigo nacionalista católico, a partir principalmente da década de 1920, torna a abordagem dos escritores dessa publicação mais atenta às tessituras religiosas locais, em uma leitura da tradição de inspiração patriótica, na qual se confere centralidade ao passado católico brasileiro, às virtudes heróicas, ao culto à terra natal.

Tal período, neste caso, foi demarcado pela disputa entre duas concepções distintas de tradição no interior da instituição católica. Afinal, a hegemonia verificada, até então, pelo projeto ultramontano na Igreja, pregava um entendimento universalizante da tradição, cuja tendência era de exclusão de

⁴²⁷ KIDDY, Elizabeth W. Progresso e Religiosidade: Irmandades do Rosário Minas Gerais, 1889-1960. *Tempo*, Rio de Janeiro, N. 12, p. 93-112, 2001. p. 111.

aspectos centrais das festividades religiosas tradicionalmente presentes no território brasileiro, entre elas o Reinado, face à suposta lascividade das danças, à abundância de comida e bebida e à prática concomitante de jogos de azar.

Mas a interdição interposta pela diocese de Belo Horizonte, comandada pelo bispo Dom Antônio dos Santos Cabral, às festas de Reinado, não conseguiria extirpar uma prática tão enraizada na cultura religiosa local do interior mineiro, caso não contivesse, de forma simultânea, uma estratégia que canalizasse o efervescente culto a Nossa Senhora do Rosário a uma vivência religiosa coadunada com o arquétipo da tradição universal. Os inúmeros *Avisos Episcopais* de estímulo à devoção mariana do Santo Rosário ilustram este empenho do prelado em estabelecer as bases de uma vivência da religiosidade mais austera e centrada na administração dos sacramentos, na qual destaca-se a centralização das atividades paroquiais em torno da figura hierárquico-institucional dos sacerdotes.

Neste sentido, esta dissertação procurou elucidar a centralidade da atuação de certos agentes, interessados tanto na supressão como na defesa das festas de Reinado na cena paroquial do município de Itapeçerica. A convocação de um clérigo cuja trajetória eclesiástica é demarcada pelos estreitos laços com o bispo Dom Cabral propiciou uma atuação local intimamente dedicada na implantação das diretrizes episcopais na esfera da paróquia de São Bento. Sua intervenção conseguiu ser bem sucedida na medida em que portou a sutileza de não se pautar exclusivamente por uma tradição que absolutizasse o universal; ela, dessa maneira, apropriou-se de elementos imbricados, de longa data, à cultura religiosa local, como foi o caso da utilização do culto à Virgem do Rosário para fundamentar a realização de celebrações organizadas em torno de preces, novenas, rezas coletivas e de procissões religiosas bem mais discretas. Indício de sucesso dos propósitos do padre José Medeiros Leite é a vitalidade das comemorações do Santo Rosário de Maria nos dias atuais, ocorridas em outubro, ou seja, em consonância com o calendário católico do dia dedicado à Virgem. Celebrações que convivem tranquilamente com a realização dos festejos de Reinado, estes tendo lugar nos segundo finais de semana do mês de agosto, no bairro do Alto do Rosário.

O ilustre representante das vozes apreciadoras das festas de Reinado nesta pesquisa foi outro José, o capitão-mor conhecido popularmente como “Seu Gominho”. Em contraposição à liderança institucional do vigário José Medeiros

Leite, este agente encampa uma concepção híbrida de tradição, a qual evoca distintos e aparentemente contraditórios pertencimentos, que simbolizam tão bem a fluidez dos processos de constituição de identidades, suas adequações e conflitos permanentes.

Postula-se que tal modelo de tradição, em trânsitos contínuos, seja basilar para se entender o apelo popular que cerca o Reinado em Itapecerica. Talvez a figura de Seu Gominho tenha contribuído para ratificar uma tendência já observada no início do XX na festa da localidade, a de ser um espaço propício às circularidades étnicas. Neste caso, o protagonismo do agente na vida comunitária municipal, sua dedicação aos doentes da varíola, a iniciativa de construir vilas populares para as camadas empobrecidas, a participação nos leilões da Igreja, e, sobretudo, a sua ascendência religiosa local, enfim, todo este panorama pode ter favorecido a solidificação de uma conotação positiva ao Reinado, embasada, maiormente, na peculiaridade das interrelações religiosas proporcionada pela participação na festa.

A relevância da atuação de José Gomes Filho no Reinado de Itapecerica é demonstrada também no momento do acréscimo da cena de libertação dos escravos, na década de 1960. O episódio deve ser igualmente lembrado como endosso à configuração da dimensão intraétnica adquirida pela festa na cidade, tanto que o próprio mito de referência do Congado no local reflete tal incorporação:

Os mitos fundadores são, por definição, transistóricos: não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente a-históricos. São anacrônicos e têm a estrutura de uma dupla inscrição. Seu poder redentor encontra-se no futuro, que ainda está por vir. Mas funcionam atribuindo o que predizem à sua descrição do que já aconteceu, do que era no princípio. Entretanto, a história, como a Flecha do Tempo, é sucessiva, senão linear. A estrutura narrativa dos mitos é cíclica. Mas dentro da história, seu significado é constantemente transformado.⁴²⁸

Se a memória local da festa pode ser cicatrizada, ou seja, mais próxima de um amálgama conciliativo, celebratório, foi também pela inclusão do esquete que simula a Abolição da escravatura. José Gomes Filho, ao incluir a representação da

⁴²⁸ HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 29.

figura da Princesa Isabel nos festejos de Reinado, e, sobretudo, tempos depois, a dramatização do instante em que a personagem da realeza enceta, motivada pelo cruel açoitamento de uma escrava, a leitura da Lei Áurea e a libertação dos cativos, foi capaz de atingir o cerne de toda a problemática racial e social de inexistência de condições igualitárias na sociedade brasileira, além de corroborar uma feição intraétnica já esboçada na festa do local. Se o folguedo teve seu surgimento no país imbricado à insígnia escravista no período colonial, “Seu Gominho”, por meio do acréscimo da cena da Abolição no Reinado, catapultou tal associação a um dos momentos ápices da festividade em honra à Santa católica eleita pelos negros como sua padroeira, bem como pelo bispo Dom Cabral como devoção basilar em seu episcopado, proporcionando assim, em uma festa religiosa tão representativa, uma espécie de catarse social, utópica e reinteirada, ano após ano, oportunidade de redenção.⁴²⁹

Conclui-se, assim, que a religiosidade expressa na festa de Reinado de Itapeverica, seus múltiplos pertencimentos, é emblemática na medida em que mobiliza os processos de identidade, em constante erupção: “as identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão sempre a nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de tornar-se”:⁴³⁰

A modernidade contemporânea (‘pós-modernidade’?) parece, ao contrário, propiciar ao indivíduo a possibilidade de recriar pessoalmente seu universo religioso (ou ‘parareligioso’), por uma operação (universalmente apelidada, nesta literatura, de ‘bricolagem’) através da qual são ecleticamente reaproximados, sobrepostos e/ou refundidos elementos oriundos das várias tradições, nativas e importadas, que a mobilidade geográfica das pessoas e dos produtos culturais põe hoje a sua disposição. Sem dúvida, novas entidades coletivas apontam eventualmente no horizonte dessas operações, mas elas tendem, em regra, a serem transconfessionais, ameaçando desde já, nesse sentido, redesenhar nessas sociedades centrais o mapa do campo religioso contemporâneo. Parece então possível esperar das conseqüências desse fenômeno uns efeitos de transformações mais radicais que as do tradicional ‘sincretismo brasileiro’, situadas que se encontram aquelas num além - e não mais num aquém - da modernidade ocidental.

⁴²⁹ MARTINS, Estevam C. de Rezende. Tempo e memória: construção social do passado na história. *Associação Nacional de História – ANPUH. VIV Simpósio Nacional de História. 2007.*

⁴³⁰ HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 43.

No entanto, os dois fenômenos podem não ser tão estranhos um ao outro como parece à primeira vista. Com efeito, bons observadores daquelas sociedades pensam poder encontrar, no estudo da 'pré-moderna tradição de identidades sincréticas' no Brasil, lições para traçar rumos em direção a uma pós-modernidade socialmente viável.⁴³¹

⁴³¹ SANCHIS, Pierre. As tramas sincréticas da história: sincretismo e modernidade no espaço luso-brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, nº 28, ano 10, 1995. p. 11-12.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1. Acervo particular de Aparecida Silva

Orações manuscritas por José Gomes Filho. 1950

1.2. Acervo particular da Associação do Reinado de Itapecerica – Itapecerica/MG

Ata de Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. Itapecerica, 1818.

Sonhei com o dia do Reinado. Manuscritos de Anielo D’Alessandro. 16/02/2008.

1.3. Acervo particular de Josyany Garcia de Oliveira – Itapecerica/MG

Anotações relativas aos doentes da varíola – manuscritos de José Gomes Filho. 1925

1.4. Acervo particular de Nathália Pimenta de Carvalho – Itapecerica/MG

Os instrumentos do Reinado. Manuscritos de Antônio Anielo D’Alessandro. 24/04/2008.

1.5. Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte [AABH] – Belo Horizonte/MG

Livro Avisos e Mandamentos I. Aviso nº 5: Proibição da festa chamada reinado, 10/08/1923.

Livro Avisos e Mandamentos I. Aviso nº 7: Mez do Rosario, 21/09/1923.

Livro Avisos e Mandamentos I. Aviso nº 24: Mez do Rosario, 30/09/1924.

Livro Avisos e Mandamentos I. Aviso nº 30: Visita pastoral, 22/04/1925.

Livro Avisos e Mandamentos I. Aviso nº 49: Mez do Rosario, 23/09 1926.

Livro Avisos e Mandamentos I. Aviso nº 51 As festas do reinado, 9/10/1926.

Livro Avisos e Mandamentos I. Aviso nº 69: Mês do Rosario, 23/10/1927.

Livro Avisos e Mandamentos I. Aviso nº 91: Mês do Rosario, 24/09/1928.

Livro Avisos e Mandamentos III. Aviso nº 314: Mês do Rosario, 28/09/1942.

Livro Avisos e Mandamentos III. Aviso nº 351: Sobre as barraquinhas, 28/09/1942.

1.6. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana [AEAM] - Mariana/MG

Correspondência Dom Silvério Gomes Pimenta - Ativa, Arquivo 4, Gaveta 1, Pastas 7 e 8.

Correspondência Dom Silvério Gomes Pimenta - Passiva, Arquivo 4, Gaveta 1, Pastas 9 e 10.

Correspondência Monsenhor Horta, Arquivo 4, Gaveta 2.

1.7. Arquivo da Paróquia de São Bento de Itapecerica [APSBI] – Itapecerica/MG

Livro de Tombo I da Paróquia de São Bento de Itapecerica. Itapecerica, 1913-1931.

Livro de Tombo II da Paróquia de São Bento de Itapecerica. Itapecerica, 1931-1939.

Livro de Tombo III da Paróquia de São Bento de Itapecerica. Itapecerica, 1940-1993.

2. FONTES IMPRESSAS

2.1. Acervo Particular de Célia Lamounier – Itapecerica/MG

O Natal, Passos, dez. 1906. N. 8.

O Natal, Passos, dez. 1923. S/N.

JÚNIOR. Bento Ernesto. A matriz da minha terra. *O Natal*, Passos, dez. 1915. S/N. p. 4.

_____. O Vicente do Barreiro. *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 6-7.

_____. A velha Tamanduá. *O Natal*, Passos, dez. 1919. S/N, s/p.

_____. Itapecerica. *O Natal*, Passos, dez. 1920. S/N. p. 2.

_____. O Pae Joaquim Caraôlho. *O Natal*, Passos, dez. 1921. S/N, s/p.

_____. A capella do Rosário de Tamanduá. *O Natal*, Passos, dez. 1921. N. 22, s/p.

_____. A Igreja do Rosário. *O Natal*, Passos, dez. 1923. S/N, s/p.

MORAES, Hilarino. O presente número do Natal. *O Natal*, Passos, dez. 1915. S/N. p. 3.

_____. Sra. Immaculada Conceição. *O Natal*, Passos, dez. 1915. S/N. p. 03.

_____. Tamanduá. (Chronica de saudade). *O Natal*, Passos, dez. 1918. S/N. p. 7-8.

_____. Bento Ernesto Junior. *O Natal*, Passos, dez. 1925. S/N, s/p.

_____. Carta a Bento Ernesto Júnior. *O Natal*, Passos, dez. 1925. S/N. p. 9.

2.2. Acervo particular de Inesília Luzia Silva – Itapecerica/MG

Folheto de Divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica.
Itapecerica, setembro de 1948.

2.3. Acervo particular de Josyany Garcia de Oliveira – Itapecerica/MG

Folhetos de Divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapecerica.
Itapecerica, 1958-2001.

2.4. Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte [AABH] – Belo Horizonte/MG

CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). *Carta Pastoral do Episcopado da Província Eclesiástica de Belo Horizonte, promulgando as determinações das Conferências Episcopais de 1927.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927.

_____. *Carta Pastoral de Dom Antônio dos Santos Cabral, 1º arcebispo de Belo Horizonte; a Igreja e o Ensino.* Belo Horizonte: Imprensa Diocesana, 1925.

_____. *Carta Pastoral de Dom Antônio dos Santos Cabral, 1º arcebispo de Belo Horizonte, saudando os seus diocesanos.* Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro & C., 1922.

2.5. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana [AEAM] - Mariana/MG

Boletim Eclesiástico. Festas e jogos proibidos. 15/07/1924.

Constituições eclesásticas do Brasil: nova edição da Pastoral Coletiva de 1915 adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas. Canoas: Tipografia La Salle, 1950.

2.6. Coleção Linhares Digital da Escola de Ciência da Informação e da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

O Horizonte, Belo Horizonte: 20/10/1923.

O Horizonte, Belo Horizonte: 04/11/1923.

2.7. Periódicos em formato eletrônico

História da nossa gente, 150 anos de Passos. Passos, fascículo 05/10, julho, 2008.

Disponível em

<http://www.fespmg.edu.br/Content/imagens/ProducoesFesp/passos_150anos_06.pdf>, acesso em 01 de setembro de 2011.

História da nossa gente, 150 anos de Passos. Passos, fascículo 06/10, agosto, 2008. Disponível em

<http://www.fespmg.edu.br/Content/imagens/ProducoesFesp/passos_150anos_06.pdf>, acesso em 01 de setembro de 2011.

3. FONTES ORAIS

SILVA, Inesília Luzia. Entrevistador: Melina Teixeira Souza. Itapecerica, Minas Gerais, abril de 2006. [1 fita cassete, 21 min.]

MARQUES, Lázara das Graças. Entrevistador: Melina Teixeira Souza. Itapecerica, Minas Gerais, maio de 2006. [1 fita cassete, 32 min]

D’ALESSANDRO, Antônio Anielo. Entrevistador: Melina Teixeira Souza. Itapecerica, Minas Gerais, maio de 2006. [1 fita cassete, 48 min]

REIS, Maria Augusta Teixeira dos. Entrevistador: Melina Teixeira Souza. Itapecerica, Minas Gerais, maio de 2006. [1 fita cassete, 35 min]

GONDIM, Pe Pedro. Entrevistador: Melina Teixeira Souza. Itapecerica, Minas Gerais, maio de 2006. [1 fita cassete, 18 min]

MEDEIROS, Maria do Rosário. Entrevistador: Melina Teixeira Souza. Itapecerica, Minas Gerais, maio de 2006. [1 fita cassete, 26 min]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros na íntegra

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: Textos em história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado: Ensaio de Teoria da História*. Bauru: EDUSC, 2007.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ARAÚJO, Célia Lamounier de. *Itapecerica*. Antologia n. 1. Itapecerica: CMC – Consórcio mineiro de comunicação LTDA, 1993.

AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. *A Neocrisandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARBOSA, Constantino; MOREIRA, Padre Gil Antônio. *História Eclesiástica de Itapecerica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

BOLLÈME, Genevive. *O Povo por Escrito*. São Paulo: Martins, 1988.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005.

BOUFLET, Joaquim; BOUTRY, Philippe. *Um signe dans le ciel: les apparitions de la Vierge*. Paris: Grasset, 1997.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Festa do Santo de Preto*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985.

BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMARGO, Paulo. Florêncio da Silveira, monsenhor. *História Eclesiástica do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1955.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.

CASCUDO, L. da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.

CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAVIES, Natalie. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FORQUIN, Jean Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médias, 1993.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora, 2006.

GIFFONI, Maria Amaral Corrêa. *Reinado do Rosário de Itapecerica*. São Paulo: Associação palas Athena do Brasil, Massa Ohno Estúdio, 1986.

GEBARA, Ivone; BINGEMER, Maria Clara L. *Maria, mãe de Deus e mãe dos pobres*. Um ensaio a partir da mulher e da América Latina. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras - Os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000

GONDIM, Carlos A. *Memorial legislativo de Itapecerica*. Itapecerica: Matiz Gráfica e Editora, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

_____. *Da Diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOORNAERT, Eduardo. *O cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUCAS, Glaura. *Os sons do rosário; o Congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: Editora UFMG coleção Humanitas, 2002.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983.

_____. *Reformismo da Igreja no Brasil Império: do celibato à caixa eclesiástica*. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano: um aprendizado de liberdade*. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, Leda. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MASSIMI, Marina. *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma Perspectiva Antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas Editora e Universidade Cândido Mendes, 2003.

MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal 2002.

OLIVEIRA, Pedro. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do arquivo eclesiástico da arquidiocese de Mariana*. Mariana/MG: Editora Dom Viçoso, 2004.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairos, 1979.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através de testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2º ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SANCHIS, Pierre. *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2º ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Mônica Martins da. *A festa do Divino: romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. Goiânia: AGEPEL, 2001.

SILVA, Rubens Alves. *Negros católicos ou catolicismo negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coração de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

2. Capítulos de livros

BEOZZO, José Oscar. “A Igreja frente aos Estados liberais (1880-1930)”. In: DUSSEL, Henrique (org.). *Historia liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992.

BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro. “A especificidade do religioso: um diálogo entre história e teologia”. In: RAMOS, Francisco Régis Lopes; LUCAS, Meize Regina de Lucena (orgs.). *Tempo no plural: história, ensino e diversidade cultural*. Fortaleza: Realce, 2008, p. 133-146.

CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique; REVEL, Jacques. “A beleza do morto” In: CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas/SP: Papirus, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. "A Igreja no Brasil". In: DUSSEL, Henrique (org.). *Historia liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992.

LARA, Silvia Hunold. "Significados cruzados: um Reinado de congos na Bahia setecentista." In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras frestas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Ed. Unicamp; Cecult, 2002.

MATA, Sérgio da. "Entre *Syllabus* e *Kulturkampf*: revisitando o 'reformismo' católico na Minas Gerais do Segundo Reinado". In: CHAVES, Cláudia M.; SILVEIRA, Marco A. (orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

REIS, João José. "Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX". In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outra f(r)estas*. Campinas/SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cecult, 2002.

REVEL, Jacques. "Cultura Popular: usos e abusos de uma ferramenta historiográfica". In: *Proposições*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

VIEIRA, Pe. Antônio. "Sermão vigésimo sétimo". In: *Sermões: Problemas Sociais e Políticos do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 57-87.

3. Teses e Dissertações

KINN, Marli Graniel. *Negros congadeiros e a cidade: costumes e tradições nos lugares e nas redes da Congada de Uberlândia- MG*. 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As Raízes da Congada: A renovação do presente pelos filhos do Rosário*. 2006. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GOMES, Francisco José Silva. *Le projet de neo-chretiené dans le diocese de Rio de Janeiro de 1869 à 1915*. 1991. Thèse de Doctorat. Université de Toulouse Le Mirail, Histoire, Paris, 1991.

LEONEL, Guilherme Guimarães. *Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões na Festas de Reinado (Divinópolis/MG)*. 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, Ramiro Barboza. *O conservadorismo católico na imprensa de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930 – os jornais O Horizonte e O Diário (1923-1937)*. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del Rei, 2010.

OLIVEIRA, Sueli do Carmo. *O Reinado nas encruzilhadas do catolicismo. A dinâmica das comunidades congadeiras em Itaúna/MG*. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) –, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011

PEREIRA, Mabel Salgado. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade (1888-1952)*. 2010. 349 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: memórias, identidades e tradições no congado de Oliveira (1950-2009)*. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

4. Artigos de periódicos

BENEDETTI, Luiz. A devoção a Nossa Senhora e as transformações sociais. *Vida Pastoral*. Maio-jun. 1985.

BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro. A concepção de história na teologia católica do Oitocentos. *Estudos de Religião*, v. 24, n. 39, p. 61-79, jul./dez. 2010.

_____. A epistemologia negativa de Michel de Certeau. *Trajetos (UFC)*, Fortaleza, v. 5, n. 9/10, p. 231-248, 2004.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

_____. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

COMBLIN, José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*. V. 26, fasc. 3, set. 1966.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX. *Estudos Cebrap*, 12, abr. jun. 1975.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. In: *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, maio/jun., p.111-124, 2000.

GARCIA, Josyany de Oliveira. O grande Reinado do Rosário – Itapecerica/MG. *O Tamanduá Desaparecido*, Itapecerica, N. 1, agosto, 2012.

KIDDY, Elizabeth W. Progresso e Religiosidade: Irmandades do Rosário Minas Gerais, 1889-1960. *Tempo*, Rio de Janeiro, N. 12, p. 93-112, 2001.

LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita: os bispos do Sudeste do Brasil no século XVIII na documentação pastoral. *História: Questões e debates*, Curitiba, v. 19, n. 36, jan-jun. 2002.

MARTINS, Estevam C. de Rezende. Tempo e memória: construção social do passado na história. *Associação Nacional de História – ANPUH. VIV Simpósio Nacional de História*. 2007.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Religião e dominação de classe: o caso da romanização. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 6, n. 1980. p. 181-182.

PADRÓS, Henrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, , jan./dez., p.199-223, 2004.

SANCHIS, Pierre. As tramas sincréticas da história: sincretismo e modernidade no espaço luso-brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, nº 28, ano 10, 1995.

SOUZA Marina de Mello e; VAINFAS, Ronaldo. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 95- 118, 1998.

SLENES. Robert, "Malungu ngoma vem!" África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.12, p.48-67, dez/jan/fev, 1991.

VILHENA, Luís Rodolfo; CAVALCANTE, Maria Laura Viveiros de Castro. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.

5. Documentos em formato eletrônico

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América portuguesa. *América Latina en la Historia Económica*. San Juan, N. 35, 273-296, enero-junio, 2011. Disponível em <<http://alhe.mora.edu.mx/index3.html>>, acesso em 14 de abril de 2011.

BARROS, Sullivan Charles. Os exus mirins da Umbanda. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>>, acesso em 10/10/2012.

SOUZA, Marina de Mello e. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Rev. Hist.*, São Paulo, N.152, jun. 2005. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092005000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 de agosto de 2012.